

ESPAÇO ABERTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 2

número 1

janeiro/junho 2012

Copyright© 2012 Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

Coordenador: Nelson Ferreira Fernandes

Vice Coordenadora: Inã Elias de Castro

Secretária

Ana Beatriz Thomé da Silva

Apoio Técnico

Lucas Ferraz Franches Carvalho

Raphael Pereira de Medeiros

Felipe da Silva Machado

Agradecimentos

Ao Prof. Scott William Hoefle pela revisão dos resumos em inglês.

Ao IBGE por concordar com a republicação do texto da Prof. Bertha Koiffmann Becker.

Apoio



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Editor

André Figueiredo

Editoração Eletrônica

Luciana Lima de Albuquerque

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

E77 Espaço Aberto / PPGG-UFRJ. – Vol. 2, n. 1 (2012) – Rio de Janeiro : Publit, 2012-
Semestral

ISSN 2237-3071

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-
Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

ACEITA-SE PERMUTA

Editorial

O segundo ano de nossa *Revista Espaço Aberto* está marcado por uma edição voltada a homenagear os “Quarenta anos” de existência do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Dessa forma, a par das contribuições de autores externos, a edição é composta também por artigos e entrevistas que enfatizam a trajetória do PPGG/UFRJ, bem como por artigos de professores fundadores do Programa, os quais fizemos questão de tê-los neste exemplar como parte de nossa homenagem ao Programa.

Este número da revista inicia-se com uma apresentação que busca fazer um breve relato desse Programa de Pós-Graduação, realizado pelos atuais editores da Revista. Além dessa apresentação, complementam e enriquecem com detalhes sobre a história do Programa as entrevistas com os professores eméritos do Departamento de Geografia e integrantes extremamente ativos e importantes ao PPGG, Bertha Koiffmann Becker e Jorge Xavier da Silva. Nessas entrevistas esses professores relatam detalhes históricos da implementação e do crescimento do Programa ao longo de todos os anos de sua existência, além de fazer colocações pessoais em relação ao desenvolvimento de suas pesquisas e às perspectivas futuras da própria Ciência Geográfica. Ainda como uma informação histórica relevante para este volume está sendo apresentada, em anexo, a listagem de todas as dissertações de mestrado defendidas no Programa desde 1975 até dezembro de 2011, e das teses de doutorado apresentadas a partir de 1997.

Além da parte desse volume voltada ao histórico do PPGG, são apresentados, entre os artigos inéditos e representantes do fluxo contínuo de trabalhos submetidos e aceitos pelos consultores *ad hoc* para publicação na Revista, dois artigos de professores eméritos do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro com expressiva atuação no PPGG/UFRJ: “Uma posição crítica e atuante para a Geografia”, de autoria do professor Jorge Xavier da Silva, no qual o autor discorre sobre o desenvolvimento e sua atuação na área de geoprocessamento, e o artigo “Reflexões sobre o ensino superior e a pós-graduação em Geografia”, de autoria da professora Maria do Carmo Correia Galvão, cuja preocupação central é a discussão sobre a pós-graduação. Devido à época de sua redação – 1989 – esse artigo foi atualizado pelos editores da Revista para publicação.

Seguem a esses os artigos de contribuições externas. O primeiro intitula-se “Traçado urbano e criminalidade carioca: aspectos históricos da favelização do Rio de Janeiro”, de autoria de Antônio Ludogero da Silva Neto e Rodrigo de Lima Nunes, uma contribuição de profissionais da área de segurança do estado e representantes de Ciências afins à Geografia (Pós-graduado em Segurança Pública e Cidadania/Flacso e bacharel em Arquitetura e Urbanismo – UGF, respectivamente). Os demais artigos são de autoria de geógrafos que trazem para debate uma diversidade temática característica dos estudos geográficos, como o artigo “Riscos ambientais relacionados à água: por uma gestão territorial da água”, de Cleber Marques de Castro; “Eles não param de chegar? A emergência de novos padrões de mobilidade espacial da população em Macaé/RJ”, de Faber Paganoto; “Superando o pragmatismo econômico: redefinindo os limites do turismo a partir de uma abordagem espacial”, de Hugo Rogério Hage Serra, Jorge Alex Almeida de Souza e Willame de Oliveira Ribeiro; “Ensaio sobre meio ambiente, ordenamento

territorial e escala de ação das grandes corporações. A Vale na estratégia de conservação da natureza e desenvolvimento em Carajás”, de autoria de Jodival Maurício da Costa.

Na Seção de Clássicos encontra-se um artigo da professora Emérita do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do PPGG/UFRJ, Berta Koiffmann Becker, intitulado “A Geografia e o resgate da geopolítica”. Esse artigo, que pelo próprio título indica, aborda a importância dos estudos de geopolítica e sua relevância no país, refere-se a uma republicação e foi selecionado para publicação nesta revista pela própria autora. Tal artigo foi publicado anteriormente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – na *Revista Brasileira de Geografia*, ano 50, número especial, tomo 2, 1988. Agradecemos ao IBGE pela permissão para a publicação desse artigo na *Revista Espaço Aberto*, não apenas dando a oportunidade de divulgarmos mais uma vez o artigo de conceituada professora do PPGG/UFRJ, mas tornando possível, por meio dele, estimular um contínuo debate com tema tão instigador e atual.

Esperamos com este volume resgatar um pouco da história do nosso Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de parte de sua própria produção científica, com a divulgação das diferentes e inúmeras temáticas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, que expressam os interesses de pesquisa do corpo discente e docente pelas orientações daquelas. Esperamos que, com o resgate da memória do PPGG/UFRJ, juntamente com as demais contribuições dos diversos artigos que compõem este volume, possamos vir a instigar um pouco mais a pesquisa geográfica, de forma a envolver e abrir novos temas e estimular as que já despontam e estão em plena ascensão nos debates atuais geográficos.

Os Editores

ESPAÇO ABERTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume2

número 1

janeiro/junho 2012

Sumário

A Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro	7
Uma Posição Crítica e Atuante para a Geografia..... <i>Jorge Xavier da Silva</i>	17
Reflexões sobre o Ensino Superior e a Pós-graduação em Geografia	27
<i>Maria do Carmo Correia Galvão</i>	
Traçado Urbano e Criminalidade Carioca: Aspectos Históricos da Favelização do Rio De Janeiro.....	39
<i>Antônio Ludogero da Silva Neto e Rodrigo de Lima Nunes</i>	
Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma Gestão Territorial da Água.....	55
<i>Cleber Marques de Castro</i>	
Eles não Param de Chegar? A Emergência de Novos Padrões de Mobilidade Espacial da População em Macaé/RJ.....	71
<i>Faber Paganoto</i>	
Superando o Pragmatismo Econômico: Redefinindo os Limites do Turismo a partir de uma Abordagem Espacial	85
<i>Hugo Rogério Hage Serra, Jorge Alex Almeida de Souza e Willame de Oliveira Ribeiro</i>	
Ensaio sobre Meio Ambiente, Ordenamento Territorial e Escala de Ação das Grandes Corporações. A Vale na Estratégia de Conservação da Natureza e Desenvolvimento em Carajás	101
<i>Jodival Maurício da Costa</i>	

Sessão de Clássicos

A Geografia e o Resgate da Geopolítica	117
<i>Bertha Koiffmann Becker</i>	

Entrevista

Entrevista realizada com os professores	151
<i>Bertha Koiffmann Becker em 20/03/2012</i> <i>Jorge Xavier da Silva em 25/03/2012</i>	

Dissertações e Teses

Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ) no período de 1975 a 2011 159

Teses de Doutorado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ) no período de 1997 a 2011 183

A Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Celebra-se neste ano de 2012 a trajetória dos quarenta anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). A data nos motiva ao registro de uma avaliação quanto à contribuição do Programa na formação de profissionais qualificados e aos avanços teórico-metodológicos da ciência geográfica, como também quanto à produção de novos conhecimentos sobre a realidade nacional por meio das múltiplas pesquisas inseridas e estimuladas na pós-graduação. Como uma das primeiras pós-graduações em Geografia no país, e primando por sua manutenção em níveis de excelência, o Programa é reconhecido com a nota 7 pela CAPES.

A excelência, contudo, não é um produto de momento e deriva de todo um trabalho ao longo desses quarenta anos, defrontando desafios contínuos de renovação desde a sua criação. Na busca contínua por qualidade, o PPGG-UFRJ sempre se pautou na associação do ensino com a pesquisa desde sua criação, tornando-se um centro de referência de ensino e pesquisa qualificado e com inserção internacional. Projetos de pesquisa alicerçam a pós-graduação e resultam de esforços individuais e coletivos do seu corpo docente na construção do conhecimento pela investigação científica com o envolvimento de discentes na formação de profissionais capacitados. O conjunto social de docentes e discentes, com apoio do corpo administrativo formado em torno de pesquisa de excelência, é que tem moldado o perfil da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para entendermos o que é hoje esse Programa, passamos por uma retrospectiva de sua criação, seguida dos apontamentos de mudanças mais expressivas ocorridas ao longo dos anos, moldando as especificidades e as condições do presente.

O Programa formou, de 1972 a 2011, um total de 648 alunos com dissertações e teses defendidas e aprovadas, sendo 407 mestres e 241 doutores. Em 2012 há 120 alunos ativos, 65 no curso de mestrado e 55 no curso de doutorado. Pesquisadores em estágio pós-doutoral têm sido cada vez mais comuns. Em 2010 e 2011 foram recebidos oito pesquisadores no Programa.

É uma política interna e sustentada através dos anos, privilegiar a aplicação de recursos em bolsas de estudo aos alunos, o que na prática significa destinar cerca de 70% a 80% dos recursos anuais do Programa a esse fim. No ano de 2012, há um total de 39 alunos de mestrado com bolsa de estudo, sendo 15 originárias do CNPq, 22 da CAPES e duas da FAPERJ (categoria Bolsa Nota 10). No caso dos doutorandos, há um total de 30 bolsas, 13 do CNPq, 16 da CAPES e uma da FAPERJ (Bolsa Nota 10). O critério para distribuição de bolsas de estudo segue critérios de mérito acadêmico, observada, no ingresso ao curso, a classificação no processo seletivo e, durante o curso, o desempenho do aluno.

A Criação da Pós-Graduação em Geografia e seus Objetivos

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi um dos primeiros na área de Geografia no país, tendo sido criado em 1972 com o curso de mestrado, aprovado pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da

Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo processo nº 33.987/70, em 30/09/1970 e credenciado no Ministério da Educação e Cultura pelo Conselho Federal da Educação, parecer CFE nº 1.039, em 05/09/1980 e reconhecido pelo parecer CEF nº 819/87 em 06/10/1987. A constituição do curso fez parte de uma política nacional de criação de cursos de pós-graduação para a formação de quadros de profissionais qualificados, acompanhando as mudanças econômicas e estruturais por que passava o país na época.

A política da pós-graduação seguiu a reestruturação do ensino superior do país de 1968, momento em que a Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro foi posicionada junto ao Instituto de Geociências no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Apesar de esse fato ter sido bastante controverso, considerando-se a natureza social da Geografia, ele aproximou, sem dúvida, a Geografia das Ciências Naturais, com destaque para a Geologia, e também da Engenharia, que buscava incorporar à técnica conhecimentos do território nacional, de uma nova realidade que se reconfigurava com a expansão da economia industrial, a urbanização crescente e com a expansão da fronteira de recursos pela Região Norte, a Amazônia.

O contexto interno à UFRJ se refletiu na pós-graduação, propiciando articulações e alianças dos cursos que se criavam, rompendo de certa forma com suas fronteiras. No caso da Geografia, ao ser aproximar das áreas naturais e da Engenharia, direcionava-se para além das Ciências Sociais. Com os anos, as articulações com outros programas da universidade se ampliaram, e hoje há várias parcerias de docentes da Geografia ministrando disciplinas em outras pós-graduações da UFRJ, sejam na área social, na área técnica ou nas ciências da natureza. Há vários projetos de pesquisa conjuntos, além de mobilidade de discentes cursando disciplinas em diferentes programas de pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia deve sua criação a um quadro restrito de professores que se empenharam para a formação do curso de mestrado: prof^ª. Maria do Carmo Correia Galvão, prof^ª. Bertha Koiffmann Becker, prof^ª. Lysia Maria C. Bernardes, prof^ª. Maria Therezinha de Segadas Vianna, e, logo em seguida, os professores Jorge Xavier da Silva e Maria Regina Mousinho de Meis. Estes formavam o corpo docente interno da Universidade Federal do Rio de Janeiro no início do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Para suprir as disciplinas haviam professores visitantes convidados de outras instituições, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e de universidades estrangeiras, que assumiam disciplinas, atividades de pesquisa e orientação de pós-graduandos. Professores convidados conferencistas de várias outras instituições, nacionais e estrangeiras, também tiveram uma colaboração bastante expressiva para a consolidação da Pós-Graduação em Geografia na UFRJ, estendendo sua atuação a orientações de dissertações e à participação em bancas examinadoras. Destaca-se o forte relacionamento com docentes da pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP e de pesquisadores do IBGE.

O curso de doutorado foi formulado vinte anos depois do mestrado, sendo criado em 1992, com aprovação do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo processo nº 002091/92-29, em 13/07/93 e credenciado e referendado pelo Ministério da Educação e Cultura pelo Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CES 1/2001, publicada no DOU de 09/04/2001.

O curso de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro teve início com poucos alunos, mas logo se expandiu e atraiu expressivo número de estudantes, muitos de fora do Rio de Janeiro. O doutorado deu maior visibilidade à pós-graduação de uma forma geral, o que pode ser visto pela atração a alunos de outros estados e do exterior não somente para cursar o doutorado, mas também o mestrado. Dos alunos estrangeiros no Programa, destacam-se alunos da América Latina – Peru, Colômbia e Equador –, da África – Angola e Moçambique –, do Canadá e dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo de sua criação, as linhas de pesquisa do Programa se diversificaram com a consolidação de novos núcleos e laboratórios de pesquisa com projetos vinculados às diferentes linhas de pesquisa do Programa. As áreas de concentração do PPGG se fortaleceram com novas linhas de pesquisa que acompanharam novos interesses dos docentes e dos laboratórios de pesquisa, ampliados pelas perspectivas que se abriam com o doutorado e o fomento de recursos para pesquisa.

A Pós-Graduação em Geografia da UFRJ está, desde a sua criação, constituída em duas áreas de concentração, atendendo as especificidades das áreas da Geografia Humana e da Geografia Física. Todavia, sempre foi concepção norteadora o cuidado de não incorrer na separação das duas áreas, procurando a integração da Geografia por meio de ações integradoras em cursos, seminários, workshops, projetos de pesquisa, entre outras iniciativas. As áreas de concentração não são, assim, vistas como linha divisória entre pesquisas e pesquisadores.

Com o curso de doutorado, as áreas de concentração foram novamente revistas e reconfirmadas e mantêm-se em duas, nomeadas, desde 1992, como “Organização e Gestão do Território”, que segue uma orientação humana e econômica, e “Planejamento e Gestão Ambiental”, substituindo a antiga nomenclatura “Estudos Ambientais”, que segue uma orientação física, biológica e geomática. Cada uma das áreas de concentração se desdobra em linhas temáticas, nas quais se enquadram os projetos de pesquisa dos docentes e seus alunos. Mesmo que o Programa esteja estruturado em duas áreas de concentração, há uma preocupação com a unidade conceitual da Geografia, observada em atividades integrativas tanto de ensino quanto de pesquisa. As linhas norteadoras das atividades por área de concentração são:

Organização e Gestão do Território:

- Desenvolvimento, ambiente e território – tem como eixo temático a investigação de relações entre desenvolvimento e ambiente e sua inflexão sobre a organização e gestão do território.
- Espaço e dinâmicas urbano-regionais – envolve pesquisas sobre processos e formas espaciais constituídas pela ação humana com referência às atividades econômicas e ao espaço social no âmbito do agrário e do urbano.
- Cultura, informação e cidadania – tem como objetivo tratar a dimensão cultural do espaço por meio de pesquisas que abordam crenças, valores, mitos e símbolos na comunicação e no uso e significado do espaço.
- Geopolítica e territorialidade – tem como foco investigar na perspectiva territorial as práticas políticas decorrentes do estado ou por outras instituições sociais.

Planejamento e Gestão Ambiental:

- Geoprocessamento – visa a geração de *softwares* relacionados ao geoprocessamento e suas aplicações a questões geográficas, regionais, urbanas e ambientais.
- Interações geoecológicas e biodiversidade – integra pesquisas sobre análise de interações geoecológicas e da biodiversidade em áreas continentais e costeiras do território brasileiro.
- Processos geomorfológicos e evolução da paisagem – tem como foco a análise de processos geomorfológicos continentais e costeiros, no território brasileiro, visando compreender a evolução da paisagem.
- Dinâmica hidroclimática – integra pesquisas que analisam a dinâmica hidroclimática, considerando aspectos hidrológicos e climáticos e a atuação antrópica como um agente dessa dinâmica.

A Pesquisa no Cerne da Pós-graduação em Geografia

As atividades de pesquisa do Programa estão diretamente relacionadas às diferentes disciplinas dos cursos, de forma que os conteúdos disciplinares são constantemente renovados pela associação ensino-pesquisa. Com respeito a essa prática, há apoio mútuo entre o Programa e os Laboratórios, Núcleos e Grupos de Pesquisa existentes no Departamento de Geografia e que são vinculados à pós-graduação. A articulação com laboratórios de pesquisa está na própria raiz da criação do Programa. Um primeiro núcleo de pesquisas constituído no Departamento de Geografia da UFRJ e que precedeu a pós-graduação foi o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil – CPGB –, fundado pelo professor Hilgard O’Reilley Sternberg e que posteriormente teve sua continuidade por duas das mentoras da pós-graduação, as professoras Maria do Carmo Galvão e Bertha K. Becker – que esteve no centro da formação do Programa de Pós-Graduação em Geografia. O CPGB foi extinto com a criação do PPGG, quase como uma decorrência de sua transformação em pós-graduação. Após alguns anos, novos laboratórios de pesquisa foram sendo criados e congregaram as atividades de pesquisa do Programa com envolvimento de docentes e discentes.

O Programa e os laboratórios de pesquisa atuam conjuntamente, havendo uma intercessão de ambos na busca por conhecimentos geográficos e uma prática com marcado interesse nos problemas do país em diferentes escalas, tendo como centro das abordagens temas ambientais, socioespaciais e de desenvolvimento.

Nos laboratórios é onde ocorre de forma mais efetiva a integração com o curso de graduação. Alunos de graduação convivem com o ambiente de pesquisa dos laboratórios, havendo expressivo contingente de alunos bolsistas de iniciação científica integrados nos laboratórios. Essa participação se reflete no grande número de trabalhos das jornadas científicas do Departamento de Geografia, sempre acima de cem trabalhos da Geografia a cada ano. Dessa experiência, vários alunos integrados aos laboratórios de pesquisa, ao se graduarem, se tornam candidatos e alunos da pós-graduação.

Professores, pós-graduandos e graduandos atuam conjuntamente nos laboratórios de pesquisa, e atualmente o PPGG conta com os seguintes laboratórios e núcleos e grupos de pesquisa:

LAGET – Laboratório de Gestão do Território
LAGEOP – Laboratório de Geoprocessamento
GEOHECO – Laboratório de Geohidroecologia
NEQUAT – Núcleo de Estudos do Quaternário e Tecnógeno
NPGH – Núcleo de Pesquisa de Geografia Histórica
NuPeD – Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Socioespacial
Laboratório de Geomorfologia Fluvial, Costeira e Submarina
LAGESOLOS – Laboratório de Geomorfologia Ambiental e Degradação dos Solos
GEOCART – Laboratório de Cartografia
NEMPHE – Núcleo de Estudos de Monitoramento e Modelagem de Processos Hidrológicos e Erosivos
NUCLAMB – Núcleo de Estudos Geoambientais
GEOPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território
Grupo Território e Cidadania
Grupo Retis de Pesquisa

Além dos laboratórios de pesquisa, o PPGG conta ainda em sua estrutura com três laboratórios para atividades didáticas de apoio às atividades de ensino e pesquisa:

Laboratório de Geomorfologia Maria Regina Mousinho de Meis.
Laboratório de Pedologia.
Sala Didática Maria Luiza Fernandes.

Os laboratórios também atuam como receptores de auxílios pelas instituições de fomento nacionais e internacionais, que, somados aos recursos do Programa, vêm fortalecer a pesquisa com convênios nacionais e internacionais, envolvendo outras instituições e pesquisadores. No início da pós-graduação, os recursos praticamente se limitavam a bolsas de estudo e bolsas de pesquisa da CAPES e do CNPq. Hoje, considerando a diversidade dos editais dessas duas agências somada a outras, a exemplo da FAPERJ, da FINEP, PETROBRAS, há uma constante obtenção de recursos de mais de trinta fontes diferentes de recursos de fomento à pesquisa ao ano de âmbito nacional, além de recursos internacionais em projetos de cooperação com diferentes países, sobretudo com países da União Europeia.

As pesquisas e o ensino são alimentados pela experiência e inserção internacional do Programa por meio de seus docentes. Dos vinte e seis permanentes, dezesseis têm titulação no exterior (62%) – Estados Unidos, França, Reino Unido, Espanha, Bélgica e Alemanha. E vários participaram de estágio pós-doutoral ou licença sabática em renomadas universidades no exterior. Esses professores são lideranças nos intercâmbios e convênios entre o PPGG e instituições de pesquisa científica no exterior, muitas delas de renomada competência e participantes da União Geográfica Internacional (UGI).

Dos vinte e seis professores permanentes, dezessete possuem bolsa de Produtividade à Pesquisa do CNPq (65%), sendo treze no nível 1 (quatro no nível 1 A) e quatro no nível 2. Além de oito professores serem bolsistas da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado). No entanto, é importante ressaltar os desafios atuais desse Programa que se atrela a adaptação às rápidas mudanças no corpo docente derivadas de aposentadorias, e a incorporação de jovens doutores, de forma efetiva, na categoria de professor permanente.

No que se refere à evolução da produção científica do PPGG, vem havendo um significativo aumento de publicações nos últimos anos (Figura 1), ilustrada pelo número total de artigos em revistas e congressos e a produção de livros e capítulos de livros constantes das informações registradas nos relatórios da Coleta CAPES.

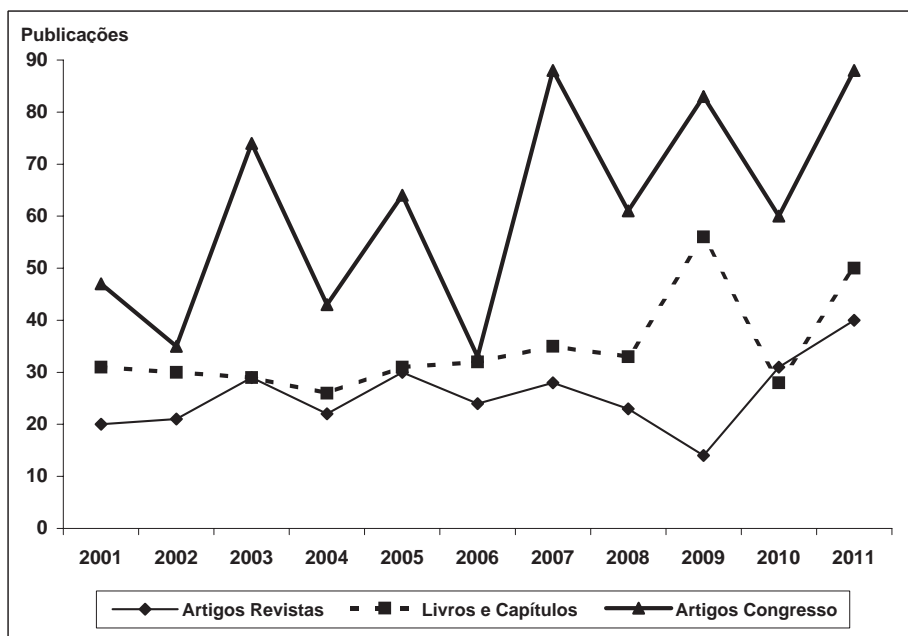


Figura 1 – Produção docente do PPGG/UFRJ constante dos relatórios da Coleta CAPES.
Fonte: Arquivos PPGG/UFRJ.

A inserção internacional do PPGG, desde sua criação, tem sido fundamental à contínua renovação teórico-metodológica e incorporação de novas temáticas no ensino e na prática da Geografia junto a docentes e discentes. Os debates contemporâneos da Geografia mundial também são trazidos ao PPGG por professores estrangeiros, que, como convidados e conferencistas, têm participado de cursos, seminários e grupos de pesquisas.

Na área de pesquisa, é intensa a parceria entre laboratórios e grupos de pesquisa do Programa com pesquisadores de universidades e outras instituições de pesquisa estrangeiras. Podemos ressaltar algumas das instituições com intercâmbios internacionais firmados em anos recentes com a França (Institut de Recherche pour le Développement – IRD, Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, Université Paul Valéry, Université de La Rochelle, Université de Paris, Université Jean-Moulin-Lyon), Alemanha (Universitat Tubingen, Europa-Universität Viadrina), Reino Unido (University of London, University of Wolverhampton), Holanda (Wageningen University), Espanha (Universidad de Barcelona), Portugal (Universidade do Porto, Lisboa), Itália (Università degli Studi Del Piemonte Orientale A. Avogadro), Estados Unidos (Massachusetts Institute of Technology – MIT, University of California,

Pennsylvania State University, University of Vermont, University of Michigan, University of Oregon, entre outros), Canadá (University of Saskatchewan, Université du Quebec), Austrália (University of Queensland), entre outros. Ao lado destes, ressaltamos os crescente intercâmbios firmados com instituições da América Latina, na Colômbia (Universidad Nacional da Colombia), no Uruguai (Universidad de La Republica Del Uruguay) e na Argentina (Universidad Nacional de La Plata).

O relacionamento internacional do PPGG é estimulado em grande parte pela aprovação de projetos em convênios bilaterais do CNPq com agências de fomento à pesquisa de outros países. Maior integração interinstitucional ocorre com projetos que possibilitam a parceria do Brasil com mais de um país, a exemplo do ProSul, no qual pesquisadores do PPGG atuaram em conjunto com pesquisadores da Colômbia e do Equador. Também com articulação internacional ampla são os projetos apoiados por instituições estrangeiras, tendo destaque os que são apoiados pela União Europeia, congregando diferentes países, a exemplo do Projeto Alfa (Brasil, França, Itália, Portugal, Argentina e Uruguai) e do Projeto Borassus (Brasil, Reino Unido, Bélgica, Lituânia, Hungria, África do Sul, Gâmbia, Vietnam, China e Tailândia).

Em âmbito nacional, é relevante para a construção de conhecimentos geográficos e sua aplicação às questões nacionais a participação do PPGG junto a outras instituições de ensino e pesquisa do país, estando vários docentes articulados a outros programas e grupos de pesquisadores de outras universidades. Com esse objetivo de integração e de cooperação acadêmica, está vigente no PPGG um programa PROCAD-Novas Fronteiras da CAPES, junto à Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), e um projeto “Casadinho” do CNPq com a Universidade Federal de Goiás, *campus* de Jataí (UFG). A integração com outras universidades nacionais também ocorre junto a projetos internacionais, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, parceira no Projeto Alfa, e a Universidade Federal do Maranhão, parceira no Projeto Borassus. São incontáveis as relações de pesquisa que se mantêm com outras universidades do país por meio de projetos de pesquisa dos diferentes laboratórios do PPGG. Para citarmos algumas, além das já mencionadas, apontamos a Universidade Federal do Mato Grosso, a Universidade Estadual do Mato Grosso, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal Fluminense, o CEFET Campos, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de Minas Gerais. Considerando outras instituições de pesquisa, tem sido constante a parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – em diferentes projetos de pesquisa do PPGG, além do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE.

Importante realçar também as trocas e parcerias nos encontros científicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), da União da Geomorfologia Brasileira (UGB), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). De todas as parcerias formam-se redes de pesquisadores e nucleação de grupos de trabalho em diferentes estados do país e com centros internacionais.

O PPGG tem uma biblioteca setorial, reconhecida como sendo um dos melhores acervos em Geografia do país, com cerca de 25 mil registros processados, sendo quase

a sua totalidade referenciada na base de dados informatizada da UFRJ (Base Minerva do Sistema de Bibliotecas e Informação – SIBI).

Existe um acervo de 181 periódicos nacionais e estrangeiros por assinaturas ou permutas, e inúmeros outros títulos de áreas afins tais como Filosofia, Sociologia, Economia, Planejamento Urbano Regional, História das Ideias, Geologia, Hidrologia, Pedologia, entre outras.

Encontra-se integrada à Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e atualmente ocupa uma área de 280 m², envolvendo áreas de acervo, salões de leitura, área de catalogação, recepção e secretaria, com significativa expansão com o Edital PROINFRA 01/2004 (Implementado em 2007).

A biblioteca não é apenas um patrimônio da universidade, mas um orgulho de todos os professores do PPGG, e uma boa parte da renovação de seu acervo é continuada por contribuição de professores e seus projetos de pesquisa. Durante anos o coordenador da biblioteca foi o saudoso professor Maurício de Almeida Abreu.

Após alguns anos sem um veículo de publicação institucional do Programa, interrompido por razões que não são aqui relevantes, o PPGG consegue retomar a edição de duas revistas acadêmicas para divulgação e discussão de pesquisa acadêmica em Geografia e áreas afins.

O periódico *Espaço Aberto* do PPGG-UFRJ foi oficialmente criado pela Comissão Deliberativa da Pós-Graduação e Pesquisa Geografia em 2009-2010, e constituído o corpo editorial e de consultores *ad hoc*. Teve sua primeira edição efetivada em 2011. Essa publicação, que se direciona a padrões de qualidade, tem periodicidade semestral (está em seu terceiro número) e é aberta à comunidade geográfica e de áreas afins. Seguindo a tradição da pluralidade da Geografia da UFRJ, essa revista pretende manter esse caráter, estando aberta à abrangência temática, teórica e metodológica da Geografia, desde que argumentativa e de qualidade.

Além da revista *Espaço Aberto*, vem-se trabalhando na retomada da Revista *Território*, que já foi um importante veículo de divulgação de trabalhos científicos há alguns anos. Há a previsão de no segundo semestre de 2012 ser relançada a revista com um novo número da *Território*, que seguirá, como já o foi anteriormente, a regularidade semestral.

Perspectivas e desafios futuros

Através dos anos e de sua história, o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem mantido sua posição de excelência, sendo hoje reconhecido com nota 7 na classificação de avaliação da CAPES. Como programa antigo e novas responsabilidades que são atribuídas a programas consolidados, há desafios a enfrentar. A exemplo de outros programas criados na mesma época, o PPGG/UFRJ passa por um período de renovação de seu quadro docente, com vários professores que acabam de se aposentar e outros em vias de aposentadoria nos próximos anos.

Renovação de quadros impõe um curto período de reposição de docentes e de integração desses novos profissionais às lides e responsabilidades da pós-graduação, ao mesmo tempo em que esses novos profissionais também têm que se familiarizar com as tarefas da graduação, bacharelado e licenciatura, uma vez não há e não é desejado no

PPGG e no Departamento de Geografia da UFRJ a separação de um corpo de professores de graduação e outro de pós-graduação.

Outra questão envolvida é que a positiva formação de doutores com os novos cursos de doutorado no país, e que é a formação dos novos professores do Programa, de certa forma inibe a manutenção e ampliação das articulações e convênios internacionais. O nível de excelência do Programa, demanda nos seus critérios de avaliação a integração internacional, o que nem sempre é fácil se não forem desenvolvidos contatos e laços no exterior. Dessa forma, é uma preocupação orientar e estimular os novos professores para comecem a criar desde já vínculos com profissionais e instituições de outros países. Uma via para isso é a candidatura ao estágio de pós-doutoramento no exterior, e outra via é aproveitar e participar, o quanto antes, das redes acadêmicas de professores consolidados e com mais experiência. Nenhuma das duas é um caminho fácil. Dessa exposição no exterior viriam publicações internacionais, outro quesito dos programas de excelência, propiciando o diálogo e a construção de um conhecimento científico sólido e integrado internacionalmente.

De certa forma, mais fácil, mas também com bastante envolvimento dos docentes, é a responsabilidade da pós-graduação em fortalecer a expansão e contribuir com a melhoria da qualidade da pós-graduação no país, formando parcerias com cursos iniciantes ou em consolidação, acompanhando a política da educação do ensino superior e da pós-graduação na formação de quadros de profissionais de alta qualificação.

No momento, o PPGG vem mantendo esse papel com convênios firmados com outras universidades, vários intermediados por laboratórios e grupos de pesquisa do Programa, e com o recebimento de professores-pesquisadores em supervisão de pós-doutoramento. Porém, quem encabeça esses acordos são novamente os professores mais antigos. Sendo assim, é claro que os professores iniciantes no PPGG/UFRJ precisam ampliar suas responsabilidades junto à pós-graduação, adquirindo mais experiência e maturidade profissional para encarar futuros desafios, contando com a ajuda dos profissionais antigos ainda na ativa.

Em suma, na renovação de quadros, os desafios futuros não se resumem apenas em manter a qualidade pelo aperfeiçoamento continuado do professor, mas a sua inserção internacional e, ao mesmo, também arcar com as novas demandas da política do ensino superior que estão recaindo e pressionando os programas de pós-graduação. Como combinar pesquisa, ensino, projeção e responsabilidades internacionais e nacionais junto à integração do corpo docente mais antigo com a chegada dos novos? De imediato, deveria haver uma conscientização maior dos professores sobre esse momento delicado de transição e do papel dos programas de excelência junto ao ensino superior do país e, em paralelo, o estabelecimento de uma política interna coordenada entre o PPGG e o Departamento de Geografia da UFRJ, para avançar sem tropeços nesse futuro que já é o presente.

Também desafiante e de pauta das mais urgentes na renovação da pós-graduação é a abertura e a predisposição dos pesquisadores, professores e pós-graduandos na construção de matrizes teóricas e metodológicas alternativas e multidisciplinares no trato de relevantes temas do século XXI, introduzindo novas ou revigorando antigas temáticas típicas da Geografia, em resposta às necessidades e demandas da sociedade. A exemplo podem-se citar conflitos socioambientais mascarados por discursos estritamente ambien-

talistas, o acirramento das disparidades sociais, regionais e intrarregionais, as disputas econômicas e territoriais em nome da globalização, a descaracterização do papel e do compromisso do Estado com suas funções básicas e sociais que são repassadas ao setor privado em nome de eficiência econômica e imediatista, da cidade sem lei e da violência, da cidade como imaginário e modelo único direcionador da organização espacial e solução dúbia às mazelas sociais, econômicas e ambientais, da invisibilidade da pobreza, dos miseráveis, não mais concentrados nas cidades, mas dispersos pelas diferentes cidades, das grandes às pequenas e aos povoados, do papel do ensino da Geografia na educação básica atual, marcada por políticas de desqualificação e desvalorização da profissão docente. Inúmeras outras questões de cunho geográfico podem ser lembradas e não estão atraindo a devida atenção dos estudos e pesquisas da pós-graduação, incluindo a Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

As perspectivas futuras e o comprometimento social do PPGG perante as questões do século XXI marcarão o futuro do Programa e dependerá da opção política e de posicionamento crítico de seus professores e pesquisadores em como conduzir e como aplicar os resultados de suas pesquisas, seja na área de concentração da Gestão do Território, seja na área do Planejamento e Gestão Ambiental.

Os Editores

Base das informações

Catálogo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

Relatórios do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro da Coleta CAPES de 2005 a 2011.

Comunicação pessoal do prof. Dr. Nelson Fernandes, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril de 2012.

Depoimentos e falas informais no convívio dos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. s/d.

Uma Posição Crítica e Atuante para a Geografia

An Active and Questioning Position in Geography

Jorge Xavier da Silvaⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Iniciando com colocações e discussões teóricas sobre a Geografia e o meio ambiente, o texto apresenta, a seguir, o conceito de Sínteses Intermediárias e suas relações com o apoio à decisão. A Logística Emergencial, típica das tentativas de mitigação e controle de desastres ambientais, é brevemente discutida. Um exemplo de Síntese Intermediária, denominado Árvore de Gestão Espacializada, é apresentado em relativo detalhe, mostrando as possibilidades de análises custo x benefício através de simulações. Conclusões são apresentadas sobre a importância das estruturas de integração da informação ambiental como geradoras de apoio à decisão. Referências bibliográficas recentes do autor, documentadoras das posições defendidas e de acesso imediato através de “links”, fecham o texto.

Palavras-chave: Geoprocessamento, Apoio à Decisão, Gestão Ambiental.

Abstract: Theoretical considerations about Geography and the environment are made initially in the text. The concept of Intermediate Synthesis in relation to decision support is briefly discussed. A Spatialized Management Tree is presented as an example, showing some of its useful applications, including cost-benefit analysis coupled with simulations. Conclusions are presented concerning the importance of integrative informational structures as decision support procedures. Bibliographic references of the author are presented, some accompanied by direct links.

Keywords: Geoprocessing, Decision Support, Environmental Management.

Introdução

Os elementos básicos que caracterizam qualquer campo de pesquisa são os fenômenos que participam de um referencial no qual são identificáveis. No caso da Geografia, esse referencial é a superfície terrestre, na qual são identificados e analisados eventos e entidades, ou seja, fenômenos espaciais e temporais que nela ocorrem. Nesse caso, como em qualquer outro referencial de pesquisa científica, que são os arcabouços físicos e lógicos das investigações conduzidas, os eventos são responsáveis pela alteração das entidades e são por elas afetados, sendo assim criada uma estrutura interativa em contínua evolução.

A investigação das relações espaciais entre as entidades e eventos presentes em um referencial durante certo período constitui a pesquisa topológica, essencial a qualquer ramo

ⁱ Professor Emérito da UFRJ – Departamento de Geografia. xavier@lageop.ufrj.br, xavier.lageop@gmail.com.

científico. Nas Geociências, esse procedimento de investigação pode ser denominado Geotopologia e entendido como um caminho adequado para a investigação sistemática, em total acordo com a pesquisa científica em geral. Vale ressaltar que essa visão da Geografia, derivada de aprendizados nos níveis de graduação, pós-graduação e atividades profissionais, abrange todos os ramos da pesquisa geográfica, sem fazer concessões ou estabelecer enfoques privilegiados em função da presença humana.

A Geodiversidade (Xavier-da-Silva et al.; in Dias, 2001. p.299-316) encontrada na superfície terrestre é produto dessa interação descrita, na qual estão em constante integração as modificações produzidas nas entidades por novos eventos, dentro de um processo de contínuo ajuste a novas condições que pode ser denominado Geoinclusão (Xavier-da-Silva e Zaidan, 2011. Introdução), ou seja, a inserção das mudanças no ambiente, segundo os limites, riscos, ameaças, oportunidades e potenciais existentes. Em função das características ambientais presentes, ocorrem diferentes graus de aceitação das modificações, podendo ser atravessados limiares de aceitação que implicam em rejeição das alterações ocorridas, a serem então repelidas, gradual ou violentamente. Alterações bruscas na atuação de processos naturais (anomalias?), como ocorre com os fenômenos sísmicos e climáticos, podem gerar rejeições dramáticas quanto à Geoinclusão das atividades humanas na superfície terrestre, assim como o esgotamento paulatino dos solos de uma área pode resultar, gradualmente, na geração de precárias condições de vida para a população local.

O advento das tecnologias associadas ao processamento de dados é responsável por modificações relevantes no tratamento de grandes quantidades de dados, em particular na análise da distribuição espacial das entidades e eventos registrados em um referencial. Note-se que essa afirmação não se restringe à pesquisa geográfica, a qual, no entanto, está inteiramente abrangida nas modificações metodológicas originadas pela possibilidade de análises eficientes de maciças quantidades de dados. A tradicional metodologia de inspeção visual de mapas para percepção de relações topológicas entre entidades e eventos está sendo substituída por métodos de varredura de bases de dados especialmente estruturadas e que permitem extrações de dados seletivas e combinadas. Essas extrações, em geral, passam a representar não apenas dados, que são registros de ocorrência de fenômenos, mas sim informação, ou seja, ganho de conhecimento capaz de apoiar decisões, por vezes de caráter classificatório, como é o caso da criação de taxonomias baseadas em critérios múltiplos, ou, então, as referidas extrações podem se tornar indicadores de procedimentos a serem adotados na administração ambiental, como é o caso em planejamentos e na gestão ambiental.

Um exemplo particularmente dramático da utilização da tecnologia de processamento de dados em problemas ambientais refere-se ao uso do Geoprocessamento em situações ambientais críticas, como acontece nos desastres ambientais. Trata-se da tomada de decisão regida por um conhecimento precário e incompleto da situação ambiental crítica representada pelo desastre ambiental, o qual demanda, imperiosamente, decisões. Ao conjunto de medidas técnico-administrativas derivadas de precárias informações disponíveis por ocasião de desastres ambientais pode ser aplicado o termo Logística Emergencial.

Durante desastres é particularmente importante tomar decisões que envolvem, necessariamente, o melhor conhecimento possível e simultâneo de distribuições espaciais de entidades e eventos, suas condições momentâneas, ao lado de suas características identificadoras. É o caso, por exemplo, de identificar instalações que possam servir de abrigo para

a população atingida por desastres ambientais, instalações essas que devem ser classificadas quanto à adequação (taxonomia e condições vigentes de uso no momento) e localizadas quanto a distâncias e acessibilidade. Estão envolvidas nesse equacionamento as três dimensões básicas do dado ambiental – espacial, temporal e taxonômica – que necessitam ser integradas com as necessidades de percepção, entendimento e apoio manifestadas durante o desastre ambiental. Esse é um processo de Geoinclusão, o qual demanda, em termos operacionais, a existência de uma base de dados georreferenciada criada, de preferência, em associação com planos de contingência previamente gerados, o que propicia a necessária integração de dados. Sistemas de informação especialmente criados para uso no acompanhamento de desastres ambientais, assim como na elaboração de planos de contingência, constituem o apoio que o Geoprocessamento pode dar ao manejo de situações ambientais críticas, de que são exemplos trágicos alguns desastres ambientais.

Ainda considerando os aportes metodológicos trazidos pelas geotecnologias, deve ser notado que, em termos de *geração* de dados, a importância do uso de inspeções pontuais e generalizações continua grande, como é o caso das pesquisas geológicas, pedológicas, geomorfológicas, entre outras relativas a dados de caráter natural, e também nas de caráter socioeconômico, como é o caso das pesquisas amostrais em geral, nas quais o acesso ao universo das ocorrências é impossível ou excessivamente oneroso.

Deve ser igualmente notado, no entanto, que em termos de *análise* de dados, os procedimentos de varredura e integração locacional também estão em uso crescente em análises ambientais menos dramáticas que as relativas desastres ambientais, como é o caso da investigação científica dita normal. No caso da Geografia, o uso de sistemas de informação territorializada, conhecidos internacionalmente como GIS, permite o uso intensivo e disseminado de métodos de varreduras seletivas e integrações locacionais, na busca de relações taxonômicas (classificações por semelhança de atributos, por exemplo), espaciais (proximidades, conexões) e temporais (simultaneidades e correspondências entre ocorrências).

A colocação teórica feita nos parágrafos anteriores permite divisar as semelhanças e analogias que, algumas vezes, escapam a alguns. Esse patamar de posicionamento científico é extremamente útil para disciplinar a mente de jovens geógrafos. Uma vez percebida a analogia entre os diversos campos de pesquisa científica, é possível passar a testar metodologias desenvolvidas em outras áreas científicas e intercambiar os resultados das experiências executadas. Um tipo de resultado obtido em pesquisas ambientais, aqui denominadas Sínteses Intermediárias, por seu teor intrínseco e sua alta capacidade de apoiar decisões, merece análise mais detalhada, o que será feito a seguir.

O Geoprocessamento pode ser entendido como um conjunto de conceitos, métodos e técnicas dirigido à transformação de dados ambientais georreferenciados em informação relevante para a compreensão e o manejo de ambientes, existindo atualmente o risco de ocorrer, algumas vezes, certo afastamento desse nobre objetivo. Tal acontece quando os tratamentos de dados ambientais se dirigem a objetivos específicos que, se bem que possam ser valiosos por representarem um aprofundamento do conhecimento científico, também representam, algumas vezes, parcelas relativamente reduzidas de contribuição para a geração do muito necessário arcabouço de entendimento do ambiente, que é a base racional do manejo ambiental. Essa deficiência é emblemática e manifesta quanto à contribuição relativa ao apoio à decisão e, por essa razão, deve compor o elenco das preocupações constantes entre pesquisadores, administradores e ambientalistas.

Um outro ângulo da pesquisa ambiental brasileira merece destaque. No Brasil ocorre um quadro de pesquisa reflexa em relação ao ambiente científico internacional, quadro este estimulado, às vezes, por políticas de incentivo a objetivos de investigação científica atrelados a planejamentos estratégicos divergentes de nossos interesses como país. Pelo menos em termos de pesquisa ambiental, em princípio cumpre estimular, entre nós, a investigação autóctone, que é necessariamente idiográfica. As nossas pesquisas ambientais precisam contar com instrumentos que nos permitam entender e dominar as peculiares potencialidades e limitações que se apresentam em nosso território. É decorrência imediata desse objetivo de entendimento e manejo que as pesquisas ambientais no Brasil precisam dirigir-se à geração de apoio à decisão quanto aos nossos prementes problemas ambientais, claramente necessitando de múltiplas ações concomitantes e muito bem coordenadas no tempo e no espaço.

É afirmado claramente neste texto, para evitar interpretações menos nobres, que deve haver liberdade para investigar aspectos científicos absolutamente específicos de qualquer problema. Deve ficar claro também que, no caso da pesquisa ambiental, existem outras alternativas, tais como as vinculadas ao estímulo à produção científica, capazes de fornecer apoio à decisão dirigida à gestão ambiental. No caso do Geoprocessamento, tal alternativa pode ser entendida como a criação de procedimentos integradores dos dados ambientais e aptos a gerar estruturas informacionais destinadas a apoiar decisões. É aqui proposto o termo *Sínteses Intermediárias* para essas estruturas, algumas delas elencadas a seguir.

Exemplos de Sínteses Intermediárias

- Probabilidades de ocorrência (assinaturas ambientais).
- Monitorias ambientais singulares. Séries históricas.
- Monitorias e análises de expansões territoriais orientadas. Fatores de atração e de repulsão.
- Identificação de proximidades múltiplas.
- Avaliações ambientais por critérios múltiplos.
- Identificação e cotejo de áreas críticas.
- Comparações entre incongruências de uso dos recursos ambientais.
- Estimativas de impactos ambientais de eventos georreferenciados.
- Índices de geodiversidade.
- Potenciais conflitantes de uso dos recursos ambientais.
- Árvores de Gestão Espacializada. Acompanhamento de execuções físicas e financeiras.
- Simulações sinérgicas associadas a distribuições espaciais.
- Relações oferta x demanda e análises custo/benefício espacializadas.
- Levantamento de interações espaciais.
- Elaboração de planos de contingência.
- Vigilância e controle ambiental em desastres.
- Zoneamentos por critérios reproduzíveis.

Como exemplo detalhado da aplicação dessas técnicas, que compõem uma metodologia de Geoprocessamento voltada para o apoio à decisão, será apresentada a denominada Árvore de Gestão Espacializada (Figuras 1 e 2), anteriormente denominada Árvore de Decisão. Essa aplicação é oriunda de uma investigação conduzida por órgãos da Defesa Civil de Juiz de Fora, MG, e contribuiu para que um trabalho sobre desastres

ambientais por eles realizados, usando recursos do SAGA/UFRJ (Sistema de Análise Geo-Ambiental. Universidade Federal do Rio de Janeiro), fosse premiado em um concurso internacional promovido em Dubai, em 2010, pela ONU-HABITAT.



Figura 1 - Árvore de Gestão Espacializada – SAGA/UFRJ.

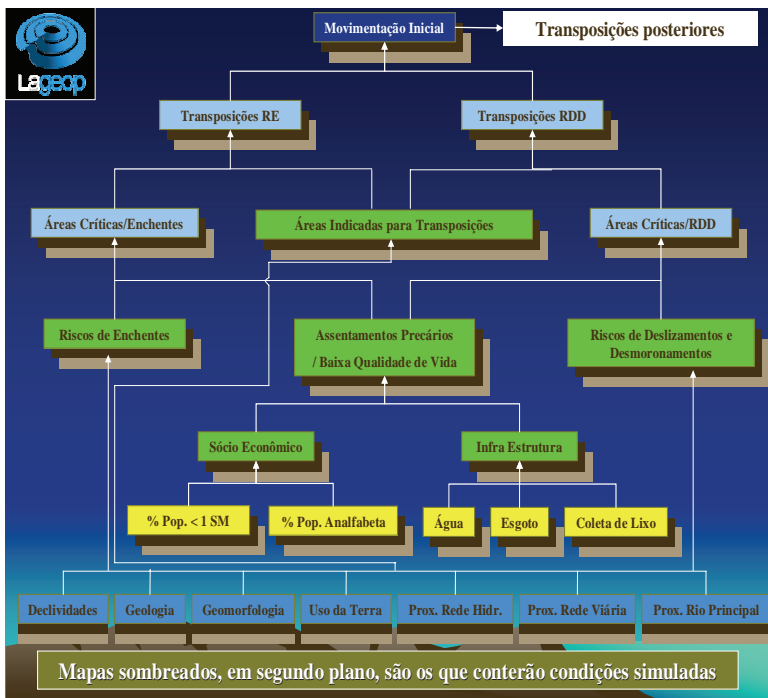


Figura 2 - Árvore de Gestão Espacializada.

Algumas características da árvore representada na figura 2 merecem ser destacadas. Dessas características poderá ser apreendida a natureza objetiva de uma Rede de Gestão Espacializada (RGE), em termos de vigilância e controle executado por todo um conjunto de Árvores de Gestão Espacializada (AGEs):

– A geração de mapas digitais de avaliação (Condição Sócio-Econômica, Infra Estrutura, Riscos de Enchentes, Assentamentos Precários/Baixa Qualidade de Vida, Riscos de Desmoronamentos e Deslizamentos, Áreas Indicadas para Transposições, na ilustração acima) pode ser feita através de diversos procedimentos avaliativos. Está implementado, na versão utilizada em Juiz de Fora, um dos esquemas denominados “Multi Criteria Evaluations” (buscar “MCE”, na Internet).

– No caso de uso de MCE, as agregações feitas com mapas temáticos situados na porção mais baixa da ilustração anterior (os mapas apresentados são ilustrativos, podendo ser quaisquer outros julgados relevantes), devem ser realizadas de forma paulatina, por afinidades entre os temas, de maneira análoga à dos mapas censitários (em amarelo na ilustração citada). Essas agregações paulatinas de pequeno número de mapas permitem que as avaliações, a cada agregação, mantenham poder discriminador, em termos de número de classes de avaliação possíveis.

– O trabalho interdisciplinar é estimulado pelas agregações paulatinas, que induzem avaliações conjuntas das equipes participantes, podendo ser exercido por equipes especializadas segundo os setores da árvore (partes de Geociências, de Saneamento, de Saúde, de Educação, entre outras).

– As áreas computadas em qualquer dos mapas, a comando dos usuários, e referentes a uma categoria (ou um polígono qualquer do mapa), representam a probabilidade de ocorrência aleatória de qualquer das classes do mapa (ou do polígono selecionado) em relação à área total do mapa digital.

– É possível criar simulações para estudo de sensibilidade de cada parâmetro (mapa participante da avaliação) ou conjunto de parâmetros em que haja interesse. Por exemplo, podem ser feitas comparações entre alterações hipotéticas nas legendas (ou em suas avaliações) dos mapas digitais. Outro exemplo: alterações nos pesos relativos a cada mapa, o que ganha relevância talvez inesperada se os pesos forem tornados representativos de percentuais de verbas a serem utilizadas. Comparações entre possíveis resultados de aplicações diversas podem ser assim feitas, segundo esta estrutura de análise custo x benefício. Por exemplo, comparações quantitativas entre mapas de síntese (“Movimentação Inicial” e “Transposições Posteriores”) demonstrarão as diferenças, em termos da finalidade da árvore, entre distintas aplicações; por exemplo, entre o emprego de verbas diretamente em obras civis ou em campanhas educativas.

– O nível geotopológico (Áreas Críticas/RE, Áreas Críticas/RDD, Transposições RE e Transposições RDD) permite definição de proximidades como elemento de apoio à decisão.

Por exemplo: quais as favelas que podem ser removidas para locais próximos também já identificados na árvore, quais não tem condições de ser removidas e deverão ter seus locais de ocorrência mantidos, após a indispensável eliminação dos riscos ambientais neles identificados e criadas condições mínimas de habitabilidade (conceito de “favela bairro”, atualmente usado nas grandes favelas do Rio de Janeiro).

– São exemplos de outras avaliações/comparações/simulações com resultados de diferentes aplicações: aptidões agrícolas, diferentes potenciais turísticos, alternativas de localização industrial, riscos de epidemias, consequências de campanhas de educação, entre outros.

– Como consequência de simulações, as AGEs permitem tentativas de conciliação, através de um balanceamento dos recursos a serem aplicados, entre paradigmas naturalmente conflitantes, como Desenvolvimento Econômico, Qualidade de Vida e Sustentabilidade.

– Qualquer dos mapas (iniciais ou derivados das análises) pode ter a identificação de percentuais de ocorrência consultados a qualquer momento da análise, e os mapas assim selecionados podem ser lançados sobre outros, permitindo definição de superposições de interesse. Por exemplo: percentagem de riscos de agravos pessoais (furtos, assaltos) em áreas turísticas ou educacionais. Os mesmos resultados (e qualquer dos mapas) podem ser lançados sobre as bases cartográficas e de imagens do Google Earth.

– Documentações de várias naturezas, relativas às entidades e aos eventos identificados, podem ser armazenadas e recuperadas ao longo das análises, conforme mencionado anteriormente. Vale destacar que a aplicação de Sínteses Intermediárias pode ser armazenada para controle e comprovações futuras, além de outros registros, como mapas, fotos, vídeos, inclusive textos e tabelas usados nas análises e sínteses executadas.

– Os resultados mapeados de avaliações podem ser colocados, total ou parcialmente, sobre recortes espaciais de interesse (bairros, setores censitários, áreas de proteção ambiental, zonas e seções eleitorais, entre outros). O recorte escolhido, assim enriquecido de conteúdo informativo, pode ser lançado sobre outro mapeamento total ou parcial. Por exemplo: os bairros constantes de um mapeamento de uma cidade que foram mais beneficiados por alguma aplicação de recursos apresentam coincidência com alguma característica social, tal como pobreza da população? A resposta pode apoiar a decisão de continuar ou não concedendo recursos financeiros à municipalidade envolvida.

– Em conclusão, todo o andamento das análises produtoras das estimativas, seus resultados em termos de propostas de utilização de fundos e o acompanhamento das respectivas implementações podem ser monitorados pela cadeia de comando, a qual adquire poder de constatar atrasos e desvios de conduta em tempo útil para correção. Para isso deverão estar disponíveis as diversas Árvores de Gestão Espacializada (AGEs), propostas inicialmente pelos próprios solicitantes de apoio e fundos, as quais serão os elementos de controle da cadeia de comando.

As Sínteses Intermediárias aumentam a presteza com que podem ser enfrentadas ou aproveitadas situações ambientais novas. Essas sínteses, uma vez criteriosamente criadas nos períodos não críticos, podem representar uma preparação para os enfrentamentos de situações indesejáveis e para o melhor aproveitamento das que forem favoráveis, mantendo-se, assim, o sistema de informação em condições de apoiar mais rapidamente decisões relevantes. Esse dinamismo do sistema é altamente valioso, minimizando suas chances de obsolescência e/ou ociosidade. Em termos de utilização de conhecimentos geográficos, está criada uma posição crítica e continuamente atuante, na qual os geógrafos deixam de ser meros espectadores ou, pior, especuladores, em relação aos problemas ambientais.

Em conclusão, pode ser depreendido que a perspectiva conceitual e metodológica apresentada, além de contar com programas prontos para a execução dos procedimentos elencados, tem grande alcance. Não se trata de fazer planejamentos apenas, mas sim de criar uma estrutura de acompanhamento do jogo de entidades e eventos que executam a inclusão de ocorrências verificadas ou simuladas das interações geotopológicas, fazendo-se, assim, a Geoinclusão dos seus produtos, respeitando e aproveitando as condições favoráveis e/ou limitantes constatadas e registradas em uma estrutura de dados georreferenciados associada a procedimentos de vigilância (constatação de ocorrências) e controle (acompanhamento de séries temporais e espaciais informativas para a gestão ambiental). É importante salientar o caráter dinâmico dessa estrutura de procedimentos integradores, com sua capacidade de recuperação diversificada de dados e de informação ambiental para apoio à gestão territorial. Ela contrasta, por seu acompanhamento contínuo, com o tratamento episódico característico dos planejamentos sucessivos e constitui um caminho fecundo de relacionamento de profissionais, principiantes ou experimentados, com as possibilidades trazidas pelo acelerado desenvolvimento dos conceitos, métodos e técnicas de processamento de dados.

Referências Bibliográficas do Autor

MARINO, T. B.; QUINTANILHA, J. A.; XAVIER-DA-SILVA, J. Metodologia para tomadas de decisão no âmbito de riscos socioambientais em áreas urbanas: desmoronamentos e enchentes em assentamentos precários na bacia do Córrego Cabuçu de Baixo - SP. *Revista Brasileira de Cartografia*, 2011. Edição 64/01 (No prelo).

XAVIER-DA-SILVA, J. A Digital Model of the Environment: an Effective Approach to Areal Analysis. In: Latin American Conference, International Geographic Union, 1982, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IGU, v.1, 1982, p.17-22.

_____. Matriz de objetivos conflitantes: uma participação da população nos Planos Diretores Municipais. In: MACIEL, T. B. *O ambiente inteiro: a contribuição crítica da Universidade à questão ambiental*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992, p.123-34.

_____. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (orgs.). *Geomorfologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.393-414.

_____. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: BECKER, B. K. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995, p.346-70.

_____. Metodologia de geoprocessamento. *Revista de Pós-Graduação em Geografia*, Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, p.25-34, 1997.

_____. Geomorfologia, análise ambiental e geoprocessamento. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Uberlândia: UGB/UFU, v.1(1), p.48-58, 2000.

_____. *Geoprocessamento para análise ambiental*. 1.ed. Rio de Janeiro: D5 Produção Gráfica, 2001, v.1. 228 p. Disponível em: <<http://www.lageop.ufrj.br/utilidades/partelivro.zip>>.

_____. Desperdícios e oportunidades na pesquisa ambiental brasileira: algumas contribuições do Geoprocessamento. *Revista Floresta e Ambiente*, Rio de Janeiro: UFRJ, v.11, n.1, p.53 - 65, ago.-dez. 2004.

_____. O que é geoprocessamento? *Revista do CREA-RJ*, Rio de Janeiro, n.79, p.42-4, 30 out. 2009. Disponível em: ><http://www.ufrj.br/lga/tiagomarino/artigos/oqueegeoprocessamento.pdf>>.

_____; GOES, M. H. D. B.; MARINO, T. B. Geoinclusão: um caminho do dado á informação. *Revista de Geografia*, v.1, n.1, p.1-5, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2011/06/RevistaGeografia2011-Xavier.pdf>>.

_____; Z Aidan, R. T. (eds.). *Geoprocessamento e Análise Ambiental - Aplicações*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, v.1. 368 p. Disponível em: <<http://www.submarino.com.br/produto/1/279952/geoprocessamento+e+analise+ambiental:+aplicacoes>>.

_____; _____. (eds.). *Geoprocessamento & meio ambiente*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 324 p. Disponível em: <<http://www.bondfaro.com.br/preco--livros--geoprocessamento-e-meio-ambiente-jorge-xavier-da-silva-ricardo-tavares-zaidan-8528614891.html>>.

_____; MARINO, T. B. Citizenship Through Data Sharing in the Amazon Region. In: *Proceedings of the 2nd International Conference and Exhibition on Computing for Geospatial Research & Application*. Washington, D.C., USA, 2011. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1999320.1999346&coll=DL&dl=ACM&CFID=52874318&CFTOKEN=74835091>>.

_____; _____. Is the "GEO" Perspective Really general? In: *Proceedings of the 1st International Conference and Exhibition on Computing for Geospatial Research & Application*. Washington, D.C., USA, 2010. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1823910>>.

Xavier-da-Silva, J

_____; _____. A Geografia no apoio à decisão em situações de emergência. In: XIII EGAL – Encuentro de Geografos de America Latina, 2011, San Jose. *Anais...* 2011
Disponível em: <<http://www.ufrj.br/lga/tiagomarinio/artigos/egal2011.pdf>>.

_____; _____. *Geoprocessing for Urban Planning Methodology for Decision Making in the Context of Social and Environmental Hazards in Urban Areas ICSIT 2012* (No prelo).

_____; _____. GOES, M. H. B. Geoprocessing for Environmental Assessments: Citizenship in the Amazon Region and Emergencies in Rio de Janeiro. *Directions Magazine*. 2011. Disponível em: <<http://www.directionsmag.com/articles/geoprocessing-for-environmental-assessments-citizenship-in-the-amazon-/195036>>.

_____; SOUZA, M. J. L. *Análise ambiental*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988. 200 p.

_____; CARVALHO-FILHO, L. M. Sistemas de informação geográfica: uma proposta metodológica. IV Conferência Latino-Americana Sobre Sistemas de Informação/2º Simpósio Brasileiro de geoprocessamento. *Anais...* São Paulo: Edusp, 1993, p.609-28.

_____; CARVALHO-FILHO, L. M. Geodiversity: Some Simple Geoprocessing Indicators to Support Environmental Biodiversity Studies. *Directions Magazine*, 2004. Disponível em: <<http://www.directionsmag.com/articles/geodiversity-some-simple-geoprocessing-indicators-to-support-environmental-/123803>>.

_____; ALMEIDA, L. F. B.; CARVALHO-FILHO, L. M. Geomorfologia e Geoprocessamento. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. *Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.283-309.

_____; PERSSON, V. G.; LORINI, M. L.; BERGAMO, R. B. A.; RIBEIRO, M. R.; COSTA, A. J. S. T.; IERVOLINO, P.; ABDO, O. E. 2001a. Índices de geodiversidade: aplicação de SGI em estudos de biodiversidade. In: GARAY, I; DIAS, B. (orgs.). *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p.299-316.

Recebido em: 31/01/2012

Aceito em: 24/04/2012

Reflexões sobre o Ensino Superior e a Pós-graduação em Geografia¹

Reflections on Teaching Undergraduate and Postgraduate Geography

Maria do Carmo Correia Galvãoⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo foi redigido em 1989 (atualizado para essa publicação) e expressa um momento de discussão dos rumos do ensino superior e da expansão da pós-graduação em Geografia, até então concentrada em poucos cursos localizados nas regiões Sudeste e Sul. É, sobretudo, uma reflexão sobre a Geografia e sua posição no debate ambiental da época, que se mantém bastante atual. Ambiente e natureza são debatidos na perspectiva geográfica da totalidade espacial resultante da articulação físico/social, sociedade/natureza. A unidade da Geografia na abordagem do ambiente é enfatizada e associada ao ensino da Geografia, ressaltando o papel da formação de geógrafos e licenciados. Manter a sintonia entre a formação do profissional e novas questões da sociedade, apoiada na identidade disciplinar da Geografia é um processo permanente ao Ensino Superior e à Pós-graduação em Geografia, tendo tido como resultante uma multiplicação de novos cursos, muito além dos sete cursos de pós-graduações existentes quando da redação original desse artigo.

Palavras-chave: Geografia, Ensino Superior, Pós-graduação em Geografia, Ambiente, Sociedade-Natureza

Abstract: Written in 1989 (and updated for this publication), this article expresses a moment when the expansion of postgraduate Geography was being debated due to the concentration of these programs in the Southeast and South. The article is above all a reflection on Geography and its position in the environmental debates of the period and which are still relevant today. Environment and nature are discussed from a geographical perspective of spatial totality, articulating physical to social and society to nature. The unity of Geography is emphasized in the study of the environment and applied in Bachelor and Licentiate degrees. Based on this disciplinary identity, postgraduate Geography is engaged in a permanent process of balancing professional training with the incorporation of new social issues and the result has been the multiplication of new courses throughout the country, well beyond the seven postgraduate programs which existed at the time when the article was written.

Keywords: Geography, Postgraduate Geography, Environment, Society-Nature.

ⁱ Professora Emérita da UFRJ - Departamento de Geografia.

Introdução

O desenvolvimento científico-tecnológico do início deste século constitui o mais forte agente propulsor da formação e qualificação de recursos humanos, nas diferentes áreas do conhecimento e campos de atividade do mundo contemporâneo.

Ampliam-se com a modernidade as fronteiras da ciência e tecnologia, e a cada avanço novos desafios a elas se antepõem. Crescem, em decorrência, as exigências quanto à competência no SABER e à eficiência no FAZER, como condição indispensável à realimentação desse sistema de perfil exponencial.

Desse processo de desenvolvimento global e planetário, participa o Brasil como país periférico em acelerado crescimento, marcado por projeções de vanguarda a contrastar com setores de estruturação precária e distribuições espaciais desiguais.

Diferenciam-se internamente o formato do crescimento e as exigências de qualificação de quadros dele emanadas, enquanto no conjunto da economia uma relativa elevação do nível geral de preparo profissional já se manifesta. Tornam-se cada vez mais precárias e incertas as “acomodações” ou “arranjos”, até aqui usuais, no mercado de empregos.

Nos setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados do país, a competição passa a se impor como força de pressão não desprezível, que gerada pelo processo de crescimento, consolidou-se com a crise, assumindo um perfil diferenciado em função da própria segmentação do mercado de trabalho.

A “improvisação” como sinônimo de eficiência não encontra mais respaldo no sistema produtivo de tecnificação crescente. Como alternativa operacional de grande efeito e longa duração entre nós, o “jeitinho brasileiro” dá sinais de exaustão: esgotou-se como “modelo”, face a situações e solicitações emergentes complexas que se multiplicam e se atropelam, num processo de crescimento visceralmente deformado em seu perfil por deficiência estruturais de base.

Ao encontro de toda uma realidade que mudou em suas próprias raízes, e que em diferentes dimensões pressiona a demanda de pessoal qualificado, a sociedade busca equipar-se com quadros capacitados a atendê-la. Às instituições de ensino, em todos os níveis, compete o esforço dessa realização – tarefa gigantesca para um país também gigante, colado à estrutura educacional distorcida e anã.

Sobre a Universidade, como instância superior, recai o peso maior dessa responsabilidade social, cabendo a ela a geração/reprodução do conhecimento através da pesquisa/ensino de alto nível, e ao mesmo tempo, a formação e qualificação de profissionais, das mais diversas áreas, requeridas pelo mercado de trabalho e indispensáveis à realimentação ampliada do sistema.

Renovação da Geografia e Formação de Quadros

É no contexto das exigências de qualidade e competência imposta pelo desenvolvimento que se há de considerar a Geografia na Universidade, investindo com seriedade no aprofundamento do seu saber científico, e na formação e qualificação de quadros capazes de lhe dar continuidade.

Do incomensurável esforço, idealizado e implementado pela Geografia no país dão provas contundentes os Cursos de Pós-Graduação² já implantados: as pesquisas e a produção científica de diferentes Departamentos; a participação ativa de geógrafos em Congressos, internacionais e nacionais, e em Comissões e Grupos de Trabalho da UGI; a promoção de Simpósios, Seminários e Encontros (em nível nacional, regional ou estadual), para debate de temas pertinentes às diferentes áreas de especialização da Geografia, por iniciativa de entidades ou grupos acadêmicos, e pela Associação de Geógrafos Brasileiros, em nível nacional e regional.

No bojo dessas reuniões científicas, há que se destacar a preocupação crescente pela questão do Ensino da Geografia, preocupação que se expressa concretamente na inclusão de sessões específicas para debate desse tema – assumido como pedra angular da renovação pretendida.

A preocupação pelo Ensino da Geografia tem encontrado sua expressão mais evidente na discussão da Questão Curricular. Nesse sentido é muito sintomática as iniciativas que mobilizaram por longo período discussões, debates, mesas redondas, seminários específicos promovidos pela comunidade geográfica e grupos de estudos, a exemplo do Grupo de Estudos criado pela CAPES/SESU/MEC para discutir a reforma de Currículo da Geografia. Nos anos 2000 vários atos normativos do Conselho Nacional de Educação foram publicados, impactando diretamente nos cursos de graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura), tais como a Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; publicado Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31; e a Resolução CNE/CP 2, DE 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior; publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

Em diferentes universidades, a reforma curricular foi implementada para atender os diferentes atos normativos e vem mobilizando professores e alunos em debates importantes, no decorrer dos quais propostas e sugestões mais amplas têm sido analisadas e amadurecidas, em proveito do curso como um todo. A importância crescente da discussão do Ensino da Geografia na Universidade reflete, sem dúvida, a tomada de consciência de seu alcance, no sentido de propiciar a superação dos limites que a impedem de assumir mais plenamente, e com mais clareza, o papel que lhe cabe na sociedade moderna. Nesse debate, evidenciam-se a um só tempo, (a) o reconhecimento da Geografia como CONHECIMENTO e PROFISSAO, (b) a abertura de novos patamares do saber e novas perspectivas para a Geografia no MERCADO DE TRABALHO, (c) e as EXIGÊNCIAS de QUALIFICACAO e APRIMORAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO do Profissional da Geografia, que a Universidade deve prover. Situa-se, assim, o Ensino de Graduação e Pós-Graduação como questão em debate.

A Discussão do Ensino da Geografia

Qualquer discussão referente ao Ensino da Geografia há de passar, necessariamente, por determinados eixos de reflexão, sem os quais nosso esforço perde sua razão de ser.

A questão inicial que aqui se coloca é o significado intrínseco da Geografia enquanto Conhecimento, envolvendo a validade de seu desenvolvimento e de sua realização como Saber e como Prática Social.

Por força de seu próprio objeto e dos pressupostos e referenciais analíticos que dão suporte à sua investigação, constitui-se a Geografia em importante instrumento de elaboração intelectual, estimulando a reflexão crítica permanente, na busca do entendimento e explicação das relações dinâmicas que se consubstanciam na organização do espaço. A ela compete, por conseguinte, a participação valiosa e específica no processo de desenvolvimento educativo e estruturação mental do educando.

Fundamentada no conhecimento abrangente, integrado e crítico do mundo em que vivemos, projeta-se ademais não apenas como disciplina de formação intelectual, mas como Prática Social de alta relevância no processo CRIATIVO de modelagem e constituição de Cidadania.

A esses valores básicos, inerentes à sua própria essência enquanto conhecimento que pressupõe observação e análise dos processos de construção do espaço em sua dinâmica e tendências, acrescente-se sua importância e competência como instrumento de Ação, no sentido da Ordenação do Território e da Gestão Territorial, entendida esta como estratégia de apropriação e produção do espaço por diferentes agentes, com base no conhecimento científico-tecnológico das relações de poder. A partir do reconhecimento do significado social da Geografia, que justifica tanto o seu desenvolvimento quanto o seu ensino, uma segunda ordem de questões impõe-se à nossa reflexão por sua relevância conceitual e metodológica inerente à natureza e objeto da Geografia, vale dizer, sua IDENTIDADE como CONHECIMENTO.

Situada na interface dos três grandes conjuntos do saber, definidos como ciência da matéria, ciência da vida e ciências sociais, a Geografia identifica-se como um saber científico unitário e coeso que tem por objetivo a organização do espaço terrestre enquanto espaço do homem: espaço construído e apropriado pela sociedade como Território.

As interações do físico, biológico e social, - que em permanente movimento e em diferentes escalas de abrangência articulam espaço e tempo, - constituem os processos sócio-espaciais de que se ocupa a Geografia.

Assumir vetores ou fragmentos desintegrados dessa totalidade como objeto particular e específico das diferentes Especificidades da Geografia, (especialidades de valor e função inegáveis e irrecorríveis, de *per se*), representa DESINTEGRAR a própria Geografia como área do saber e, conseqüentemente, como Prática Social.

Não pretendo aqui polemizar a questão da UNIDADE da Geografia, por considerar que sua discussão ultrapassa os limites e objetivo do presente texto. Ademais, o desgaste impingindo à questão por debates infundáveis, inócuos e até nocivos ao avanço da Geografia recomenda a sua não inclusão nesta oportunidade. Desejo, entretanto, reiterar a importância dessa discussão, a ser desenvolvida no mais alto nível e nas diferentes instâncias de seu conteúdo filosófico e metodológico, no sentido da construção de um

Estatuto Epistemológico específico que defina a IDENTIDADE da Geografia como Área do Conhecimento. Identidade capaz de balizar com segurança seu desenvolvimento como saber científico e instrumentá-lo como Prática Social.

Insisto na importância desse esforço junto aos que se vêm dedicando à questão epistemológica da Geografia, não só por considerar fundamental e indispensável a construção teórica para o fortalecimento da Geografia (como, aliás, para qualquer ciência), mas por ver com muita apreensão os rumos assumidos por ela entre nós, nos últimos anos.

Assustam-me postulações teóricas da chamada Geografia Crítica que privilegiam as relações de produção entre os homens, em lugar de construções espaciais geradas por aquelas relações, em que se baseia o raciocínio geográfico. Na trama analítica dos processos sociais discutidos, desaparece o espaço, de cuja produção se ocupa a Geografia.

O espaço como agente sequer é tocado e a sua participação nos processos sociais restringe-se, quando lembrado, a simples questões locais. Limitações ou potencialidades a ele inerentes, por força de condições locais ou configurações específicas de ordem física ou biológica, são ignoradas (quando não execradas), por tudo que possam eventualmente representar como resquícios da “Geografia Tradicional” ou até mesmo do Determinismo Geográfico. As distorções de ótica conceitual-metodológica atingem tal monta, que já se questiona o significado do meio físico na análise geográfica.

Assusta, igualmente, o distanciamento criado e aprofundado por geógrafos físicos em relação à dimensão social/histórica de eventos e/ou processos em que centram seus estudos, como se a compreensão desse processo, em sua dinâmica e tendências, pudesse ser plenamente alcançada no âmbito exclusivo de forças e agentes da natureza.

Assusta-me, sim, a fragmentação da Geografia levada quase às últimas consequências pela exacerbação de uma visão dicotômica, distorcida e míope dos processos espaciais. Miopia dos “deslumbrados” pelos processos e agentes sociais que, emaranhando-se em suas teias perdem de vista a perspectiva espacial: Miopia dos que, a pretexto de uma necessidade de “aprofundamento” do conhecimento, ou em nome da “especialização”, mergulham na investigação de um determinado objeto, desligando-o de relações mais amplas (tanto física, quanto sociais) que podem contribuir para explicar não apenas suas características específicas, mas também sua dinâmica, evolução, ajustes e tendências.

Ao ensejo destas considerações que traduzem preocupações minhas, vale reproduzir aqui o que escreveu Lacoste (1988) ao enfatizar as dificuldades da análise marxista na Geografia, dificuldades que atingem igualmente os “Físicos” e os “Humanos” da geografia... e que, no meu entender, não se limitam apenas a marxistas.

Sintomático o deslize de geógrafos marxistas que abandonam a concepção unitária da Geografia (a apreensão dos fenômenos físicos em função da prática social) e que se consagram, seja à análise exclusiva das formas de relevo consideradas em si mesmas, seja à reprodução dos discursos dos economistas e dos sociólogos, espacializando-as muito pouco, (...) (LACOSTE, 1988, p.145)

Em outra passagem do mesmo livro, escreve aquele autor:

É preciso também levar em consideração as condições climáticas, pedológicas, topográficas, que não derivam, fundamentalmente, da análise dos marxistas

e que estes tendem a negligenciar, em prol dos estudos das relações de produção. Essas últimas são, evidentemente, fundamentais mas, contrariamente à tendência dos marxistas que reduzem ao econômico as contradições das diversas sociedades, não se podem reduzir os problemas políticos, e mormente os problemas de poder, às modalidades de apropriação dos meios de produção. (LACOSTE, 1988, p.147-48)

Parece-me pertinente e oportuno enfatizar aqui o significado dessas ponderações de Lacoste que podem ser lidas e entendidas como um chamamento à nossa reflexão sobre os fundamentos teóricos da Geografia que definem e sustentam sua identidade científica, realçando seu perfil como saber e como prática social.

No momento em que a Questão Ambiental assume uma dimensão planetária, impondo-se como a nova Ordem Política e Econômica do mundo contemporâneo, cabe à Geografia participar do esforço de compreensão e dimensionamento de problemas emergentes. É inadmissível que por inadvertência, descaso ou desprezo, a Geografia deixe escapar de suas mãos o objeto de preocupação enquanto ciência da organização do espaço e gestão do território, vale dizer, o AMBIENTE em sua acepção plena, como Natureza recriada pela sociedade. É lamentável que por carências epistemológicas não resolvidas, a Geografia se desintegre perdendo sua identidade como saber unitário.

Como estes questionamentos, desejo reiterar minha preocupação pela renovação e aprofundamento conceitual-metodológico da Geografia em termos de um PENSAR GEOGRÁFICO, uno e coeso. Um “PENSAR” e TOTALIDADE ESPACIAL, que se distingue das postulações formais referentes à UNIDADE da Geografia, (tal como frequentemente discutida) e que, em nada se opõe às Especializações da Geografia. Um pensar geográfico capaz de discernir e resolver, na escala de análise e na espiral do tempo pertinentes, as diferentes articulações Físico/Social, Natureza/Sociedade.

O apelo ao esforço de reflexão teórica impõem-se por si mesmo, como condição fundamental para a superação de questões conceituais e metodológicas que limitam o desenvolvimento científico e operacional da Geografia, afetando-a no ENSINO, na PESQUISA e na AÇÃO.

É tempo de se pensar e repensar a Geografia que se quer e que se faz. Nesse processo de reflexão que envolve nosso comprometimento com a sociedade mais equilibrada e justa que pretendemos, a Geografia tem um papel fundamental e desempenhar, e seu Ensino faz parte dele.

Bases Estruturais do Ensino Superior da Geografia

O reconhecimento inequívoco do significado ético/social da Geografia e de seu desenvolvimento como SABER nos leva, necessariamente, ao exame das bases de sustentações e execução de seu ensino no nível universitário.

A questão tratada aqui de forma abrangente, procura ressaltar as linhas de preocupação e orientação que nos parecem essenciais, tanto em termo de concepções teóricas quanto de estruturação básica e implementação daquele ensino, tendo como balizamento a tradição e experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em coerência com postulações anteriormente defendidas, assume-se como referência no plano teórico a concepção unitária e coesa da Geografia, a ser exercitada em escalas e instâncias específicas, sem prejuízo (muito pelo contrário) das Especializações e/ou aprofundamentos que a Geografia contempla e exige, em seu processo de desenvolvimento científico.

Admitindo como pressuposto a caráter global do Ensino Superior e sua estratificação hierárquica, - formalizada na Graduação e na Pós-graduação com suas diferenciações internas - a discussão envolve questões referentes à formação acadêmico-profissional em diferentes níveis de qualificação, e a operacionalização desses níveis, em suas linhas estruturais básicas.

Isto posto, considera-se que na Universidade, o Ensino da Geografia existe para formar e qualificar Geógrafos, capacitando-os ao atendimento das funções precípua à instituição universitária, vale dizer, a PRODUÇÃO e REPRODUÇÃO do CONHECIMENTO, mediada pela pesquisa e ensino, e à capacitação profissional, para a prática do conhecimento junto à sociedade.

Com esta colocação define-se claramente que o produto final do Ensino Superior da Geografia é o Geógrafo, e que o cenário desse Ensino, que engloba a Graduação³ e a Pós-graduação, dotados de atribuições específicas.

Em sintonia com suas postulações, e coerente com a realidade geografia do país, a Pós-graduação há de ser vista como proposta altamente relevante, cujo sucesso pressupõe implementação adequada e valorização efetiva das diferentes instâncias de qualificação escalonada que a definem como Projeto, a nível nacional: Pós-graduação *strito* senso - Mestrado e Doutorado -, e Pós-graduação *latu* senso, compreendendo Curso de Aperfeiçoamento e Especialização.

A Pós-graduação *Strito sensu*

Concebida como instância máxima da formação universitária e como projeto de grande alcance a curto, médio e longo prazo, a pós-graduação tem como meta a capacitação de quadros de alto nível, necessários ao desenvolvimento da ciência e da sociedade.

A qualificação acadêmico-científica do corpo docente, calcada não apenas em conhecimentos sólidos e profundos, mas sobretudo, em comprovada competência em pesquisa e ensino, constitui condição básica indispensável à sua criação e desenvolvimento.

Em complementação a essa condição, colocam-se como outros tantos pressupostos mínimos, para sua implementação a tradição em pesquisa da instituição proponente e a disponibilidade de uma massa crítica devidamente habilitada, da qual depende a montagem e execução de programas.

Tais condições consubstanciam o reconhecimento de que o ensino e pesquisa são integrantes essenciais do processo de produção do conhecimento a que as universidades se propõem. Realimentando-se mutuamente, não podem ser desligados um do outro, sem prejuízo do todo e de cada um.

As implicações desse reconhecimento são amplas e se expressam sob modalidades diversas e vem apresentando mudanças ao longo das últimas décadas. Até o início dos anos 90 do século XX, dadas as características da evolução da geografia brasileira,

moldada ao processo de crescimento econômico e social e à sua dimensão continental, as condições de atendimento à pós-graduação restringiam-se a somente nove centros de excelência, que exprimiam em sua distribuição espacial uma considerável desigualdade regional. Dos programas de Mestrado, sete estavam concentrados no Sudeste/Sul, em contraposição a apenas dois no Nordeste. Quanto ao Doutorado, dos três únicos Programas então instituídos e em atividade estavam sediados em São Paulo, acentuando ainda mais aquela concentração.

Essa situação não era, necessariamente, representativa do nível de qualidade dos docentes nas diversas universidades do país, mas da fraca representatividade numérica dos efetivamente qualificados em cada uma. Em virtude da solidificação e ampliação dos centros já implantados, aos quais coube promover a capacitação de quadros para as demais unidades universitárias, bem como às políticas de fomento e crescimento dos programas de pós-graduação levados a cabo pelo governo federal ao longo dos anos 90 e, fundamentalmente, dos anos 2000, o quadro atual é completamente outro. Considerando a última avaliação trienal dos programas de pós-graduação em geografia promovida pela Capes e divulgada em 2010, temos a seguinte distribuição regional.

Quadro 1: Distribuição Regional dos Cursos de Pós-Graduação em Geografia *Stricto Sensu* em 2010.

Programas de Pós-Graduação	Região Sul	Região Sudeste	Região Centro Oeste	Região Nordeste	Região Norte	TOTAL
Doutorado	4	9	1	3	0	17
Mestrado	10	13	7	7	4	41

Fonte: Resultados Finais - Avaliação Trienal 2010 dos Programas de Pós-Graduação (Período de Avaliação: 2007 a 2009). Ministério da Educação - MEC / CAPES.

Reconhecendo que os compromissos da pós-graduação não se limitam à capacitação de recursos humanos, mas os ultrapassam, ao buscarem o desenvolvimento científico da geografia que fundamenta aquela capacitação, e reconhecendo igualmente que estas metas implicam necessariamente numa programação articulada, coesa e equilibrada de ensino e pesquisa, a pós-graduação há de assumir, como princípio básico de sua atuação, o nível de qualidade e a coerência interna de sua estrutura curricular.

O atendimento destes quesitos pressupõe a montagem de um currículo dotado de um arcabouço programático, no interior do qual se dê espaço à discussão ampla e aberta de questões teórico-metodológicas da Geografia e/ou dos eixos preferenciais do Curso.

Em complementação a essa base curricular de conteúdo essencialmente metodológico, devem ser previstas a discussão e a prática de técnicas de pesquisa voltadas à instrumentação, implementação e operacionalização do processo de investigação.

A essas determinações de cunho teórico e operacional, que consubstanciam o núcleo fundamental do currículo, acoplam-se atividades específicas das áreas de concentração visadas pelo Curso. Sua composição deve ter afinidades com o interesse e as áreas de especialização docentes, tendo como respaldo as linhas de investigação em desenvolvimento na instituição. Identificado por essas linhas que embasam e articulam o ensino e a pesquisa, o perfil do Programa se completa e se fortalece com a produção científica docente, e com as Dissertações e Teses de seus pós-graduandos.

A Pós-graduação *Lato Sensu*

Os problemas referentes à qualificação docente e à questão de estrutura operacional aqui apontados levantam algumas reflexões na busca das propostas que possam, senão resolve-los, pelo menos minimizá-los, num lapso de tempo suportável.

A pós-graduação *lato sensu* configura-se como alternativa a ser consolidada e ampliada em todo o país, representando importante papel como via de aprimoramento de quadros, relativamente simples em sua estrutura, e não muito exigente em custos operacionais.

Identifica-se como modalidade de qualificação docente, sobretudo da educação básica, dotada de grande potencial e bom ajustamento à realidade institucional da Geografia na universidade brasileira, podendo por essa razão ser mais amplamente difundida que a pós-graduação *strito sensu*, ou seja, atingir maior número de profissionais da Geografia lotados, tanto na Educação Básica (ensino fundamental e médio), quanto em órgãos oficiais de ação regional ou agências de assessoria e planejamento.

Ainda que bastante heterogênea em suas origens e formação, a clientela da pós-graduação *lato sensu* é suficientemente numerosa, sobretudo na Educação Básica, para justificar um esforço intensivo no sentido de fomentar e estimular o seu aprimoramento.

A extensão e a diversificação da demanda, já conhecidas pela evidência empírica ou até mesmo por levantamentos sistemáticos já realizados, exigem uma programação diferenciada dos cursos, o que impõe, como medida preliminar, a definição mais precisa e objetiva do curso de ESPECIALIZAÇÃO, conforme previsto na Resolução N° 1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização⁴.

Tendo como exigência igualitária a duração mínima de 360 horas e nenhuma explicitação daquele Conselho quanto ao seu conteúdo, esses Cursos de Especialização merecem uma discussão cuidadosa no que tange ao seu papel de formação complementar da graduação em Geografia, para a qual algumas sugestões podem ser aqui lembradas.

A ESPECIALIZAÇÃO seria voltada para o aprofundamento de um determinado campo ou área do conhecimento em Geografia, incluindo discussões sobre questões teórico-conceituais, metodologia e técnicas de pesquisa.

Com essa modalidade de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* pensa-se dar atendimento a questões tais como: (a) aprimoramento de quadros docentes necessários à melhoria do ensino da Educação Básica, (b) melhor capacitação desses mesmos docentes, ou de quaisquer outros candidatos, para cursos de mestrado e (c) atendimento a um tipo de clientela constituída por pesquisadores ou técnicos de várias áreas que buscam aprimoramento e qualificação profissional, mas não necessariamente uma titulação acadêmica (como a conferida pelo Mestrado/Doutorado), condicionada a produção de um trabalho científico, uma tese.

Dessa forma, a implementação sólida e segura da Pós-Graduação *lato sensu*, em bases espaciais amplas e critérios de quantidade compatíveis com os objetivos visados dentro da realidade universitária a nível regional, além de promover a elevação do padrão de ensino e pesquisa em Geografia no país, viria contribuir para canalizar melhor as aspirações dos candidatos a qualificações acadêmica e profissional, e assim redimensionar a demanda em relação ao Mestrado. Com tal redimensionamento o próprio Mestrado seria

beneficiado em termos de absorção mais completa de candidatos e, conseqüentemente, melhor desempenho na produção de Mestres.

Conclusão

As reflexões reunidas neste texto privilegiam questões consideradas significativas para o debate sobre o Ensino Superior e a Pós-Graduação em Geografia, tendo como respaldo as mais diversas experiências proporcionadas por uma vivência universitária plena.

Ainda que correndo o risco da omissão de temas, que para outros poderiam parecer mais importantes, a opção aqui feita é uma opção consciente, construída a partir de uma convicção inabalável quanto a função social da Geografia, e, por conseguinte, movida pelo empenho irrestrito no sentido do desenvolvimento e fortalecimento da Geografia como SABER científico, do qual depende o desempenho daquela função.

Desenvolvimento científico implica em IDENTIDADE científico-profissional o que em outras palavras equivale a Teoria e Método. Nenhum conhecimento se firma como científico destituído de arcabouço conceitual-metodológico. Daí a ênfase dada a questão de COMO e com que instrumento PENSAR a Geografia – questão epistemológica intimamente vinculada a FORMAÇÃO e a QUALIFICAÇÃO profissional da qual dependem a EFICÁCIA e COMPETÊNCIA enfatizadas logo no início da exposição.

A título apenas de ordenação do pensamento, vale acentuar a QUESTÃO AMBIENTAL como segundo tema de debate, íntima e visceralmente articulado ao primeiro. Trata-se de AMBIENTE (e não Meio Ambiente) visto na sua acepção plena, equivalente a relação material-social, ou seja, a INTERAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA. Não apenas Natureza, uma natureza poluída e violentada pelo Homem, (como geralmente enfocada) mas Ambiente, construído pelo Homem como ser social, com todas as implicações econômicas e políticas inerentes à essa construção – Ambiente, ele mesmo uma produção social.

Restaria talvez pontuar ainda, como um terceiro foco, a própria articulação entre os dois temas, na ótica epistemológica: a Questão Ambiental representando uma das expressões concretas e materialmente perceptíveis da integração físico/social da Geografia, que invoca para a sua compreensão e explicação a ESCALA como instrumento-chave daquela integração.

Numa discussão sobre o Ensino Superior da Geografia, parece-me importante que a questão metodológica ocupe o lugar que lhe compete na condição de eixo fundamental da produção e reprodução do conhecimento que a universidade deve prover.

Nesse contexto inserem-se, como outros tantos focos de debate, as questões específicas levantadas com relação ao ensino de Graduação e Pós-Graduação *strito sensu e lato sensu*: (a) na Graduação, o Currículo ÚNICO para a formação do Geógrafo (visto como produto final), e a preocupação pelo ensino global da Geografia representando o eixo central do Curso; (b) a estruturação interna da Pós-Graduação *strito sensu* articulando o conteúdo curricular às linhas de pesquisas que definem o programa como um todo; (c) valorização e fortalecimento da Pós-Graduação *lato sensu* como alternativa das mais significativas para a qualificação do geógrafo e professor da Educação Básica de Geografia em centros universitários para tanto qualificados.

Se as questões trazidas aqui à nossa reflexão puderem contribuir, de alguma forma, para suscitar e alimentar o debate no sentido de um aprimoramento efetivo da Geografia e de seu Ensino no nível Superior, do qual dependem os rumos assumidos pelos outros níveis do magistério, terá valido o esforço de reuni-las nestes Apontamentos. De qualquer modo, valeu o esforço de pensa-las.

Referência Bibliográfica

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

1 Texto dos arquivos do Departamento de Geografia e da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, s.d.. 1989 data pressuposta. O texto foi atualizado pela equipe editorial da Revista Espaço Aberto para publicação.

2 De acordo com os resultados finais da avaliação trienal 2010, divulgado pela CAPES, eram 17 cursos de doutorado (USP/Geo Física, USP/Geo Humana, UNICAMP, UNESP/RC, UNESP/PP, FUFSE, UFSC, UFRGS, UFRJ, UFF, UFPR, UEM, UFPE, UFU, UFMG, UFG,UFC) e 41 cursos de mestrado em Geografia (UFAC, UFAM, UFBA, UECE, UFC, UNB, UFES, UFG, UFMG, UFU, UFGD, UFMS, UFMT, UFPA, UFPB, UFPE, UEL, UEM, UEPG, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, PUC-Rio, UERJ, UFF, UFRJ, UFRN, UNIR, FURG, UFRGS, UFSM, UFSC, FUFSE, PUC/SP, UNESP/PP, UNESP/RC, UNICAMP, UFG/Catalão, UFG/Jatai, USP/Geo Física, USP/Geo Humana).

3 No texto original havia uma referência ao currículo de graduação em geografia da UFRJ implementado em 1991, retirado do presente texto pela equipe editorial por considerar que se tratava de um debate pontual e datado do início dos anos 90, que não condizem com as atuais diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura e da Geografia.

4 Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1, pág. 9. Alterada pela Resolução CNE/CES nº 5, de 25 de setembro de 2008, que estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização. No Art. 1, parágrafo 2 da Resolução N° 1, de 8 de junho de 2007 ficam excluídos os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

Traçado Urbano e Criminalidade Carioca: Aspectos Históricos da Favelização do Rio De Janeiro

Urban Design and Criminality in Rio: Historical Aspects of Rio de Janeiro Slums

Antônio Ludogero da Silva Netoⁱ
Escola Superior de Polícia Militar
Niterói, Brasil

Rodrigo de Lima Nunesⁱⁱ
Escola Superior de Polícia Militar
Niterói, Brasil

Resumo: A cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação, já passou por várias modificações. Nesse contexto há uma ligação direta entre a evolução urbana e o contexto social, seja pelas diferentes classes que começaram a se firmar em nosso solo, seja pelas políticas públicas que buscavam administrar o crescimento populacional. Mesmo após trezentos anos, a cidade ainda permanecia um núcleo urbano desprovido de condições sanitárias voltadas a atender adequadamente as necessidades de sua população. Frente a tais problemas, políticas públicas surgiram em busca de uma cidade mais bem vista no contexto internacional. Para tal, grandes núcleos habitacionais de baixa renda são removidos em prol dessa remodelação urbana, e seus moradores vão se alojar nas encostas das regiões centrais carioca. O que vimos nos anos seguintes foi a classe de baixa renda continuar sendo marginalizada e segregada sem receber investimentos públicos. Com isso, índices delituosos, como o tráfico de armas e drogas, aumentam, envolvendo jovens com idades cada vez mais baixas. Estes, por sua vez, crescem em arredores pobres e insalubres, e sem ter uma perspectiva de melhora na condição de vida, acabam se rendendo às facilidades de ganhar a vida como marginais à lei. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) atua, na atualidade, não apenas como uma instituição repressora e garantidora da lei, mas também colaboradora à chegada de políticas públicas. Com isso ganham todos: a população, a imagem da corporação e, por que não dizer, a evolução social do país.

Palavras-chave: Urbanismo, Favela; Criminalidade.

Abstract: Since its foundation the city of Rio de Janeiro has gone through innumerable changes in which there is a direct connection between urban development and social context, either as a result of differing spatial appropriations of specific classes or due to public policies that attempted to manage population growth. Even after 300 years Rio de Janeiro still remains an urban nucleus devoid of the sanitary conditions necessary for the needs of its population. As a result of these problems, historically public policy

ⁱ Policial militar. Pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública e Cidadania/FLACSO ludogeroneto@hotmail.com

ⁱⁱ Policial militar. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo – UGF. rlunes.rj@gmail.com

makers sought to give the city a more respectable appearance according to international standards. To achieve this, large areas of low-income housing, which some characterize as slum tenements, were removed in the name of urban remodeling and their dwellers ended up living on the hillsides of central areas of the city. Over the years, this practice was repeated throughout the city, with low-income individuals being marginalized and segregated and receiving little public investment. The lack of investment and the absence of government in these areas, indirectly contributed to the growth of organized crime, involving arms and drug trafficking. In the absence of job opportunity this line of work became quite attractive for young people. This context has changed in recent years and the role of the police has gone beyond being merely a repressive institution which enforces the law to taking on new roles such as collaborating with innovative public policies meant to bring government to the slums. Everyone has gained with these policies: the population, the image of the police and even the social evolution of Brazil.

Keywords: Urbanism; Slum tenements, Criminality.

Introdução

O enfoque dado nesta pesquisa é de cunho historicista, iniciando-se por um estudo urbanístico e de algumas políticas públicas para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Serão abordadas, ainda, as consequências atuais geradas por tais políticas.

Como seria a nossa realidade se, lá no passado, medidas de controle de ocupação do espaço urbano fossem tomadas, de forma a não permitir a proliferação dessas comunidades não planejadas? Hoje a PMERJ assume a responsabilidade de tentar constantemente aumentar a sensação de segurança da sociedade e reduzir a criminalidade, com suas ações preventivas e fiscalizadoras, na maioria das vezes em morros e baixadas ocupadas por favelas.

É fato que em grandes centros urbanos do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, populações convivem com parcelas da massa social habitando em núcleos de pobreza. Na cidade do Rio de Janeiro essa realidade não é diferente, agravada pelo fato de que muitas vezes essas comunidades informais abrigam agentes às margens dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Olhando o passado, a morfologia do relevo do Rio de Janeiro contribuiu para que essas comunidades, denominadas favelas, se localizassem nas elevações, e aí desde sua base até seu cume. Como as áreas elevadas não eram ocupadas pela classe alta, as encostas foram os locais disponíveis, os quais a sociedade segregada passou a ocupar. Por que houve descaso dos gestores políticos do passado em evitar a aglomeração populacional nessas encostas? E, principalmente, por que durante anos as tentativas de reverter essa situação não produziram resultados eficazes, contribuindo com a degradação do meio ambiente?

A proposta deste artigo é analisar como as políticas públicas referentes à habitação no final do século XIX e início do século XX foram pensadas e articuladas, buscando compreender se tais políticas foram efetivas ou inócuas em seus objetivos, além de suas consequências atuais relacionadas à segurança pública.

Durante anos as favelas cresceram como um núcleo à parte da presença do Estado. Nossos morros se transformaram paulatinamente em verdadeiras fortalezas, que atualmente abrigam a comercialização de drogas e o estoque de armas, sugerindo dar proteção aos grupos criminosos. É nesse cenário que a polícia ostensiva é posta a combater, ou pelo menos amenizar, os delitos provenientes do tráfico de armas e drogas. Trazendo para a nossa realidade, a PMERJ, entre outros órgãos públicos e não governamentais, é a responsável mais direta para essa tarefa imediatista, o que consome diariamente muito de seu tempo e de seus recursos.

O primeiro grande passo a que se propõe para o melhor entendimento do processo de estruturação do espaço urbano carioca ocorrido no início do século XX é, sem dúvida, o esclarecimento do cenário geográfico, social, político e econômico que permeava a cidade carioca nesse período.

A Situação Social e Político-Econômica da Cidade do Rio de Janeiro, no Final do Séc. XIX

Até o início do século XIX o Rio de Janeiro era uma cidade apertada, fundada no perímetro demarcado pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. “Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos” (ABREU, 2006).

Segundo estudo sobre planos urbanos cariocas, o Rio de Janeiro era beneficiado por uma natureza fantástica, mas exatamente disso decorriam alguns de seus problemas. Estar geograficamente ao nível do mar e ser uma região bastante favorecida de água potável, por meio de rios que cortavam essas áreas baixas, propiciou a formação de regiões pantanosas e alagadiças. Aliado a isso, a pouca iluminação e a ventilação contribuíam para a proliferação de doenças, o que afetou os interesses comerciais de outros países (RABHA, 2008).

A sociedade local visivelmente necessitava de condições salubres de moradias, bem como de ações sociais que reduzissem os hábitos anti-higiênicos da população de baixa renda. Para agravar as condições mencionadas, conforme observação relatada pelos médicos Antônio Joaquim de Medeiros, Bernardino Antônio Gomes e Manoel Joaquim Marreiros, os costumes diários da população residente aliava-se à situação geográfica da cidade, que possui planícies que não favoreciam o escoamento total das águas provenientes dos maciços locais. Nesse sentido, o hábito da população de jogar seus próprios dejetos nas ruas e os enterros que eram realizados nos pátios das igrejas contribuíam para a insalubridade da cidade. Esses eram os principais difusores de doenças (CARVALHO, 2008).

Mas essa já não era mais a realidade no final do século XIX. A vinda da família real em 1808 trouxe ao Rio uma nova realidade, já que junto a D. João VI e seus familiares próximos veio também toda a corte portuguesa, momento histórico este conhecido como a inversão colonial. Ocorreu, assim, uma modificação substancial tanto na aparência quanto no conteúdo da cidade.

Politicamente, vimos a cidade que abrigou a sede da coroa portuguesa se transformando, em 1822, no Império de D. Pedro I. A cidade crescia desenfadadamente e sem

planejamento. A infraestrutura viária não acompanhava esse desenvolvimento, e a população de baixa renda se via obrigada a ocupar recantos da cidade pouco explorados, já que a vida ocorria em volta e em função da corte. O ano de 1870 é um marco na expansão da cidade, dado o aparecimento de bondes e trens – o primeiro promovendo um braço de desenvolvimento para a Zona Sul e o segundo para a Zona Norte do Rio de Janeiro. Cada vez mais, ruas eram abertas, e áreas alagadiças, aterradas, o que proporcionava a crescente ocupação do solo. Dois grandes bairros são dignos de registro como favorecidos por essa forma de transporte coletivo: Botafogo, que começava a abrigar a aristocracia local, e o bairro de São Cristóvão, que também começava a mudar de aparência e conteúdo. Esses dois bairros foram, durante anos, “grandes rivais como áreas residenciais das classes abastadas na cidade.” (ABREU, 2006).

Economicamente, a cidade do Rio de Janeiro presenciou picos isolados de desenvolvimento industrial. Este, por sua vez, dependia financeiramente do comportamento do setor agrário que predominava em toda a região metropolitana e no Vale do Paraíba. Esse avanço industrial era, ainda, afetado pela falta de recursos regulares de produção de energia, pela concorrência de produtos estrangeiros, pela dependência, em alguns setores, da mão de obra escravista, que vinha se enfraquecendo através do século, culminando com a abolição em 1888, além de graves doenças epidêmicas que assolavam as áreas mais insalubres da cidade (idem, ibidem).

Até o início do século XX, a atividade industrial:

concentrava-se principalmente no centro da cidade, ou em suas imediações, e caracterizava-se pela predominância de pequenos estabelecimentos dedicados à mecanização, verdadeiros artesanatos, absorvendo, conseqüentemente, grande quantidade de força de trabalho. Ainda no centro localizavam-se as gráficas, as metalurgias leves e fundições, a indústria alimentar e outras.

Era o centro, pois, o grande mercado de trabalho.

Em 1890, aí se concentravam, por exemplo, não só as atividades tradicionais da cidade (comércio e serviços), como também a maioria das indústrias. [...] A partir da proclamação da República esse processo de intensificou, e outras indústrias vieram a ocupar antigos casarões residenciais, deixado para trás por uma elite que se deslocava para a zona sul. (idem, ibidem. p.54-5)

Em resumo, esse período coincidentemente abrigou a multiplicação de fábricas na cidade e o término do sistema escravista. O processo de crescimento populacional e o agravamento considerável do problema habitacional culminaram com a chegada dos imigrantes oriundos da atividade cafeeira no interior fluminense, que declinava de produção. O crescimento de cortiços – formas rústicas, insalubres e coletivas de habitação – era agravado pela proliferação da febre amarela. Valladares (2000) classifica como sendo esses cortiços o “*locus* de pobreza, espaço onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada classe perigosa”. O caos urbano era visível, o que causava grande contraste, pois em apenas cem anos uma única cidade havia abrigado a corte portuguesa, o Império e a recém proclamada República brasileira.

Segundo Maurício Abreu, em sua obra, “esta situação iria mudar logo no início do século XX. Para tanto já estavam lançadas as bases ideológicas da ocupação da nova cidade que iria surgir” (ABREU, 2006).

A Reforma Urbanística Carioca e a Ocupação das Encostas Centrais

Estamos no século XX, e o Rio de Janeiro enfrenta alguns problemas, parte de ordem industrial e parte de ordem de uma urbanização incipiente. Sob essa ótica, “a classe política republicana, visando difundir no território urbano a ideia de modernidade...” (RABHA, 2008, p.95), vê a necessidade de higienizar e sanear a cidade, com o intuito primordial de livrar a população de doenças. Era preciso “criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo” (ABREU, 2006).

Tais informações foram ratificadas por Delgado (1990) quando mencionou que “três pontos foram principalmente atacados: o ponto comercial, com as obras do Porto, o ponto higiênico, com a reorganização da Saúde Pública e o ponto estético e prático, com a remodelação da cidade”.

Dois foram os fatores primordiais para que a administração municipal adotasse medidas para, se possível, acabar com os cortiços da região: o fato de eles estarem localizados na área mais valorizada da cidade e o presente processo de urbanização e industrialização local (RABHA, 2008).

Após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, 1892, o Rio de Janeiro passa a ser dirigido por um prefeito nomeado pelo presidente da República e auxiliado por um Conselho Municipal. Barata Ribeiro, o primeiro deles, atuará nesse cargo de chefia e, predominantemente, atuará no combate aos cortiços. Mas a cidade precisava de muito mais, precisava deixar de ser conhecida como cidade da morte, e passasse a ser conhecida como a cidade maravilhosa. Ela era tida como um organismo doente e que precisava urgentemente ser recuperado.

Nesse contexto de saneamento, embelezamento e abertura de ruas, com o intuito de atrair capital estrangeiro, em 1902, Rodrigues Alves, após assumir a presidência da República, nomeia o engenheiro Pereira Passos prefeito do Distrito Federal.

Francisco Pereira Passos nasceu em Piraí, em 1836. Formou-se em Engenharia ainda no Brasil e, após se engajar na carreira diplomática, visto a influência política de seu pai, se mudou para Paris, onde concluiu seus estudos e passou a conviver com a realidade de uma cidade europeia em profundo progresso. De volta ao Brasil, Pereira Passos trabalhou em vários projetos de implantação de redes ferroviárias, até ser, em 1876, nomeado diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, cargo que ocupou por quatro anos (PEREIRA PASSOS, 2006).

Obras como saneamento, melhorias no sistema viário e urbanização de logradouros até hoje são tidas como importantes instrumentos para a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano (RABHA, 2008).

Ainda em sua obra sobre planos urbanos cariocas, a organizadora expõe que com a remodelação da cidade, os habitantes de baixa renda vão se realocando nas casas das redondezas, porém não distantes do centro. Com isso há a intensificação do processo de formação das favelas da Providência e São Carlos (idem, ibidem)

O Código de Obras de 1937 descreve esse tipo de habitação como sendo um “conglomerado de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto”. (BRASIL, 1937).

O termo “favela” possui duas histórias possíveis. Uma delas seria que essa primeira encosta ocupada era repleta de uma espécie de gramínea (chamada favela) existente nos arredores do Arraial de Canudos, e a outra hipótese também nos remete a Canudos, como se o Morro da Providência lembrasse em aspecto tal colina baiana. É difícil, porém, precisar o momento da criação da primeira favela, mas Oswaldo Rocha afirma que é a partir da ocupação do Morro da Favela (atual Providência) que essa prática se sistematiza (HORTA, 2002).

Nota-se que por onde o braço estatal de melhoramentos passava, sempre havia moradores de classes mais inferiores que eram obrigados a se deslocar, a se marginalizar para outra região que justamente fosse menos procurada – brejos, pântanos e as encostas de morros – e que não fosse distante do centro vital do Rio de Janeiro. Voltando à obra de Oswaldo Rocha, ele declara que

em 1906, com o término da administração de Passos, chegava ao fim a era das demolições. Naquele chuvoso 15 de novembro, quando Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos inauguravam oficialmente a Avenida Central, 1681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia no curto espaço de quatro anos. As reformas do governo de Rodrigues Alves marcaram profundamente a vida no Rio de Janeiro. (ROCHA, 1995. p.69)

Observe que esse desenrolar da história começou lá atrás, com a construção dos primeiros cortiços, o que, na visão da autora, acabou constituindo um simbolismo de que esses núcleos “eram verdadeiros infernos sociais, e ainda, antros não apenas de vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (VALLADARES, 2000).

A história nos aponta que, durante um momento, o poder publicou se preocupou em realocar aqueles desapropriados, mas os contemplados com novas moradias eram “no máximo duas mil pessoas, isto é, um décimo do número de indivíduos desabrigados com as demolições” (ROCHA, 1995). Reformas urbanas, principalmente aquelas que pudessem interferir nas classes mais humildes, sempre causaram uma desarticulação no modo de vida já existente. As antigas habitações acabaram, mas uma nova estratégia de sobrevivência não (idem, ibidem).

Seguimos pelo século XX, o problema das moradias precárias e sem infraestruturas se agrava. “A falta de uma política pública realmente voltada para a população de baixa renda, fizeram com que as favelas crescessem rapidamente” (FERNANDES, 2010). O termo “favela” se torna cada vez mais referente a um aglomerado habitacional, momento em que “já se reconhecia a necessidade de informações concretas para gerir a pobreza e seus espaços” (MOURA, 1943).

Mas o que se deseja expor nesta altura do estudo é a relação da instalação da criminalidade em função do avanço descontrolado e desordenado dessas moradias

nas encostas cariocas, que agora se prolongam em direção aos topos. Já foi retratado que essa sociedade de baixa renda inicialmente habitava em cortiços, onde parte da população marginalizada, pela falta de recursos financeiros para se alojar em áreas urbanizadas, amontoava-se em habitações anti-higiênicas.

Por volta de 1942, pela primeira vez começa a se falar em “pilotar” e “direcionar” a população das favelas centrais, e para tal “era necessário educá-los, não apenas estimular bons hábitos como, igualmente, fornecer-lhes os elementos à sua promoção social” (VALLADARES, 2000).

Em discurso no Rotary Club do Rio de Janeiro, o sanitarista Mattos Pimenta (1926) relata como sendo a favela uma região

desprovida de qualquer espécie de policiamento, construída livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valha-coitos de laráprios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos.

É fato que a criminalidade já se instalava num traçado sinuoso, onde os barracos se reproduziam distantes de uma cidade que se desenvolvia ao seu redor como centro político e social da República. Os anos passam, e com eles verdadeiras fortalezas, quartéis delituosos de poder paralelo ao poder público, vão sendo geridas por marginais à lei, que encontraram na prática criminosa sua fonte de renda e atividade vital. Levantou-se aqui o estudo de seus antecedentes e dar-se-á lugar às consequências que se arrastam até os dias atuais.

Consequências Atuais: Violência x Comunidades Pobres

Conforme o Anuário Estatístico do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do ano de 2000 já existiam 462 favelas, com 876.761 moradores permanentes, somente no município Rio de Janeiro. Segundo o Seminário “O que é favela afinal?” (2007), o município do Rio de Janeiro vive uma espécie de terceira geração nas favelas, onde os primeiros moradores, se vivos, já possuem bisnetos. A população mais pobre busca a proximidade com os centros urbanos devido a diversos fatores, sendo que dentre os vários prepondera a ausência de um transporte público eficiente na região onde essa população vive.

A favela hoje é caracterizada e definida, sobretudo, segundo o Observatório de Favelas (2007) por não possuir mercados formais, imobiliários, financeiros e de serviços; por possuir níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; pela existência de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; por possuírem indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; bem como pelo grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade.

Segundo Graciano et al. (2009), não é somente a diferença econômico-financeira que gera conflitos pessoais e consequente violência. A dificuldade de acesso a serviços

básicos e direitos que devem ser providos pelo Estado promove a coexistência de pessoas com muitos recursos e outras desprovidas de quase tudo.

A ausência do Estado nas favelas teve consequências devastadoras, propiciando a instalação do narcotráfico, que impôs suas próprias regras, nas comunidades pobres. “O narcotráfico produziu incrementos enormes aos níveis de violência; ele corrompe as instituições e a democracia. Transforma milhões de pessoas que moram em bairros pobres em reféns do crime organizado” (Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia, 2009).

A presença de narcotraficantes, segundo Soares (2000), desencadeia a submissão involuntária de todos os moradores das favelas ao imporem a proibição do uso certas cores de camisas, por representarem grupos rivais, por exemplo. Além disso, a criminalidade determina áreas cujo acesso é vetado. Telefones públicos são propositadamente deteriorados para evitar que denúncias sejam feitas, o horário de funcionamento do comércio local é regulado de acordo com os interesses do grupo dominante, conflitos domésticos são mediados, julgados e administrados por traficantes, que aplicam, inclusive, as penas, variando de ameaças e surras a execuções sumárias, passando por tortura, humilhação ou expulsão do “condenado” da favela, tudo para evitar a presença policial.

De acordo com a Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia (2009), o tráfico de armas associado ao de drogas é o maior responsável pelos altos índices de homicídio entre os jovens. As taxas são maiores onde a renda média é menor e os serviços urbanos são precários, ou seja, justamente nas favelas. Para Soares (2000), o número escandaloso de mortes violentas no Rio de Janeiro ocorre, sobretudo, em função das disputas entre grupos de traficantes de drogas pelo controle territorial.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2000 teve por conclusão que 90% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e internação provisória eram do sexo masculino; que 76% tinham idade entre 16 e 18 anos; que 90% desses jovens não concluíram ao menos o ensino fundamental; que 88,7% viviam no seio de famílias sem renda mensal ou com renda mensal de até dois salários mínimos; e que 85,6% eram usuários de drogas.

Podemos dizer, de acordo com a pesquisa, que as políticas públicas devem ser voltadas a solucionar a atual problemática. A atuação do Estado deve estar voltada principalmente à profissionalização do jovem, à adequação de transportes públicos à demanda ora existente e à construção de moradias adequadas. Denota-se que a violência e os crimes praticados por jovens podem ser caracterizados, em sua grande maioria, da seguinte forma: são adolescentes entre 16 e 18 anos, pobres, sem educação e usuários de drogas. Não por acaso nosso trabalho se foca nas favelas do Rio do Janeiro, pois é onde o acesso às drogas e às armas é facilitado, a pobreza é uma constante e praticamente inesgotável, assim como o é a total carência de serviços públicos, como a educação, a saúde, o transporte, o saneamento básico, entre outros.

Segundo a Equipe Caravana da Comunidade Segura (2007), a desigualdade social reafirma a desigualdade econômica, e a escassez de políticas públicas produz no jovem pobre a sensação de falta de alternativas e expectativas para um futuro de sucesso. O estudo feito pela Equipe Caravana da Comunidade Segura determinou um histórico de policiamento ostensivo e repressivo nas favelas que acarretou em uma relação deteriorada entre a comunidade local e a polícia.

Pesquisa realizada na Universidade de Michigan – EUA teve por conclusão que adolescentes que são testemunhas de violência armada têm duas vezes mais chances que os demais de cometer atos violentos que (BINGENHEIMER apud BANDEIRA; BOURGOIS, 2005).

“A ostentação de riqueza, o consumo em excesso e os privilégios de uns geram expectativas, frustração ou revolta daqueles que sofrem com a falta de perspectiva de emprego, baixa renda e precariedade dos serviços públicos” (GRACIANO et al., 2009).

Em uma sociedade capitalista, em que o consumo desenfreado é cada vez mais estimulado, em que o caráter e o poder são medidos pelo que se possui, é fácil entender a frustração e a revolta causada nos jovens pobres, cuja expectativa de melhoria de vida é quase zero. A criminalidade ainda traz o *glamour* do poder que atrai riquezas, prazeres e outras coisas normalmente inalcançáveis a esses jovens moradores de favela, considerando todas as carências não supridas pelo Estado.

O contraste existente entre a proximidade das favelas aos grandes condomínios ou centros empresariais, como a favela da Rocinha, próxima aos condomínios luxuosos, ou a favela do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro, sem mencionar as demais favelas existentes no município. Esse é mais um fator que aguça essa rivalidade e disputa por poder entre as camadas sociais das pontas.

Em sua obra sobre criminalidade, Pinheiro (1987) relata e condena cenas de vandalismo de moradores de favelas na Zona Sul do Rio de Janeiro, inclusive com enfrentamentos com a polícia, muita das vezes pondo em risco a tranquilidade, a paz e o bem-estar daqueles que passem nas proximidades dessas regiões de conflitos temporários. Declara ainda, o autor, que a criminalidade é favorecida pelo ambiente e agravada por fatores socioeconômicos.

“O que leva à discriminação e à exclusão não é a situação de carência material em si, mas o preconceito com relação às pessoas carentes” (REIS apud BATISTA, 2002).

A citação anterior somente ratifica o pensamento de que imagem é tudo, ou seja, a aparência. O indivíduo deixa de ter valor pelo que é, passando a ser representado por aquilo que possui. E se ele nada possui, ele é um pária, não se integrando à sociedade, situando-se à sua margem.

Segurança Pública: A Atuação da PMERJ nas Favelas

Há diversos dispositivos e publicações afetos à segurança pública que versam sobre a atuação policial nas favelas. Destacam-se fatores negativos, como atuação de enfrentamento de forma repressiva, mas também fatores positivos, como o policiamento proativo, preventivo e permanente.

A falta de expectativa quanto ao presente e a incerteza quanto ao futuro fazem com que os moradores das comunidades pobres não tenham perspectivas de vida e conhecimento de direitos e necessidades. “Como faltam na vida dos habitantes não só perspectivas coerentes, mas também as incumbências de um *status*, realizar seus próprios interesses não produz a ordem” (BITTNER, 2003). As políticas públicas a serem implantadas nas áreas de favelas devem ser idealizadas por organismos de fora da comunidade para traduzirem a ordem social.

Segundo Graciano et al. (2009), “os profissionais que atuam na polícia [...] são vistos muitas vezes com receio, porque têm sua imagem ligada à corrupção ou à falta de respeito à lei”. A atuação reativa da polícia durante várias décadas acirrou o preconceito e a rivalidade polícia x favela. O único “braço” do Estado atuante nas favelas foi, durante muito tempo, repressor, agindo por meio de intervenções temporárias e violentas por meio da PMERJ.

A atuação em áreas conflagradas não pode ser apenas ligada ao policiamento ostensivo e repressivo. “Políticas públicas de segurança são as que englobam diversas ações, governamentais ou não governamentais, relacionadas ao problema da criminalidade e da violência” (SCHIMIDT *apud* GRACIANO et al., 2009).

Ao indicar que a polícia torna o mundo um pouco melhor, mas que há quem não goste de estar à sua mercê, Bittner (2003) discute a pouca valorização do trabalho social como um processo historicamente construído e fruto da falta de obrigatoriedade de formação acadêmica específica do policial. O grau de grosseria no tratamento com o público – apesar de tolerado na origem da instituição – não é mais aceito, portanto, se faz ainda mais necessária uma sólida formação do policial. Em suas citações, o autor sempre destaca a necessidade de uma boa formação do encarregado de aplicar a lei, bem como sua especialização para o trato com o público. A atuação inteligente da PMERJ, de forma proativa, preventiva e antecipada aos fatos delituosos por meio da busca da confiança dos moradores, bem como a ação concomitante com outros órgãos do Estado, levando dignidade aos que ali residem, podem mudar essa história.

Uma pesquisa da Universidade Harvard esclarece que a agressividade na adolescência é determinada mais por fatores de violência presenciados durante a fase da infância do que por outros fatores, tais como a pobreza, as drogas ou a ausência dos pais (BINGENHEIMER *apud* BANDEIRA; BOURGOIS, 2005), corroborando resultado da pesquisa realizada na Universidade de Michigan – EUA anteriormente mencionada.

Para Bittner (2003), três elementos caracterizam a atuação policial nas favelas, a saber: conhecer e manter um relacionamento interpessoal com o maior número de moradores, agir nas pessoas que efetivamente possam trazer risco e reduzir o número de problemas da área de acordo a avaliação e méritos individuais.

De acordo com Bayley (2001), a demanda pelos serviços da polícia é afetada de acordo com a distribuição de renda, bem como pelos valores culturais que mantêm determinado grupo ligado de maneira estreita. Destaca que a polícia deve atuar como prestadora de serviços, apesar do aumento da necessidade da aplicação da lei nas sociedades modernas.

O agente policial hoje é mais do que o aplicador da lei, ele executa trabalho social. E o sucesso desse trabalho depende da cooperação com os moradores das favelas. Bittner tem razão ao frisar os três elementos que garantem tal sucesso. Afinal, o policial que atua diretamente em determinada comunidade conhece seus membros, é capaz de distinguir as diferentes personalidades, terá mais chance de ser bem-sucedido em suas ações de mediador, sem precisar, muitas das vezes, quiçá na maioria delas, aplicar a lei propriamente dita, fazendo uso, portanto, de meios alternativos de solução de conflitos, mais eficientes e eficazes.

Na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009) foi ressaltado que em áreas de favelas, em que a atuação policial ocorre sob pressão por resultados e é definida

conforme a demanda pública por segurança, muitos policiais optam pela decisão em que a letalidade é aumentada. Destacou-se a letalidade da ação policial como um problema grave e altamente denunciado por organizações de Direitos Humanos.

A presença esporádica da polícia como repressora somente traz aspectos negativos à imagem da instituição, além de afetar sua credibilidade junto às comunidades e de aumentar a sensação de insegurança nos arredores. Isso se revela verdadeiro quando da saída dos agentes policiais das favelas, pois que a criminalidade retorna ao *status quo ante* quanto à sua atuação, ou seja, os fatos delituosos voltam a ocorrer. Também as eventuais prisões efetuadas pela polícia não significam redução ou solução do problema, pois que a violência tem extensões maiores, além da polícia, envolvendo desdobramentos do Estado em todas as suas esferas administrativas.

De acordo com Bayley (2001), a proximidade efetiva dos policiais aos residentes das favelas é positiva. A intimidade dos policiais com os moradores torna menos provável a atuação de forma coercitiva, mesmo que a demanda por essa ação seja elevada. O policial integrado àquela comunidade consegue ter ações coerentes e legais, bem como atuar de forma a entender a problemática local. A confiança mútua corrobora para a melhoria da segurança na favela.

No policiamento em áreas desordenadas é necessária total atenção e “tato”. Cada um de nós pode dar um significado diferente para a mesma situação, pois dependemos de nossa capacidade de selecionar e perceber detalhes em situações do ambiente em que atuamos e confrontá-los com nosso conhecimento desenvolvido pelo treinamento e vivências pessoais. Destaca Bittner (2003) que está sempre presente a possibilidade de frustração, traição e ameaça de conflitos, tensões que nunca são dissipadas. O policial não pode agir com confiança irrestrita nas favelas, destacando ainda a dificuldade da manutenção da paz nessas áreas.

Segundo Soares (2000), no Rio de Janeiro a atuação policial nas favelas somente foi bem-sucedida quando ocorrida de forma permanente, onde os agentes interagiam com a comunidade, atuação essa acompanhada do atendimento de outras demandas sociais da comunidade.

É essencial, portanto, a cooperação entre moradores e policiais para o sucesso no combate à violência. Para tanto, faz-se necessária uma relação de respeito e confiança entre os personagens, só conseguida, conforme visto anteriormente, com a presença constante dos policiais nas favelas, com o conhecimento dos moradores da localidade pelos policiais e pela composição de conflitos por meio do bom-senso.

Conforme relata Bayley (2001), existe um desinteresse acadêmico pelas pesquisas ligadas à segurança e à polícia. Sua concepção é de que coerção, controle e opressão são necessários na sociedade, mas não são agradáveis. O policiamento no mundo moderno é dominado por organizações públicas, especializadas e profissionais.

Existem orientações internacionais sobre o emprego de políticas públicas de segurança. Segundo a Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia (2009), as polícias devem adotar estratégias que efetivamente diminuam o nível de consumo de drogas e reduzam o potencial criminoso. As políticas públicas devem ter como prioridade o combate ou o controle da violência, da corrupção, do tráfico de armas, da lavagem de dinheiro e do surgimento de favelas e comunidades. Esses seriam os piores efeitos gerados à sociedade pelo crime organizado.

O recente caminho adotado pela PMERJ traduz e condiz com toda literatura acerca do empenho da polícia nas áreas de favela. A ocupação deve ser permanente, com um grande número de policiais presentes, pois isso dificulta a corrupção, diminui o receio quando da atuação do policial e facilita a interação e o diálogo entre policiais e moradores. A atividade policial deve ser concomitante à atuação de outros órgãos do Estado, tais como as secretarias de Educação, Saúde, Obras (iluminação, asfaltamento, água e esgoto) entre outros.

Considerações Finais

Neste artigo abordou-se o processo de desenvolvimento de uma cidade nos seus aspectos geográficos e sociais. Com isso acompanhou-se a evolução cíclica de planos urbanos influenciando de certo modo o assentamento habitacional das classes mais baixas.

A visão funcional entendida nas ideias de Pereira Passos era de uma cidade com grandes avenidas, cercadas por prédios públicos e belos parques, como havia acontecido após a reforma urbana de Paris. Para tal era necessário o desmonte de alguns morros que compuseram a pequena “Rio de Janeiro” de 1565 (ano de sua fundação). Ficou claro que com toda essa reforma a população abastada, que ora morava em cortiços, foi obrigada a deslocar-se para a região dos atuais bairros da Saúde e Gamboa, para onde seguia o vetor de expansão da cidade. Porém, pensar a reforma de remodelação urbana de Pereira Passos como única causa da favelização seria um grande equívoco. Vários outros fatores, em maioria na ordem social e política, culminaram no cenário que vivenciamos hoje.

Políticas públicas de assentamento habitacional para essas pessoas não aconteceram no mesmo ritmo e velocidade de crescimento do Rio de Janeiro. A solução que os restou foi, sem dúvida, ocupar outros morros da região central carioca, dando-lhes um traçado em forma de malha, com difícil acesso e com capilarização, conforme se aproximava de seu cume. Ora, a combinação ideal para a instalação de células de criminalidade estava lançada. Não que toda sociedade pobre fosse sinônimo de uma população criminosa, mas o cenário que se formava ao longo do século XX contribuiu, sim, para a transformação dos nossos morros em verdadeiras fortalezas acolhedoras de práticas delituosas, desencadeando submissão involuntária de moradores a narcotraficantes armados que ocupam o espaço do Estado.

A atuação da PMERJ nas favelas não deve ser esporádica, eventual e repressiva quando apenas se “enxuga gelo”. Isso se revela verdadeiro quando da saída dos policiais das favelas, pois que a criminalidade retorna ao *status quo ante* quanto à sua atuação, ou seja, os fatos delituosos voltam a ocorrer. Existe sempre a possibilidade de confronto armado entre policiais e marginais da lei, atingindo, ainda, por vezes, inocentes moradores das comunidades, afetando a credibilidade da instituição junto às comunidades.

A ação repressiva da polícia nas favelas não é benéfica em nenhum aspecto. A PMERJ, agindo dessa forma, está se expondo a possíveis erros, corrupção, mortes, enfim, é um ciclo negativo de “polícia pega ladrão”. A população residente nas favelas e não envolvida com o narcotráfico fica exposta a disparos de arma de fogo, a chamada “bala perdida”, e os moradores do entorno têm, ainda, elevada sensação de insegurança.

As drogas fazem parte da realidade mundial, mas nas comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro as drogas ilícitas quase sempre estão associadas à violência. A pesquisa citada no trabalho retrata o difícil trabalho do Estado em recuperar o “tempo perdido”, já que 90% dos jovens internados não concluíram ao menos o ensino fundamental, denotando a necessidade de investimento maciço em informação e educação.

Tendo em vista que 88,7% jovens internados viviam no seio de famílias sem renda mensal ou com renda mensal de até dois salários mínimos, devemos ressaltar a necessidade de políticas públicas voltadas à formação intelecto-profissionalizante, à criação de novos empregos, bem como a parceria público-privada para absorção dessa mão de obra.

Em se tratando do narcotráfico e usuários de tóxicos, 85,6% dos jovens internados eram usuários de drogas. A questão mais importante e complexa é: como resolver o problema do tráfico de drogas? Na verdade, o que buscamos é determinar que esse problema é uma realidade mundial, mas que no Rio de Janeiro as drogas estão ligadas às armas e, por consequência, à violência.

A ocupação permanente e interativa da polícia aliada a ações de outros órgãos do governo, tais como de saneamento, educação, habitação, obras, etc., significa uma política pública de segurança adequada às favelas. A reurbanização, aliada ao aumento da autoestima da população, e a construção de lideranças locais incrementam e facilita a ação policial. Políticas públicas de segurança são as que englobam diversas ações, governamentais ou não governamentais, relacionadas ao problema da criminalidade e da violência.

O tráfico de armas associado ao de drogas é o maior responsável pelos altos índices de homicídio entre os jovens. As taxas são maiores onde a renda média é menor, nas favelas.

A qualificação da mão de obra das comunidades, a geração de empregos, um bom transporte público, bem como a fiscalização constante a novas obras irregulares devem ser observados, assim como a criação de novos centros urbanos empresariais e residências planejados.

A atual estratégia de governo, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é bastante coerente, pois alia a entrada de diversos setores do Estado nas comunidades. Recuperar o tempo de “abandono” e a desconfiança quanto à polícia que agia de forma repressiva e intermitente e ao poder público, ora inexistente, não é tarefa fácil, mas estamos no caminho certo.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

ANGELO, U. O. *Comunicação oral em entrevista concedida*. Rio de Janeiro: 2010.

AZEVEDO, P. O. *Comunicação oral em entrevista concedida*. Rio de Janeiro: 2010.

BANDEIRA, A. R.; BOURGOIS, J. *Armas de fogo: proteção ou risco?* Rio de Janeiro: Viva Rio, 2005.

Neto, A. L. S. e Nunes, R. L.

BATISTA, A. S.; BANDEIRA, L. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, 2002, v.10, n.1, 2002.

BAYLEY, D. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. Código de Obras, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Codigos/quadro_cod.htm>. Acesso em: 3 maio 2010.

CARAVANA COMUNIDADE SEGURA. 2007. *O impacto da violência sobre crianças e jovens*. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2007.

CARVALHO, M. P. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

COMISSÃO LATINO AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*. 2009.

DELGADO, C. C. *História da cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/historia_cidade_rio_janeiro.pdf>. Acesso em: 17 maio 2010.

FERNANDES, J. M. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

GRACIANO, M.; FERNANDES, F.; MATSUDA, F.. *Afinal, o que é segurança pública?* São Paulo: Global Editora, 2009.

HORTA, S. *Memória da destruição do Rio – uma história que se perdeu*. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade, 2002. Disponível em:<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/memoria_da_destruicao.pdf>. Acesso em: 17 maio 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Censo Demográfico (IBGE, 2000)*. Caracterização da população, 2000.

MATTOS PIMENTA, J. A. *Para a remodelação do Rio de Janeiro*. Discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rotary Club, 1926.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). *Uso progressivo da força: dilema e desafios*. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, 2009.

MOURA, V. T. *Favelas do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1943.

Traçado Urbano Carioca: aspectos históricos da favelização do Rio de Janeiro
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Afinal, o que é favela?* Rio de Janeiro: Viva Rio, 2007.

PAZINI, S. R. S. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA PASSOS – vida e obra. *Revista Rio Estudos*, 2006, Rio de Janeiro, n.221, 2006.
Disponível em: < http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1750_%20pereira%20passos%20vida%20e%20obra%20re%20221.PDF>. Acesso em: 17 maio 2010.

PINHEIRO, M. P. F. *Criminalidade e favelas*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

PIRES, L. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

RABHA, N. M. C. E., MURICY, C., HOUAISS, E., REGO, H.A., ARAÚJO, R.L., OLIVEIRA, S.M.Q. *Planos urbanos - Rio de Janeiro - O século XIX*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008.

RENOLDI, B. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

ROCHA, O. P. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. Disponível em: < http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/era_demolicoes_habitacoes_populares.pdf >. Acesso em: 17 maio 2010.

SANTOS, R. A. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, L. E. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STORANI, P. Comunicação oral em entrevista concedida. Rio de Janeiro, 2010.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2000. São Paulo: Anpocs, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf> >. Acesso em: 28 jun. 2010.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Recebido em: 23/01/2012

Aceito em: 24/04/2012

Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma Gestão Territorial da Água

Environmental Risks Related to Water: towards a Territorial Management of Water

Cleber Marques de Castroⁱ
Pontifícia Universidade Católica
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir como os riscos ambientais relacionados à água, mais especificamente os riscos de enchentes, devem ser objeto da gestão do território e não somente objeto de análise dentro do contexto da gestão de bacias hidrográficas. Nesse sentido, discutimos a relação entre os riscos ambientais, compreendidos como produtos físico-sociais, a apropriação e o uso da água pela sociedade e o conceito de território e de gestão territorial.

Palavras-chave: Riscos Ambientais, Enchentes, Água, Gestão do Território.

Abstract: This paper discusses the relationship between environmental risk and water, with special regard to the risk of flooding. We argue that flood risk must be seen as a territorial management subject instead being analyzed only within the context of managing river catchments. Environmental risk as a physical and social product is related to the social use and appropriation of water and to concepts of territory and territorial management.

Keywords: Environmental Risks, Floods, Water, Territorial Management.

Introdução

No presente artigo buscamos construir uma análise para discutir como a água, intrinsecamente relacionada com a reprodução social em seus mais diferentes aspectos, torna-se um elemento importante para o exame dos riscos ambientais, sobretudo em áreas urbanas, entendidos como danos e prejuízos materiais e imateriais associados, por exemplo, às enchentes. Compreendendo que há relações intrínsecas entre água, riscos ambientais e dinâmica territorial, nosso objetivo central, ainda que em nível exploratório, é estabelecer uma análise dos riscos relacionados à água como objeto da gestão do território em múltiplas escalas espaciais, e não somente dentro do contexto da gestão de bacias hidrográficas, pois consideramos que a gestão do território leva em conta múltiplas dimensões, não se restringindo a uma análise setorial ou mesmo restrita ao recorte da bacia hidrográfica, o que em alguns momentos torna a análise engessada.

ⁱ Professor dos Departamentos de Turismo (DTur – IGEOG/UERJ-Teresópolis) e de Geografia/PUC-RJ. cleber@puc-rio.br

Isso significa dizer que a gestão da água não pode ser concebida apenas como uma política setorial, mas como uma política articulada e concebida em um ambiente de interação com outras políticas públicas de caráter estrutural, passando de uma gestão setorial da água para, nas palavras de Scarwell (2006), “uma gestão territorial da água”.

Em uma primeira aproximação ao tema (CASTRO 2004; 2007), analisando particularmente o caso da cidade de Volta Redonda (RJ), os riscos ambientais associados à água foram avaliados qualitativamente em decorrência de um quadro de intensas transformações na rede de drenagem e nas encostas; do quadro de degradação da água por poluição e contaminação (industrial e residencial) dos rios; da ocorrência de enchentes e de processos erosivos; e de um quadro acerca da vulnerabilidade da população, expressa pelas condições de habitabilidade. Essa análise permitiu a concepção de que o risco como processo se estrutura ao longo do tempo, vinculado ao cotidiano e aos diferentes níveis de vulnerabilidade social.

Esses trabalhos, a despeito de conclusões específicas e particulares à realidade de Volta Redonda, permitiram-nos a formulação de uma concepção de risco mais abrangente: a ideia de que os riscos associados à água devem ser admitidos como um processo estruturado a longo prazo, produzido no seio da dinâmica cotidiana das cidades, ligado ao quadro de urbanização e às condições socioeconômicas da população, bem como à dinâmica do quadro ambiental (CASTRO 2004; CASTRO, et al., 2005).

Essa concepção reorienta a forma de lidar com os riscos, bem como a compreensão de sua gênese, retirando a noção implícita e muito forte de risco como sinônimo de catástrofe, ou ainda como sinônimo da ocorrência de um evento de grande magnitude em curto período de tempo.

Atribuir aos riscos o “status” de processo, e não apenas compreendendo-o como um evento isolado ou um a fatalidade, permite-nos avançar na análise a partir de uma perspectiva geográfica. Neste ponto, o fundamental é evidenciar como a produção dos riscos, sejam aqueles ligados à água ou de quaisquer outros tipos, está fortemente relacionada às atividades humanas em geral e às suas expressões territoriais. Os chamados riscos ambientais (EGLER 1996) englobam processos e vulnerabilidades naturais, além de acidentes relativos à estrutura produtiva (explosões, vazamentos de resíduos tóxicos, poluição) e às condições de habitabilidade (condições de reprodução humana, como saúde e renda) em diferentes escalas espaciais e temporais. Dentro desse escopo tão amplo e variado, é de fundamental importância a compreensão dos riscos como produto de uma dinâmica territorial e político-institucional; nesse sentido, pertinente à gestão do território.

Riscos como Catástrofe *versus* Riscos como Produtos Sociais e Geográficos

A característica primordial para a construção do conceito de risco é a possibilidade da ocorrência futura de perdas (danos, prejuízos materiais e/ou imateriais) para a sociedade em geral, ou parte dela (classes sociais, grupos específicos, minorias, etc.), em decorrência de processos de natureza variada (diferentes categorias de riscos). Portanto, todos os tipos de riscos apontam para um único significado: a possibilidade da ocorrência de perdas e danos.¹

Ainda que não haja materialização de tais perdas, os riscos são definidos pela sua percepção e sua representação (VEYRET, 2004; BAILLY, 1994), isto é, por aquilo que representam para a sociedade no que concerne aos cenários de perdas, hierarquizadas quantitativa ou qualitativamente. Quando ocorrem acidentes e desastres, constrói-se o que Veyret e Richemond (2007, p.25-6) intitulam de “memória do risco”, catástrofes que ao longo da história marcaram significativamente diversas civilizações, permanecendo nas tradições e no imaginário popular. Nesse sentido, concordamos com análises de Brüseker (1999) e de Veyret e Richemond (2007), que apenas consideram a existência de risco quando indivíduo ou sociedade estão envolvidos, quando percebem que estão sob diferentes tipos de ameaças.

Segundo Veyret (2007, p.13), a “onipresença do risco”, um sentimento de que o risco está em toda parte, deriva da preocupação do mundo ocidental com a segurança e a tentativa de reduzir níveis de incerteza relacionados aos processos mais variados. Considerado por muitos como o primeiro cientista a sistematizar o conceito de risco, o sociólogo alemão Ulrich Beck propôs o termo “sociedade do risco” (*risikogesellschaft*) em 1986, retratando justamente essa percepção de uma disseminação dos riscos. Para ele, a sociedade situa-se no estágio de “modernização reflexiva”, que considera as próprias práticas sociais modernas como fontes de risco. Ou seja, os riscos não estariam mais em fontes externas, como nas catástrofes naturais, mas na própria organização da sociedade (BECK, 2006). A modernização reflexiva é uma espécie de metalinguagem da modernidade, um questionamento sobre si. O que está em pauta, de acordo com Beck, não são mais questões sobre a rentabilidade da natureza (torná-la lucrativa) ou de libertar os homens de restrições e limitações cotidianas comuns. A tarefa é maior. É encontrar soluções para problemas produzidos pela própria modernidade.

Giddens (2006, p.33), discutindo esse mesmo sentimento de “risco por toda parte”, o julga pertinente apenas às sociedades modernas, o que não ocorre na perspectiva de Beck (2006, p.36), que admite um risco pré-moderno. Giddens (2006) argumenta que a noção de risco não estava presente nas culturas tradicionais, pois o risco, como conceito referencial “a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras”, só pôde ser forjado em sociedades orientadas para a ideia de futuro, que tendem ao conhecimento e controle dos acontecimentos no porvir. Assim, esse autor afirma que “o conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado – de fato, a característica primordial da civilização industrial moderna” (idem, ibidem, p.33).²

A noção de risco é, de maneira geral, bem difundida e utilizada na sociedade, geralmente com base em séries estatísticas. Aparecem em debates, na imprensa, em avaliações e em estudos no meio acadêmico e empresarial. O conceito, por sua vez, é acompanhado por adjetivos que o qualificam: ambiental, social, tecnológico, natural, biológico, alimentar, entre outros. A ideia de poder conhecer e controlar os riscos exerce um grande fascínio sobre a sociedade (BERNSTEIN, 1997), pois defini-los probabilisticamente ou mesmo determinar possíveis níveis de riscos aos quais supostamente estamos submetidos significa conhecer os processos que geram esses riscos e os elementos vulneráveis. Dizendo de outra forma, conhecer os riscos altera substancialmente a maneira pela qual a sociedade toma decisões, isto é, como ela planeja e gerencia sua reprodução.

Nesse sentido, Giddens (1991), Bernstein (1997) e Veyret (2007), se não concordam entre si completamente, parecem ao menos convergir suas análises para o reconhecimento de que a concepção de risco ou a busca pelo conhecimento e sistematização do que é risco possui papel fundamental na constituição da modernidade. O trecho de Bernstein citado a seguir reflete como o tema possui um importante papel no mundo ocidental, justificando inclusive seu estudo. Na sua perspectiva de análise, os tempos modernos caracterizam-se por uma compreensão do risco avessa à mitologia, às tradições e à religião. Portanto, para esse autor, o domínio da noção de risco é característica primordial da sociedade moderna. Versar sobre o risco é versar sobre a natureza da tomada de decisões, estando tais decisões, neste “novo momento histórico”, nas mãos dos homens, e não mais nas dos deuses, da mitologia ou das religiões.

A ideia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio do risco: a noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses e de que os homens e mulheres não são passivos ante a natureza. Até os seres humanos descobrirem como transpor essa fronteira, o futuro era um espelho do passado ou o domínio obscuro de oráculos e adivinhos que detinham o monopólio sobre o conhecimento dos eventos previstos. [...] Ao mostrar ao mundo como compreender o risco, medi-lo e avaliar suas consequências, eles converteram o ato de correr riscos em um dos principais catalisadores que impelem a sociedade ocidental moderna. [...] A transformação nas atitudes em relação à administração do risco desencadeada por suas realizações canalizou a paixão humana pelos jogos e apostas para o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e o progresso tecnológico. (BERNSTEIN, 1997, p.1-2)

A origem da palavra “risco” revela pistas e ajuda na compreensão dessa citação, quer seja pela referência ao termo proveniente do italiano antigo *risicare*, com o sentido de *ousar* (idem, ibidem, p.8), quer seja proveniente do latim *rixare* ou *resecare*, com os significados de *brigar* e *suprimir*, respectivamente, segundo Veyret e Richemond (2007, p.25). Essas autoras apresentam ainda uma provável origem árabe (*risk*) e grega (*rhizikon*); ou ainda, conforme Giddens (1991, p.38), tendo origem em um termo náutico espanhol, significando “correr para o perigo” ou “ir de encontro a uma rocha”, e somente incorporada ao vocabulário inglês no século XVII. Todas essas referências, impregnadas de significados culturais e históricos específicos, reforçam a noção de que o risco é – e não somente está – associado à atividade humana, na sua produção e reprodução constantes, conjugado aos diferentes modos de produção, que deixam marcas impressas no território ao longo da história.

Se os riscos envolvem decisões, então podemos concordar com Arendt (1993, p.117) acerca do sentido original da política³ e dizer que os riscos, uma realidade indissociável da sociedade, é produto das relações políticas. Por conseguinte, podemos atestar que as relações sociais que engendram os riscos hoje são oriundas da mesma força criativa que permitiu a ida e a ira *Against the Gods* (o título original da obra citada de Bernstein, que no Brasil foi traduzido como “Desafio aos deuses”) pelos homens – ou seja, a liberdade – e, por conseguinte, suas escolhas. Para Ewald (1996 *apud* VEYRET e RICHEMOND 2007, p.29), a política não é nada mais do que a gestão de riscos. Por essa ótica, os riscos

contemporâneos são, muitas vezes, fruto de decisões políticas e institucionais, conforme apontam Parthasarathy et al. (2004, p.267).

Dessa maneira, podemos dizer que os riscos são, portanto, inerentes à sociedade, já que envolvem decisões e escolhas. Em decorrência disso, os riscos também possuem uma dimensão espaço-temporal. Os riscos percebidos como respostas às decisões, escolhas e ações tomadas terão, conseqüentemente, uma extensão espacial e temporal atrelada à natureza do processo decisório que os origina. Como objetos geográficos, os riscos avaliados de forma quantitativa ou qualitativa se projetam no território, ou seja, possuem um rebatimento territorial, uma localização e uma extensão que podem ser delimitadas.

Os acidentes, desastres e catástrofes, por sua vez, são as marcas, os traços, os vestígios deixados por complexos e diferentes processos sociais no território. É a concretização do risco. Quando referimo-nos a complexos processos sociais aludimos à política, à economia, à cultura, à apropriação ambiental, etc. Nesse sentido, definimos risco como uma construção social derivada da dinâmica territorial que se estrutura ao longo do tempo, não restrita somente às catástrofes e eventos “naturais” (de grande magnitude e concentrados em curtos intervalos de tempo, ainda que recorrentes, como enchentes, deslizamentos, tornados, tsunamis, dentre outros) e tecnológicos (sobretudo acidentes industriais), mas que envolvem decisões políticas e econômicas, de ritmos temporais distintos. A construção do risco, tomada como um processo dialético, vincula-se, pois, ao cotidiano da sociedade.

O tempo também é uma dimensão fundamental para a compreensão do risco. Podemos dizer que as decisões de qualquer natureza envolvem sempre um risco, isto é, a percepção de um perigo possível (ir por *aqui* ou ir por *ali*, fazer *isto* ou *aquilo*) e suas conseqüências derivadas. Tais decisões, reportando-nos a Giannetti da Fonseca (2005), trazem embutida uma espécie de juro, ou seja, dependendo da decisão tomada, o risco pode aumentar. Na dimensão temporal, no *agora*, “os acontecimentos se impõem como um fluxo sem retorno” (GIANNETTI DA FONSECA, 2005, p.67). No sentido metafórico, os riscos, para nossa perspectiva de análise, são os juros que pagaremos amanhã pelas escolhas de hoje e de ontem.

O “pagamento desses juros” ou, em outras palavras, a materialização dos riscos pode ser estudada em função de catástrofes e acidentes de ordens diversas buscando a percepção de grupos e classes sociais (VEYRET, 2007) frente a esses acontecimentos. Contudo, conforme mencionamos, devem ser estudados também como produto de escolhas, políticas e econômicas, em função de determinados objetivos táticos e estratégicos daquelas mesmas classes e grupos sociais, além de se considerar indivíduos e instituições.⁴ Assim, o risco é um processo de expressão territorial e temporal inerente à sociedade.

Associar as questões da urbanização e da água ao conceito de risco se deve à premissa de que *os riscos são componentes intrínsecos ao território*, ou seja, fazem parte da própria construção cotidiana e do ordenamento permanente das cidades. Logo, considerar tanto o conjunto da infraestrutura física, de fixos (residências, indústrias, unidades produtivas, etc.) como a variedade de fluxos (de água, de capital, de pessoas, de poder, etc.) que sofrem variações quantitativas e qualitativas ao longo do tempo e no espaço significa considerar que os processos e decisões de natureza política e econômica que condicionam a construção social e material da cidade produzem situações potenciais de riscos.

A Relação entre Riscos e Território

Os riscos são construções sociais e produtos históricos do próprio desenvolvimento da sociedade, e pela constituição de seus valores, não são apenas resultado de falhas técnicas em sistemas de engenharia ou resultados catastróficos de processos naturais. Assim sendo, devem ser apreendidos sob aspectos estruturantes e/ou conjunturais, de natureza social, política, econômica, cultural ou ambiental em uma dada época.

Conforme já apresentamos, compreendemos o risco como objeto socioambiental, geográfico, fruto do exercício da política (da liberdade e pluralidade dos homens e da convivência entre diferentes, cf. ARENDT, 2004), e ao mesmo tempo uma noção ou conceito que só se apreende pela sua percepção (BRÜSEK 1999; VEYRET 2007) e em função das representações espaciais dos fenômenos que o geram, decorrentes dos contextos ideológicos e históricos em que se inscrevem (BAILLY, 1994). Se em nossa reflexão consideramos as perdas, os prejuízos materiais e os imateriais como condições essenciais para a formação da concepção do que é risco, November (2002, p.17) considera que existe outro ponto comum a todos os riscos (com o qual também concordamos): eles são produzidos no território, no sentido de que quando reportamo-nos aos riscos, reportamo-nos igualmente às relações humanas.

Aproximamo-nos, dessa maneira, da análise de Raffestin (1993), que compreende o território como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Sack (1986, p.19), por sua vez, define primeiramente o que é territorialidade: uma tentativa de indivíduos ou grupos de influenciar afetar e/ou controlar pessoas, fenômenos e relações, por meio da afirmação e delimitação de um controle sobre determinada área geográfica, que em função desse processo é chamada de território. Essa territorialidade envolve funções como classificação de áreas; formas de comunicação por meio de marcas, sinais e a relação destas com a noção de fronteira; e formas de imposição de alguma espécie de controle sobre determinada área, ou seja, a influência ou controle de um ator social sobre determinada fronteira (idem, *ibidem*, p.21-2). Sack (*ibidem*, p.19) afirma ainda que a delimitação de áreas tornar-se-á um território somente quando suas fronteiras ou limites forem usados de alguma forma para alterar o comportamento de pessoas, fenômenos ou relações por meio de alguma forma de controle.

Os riscos definem territórios na medida em que sua percepção (identificação) pode condicionar comportamentos, a delimitação de zonas ameaçadas, imposição/restrições à circulação de fluxos diversos, entre outros aspectos. Também definem territórios, pois, em um segundo momento, a análise dos riscos permite revelar que muitos desses processos tiveram origem naquelas relações sociais que envolvem decisões e poder na perspectiva de C. Raffestin. Resumimos dois pontos principais e complementares acerca da relação entre risco e território em nossa perspectiva.

a) A delimitação do alcance espacial do processo que gera o risco e dos elementos em risco (vulneráveis) que sofrerão as consequências (perdas) materiais e imateriais em função da magnitude e frequência desses processos originais. Fornecemos como exemplos: a delimitação da área atingida por uma enchente em área urbana e como a materialização

desse risco impõe restrições diretas à circulação de fluxos na respectiva área e restrições indiretas afetando áreas adjacentes; e os problemas operacionais no sistema/rede de distribuição de abastecimento de água, podendo acarretar, de forma diferenciada no território, possíveis restrições quanto ao uso da água.

b) A dimensão simbólica dos riscos, associada à percepção individual ou de grupos sociais, é capaz de estabelecer comparações entre diferentes áreas, como territórios seguros e territórios inseguros. Em uma perspectiva de controle e poder, os riscos podem ser utilizados no intuito de criar e manter territorialidades.

Assim, as delimitações do alcance espacial e as representações simbólicas dos riscos, associadas ou não ao exercício do controle político e de poder, indicam-nos a possibilidade de pensarmos na noção de *territórios de risco*⁵ (cf. NOVEMBER, 2001; 2002). November (2001, p.68-9) destaca o papel que é atribuído ao território na relação com os riscos. Segundo a autora, as abordagens clássicas de risco privilegiam a concepção de um território como “suporte de riscos”, ao invés de uma conceituação que privilegie interações. A expressão “risco territorializado”, segundo November, sugere uma noção de passividade do território, de suporte, de superfície onde os processos que geram os riscos ocorrem. Por outro lado, a expressão “territórios de risco” traduz uma concepção onde o território cumpre papel mais relevante, mais ativo na configuração e reconfiguração do risco. Para a autora, computa-se ao território o mesmo papel o qual Raffestin (1993) lhe atribuiu, isto é, de manifestação de poder. Em outra obra, November (2002, p.19-20) afirma que o risco incide diretamente sobre o futuro do território, desempenhando um papel significativo, pois apreendê-lo significa a busca por garantias e pela manutenção de “padrões” de segurança. Essa importância se revela na medida em que o risco é algo potencial e um objeto que envolve decisões e ações individuais (decidir sair ou ficar em um bairro perigoso) ou medidas de gestão coletiva (zonas industriais, áreas de proteção ambiental) por meio de dispositivos regulamentares e políticas públicas.

Os Riscos Ambientais Associados à Água

O debate acerca da água vem adquirindo contornos cada vez mais complexos, tanto mundialmente quanto na realidade brasileira. Em nosso país, os debates acerca da gestão das águas e dos recursos hídricos tem apresentado destaque no meio acadêmico e na sociedade em geral, sobretudo nos últimos doze anos, em virtude da promulgação da Lei Federal 9.433, de 1997, comumente chamada de *Lei das águas*, e da Lei 11.445, de 2007, a chamada *Lei do saneamento*.

Partimos da consideração de que a água é um bem indispensável ao homem e à vida em sociedade, seja para o abastecimento residencial, a diluição de efluentes, a irrigação agrícola, para processos produtivos, entre outros usos. Gleick (2000) afirma que desde o início da civilização o homem tem buscado maneiras de captura, armazenagem, transporte, irrigação e purificação da água. É por esse processo de apropriação que a *água*, bem universal, se transforma em *recurso hídrico*. Essa é uma distinção importante. A água é bem vital ao metabolismo dos seres humanos e também de vital importância aos ecossistemas terrestres. Quando referimo-nos à água, portanto, fazemos alusão a um

bem universal (dimensão social do elemento). De acordo com Rebouças (2006), “água” refere-se geralmente ao elemento natural, desvinculado da noção de uso e de apropriação, enquanto o termo “recursos hídricos” pressupõe uma noção de apropriação, significando água como um bem econômico, dotado de valor, passível de utilização para um determinado fim.

É visível, porém, que a relação das sociedades com a água alterou-se ao longo do tempo. Para os seres humanos primitivos, a água servia apenas para suas necessidades básicas. Hoje podemos afirmar que há uma complexa dependência por água, sem a qual não se obtém a realização plena das atividades sociais. A dependência por água condiciona e influencia as ações e as políticas sociais. A existência das grandes civilizações da antiguidade e o próprio sedentarismo estão correlacionados, em certa medida, com a disponibilidade e a capacidade de apropriação e controle da água. O domínio e o uso da água pela sociedade permeiam a estruturação e o ordenamento territorial, em conjunção com os aspectos de ordem geológica, geomorfológica, pedológica e climática. Sendo assim, não é exagero dizer que a água é o elemento que *viabiliza* a existência das cidades. De acordo com Swyngedouw (2001), o processo de urbanização, ou as cidades em um sentido amplo, sustentam-se sempre a partir da organização, do controle e do domínio da circulação de água.

Atualmente evidenciamos que uma das questões sociais mais urgentes que enfrentamos, em escala mundial, é a ausência de adequados sistemas de saneamento básico (provisionamento de água potável e coleta/tratamento de esgotos), sobretudo nas grandes cidades. A nova lei de saneamento no Brasil, inclusive, traz à tona discussões sobre dominialidade e outras institucionalidades importantes que nos remetem à discussão do controle das fontes de água e de sua produção.

Garantir o provimento de água ininterruptamente à sociedade, nos moldes atuais, é um exercício complexo que envolve reconhecer as fontes de água e sua capacidade (vazão), a qualidade da água, a demanda atual e futura, situações de escassez absoluta ou penúria, usos e usuários envolvidos, as tecnologias empregadas nos sistemas de abastecimento e tratamento, até a discussão sobre redes técnicas, regulação, titularidade dos serviços de saneamento, os instrumentos da Política Nacional dos Recursos Hídricos, entre outros. Considerando a metodologia de análise de risco ambiental apresentada por Egler (1996), em cada subcategoria (risco tecnológico, social ou natural) a água pode figurar, em qualquer pesquisa empírica, como elemento presente, seja na geração ou na propagação de situações de perda.

Os riscos associados à água em áreas urbanas derivam de processos extremamente complexos. A abordagem de Swyngedouw (2001) revela-nos não ser possível definir de modo simples o que é natural e o que é social. A cidade e o processo urbano, para esse autor, são ao mesmo tempo processos sociais e naturais, formando o que ele intitula de híbrido sicionatural. Em obra anterior, o referido autor afirma o reconhecimento por parte de acadêmicos de que as condições e processos naturais e ecológicos são intrinsecamente ligados aos processos sociais:

Acadêmicos contemporâneos reconhecem cada vez mais que as condições naturais ou processos ecológicos não operam separadamente e que as condições sicionaturais são sempre resultados de complexas e intrincadas trans-

Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma gestão territorial da água
formações das configurações pré-existentes que são elas mesmas inerentemente naturais e sociais. (SWYNGEDOUW, 1999, tradução livre nossa)

No que concerne à água, Swyngedouw (2001, p.85) refere-se às crianças do Bronx, em Nova Iorque (EUA), brincando com a água dos hidrantes nos verões e deixa clara a complexidade da cidade como um híbrido e do controle dos fluxos de água.

Esses fluxos poderiam narrar muitas histórias (sic) inter-relacionadas da cidade: a história (sic) do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e de marginalidade, de ratos e banqueiros, de doença de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro das opções da indústria de água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico e do aquecimento global, do capital, das maquinações e estratégias dos construtores de barragens, de incorporadores do solo urbano, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para os reservatórios urbanos. Em suma, meu copo d'água incorpora múltiplas histórias (sic) da "cidade como um híbrido".

As obras de Swyngedouw apontam para uma espécie de metabolismo constante entre sociedade e natureza, formando o que ele intitula de "híbrido". A água, os alimentos ou os computadores, por exemplo, combinam a sociedade e a natureza de infinitas formas, repletas de conflitos e contradições. São "objetos" ou "coisas" híbridas. Nesse sentido, a cidade também é um objeto híbrido, resultado de processos humanos, naturais, culturais, orgânicos, entre outros (idem, 1999).

Considerar igualmente o risco como um produto dessa urbanização ou da cidade como um híbrido torna a compreensão da relação entre água, risco e território mais precisa. A água apropriada de diversas maneiras para satisfazer as mais diferentes necessidades (nem tão necessárias) da vida social é, conforme Swyngedouw (2001), resultado de processos políticos, econômicos e ecológicos excludentes, marginalizantes e que governam a expansão urbana, sendo esta, por sua vez, fundamentada na engenharia de controle das águas. Quando Egler (1996) destaca a concepção de risco ambiental como um indicador dinâmico das relações entre sistemas naturais, estrutura produtiva e condições de reprodução social, ele de fato reforça, em nossa leitura, a concepção híbrida ou complexa dos processos que originam as situações de risco. Por outro lado, November (2003, p.79) afirma que os riscos não se circunscrevem em suas categorias com formas e limites precisos. Riscos naturais podem causar riscos tecnológicos e vice-versa.

As cidades vivem sob uma espécie de paradoxo no que concerne à água. Ao mesmo tempo em que necessitam de grandes volumes de água para a sua reprodução social, por outro lado, chuvas intensas, associadas às características geomorfológicas e uma história de ocupação e intervenções⁶ no sítio urbano, produzem cenários de enchentes com grandes prejuízos materiais e imateriais. Assim, os riscos estão situados em uma hipotética balança que se inclina para situações de ameaça ao abastecimento (escassez relativa ou absoluta), ou para situações de enchentes graves, em função das particularidades de cada lugar estudado.

Em função das múltiplas associações entre riscos e água, julgamos que estes não são capazes de serem apreendidos por meio de um recorte espacial de análise, como, por exemplo, o recorte da bacia hidrográfica. Na nossa visão, a gestão da água requer uma gestão ampla do território, ou seja, uma necessidade de recortes multidimensionais, haja vista que a água circula no meio urbano de forma complexa, dentro da perspectiva de fluxos de água e de poder (cf. SWYNGEDOUW 2001, 2006) e não apenas seguindo critérios de ordem natural, como no caso das bacias hidrográficas.

Pires do Rio (2009, p.27) menciona que as dificuldades na implantação da gestão da água no Brasil residem nas relações entre instituições, organizações e território. Essas dificuldades passam fundamentalmente, segundo a autora, pelo entendimento de que a estrutura espacial e os padrões espaciais resultantes das interações entre organizações e território não podem ser circunscritos em único plano espacial. Dessa maneira, portanto, pensar para além da bacia hidrográfica significa pensar a articulação entre atores e agentes sociais que operam em escalas diferentes. Nessa articulação, o diálogo entre diferentes planos diretores setoriais (água, solo urbano, etc.) a partir da coordenação de novas formas de organização institucional e de ação pública levar-nos-ia a um novo patamar de gestão.

Riscos Ambientais Associados à Água: Enchentes e Gestão do Território

As enchentes são processos interessantes para se evidenciar a possibilidade de análise dos riscos relacionados à água como objeto da gestão do território.⁷ As respostas contra as enchentes devem ser resultado de estratégias de gestão articuladas, a médio e longo prazos, levando em consideração, por exemplo, os planos de bacias e os planos diretores urbanos.

O risco de enchentes, de acordo com Laganier (2006), pode ser definido como um evento danoso, que envolve prejuízos materiais ou imateriais, dotado de certa probabilidade, a partir da combinação de zonas inundáveis e de uma vulnerabilidade inerente da sociedade. As enchentes caracterizam-se, sobretudo, pelas variáveis magnitude, duração e frequência.

Para Laganier (*ibidem*), o conceito de vulnerabilidade traduz medidas objetivas e subjetivas das perdas relacionadas à intensidade da enchente. Segundo o autor, a vulnerabilidade deve ser estipulada por uma avaliação abrangente das possíveis perdas causadas pela enchente no sistema socioeconômico (impactos indiretos nas redes técnicas afetando a economia de uma cidade, região ou país), uma vez estipulada a magnitude e duração das enchentes. Adicionamos, segundo nossa análise, que a definição de vulnerabilidade às enchentes deve levar em conta aspectos técnicos (gestão da infraestrutura de saneamento), aspectos econômicos (escassez de recursos para investimentos, população de baixa renda), aspectos institucionais (ausência de prevenção, falta de coordenação entre esferas administrativas, atuação de organizações não governamentais e capacidade de articulação e coordenação entre diferentes atores) e aspectos culturais (ausência da consciência do risco, aceitação religiosa).

A perspectiva de análise de Laganier (*ibidem*) chama-nos a atenção para o fato de que as enchentes ensejam impactos não apenas localizados, diretos, mas também

desdobramentos variados, importantes para a gestão territorial, pois as perdas se estendem para além dos lugares inundados. Isso significa que mesmo os territórios fora do alcance direto das enchentes sofrem com perdas e danos diversos em função do que o autor intitula de “interdependência espacial de territórios” (idem, *ibidem*, p.21), sobretudo no que concerne à manutenção do funcionamento dos fluxos pelas redes técnicas (rodovias, ferrovias, redes de energia elétrica, de água, de telecomunicações, etc.).

Mais do que o impacto localizado, interessa-nos a constatação de Laganier (*ibidem*) de que há uma disjunção radical entre a escala original do processo (das ocorrências pluviométricas intensas e enchentes catastróficas), isto é, o espaço de transferência das águas (as vertentes, ou seja, a noção de bacia hidrográfica), e os lugares de manifestação dos riscos, não somente os vales inundáveis, mas os territórios conexos que mantêm diferentes e complexas relações “físico-sócio-espaciais” com o local atingido.

Há mais de uma década promulgada, a Lei das Águas elegeu a bacia hidrográfica a “unidade territorial para implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos” (Lei Federal 9.433/1997). Apesar de presente nos discursos e alçada muitas vezes como a unidade “natural” e mais eficiente para o planejamento e gestão das águas e dos recursos hídricos, questionamos algumas limitações do modelo. Conforme Pires do Rio e Peixoto (2001, p.62) apontam, a adequação ao modelo não é feita livre de problemas.

Como o pacto federativo tem na divisão municipal sua unidade elementar de representação, a bacia hidrográfica emerge como instância de planejamento supramunicipal e/ou supraestadual. As relações entre níveis de governo estarão sendo, assim, entrecortadas por novas instâncias de regulação, pois a regulação dos múltiplos usos e a própria competição entre os usuários passarão a operar em unidades espaciais diferentes, em relação à malha político-administrativa [...]

Ainda segundo as autoras supracitadas, no tocante à delimitação de uma base espacial fixa como a bacia hidrográfica para a gestão dos recursos hídricos, acaba-se por criar e propiciar “uma ruptura que afeta as articulações territoriais tradicionais [...] implica[ndo] em posicionamentos, disputas, conflitos e negociação [diferentes atores sociais]” (idem, *ibidem*, p.62). Articulando com a posição de Laganier (2006) acerca da interdependência espacial dos territórios, podemos concluir, como já fizeram outros autores (SWYNGEDOUW, 2001; 2006), que determinados riscos associados à água podem ter seus efeitos “transbordados” para fora da área da bacia. A magnitude de uma enchente e o seu tempo de duração, como as recorrentes na Baixada Fluminense e na cidade de São Paulo, acarretam danos materiais e imateriais dos mais variados.

As bacias ou regiões hidrográficas possuem uma área natural de referência, ou seja, um rio principal e toda uma rede hidrográfica contribuinte que forma uma bacia (com os mais diferentes formatos) a partir dos divisores de águas, ou linhas de cumeadas dos morros, montanhas e serras adjacentes. Isso significa que a bacia é definitivamente um recorte espacial com base em aspectos geomorfológicos. A lógica de funcionamento e a ação dos atores sociais por meio das redes técnicas de transporte e comunicação, envolvendo pessoas, mercadorias e informações, não se circunscrevem aos limites naturais de uma bacia hidrográfica. Por isso, os territórios de risco associados à água não se restringem

ou não se fecham na “unidade territorial” bacia hidrográfica, levando-nos à reflexão por outros recortes e escalas para análise dos riscos ambientais.

Salientamos, assim, a importância da articulação da gestão da água em diferentes recortes e de uma escala de análise e intervenção/planejamento maior, pois usando uma expressão de Swyngedouw (ibidem), a água que circula e que está *incorporada* nas redes que permitem a sua distribuição transpassa as fronteiras das bacias. Enquanto as enchentes podem produzir impactos externos a uma determinada bacia, as transposições de água de uma bacia para outra adjacente ou mais distante, por exemplo, são bons indicadores desse processo. Essa água que circula e que transpassa bacias também incorpora e propaga riscos ambientais (contaminação/poluição de rios, por exemplo), muitas vezes registrados, principalmente nas cidades brasileiras.

De forma alguma queremos destituir a importância da bacia hidrográfica. Porém queremos reforçar a necessidade de que a gestão dos riscos relacionados à água, quer dizer, a própria gestão das águas, não deveria ser concebida como política setorial, mas como fruto da interação entre os diferentes setores, sobretudo em uma escala regional, visando a elaboração de políticas estruturais. Questionamos, por exemplo, como essa unidade espacial se articula com as redes técnicas de abastecimento.

Nesse sentido, Scarwell (2006, p.231) aponta para um processo intitulado de “recomposição territorial”, ou seja, para pensarmos a gestão das águas dentro de uma perspectiva de planejamento territorial é importante abandonar certos níveis de abordagem tradicionais e construir outros níveis, como, por exemplo, intermunicipais e regionais. A busca é pela construção de níveis de abordagem que permitam a combinação de “espaços hidrológicos” e “territórios institucionais” (LEFEBVRE, 1998 *apud* SCARWELL, 2006, p.231). Um exemplo dessa articulação são os diversos instrumentos normativos existentes na França para a análise do risco de enchentes. Esses instrumentos aplicam-se em diferentes cortes temporais e escalas geográficas, tanto em relação ao funcionamento hidrológico da bacia (SAGE)⁸ como da ocupação e do uso do solo local ou regional (SCOT, PLU, PPRI)⁹.

Scarwell (2006) defende que a concepção global da gestão dos riscos de enchentes na escala de uma bacia hidrográfica não renova apenas a questão da governança da bacia, mas também do território. No entanto, conforme sua própria perspectiva e da abordagem de interdependência de territórios proposta por Laganier (ibidem), a compreensão dos riscos relacionados às enchentes também envolve uma renovação da forma de gerir o território a partir da integração de diversas políticas públicas multidimensionais.

Considerações Finais

A breve exemplificação deste debate a partir do exemplo francês (LAGANIER 2006; SCARWELL 2006) revela aspectos importantes para a reflexão futura acerca da gestão dos riscos ambientais, sobretudo daqueles relacionados à água.

Primeiramente, a nossa perspectiva de construção dos riscos ambientais como um “somatório” de processos ao longo do tempo vinculados à dinâmica territorial permite-nos pensar em uma “produção social dos riscos”. O território, assim, revela-nos as múltiplas manifestações dos riscos ambientais por meio de relações de poder, simbólicas, de decisões institucionais, etc.

Em segundo lugar, evidenciamos a necessidade de discutir o papel de políticas públicas integradas acerca da gestão da água de modo que não negligenciem o papel da escala regional, limitando-se apenas ao recorte da bacia hidrográfica. Isso significa pensar a articulação e a ação entre atores sociais que operam em escala mais abrangente que a da bacia hidrográfica. Assim, poderá ser possível a articulação de planos diretores (de recursos hídricos e urbanos) a partir da coordenação de novas formas de organização institucional e de ação pública.

Referências Bibliográficas

ARENDE, H. *A dignidade da política*. Ensaios e conferências. ABRANCHES, A. (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *O que é política*. LUDZ, U. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BAILLY, A. Enseigner les risques naturels. In: CHAM'S. *Enseigner les risques naturels. Pour une Géographie Physique revisitée*. Paris/Montpellier: Anthropos. GIP RECLUS, 1994.

BECK, U. *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Flammarion, 2006.

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. *R. Bras. Geografia*. Rio de Janeiro, 50, número especial, t.2, p.99-126, 1988.

BERNSTEIN, P. L. *Desafio aos deuses*. A fascinante história do risco. Rio de Janeiro. Elsevier, 1997.

BRÜSEK, F. J. Risco social, risco ambiental, risco individual. In: ALTVATER, E. (ed.). *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA, 1999, p.89-119.

CASTRO, C. M. Vulnerabilidade dos sistemas hídricos e riscos ambientais em Volta Redonda (RJ). *Dissertação de mestrado*. 2004. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ: Rio de Janeiro.

CASTRO, C. M.; PEIXOTO, M. N. O.; PIRES DO RIO, G. A. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. *Anuário do Instituto de Geociências* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v.28, p.11-34, 2005.

CASTRO, C. M. Riscos ambientais em áreas urbanas: uma análise a partir de Volta Redonda (RJ). In: VII Encontro Nacional da Anpege. *Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo*. Anais... Niterói: UFF, 2007.

EGLER, C. A. G. Risco ambiental como critério de gestão do território. *Território*, v.1(1), p.31-41, 1996.

Castro, C. M.

GIANNETTI DA FONSECA, E. *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. *Mundo em descontrolo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GLEICK, P. H. The Changing Water Paradigm a Look at Twenty-first Century Water Resources Development. *Water International*, v.25, n.1, 2000.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade. A rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997

HEWITT, K. *Regions of Risk. A Geographical Introduction to Disasters*. Essex: Longman, 1997.

INTERNATIONAL UNION OF GEOLOGICAL SCIENCES (IUGS). Working Group on Landslides. Quantitative risk assessment for slopes and landslides, the state of the art. IUGS: Committee on Risk Assessment, Rotterdam, 1997.

LAGANIER, R. La territorialisation du risque d'inondation en questions. In: LAGANIER, R. (ed.). *Territoires, inondation et figures du risque. La prévention au prisme de l'évaluation*. Paris: L'Harmattan, 2006.

NOVEMBER, V. Risques territorialisés ou territoires du risque? Réflexion géographique autour de la relation risque – Territoire. In: COANUS, T. (ed.). *Risques et Territoires*. Paris: Éditions du CNRS, 2001, p.61-71

_____. *Les territoires du risque: le risque comme objet de réflexion géographique*. Bern: Peter Lang, 2002.

_____. La Gestion des Risques en Suisse. *Territoires 2020. Revue scientifique consacrée aux territoires e à la prospective*. Datar: Paris, 2003.

_____. Being Close to Risk. From Proximity to Connexity. In: *Int. J. Sustainable Development*, v.7(3), p.273-86, 2004.

PARTHASARATHY, S.; SAUL, J. E.; WETMORE, J. M. Introduction: Reconstructing Order through Rhetorics of Risk. *Science, Technology & Human Values*, v.29(3). p.267-8, 2004.

PIRES do RIO, G. A.; PEIXOTO, M. N. O. Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. *Território*. Laget-UFRJ, v.10, p.51-65, 2001.

_____. Gestión de recursos hídricos por cuencas hidrográficas: ¿por qué rebatirla? In: OSORIO, I. S.; CARMO, R. L.; VELÁZQUEZ, S V.; GUZMÁN, N. B. (Eds.) *Gestión del agua: una visión comparativa entre México y Brasil*. Jiutepec, Morelos: Archivo Histórico

Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma gestão territorial da água del Agua, Instituto Mexicano de Tecnología del Agua, Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. *Human Territoriality: its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCARWELL, H. Les nouveaux territoires de gestion du risque. In: LAGANIER, R. (ed.) *Territoires, inondation et figures du risque. La prévention au prisme de l'évaluation*. Paris: L'Harmattan, 2006.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido. In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades – sustentabilidade e risco das políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.83-104.

_____. Modernity and Hybridity: Nature, *Regeneracionismo*, and the Production of the Spanish Waterscape, 1980-1930. *Annals of the Associations of American Geographers*, 89(3), p.443-465, 1999.

_____. Power, Water and Money: Exploring the Nexus. *United Nations Human Development Report. United Nations Development Programme*. Background Paper. Oxford, 2006.

VEYRET, Y. Introdução. In: VEYRET, Y. (org.). *Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____; RICHEMOND, N. M. O risco, os riscos. In: VEYRET, Y. (org.). *Os riscos. O homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

Recebido em: 31/01/2011

Aceito em: 24/04/2012

1 Há um debate entre as diferentes concepções de risco que o classificam ora como um conceito que envolve objetividade e probabilidade (cf. November, 2004; VEYRET e RICHEMOND, 2007), ora como conceito que admite em sua construção incertezas e possibilidades não conhecidas (cf. EGLER, 1996).

2 Interessante paralelo entre as obras de Giddens (1991; 2006) e a proposta de Bernstein (1997) apresentada no início deste artigo. Para o primeiro autor, a Modernidade é rompimento com os laços do passado e o risco só pode ser capturado enquanto categoria analítica a partir deste rompimento. Para o segundo, a passagem para a Modernidade está justamente no domínio do risco.

3 Não aprofundamos a questão do sentido da política para Hannah Arendt. Todavia, tal problema reside em descobrir até que ponto liberdade e política são conciliáveis no mundo moderno (ver ARENDT, 1993; 2004).

4 Escolhas que, por sua vez, trazem embutidas noções expressas por conceitos como o de *risco aceitável* (tipo de risco que a sociedade aceita sem considerar necessário seu gerenciamento) e *risco tolerável* (tipo de risco pelo qual a sociedade dispõe-se ao convívio a fim de obter benefícios e lucros, baseada na confiança de que esse risco está sendo controlado, inspecionado e possivelmente reduzido. Ex.: construção de usinas nucleares), conforme definições do IUGS Committee on Risk Assessment (1997).

5 São áreas em que projeções da vulnerabilidade da população a um determinado processo, o próprio processo perigoso e a dinâmica territorial são caracterizados, delimitados e passíveis de representação cartográfica.

6 O controle necessário das águas pelo homem por meio de represamentos, drenagens, retificação de canais, dragagens, aterros e outras intervenções também reflete o quanto a existência (ou a presença) da água pode se tornar inconveniente aos sítios urbanos, à apropriação territorial e à vida cotidiana das cidades.

7 Compreendemos o conceito de gestão do território como uma estratégia científico-tecnológica de intervenção espacial, envolvendo múltiplas e complexas decisões para se atingir determinada finalidade (BECKER, 1988).

8 SAGE (*Schéma Aménagement et de Gestion des Eaux*) são planos diretores para bacias hidrográficas.

9 PPRI (*Plan Prévention Risques de Inondation*), realizado para a escala local (município, distrito urbano) definindo a ocupação/uso do solo; PLU (*Plans Locaux d'Urbanisme*), principal plano local de ordenamento urbano; SCOT (*Schémas de Cohérence Territoriale*), plano estratégico de caráter regional para um corte temporal de dez a vinte anos.

Eles não Param de Chegar? A Emergência de Novos Padrões de Mobilidade Espacial da População em Macaé/RJ

Do They Keep Coming? The Emergence of New Spatial Mobility Patterns in Macaé/RJ

Faber Paganotoⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Macaé, a “Capital do Petróleo”: uma terra de oportunidades, onde o emprego é farto e os *royalties* do petróleo engordam os cofres públicos. É assim que o município de Macaé tem sido retratado pela mídia, e foi a partir dessa imagem que milhares de migrantes escolheram a cidade como destino. Neste estudo investigou-se por que os números indicam uma redução dos fluxos migratórios em direção a Macaé enquanto algumas evidências apontam para o contínuo aporte de migrantes. Apontou-se a existência de novas formas de mobilidade espacial da população tendo Macaé como polo atrativo. Muito comum em realidades metropolitanas e associado à violência urbana e ao alto custo de vida, ganha força em Macaé o movimento pendular de trabalhadores residentes em municípios próximos, especialmente de Rio das Ostras. Além dos deslocamentos diários tradicionais, detectou-se nesta pesquisa outro tipo de pendularidade, estendida no espaço e no tempo, o “movimento pendular de longa distância”, associado, fundamentalmente, às características específicas do mercado de trabalho do setor de petróleo, bem como à flexibilização das relações de trabalho neste setor, com as terceirizações e subcontratações. Constatou-se, finalmente, uma significativa transitoriedade entre os migrantes, que continuam chegando à cidade em grande número, embora não fixem residência.

Palavras-chave: Mobilidade espacial, Pendularidade, Macaé/RJ.

Abstract: Macaé is the “Oil Capital” of Brazil: a city of opportunity, full of jobs and where royalties fatten public coffers or that is the image presented in the media that has attracted thousands of migrants to Macaé. This study investigated why people feel that migrants keep coming to Macaé even though recent statistics show that in-migration to the city has decreased. Also, new forms of spatial mobility of the population have emerged so that Macaé can be characterized as region of polar attraction. Commuting from neighbouring cities is a common pattern in metropolitan areas and in Macaé it is associated to the high cost of living and violence present there so that many workers have their residence elsewhere, especially Rio das Ostras. In addition to daily commuting, another kind was detected in the research: “long distance commuting”. This kind of commuting is associated basically to specific characteristics of the labour market in the oil sector involving periods on the platforms interspaced with periods off duty on

ⁱ Doutorando em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia. faberpaganoto@gmail.com.

the mainland as well as outsourcing practices. A third trend noted was the presence of a significant number of transients, who keep coming to the city in large numbers but do not lay residence.

Keywords: Spatial mobility, Commuting, Macaé/RJ.

Em meio à Crise Emerge uma Cidade

Ao se lançar um olhar à porção norte do estado do Rio de Janeiro, considerando seu passado recente em duas escalas distintas, a da região Norte Fluminense e a do município de Macaé, vislumbra-se um nítido e peculiar contraste de dinâmicas econômicas, que, como consequência, refletiu-se em igualmente contrastantes quadros socioespaciais.

À década de 1970, observou-se o ápice do processo de modernização agrícola no Brasil, traduzida no Norte Fluminense em mecanização da lavoura canavieira e automação da indústria sucroalcooleira. Isso, somado ao maior dinamismo do setor sucroalcooleiro paulista, que impôs forte concorrência às usinas fluminenses, resultou num quadro bastante desanimador para o trabalhador rural do norte do estado do Rio de Janeiro. Aos que se mantiveram no campo restavam os baixíssimos salários e o trabalho desgastante. Aos muitos que perderam seus empregos restava a periferia das cidades da região, entre as quais se destacou Campos dos Goytacazes, ou a periferia de centros metropolitanos mais distantes, como o Rio de Janeiro.

Concomitantemente, avançavam as buscas por campos petrolíferos, iniciadas pela Petrobras já há algumas décadas, na região da Bacia de Campos. Em 1974, a descoberta do campo Garoupa acelerou o processo de exploração do petróleo na região, e embora ainda não fosse muito mais que uma vila de pescadores, Macaé foi a cidade escolhida para sediar as operações da Petrobras na região da Bacia de Campos a partir de 1979. Dali em diante o desenvolvimento do município de Macaé seguiria em trajetória bastante distinta da apresentada pela região Norte Fluminense de forma geral (CRUZ, 2003).

Na década de 1980, embora o país e o estado do Rio de Janeiro vivessem um período de recessão econômica, as descobertas na Bacia de Campos estimularam fortes investimentos estatais concentrados em Macaé (NATAL, 2001). No setor secundário, por exemplo, enquanto o estado do Rio de Janeiro apresentou uma perda de 5,5% de postos de trabalho, Macaé apresentou crescimento de 27,2%. No setor de serviços o crescimento do número de postos de trabalho foi ainda mais expressivo em Macaé: 106% no período, contra uma perda de 14,8% de postos de trabalho no estado do Rio de Janeiro.

Em agosto de 1997, a Petrobras perdeu o monopólio que detinha para a exploração e produção de petróleo no Brasil. Com a quebra do monopólio, o mercado brasileiro abriu suas portas para o capital estrangeiro, e em dezembro de 2002 já havia cerca de quarenta empresas instaladas no país. Em Macaé passou a ser comum cruzar com pessoas vestindo macacões com bandeiras estrangeiras bordadas no braço, acompanhadas por nomes como Halliburton, Schlumberger ou Liebherr.

Outro período de fortes investimentos em Macaé foi o que se seguiu à crise energética vivida pelo país no ano de 2001. Como alternativa à produção hidrelétrica, frente aos baixos níveis apresentados pelos reservatórios das usinas hidrelétricas depois de um verão de chuvas escassas, o governo brasileiro estimulou a construção de usinas termelétricas. Com obras iniciadas em abril de 2001 e tendo sido inaugurada em novembro do mesmo

ano, a Usina Termelétrica Macaé Merchant, da El Paso International do Brasil, representou um investimento de 450 milhões de dólares e a geração de 2,5 mil empregos diretos durante o período de construção, segundo a Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo.

Desde o final da década de 1970, portanto, enquanto a economia de grande parte dos municípios da região Norte Fluminense (incluindo-se os municípios que atualmente integram a chamada região Noroeste Fluminense) entrou em declínio, Macaé ganhou dinamismo econômico, atraiu investimentos, ganhou destaque em nível nacional e internacional e transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências. Migrantes regionais, destituídos da terra ou sem emprego no campo; migrantes de grandes centros metropolitanos do Brasil, especialmente os atuantes na área de petróleo, atraídos pelo crescimento desse setor no município; e migrantes internacionais, transferidos pelas empresas multinacionais do setor de petróleo.

O resultado dos acontecimentos que marcaram Macaé a partir da década de 1970 sobre a dinâmica populacional pode ser observado no figura 1. O crescimento da população macaense foi de apenas 19,3% entre 1970 e 1980. No entanto, a partir dos anos 1980 o ritmo de crescimento acelerou-se, atingindo seu ápice na década de 1990, quando a população apresentou crescimento de 41,4%.

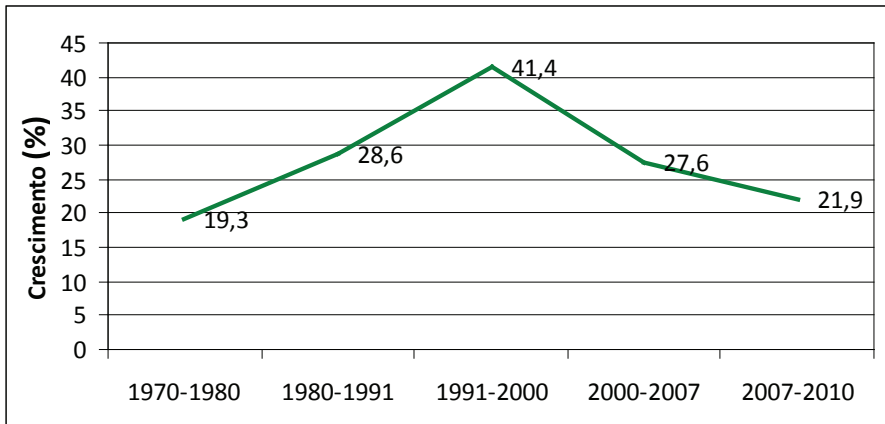


Figura 1 – Ritmo de crescimento populacional no município de Macaé, 1970-2010.

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 do IBGE e Contagem Rápida da População 2007.

Ainda que o último Censo Demográfico brasileiro date de 2010, os dados referentes à mobilidade espacial da população começarão a ser divulgados apenas no segundo semestre de 2012. Apenas a partir de então será possível refletir sobre possíveis mudanças dos padrões observados neste estudo. Assim, serão considerados aqui os dados censitários do Censo Demográfico 2000.

Em 2000, Macaé apresentava uma população de 132.461 habitantes, aproximadamente 1/5 do total de habitantes da região Norte Fluminense e menos de 1% da população do estado do Rio de Janeiro (Tabela 1). Desse total, mais de 46% eram migrantes, um percentual muito mais elevado que o da região Norte Fluminense (22,43%) e o do estado do Rio de Janeiro (34,94%).

Tabela 1 – População total e população migrante no estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000.

Recorte Espacial	População Total	População Migrante	Percentual de migrantes
Rio de Janeiro	14389442	5028157	34,94
Norte Fluminense	697843	156528	22,43
Macaé	132461	61019	46,07

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

O IBGE, adotando uma definição de migrante comum na literatura, considera migrante apenas o indivíduo que realizou deslocamento intermunicipal nos dez anos anteriores ao recenseamento. Dessa forma, todos os indivíduos que chegaram a Macaé antes de 1990 não foram considerados como migrantes na divulgação dos dados do Censo Demográfico 2000. Nos dados da Tabela 2, no entanto, estão contabilizados todos os indivíduos que chegaram a Macaé em qualquer momento e que lá foram recenseados no ano de 2000.¹

Na Tabela 2 estão especificados os migrantes por tempo de residência em Macaé. Verifica-se que dos mais de 130 mil habitantes em Macaé no ano 2000, cerca de 10% chegaram ao município nos dois anos anteriores ao recenseamento, e que aproximadamente 38% deles chegaram e permaneceram no município desde o início dos anos 1980.

Tabela 2 – População migrante por tempo de residência no município de Macaé em 2000.

Munic.	Pop. Total	Tempo de Residência no Município									
		Sempre Morou no Município	%	Até 2 anos	%	3 a 10 anos	%	11 a 20 anos	%	21 anos e mais	%
Macaé	132461	70574	53,28	13600	10,27	21704	16,39	15388	11,62	10327	7,8

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Os migrantes não param de chegar?

“Os migrantes não param de chegar” é o que se ouviu de todas as pessoas que foram entrevistadas no município de Macaé quando questionadas sobre sua percepção em relação ao crescimento da cidade. Secretários, subsecretários e assessores das secretarias municipais de Planejamento, Trabalho e Renda, Assistência Social e Indústria e Comércio dão depoimentos que reforçam essa visão.

Durante os trabalhos de campo realizados para esta pesquisa constatou-se como é raro encontrar macaenses em Macaé. De um total de 37 entrevistados, apenas dois eram macaenses. E dos 35 restantes, três residiam em Macaé há mais de dois anos, dezoito há menos de dois anos – sendo que destes, nove haviam chegado a Macaé há menos de quatro meses – e quatorze trabalhavam em Macaé, embora residissem em outro município.²

A coordenadora de eventos e gerente plantonista do Hotel Atlântica Comfort Suítes informou que dos 28 funcionários do hotel, 26 são migrantes, a maior parte deles de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Situação semelhante foi encontrada na loja da

rede de drogarias Pacheco, localizada no centro de Macaé, onde a gerente informou que nenhum dos 24 funcionários é nativo do município, e no restaurante Varandas, localizada na praia de Cavaleiros, onde o gerente afirmou que dos oito funcionários, apenas dois são macaenses. Esses são apenas alguns exemplos.

A população em geral, os políticos, os empresários locais e a mídia são unânimes ao afirmar que a migração vem crescendo. No entanto, a redução do ritmo de crescimento populacional no período 2000-2007 em relação ao período 1991-2000 aponta para o desaquecimento da atração migratória de Macaé.³ Será, portanto, falsa a impressão de que há cada vez mais migrantes chegando a Macaé? O que poderia explicar essa aparente contradição?

Migrantes Transitórios

É possível sugerir a existência de uma forte transitoriedade dos migrantes como um dos fatores que ajudam a entender por que a população em geral tem a sensação de que a migração em direção ao município continua intensa, embora os números pareçam contradizê-lo. Essa transitoriedade está relacionada tanto ao perfil da população que chega ao município quanto a características específicas do mercado de trabalho do petróleo.

Atraídos pela mídia ou motivados por parentes e amigos que já residem em Macaé, a maioria dos indivíduos que chega ao município tem como motivação principal a busca por emprego. Segundo levantamento realizado junto ao cadastro de atendimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, 89,7% dos migrantes que buscaram assistência ao longo do ano de 2006 alegavam ter migrado para Macaé com esse objetivo. No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, apenas 15% dos migrantes são absorvidos pelo setor do petróleo, em função, principalmente, de este ser um setor altamente seletivo no que se refere à exigência de qualificação profissional.⁴

Ainda que os demais consigam ocupação no setor de comércio e serviços, segundo a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, os salários pagos por esses estabelecimentos não são maiores que aqueles pagos pelo setor em outros municípios. Assim, torna-se bastante difícil sustentar a residência em uma cidade onde o custo de vida é altíssimo, e muitos migrantes, como consequência, retornam aos municípios de origem ou partem para outras cidades antes mesmo de serem contabilizados por uma pesquisa censitária.

Rogério Santos de Souza, presidente da Associação de Moradores do Bairro Ajuda de Baixo, diz que quando o migrante vem de estados distantes, como Pernambuco e Bahia, mesmo depois de descobrir que a imagem passada pela mídia não confere com a realidade, ou seja, mesmo depois de perceber ser muito difícil conseguir ocupações bem remuneradas em Macaé, a maioria deles fica.

“O custo de retorno é muito alto e, fazendo algum biscate como ajudante de pedreiro ou vendedor ambulante, é possível pagar o aluguel de uma quitinete.”

Rogério diz que nos últimos anos cresceu muito o número de casas de um cômodo e que é bastante comum que várias famílias dividam o mesmo teto. No caso dos migrantes oriundos de municípios próximos – a maioria absoluta, segundo ele –, a situação muda bastante.

“O pessoal que vem de Italva e Itaperuna, por exemplo, não dura muito tempo; descobre logo que a vida em Macaé não é fácil e volta pra casa ou então vai tentar emprego em Rio das Ostras.”

A diretora da Escola Municipal Maria Isabel Damasceno Simão, localizada no centro de Macaé, diz que um dos grandes problemas da escola é conviver com públicos muito diferentes a cada ano. Segundo ela, a rotatividade dos alunos é altíssima, e mais da metade deles se renova todos os anos. Perguntada sobre o que poderia explicar esse fenômeno, a diretora fala, com naturalidade, que “a população macaense não é fixa, vive em rodízio. Muita gente chega, matricula os filhos na escola, se desilude com a cidade e no ano seguinte vai embora”.

Regina Jerônimo, funcionário do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro – NF), diz ter a sensação de que os grandes surtos migratórios ocorrem imediatamente após algum destaque dado à cidade pela mídia. Lembra especialmente de uma reportagem veiculada pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, em 2006, que falava de um pedreiro que ficou milionário em Macaé. “Desde então, todos os pedreiros do Brasil vieram procurar ouro em Macaé”, afirmou.

Além do custo de vida elevado, potencializado pelos baixos salários, outros elementos desestimulam a permanência desse migrante em Macaé. À população que chega a Macaé sem condições de pagar por alojamento e alimentação, uma das alternativas é a utilização da estrutura que atende à população de rua e à população mais pobre de Macaé: o Albergue Municipal Bezerra de Menezes e um restaurante popular com refeições subsidiadas, que custam R\$1,00 para o cidadão. Entretanto, o albergue, que não passa por reformas desde sua criação há cerca de cinquenta anos, não tem estrutura para atender a demanda crescente de desabrigados. Além disso, funciona apenas em dias úteis, a partir das 18h. O restaurante popular também só funciona nos dias úteis.

A Prefeitura Municipal de Macaé não tem planos de melhorar a assistência ao migrante com esse perfil. Pelo contrário, entre as estratégias que vêm sendo desenvolvidas pela prefeitura, com o objetivo de desestimular a chegada de migrantes em Macaé, destaca-se a nova Lei do Passe Livre (Lei n. 2.919/2007), que garante o transporte gratuito nos ônibus municipais exclusivamente aos idosos e deficientes que residirem no município há mais de dois anos. Além disso, algumas secretarias estão propondo incluir como critério para a concessão da gratuidade no transporte municipal a transferência do título de eleitor para Macaé. Estuda-se implementar critérios semelhantes em outros programas, como o das casas populares, de modo que se evite privilegiar o migrante recente em detrimento do município ou do migrante estabelecido há mais tempo.

Há, ainda, o Programa Volta Pra Casa, da Secretaria Municipal de Assistência Social, que consiste na concessão de passagens de retorno para o migrante que busca assistência na Secretaria.⁵ Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, a existência do Programa Volta Pra Casa é reflexo do alto grau de mendicância no município, que inclui estrangeiros, como bolivianos e paraguaios.

O mercado do petróleo também possui características que contribuem para a existência de uma elevada transitoriedade entre os migrantes, como a prática de contratos temporários. Embora não apresente números, o Sindipetro – NF afirma que o número de empregados concursados na Petrobras é inferior ao número de contratados temporários. Esses empregados na verdade não possuem vínculo com a Petrobras, e sim com as empresas que prestam serviços a ela.

Essas empresas são contratadas mediante licitação para prestarem serviços por um período determinado. São os chamados “projetos”. Esses projetos têm duração que varia

entre dois e cinco anos. Ao vencer uma licitação, a empresa terceirizada ou transfere funcionários de outras unidades da empresa para Macaé ou seleciona novos funcionários, contratados pelo tempo de duração do projeto com a Petrobras.

Ao término do projeto a empresa pode ter o contrato renovado ou não. Nos casos em que não se renova o contrato, os funcionários alocados em Macaé são remanejados para outras unidades da empresa prestadora do serviço, e os contratados temporariamente têm seus contratos vencidos. Para estes, o retorno aos municípios de origem é bastante comum, segundo Hélio Marques Guerra, diretor do Departamento de Trabalhadores em Empreiteiras do Sindipetro – NF.

Ainda segundo Hélio Marques Guerra, o número de empresas ligadas ao setor de petróleo cresceu, elevando a oferta de empregos, mas tornando o mercado de trabalho mais competitivo. “Junto às empresas chegam migrantes altamente qualificados, deixando aqueles que já estavam aqui e que não buscaram atualização mais suscetíveis ao desemprego”, conclui.

Há que se considerar também que muitos dos ditos migrantes vistos pelas ruas de Macaé estão ali prestando consultorias ou serviços breves, especialmente no caso dos estrangeiros. Embora seja conhecida pelo expressivo volume de estrangeiros que transitam pela cidade, são poucos aqueles que fixam residência no município (Gráfico 2). Em 2000 foram recenseados apenas 392 migrantes estrangeiros, contra 6.494 migrantes de origem interestadual e 11.207 migrantes oriundos do estado do Rio de Janeiro.

Sobre os migrantes de origem intraestadual, estudos anteriores mostram que 3.218 deles, ou 28,7%, residiam anteriormente em municípios da região Norte Fluminense, e 2.895, ou 25,8%, no município do Rio de Janeiro. E, se por um lado os migrantes intraestaduais estão presentes em maior quantidade em Macaé, por outro, foram as migrações internacional e interestadual as que apresentaram o maior crescimento relativo entre 1995 e 2000. Enquanto o crescimento do volume de migrantes intraestaduais foi de apenas 21,2% no período, as migrações internacional e interestadual cresceram 62% e 49,6%, respectivamente (PAGANOTO, 2005).

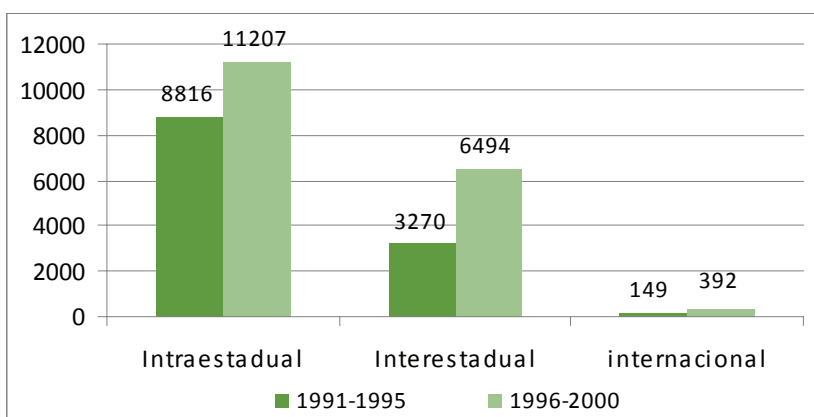


Figura 2 – Migrantes em Macaé segundo origem intraestadual, interestadual e internacional.

Fonte: Paganoto (2005) (Dados brutos: IBGE, 2000).

Migrantes Pendulares

Se uma pessoa circula pelas ruas de uma cidade frequentando restaurantes e lojas em geral e trabalhando diariamente em algum estabelecimento daquele lugar, é natural que os moradores dessa cidade o percebam enquanto habitante, ainda que ao final do dia essa pessoa volte para sua residência em algum município próximo. Se o caso hipotético descrito for vivido não por uma pessoa, mas por um grupo significativo de pessoas, então a percepção desse grupo pelos habitantes da cidade em questão será ainda mais nítida.

Em Macaé, o volume de pessoas que circula pelas ruas da cidade porque lá trabalham, embora residam em outros municípios, não é desprezível. Em 2000, segundo o IBGE, 494 pessoas frequentavam o município de Macaé para estudar, e outras 15.299 pessoas frequentavam o município para fins de trabalho. Assim, 40,47% das vagas disponíveis no mercado de trabalho macaense (37.975) eram ocupadas por pessoas não residentes no município.

Muito comum em áreas metropolitanas, embora não restrito a esses espaços, esse deslocamento para fins de trabalho ou estudo é conhecido como “migração pendular”. No Brasil, envolvia, em 2000, 7,4 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Beaujeu-Garnier (1980), os deslocamentos pendulares têm em comum “apreciável extensão, uso de alguns meios de transporte mecânicos e certo grau de convergência”, e de acordo com Frey e Speare Jr. (1995), sua ocorrência em elevado grau deve ser considerada como o principal indicador para a definição de áreas metropolitanas.

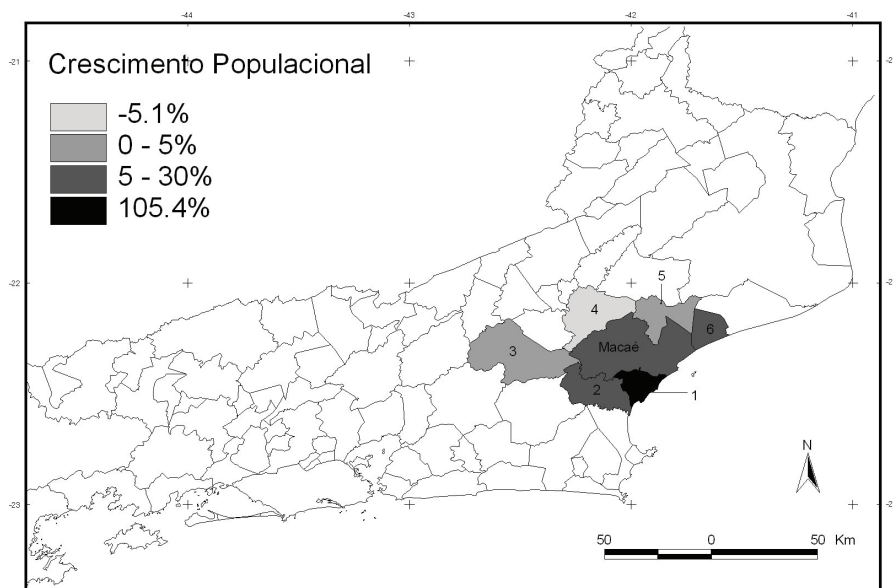
Em Macaé, no entanto, o movimento pendular guarda algumas particularidades.

Migrantes Pendulares Clássicos

Já em 1986, data da publicação de um relatório intitulado “Condições de Vida e Trabalho em Macaé” pela Petrobras, o principal problema, segundo a população recém-chegada ao município, era o alto custo dos aluguéis e dos imóveis. Conforme o relatório, um engenheiro, cujo salário líquido em 1986 era equivalente a Cz\$ 9.500,00, pagava Cz\$ 4.000,00, ou 42% do seu ordenado, pela locação de um apartamento de 40m² sem área de serviço e sem garagem.

Naquela conjuntura, a situação era explicada pelo aumento da especulação imobiliária e pela baixa oferta de moradias. Atualmente o problema persiste, e o motivo é o mesmo. Segundo o assessor de gestão da Secretaria Municipal de Planejamento, ainda que a oferta seja grande, não atende à demanda gerada por novos moradores e investidores.

O elevado custo de moradia em Macaé tem provocado uma procura cada vez maior por imóveis, para compra ou locação, em cidades próximas, especialmente em Rio das Ostras, e isso se reflete em acelerado crescimento populacional desses municípios, sugerindo que alguns deles estejam desempenhando o papel de diques populacionais, ou seja, absorvendo parte da população migrante que antes se dirigia diretamente para Macaé (Figura 3 e Tabela 3).



1 - Rio das Ostras; 2 - Casimiro de Abreu; 3 - Nova Friburgo; 4 - Trajano de Moraes; 5 - Conceição de Macabu; 6 - Carapebus

Figura 3 – Crescimento populacional dos municípios limítrofes a Macaé no período 2000-2007.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

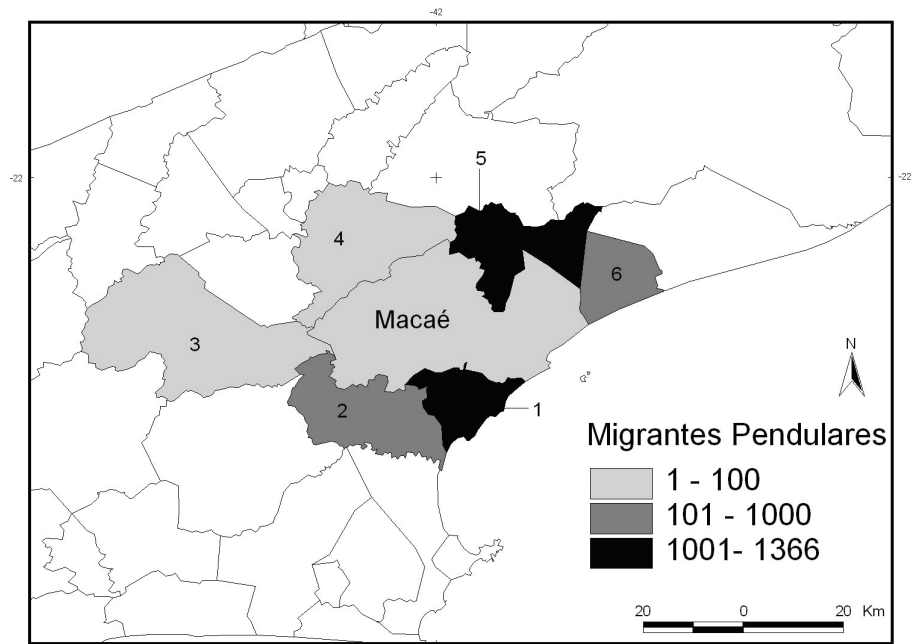
Tabela 3 – Crescimento populacional dos municípios limítrofes a Macaé no período 2000-2007.

Municípios	População em 2000	População em 2007	Crescimento no período
Macaé	132461	169229	27,7
Rio das Ostras	36419	74789	105,3
Casimiro de Abreu	22152	27086	22,2
Nova Friburgo	173418	177376	2,3
Trajano de Moraes	10212	9687	-5,1
Conceição de Macabu	18872	19541	3,5
Carapebus	8666	10677	23,2

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Rápida da População 2007, IBGE.

Uma das consequências desse crescimento populacional é que o deslocamento pendular diário entre esses municípios e Macaé se intensificou muito. Entre Rio das Ostras e Macaé, por exemplo, os cerca de 20km que separam o centro dessas cidades, percorridos há algum tempo em pouco mais de quinze minutos, são percorridos atualmente, nos horários de pico, em cerca de uma hora, segundo relatam os habitantes de ambos os municípios. Às 7h da manhã os ônibus que seguem de Rio das Ostras para Macaé passam abarrotados de pessoas, ainda que tenham partidas com intervalos de apenas quinze minutos.⁶ Os que realizam o movimento contrário ficam vazios até as 17h, quando o movimento de retorno começa.

A figura 4 mostra o número de migrantes pendulares que trabalhavam ou estudavam em Macaé e residiam em municípios limítrofes no ano de 2000.



1 - Rio das Ostras; 2 - Casimiro de Abreu; 3 - Nova Friburgo; 4 - Trajano de Moraes; 5 - Conceição de Macabu; 6 - Carapebus

Figura 4 – Migrantes pendulares em Macaé com origem em municípios limítrofes a Macaé, 2000.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico, 2000.

Migrantes Pendulares de Longa Distância

Há em Macaé outro tipo de mobilidade espacial da população, caracterizado por deslocamentos de longa distância para trabalho ou estudo. Pessoas residentes em 201 municípios, além dos seis que fazem fronteira com Macaé, indicaram este município como seu local de trabalho ou estudo quando perguntados durante o recenseamento realizado pelo IBGE em 2000.

Entre as áreas de residência dos maiores volumes de migrantes pendulares de longa distância com destino a Macaé encontram-se municípios bastante distantes, como as cidade do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, e, ainda, municípios de outros estados, como Vila Velha, no Espírito Santo, e Salvador, na Bahia.

A fim de tentar compreender a existência desses deslocamentos entre pontos tão distantes do território nacional, e tendo-se verificado que a maioria desses deslocamentos é realizada para fins de trabalho, os migrantes pendulares de longa distância foram separados de acordo com o setor de atividade econômica em que estão ocupados.

Foi verificado que, em números absolutos, a maioria deles desenvolve atividades nos setores de indústria extrativa (3.347) e indústria de transformação (2.142). Observou-se

também que em alguns municípios, apesar de serem poucos os migrantes pendulares de longa distância, estes se concentram na indústria extrativa. Percebeu-se, ainda, que há alguns municípios cujos migrantes pendulares de longa distância desempenham, fundamentalmente, serviços domésticos.

Entre os municípios de residência dos maiores volumes de migrantes pendulares de longa distância ocupados na indústria extrativa destacam-se Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro, além de municípios de outros estados, como Salvador, Catu e Alagoinhas, da Bahia; Vila Velha, Cariacica e São Mateus, do Espírito Santo; Belém, do Pará; e Aracaju, do Sergipe. Entre esses municípios, aqueles em que o peso dos ocupados na indústria extrativa é maior são bastante distantes de Macaé: Natal, Alagoinhas e Salvador.

A distância que separa Macaé da maioria dos municípios onde residem pessoas que trabalham lá indica que esses migrantes pendulares de longa distância não realizam esse movimento diariamente. Assim, os dados sugerem a existência de um fluxo pendular que não só tem ampliada sua escala espacial de deslocamento, como também apresenta uma escala temporal de pendularidade estendida.

Entre os trabalhadores do setor de petróleo que trabalham embarcados nas plataformas esse deslocamento pendular obedece à escala de trabalho característica dessa ocupação. Em entrevista concedida à Revista *TN Petróleo* n.13 (2000), o engenheiro Carlos Eduardo Sadenberg Bellot, gerente geral de Exploração e Produção da Bacia de Campos, afirmou que dos quase sete mil empregados da Petrobras em Macaé naquele ano, apenas 2.410 moravam na cidade. Como o regime de trabalho nas plataformas, onde trabalham cerca de 3.500 empregados, é de quatorze dias de trabalho por 21 dias de folga, a maior parte deles arca com as próprias despesas de transporte e opta por continuar residindo com suas famílias em algumas capitais do país. Assim, além de não movimentarem diretamente a economia local, sequer são recenseados enquanto migrantes, já que não mantêm residência no município.

Essa pendularidade estendida no espaço e no tempo ajuda a compreender uma característica marcante do mercado imobiliário em Macaé. Segundo Osni Soares, corretor da ZML Imóveis, a maior demanda no mercado imobiliário em Macaé é por apartamentos de apenas um quarto, já que a maioria dos ocupantes fica apenas durante a semana em Macaé, sem a família. Segundo Osni, é raro que as construtoras invistam em apartamentos grandes, e como a maioria dos locadores de imóveis está em Macaé a trabalho contratado temporariamente, é igualmente raro que os contratos de aluguel se estendam por mais de três anos.

Outra peculiaridade dos movimentos pendulares com destino a Macaé diz respeito ao perfil desses migrantes. Enquanto os migrantes pendulares, de forma geral, tendem a desenvolver atividades que exijam baixa qualificação (LEVINSON, 1998), o mesmo não se observa em Macaé. Em seu estudo sobre pendularidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, Jardim (2007) constatou que 72,4% dos migrantes pendulares com destino ao Rio de Janeiro estavam ocupados, em 2000, na prestação de serviços, na administração, na produção e no comércio de bens e serviços, evidenciando as condições de pobreza da maioria dos migrantes pendulares no contexto da metrópole fluminense. Em Macaé, encaixam-se nesse perfil apenas 32,62% dos migrantes pendulares.

Considerações Finais

Todo o destaque dado pela mídia, que caracteriza Macaé como uma cidade de oportunidades, um eldorado de empregos, refletiu-se, não surpreendentemente, em uma forte atração de população migrante. Migrantes de todas as partes do país e do mundo passaram a disputar com os municípios as vagas que se abriam no mercado de trabalho.

Com um mercado de trabalho em expansão, e estando o trabalhador migrante em posição de vantagem na disputa por essas vagas devido ao maior nível de escolaridade apresentado, uma consequência esperada deveria ser a contínua chegada de migrantes e sua fixação em Macaé, resultando em ritmos cada vez mais rápidos de crescimento populacional numa cidade que cresce mais pelo número de pessoas que atrai do que pelo número de pessoas que gera. Não foi o que aconteceu. Entre 2000 e 2010 Macaé voltou a crescer num ritmo semelhante ao apresentado na década de 1980, depois de um período de crescimento mais intenso na década de 1990. Ainda assim, se é difícil encontrar macaenses em Macaé, ao contrário, é muito fácil ouvir sotaques estrangeiros e de outras regiões do Brasil, além de identificar pessoas pouco acostumadas com a cidade em função do curto tempo de residência.

Alguns fatores ajudam a entender por que se tem a sensação de que a migração em direção ao município continua intensa, embora os dados sugiram o contrário: a transitoriedade dos migrantes, os diques populacionais representados pelos municípios do entorno e algumas mudanças recentes na prática de contratação de trabalhadores do setor de petróleo.

Existe em Macaé uma notada transitoriedade entre os migrantes. Assim, o contínuo aporte migratório é parcialmente compensado pela saída de população do município por motivos diversos. Em primeiro lugar destaca-se o retorno de parte da população migrante de baixa renda para seus locais de origem, pois, ao não conseguir empregos bem remunerados, encontra grande dificuldade em sustentar o elevado custo de vida em Macaé, especialmente pelo alto valor dos aluguéis. Contribui também para a transitoriedade dos migrantes a prática de licitação de projetos e de contratação temporária, característica do setor de petróleo. Ao término de um projeto de prestação de serviços, parte dos funcionários deslocados por uma empresa terceirizada é realocada em seus postos de origem ou em outro município, e aqueles contratados temporariamente, ao findar seus contratos, costumam, do mesmo modo, deixar Macaé.

Além dos que deixam Macaé em direção aos municípios do seu entorno, há aqueles que nem mesmo chegam a fixar residência na cidade. Apesar de chegarem à região atraídos pela possibilidade de conseguirem empregos em Macaé, estabelecem-se em municípios próximos, entre os quais se destaca Rio das Ostras, que apresentou crescimento populacional de 105% entre 2000 e 2007. A escolha por esses municípios, nos dois casos, é motivada não apenas pelo custo de vida mais baixo, mas sobretudo pela busca de uma melhor qualidade de vida, longe da violência crescente de Macaé, 15ª cidade mais violenta do país, segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, divulgado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana em 2008.

Práticas mais recentes no que diz respeito aos contratos temporários do setor de petróleo também contribuem para o entendimento da redução do ritmo de cresci-

mento populacional. Se antes a Petrobras costumava contratar empresas terceirizadas para projetos com duração média de dois anos, nos últimos anos tornaram-se cada vez mais comuns os projetos de cinco anos de duração. Há, assim, uma menor renovação da mão de obra contratada temporariamente. Além disso, embora muitas empresas deixem a cidade após o término dos projetos, tornou-se uma prática da Petrobras indicar funcionários contratados temporariamente em outros projetos e por outras empresas ao contratar uma nova empresa para um novo projeto. Dessa forma, a renovação dos funcionários contratados tende a ser menor do que a renovação das empresas contratadas.

Também foram observados em Macaé outros tipos de mobilidade para além da migração. O movimento pendular, muito comum no contexto de áreas metropolitanas, começa a se desenhar no entorno de Macaé, ultrapassando os limites da pendularidade clássica, diária e de curta distância, ganhando novos contornos, com novas escalas temporais e espaciais de deslocamento.

Sobre o movimento pendular clássico, observou-se que já era grande em 2000 o número de pessoas residentes em municípios vizinhos que realizavam deslocamentos para trabalharem em Macaé. Desde então, o volume de pessoas que realiza o movimento cresceu significativamente, especialmente entre Macaé e Rio das Ostras, o que tem refletido em intensos congestionamentos pela manhã, no sentido Macaé, e no fim da tarde, no sentido Rio das Ostras.

Entre os mais de duzentos municípios onde residem pessoas que trabalham em Macaé não há apenas municípios vizinhos. Ajudam a engrossar a lista lugares tão distantes quanto Curitiba e Porto Alegre, na região Sul, ou Salvador e Aracaju, no Nordeste. Entre as pessoas que realizam esse movimento pendular de longa distância destacam-se os trabalhadores da indústria extrativa, sugerindo que essa forma de mobilidade está intimamente relacionada ao setor de petróleo, onde grande parte dos trabalhadores desenvolve suas atividades em escalas de trabalho características, alternando duas semanas de trabalho com três semanas de folga e permitindo uma média de apenas dez deslocamentos anuais para Macaé.

A divulgação dos dados de mobilidade coletados pelo Censo Demográfico 2010, estimada para o segundo semestre de 2012, permitirá o desenvolvimento de novas reflexões a fim de verificar se a tendência delineada na década de 1990 foi consolidada no início do século XXI ou se, ao contrário, Macaé voltou a reter os imigrantes que recebe.

Referências Bibliográficas

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CRUZ, J. L.V. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo – desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Rio de Janeiro, 2003. *Tese* (doutorado). UFRJ/IPPUR.

FREY, W. H.; SPEARE Jr., A. Metropolitan Areas as Functional Communities. In: DAHMAN, D. C.; FITZSIMMONS, J. D. (eds.). *Metropolitan and Nonmetropolitan Areas*:

New Approaches to Geographical Definition. Washington, DC: Population Division/US Bureau of the Census, September 1995, p.139-90 (Working paper, n.12).

JARDIM, A. P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. V Encontro Nacional Sobre Migrações. *Anais...* ABEP: Campinas-SP, 15 a 17 de outubro de 2007.

LEVINSON, D. M. Accessibility and Journey to Work. *Journal of Transport Geography*. Volume 6, issue 1, march 1998, p.11-21.

NATAL, J. L. *Revisitando o "Rio de todas as crises" – economia, espaços e classes sociais*. Rio de Janeiro, 2001, p.1-13. Mimeografado.

OLIVEIRA, A. T. R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* ABEP: Caxambu-MG, 22 a 26 de setembro de 2006.

PAGANOTO, F. Migrantes ricos e migrantes pobres: a herança da economia do petróleo em Macaé/RJ. IV Encontro Nacional sobre Migrações. *Anais...* Rio de Janeiro, 2005.

REVISTA TN PETRÓLEO. Entrevista Exclusiva. *Revista TN Petróleo*, n.13. Macaé, 2000.

Recebido em 07/04/2010

Aceito em 24/04/2012

1 Para chegar a esses valores foram cruzadas as variáveis relativas à naturalidade do indivíduo e ao tempo de residência no município onde foi realizado o recenseamento.

2 A forte pendularidade existente entre Macaé e municípios vizinhos, com destaque para Rio das Ostras, será abordada adiante.

3 Certamente o crescimento vegetativo não foi desconsiderado. Porém, segundo pesquisa domiciliar realizada pela Prefeitura Municipal de Macaé em 2004, o principal fator contribuinte para o crescimento populacional do município entre 1991 e 2000 foi a migração. Segundo o relatório geral da pesquisa, Macaé e Carapebus são os únicos municípios em todo o estado do Rio de Janeiro que apresentaram, nesse período, taxa líquida de migração superior ao crescimento vegetativo, ou seja, são os únicos municípios no estado que atraem mais pessoas do que geram.

4 Segundo Luis Claudio de Mattos Bogado, secretário municipal de Trabalho e Renda, ao chegar a Macaé o migrante esbarra na qualificação exigida pelas empresas como forma de cumprimento das metas estabelecidas pelos selos de qualidade, o que o impede de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que conte com acúmulo de experiência na sua área de atuação.

5 O Programa Volta Pra Casa é polêmico e encontrou resistência na Câmara dos Vereadores, embora tenha sido aprovado. Funcionários da própria Secretaria de Assistência Social são contrários a ele. A assistente social Ana Dácia, natural de Pernambuco e residente em Campos dos Goytacazes, desaprova o programa e conclui: "Temos o direito de ir e vir, mas também de permanecer".

6 Em 2000, o intervalo de saída dos ônibus da linha Macaé - Rio das Ostras, entre 6h e 19h, era de trinta minutos.

Superando o Pragmatismo Econômico: Redefinindo os Limites do Turismo a partir de uma Abordagem Espacial

Overcoming Economic Pragmatism: Redefining the Limits of Tourism Using a Spatial Framework

Hugo Rogério Hage Serraⁱ
Universidade Federal do Pará
Marabá, Brasil

Jorge Alex Almeida de Souzaⁱⁱ
Secretaria de Cultura do Estado do Pará
Belém, Brasil

Willame de Oliveira Ribeiroⁱⁱⁱ
Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará
Belém, Brasil

Resumo: A atividade turística assume hoje dimensões planetárias, permitindo o conhecimento de muitos lugares antes não pensados como espaços propícios à atividade. Nesse ínterim, não apenas os espaços ditos “distantes” de uma realidade social vigente são turísticos, porém, os espaços “próximos”, aqueles que fazem parte do entorno urbano e/ou rural, hoje recebem a atenção de promotores da atividade turística, sobretudo de turistas, sempre pensando a funcionalidade do turismo como sendo uma geradora de novas realidades. Nesse novo momento, cada vez mais se torna difícil a delimitação espacial física do turismo, visto que a dinâmica da atividade é superior aos padrões rigidamente convencionados pelas teorias e pelos órgãos ligados ao setor. Dessa maneira, o espaço turístico dinamiza-se, ganhando contornos específicos conforme a sociedade impõe seus movimentos e símbolos, o que independe do tempo da permanência dos turistas. Assim, a partir de uma abordagem crítica do espaço geográfico, ou seja, aquele que é entendido, sobretudo, conforme Santos (2002), como sendo um conjunto indissociável e solidário, porém contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, este artigo tem como objetivo analisar a relação existente entre o turismo e o espaço, entendendo que, sendo o turismo uma prática social, este pode ser praticado em diferentes escalas geográficas, não se atendo a limites espaciais rígidos e padronizados.

Palavras-chave: Turismo, Espaço e Escala Geográfica, Turista, Limites espaciais.

Abstract: Tourist activities today possess global dimensions which make many places previously not thought of as having much potential conducive to this activity. Also places do not have to be "distant" from the tourist's social reality to have potential but can be "close" space, i.e. part of the urban and/or nearly rural environment. This kind of

ⁱ Professor do Departamento de Geografia – Campus de Marabá. hugoserra@uol.com.br.

ⁱⁱ Técnico da Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT – PA.

ⁱⁱⁱ Coordenador do curso de licenciatura em Geografia do IDEPA, Professor da UEPA.

tourist space currently receives considerable attention from tourism promoters and is part of the process whereby the sector continuously generates new tourist realities. In contemporary forms of tourism it is increasingly difficult to define physical limitations to tourism because the activity is far more dynamic than rigid theories and policy established for the sector. The activity frames and imposes its movements and symbols on tourist destinations independently of the length of time tourists spend there. Thus, from a critical perspective of geographical space, which according to Santos (2002) would see tourism as an indivisible and united whole, albeit contradictory system of objects and systems of actions, this article analyzes the relationship between tourism and space, understanding that, while tourism is a social practice, it can be practiced in different geographical scales and is not confined by rigid and standardized spatial boundaries.

Keywords: Tourism, Geographic Space and Scale, Tourist, Space Limitations.

Introdução

É bem certo que o turismo nasceu de uma necessidade de conhecer novos lugares, diferentes daqueles onde o sujeito fosse costumeiramente impelido a realizar tarefas ligadas necessariamente à reprodução de seu cotidiano. Nesse sentido, sua reprodução espacial diária condizia com as formas locais, próprias de uma paisagem típica da proximidade, onde a dimensão do que seja perto ou longe não fosse, de fato, muito “distante”. A necessidade de conhecer novos lugares, assim, romperia radicalmente com a estrutura das relações sociais. Estas últimas, por sinal, fazem com que um novo campo de ações, bem como o conhecimento de novas formas espaciais, sejam, agora, a forma de condicionar outro ritmo de vida, influenciando outros espaços que advenham dessa lógica, diga-se de passagem, uma das condições para o advento do turismo.

De outra forma, o turismo também se tornou conhecido tradicionalmente como sendo a atividade oposta ao trabalho industrial, levando, assim, as pessoas a “não realizarem trabalho”, como se o turismo fosse, nesse sentido, a atividade do ócio por excelência, sendo esse o ócio criativo, conforme afirma De Masi (2000). Com essa perspectiva, o turismo aos poucos ganhou novos adeptos e, ao mesmo tempo, estruturou-se majoritariamente em uma atividade geradora de lucros. Os principais beneficiários desse processo foram os agentes promotores do turismo, como as grandes cadeias hoteleiras, entre outros. Ainda dentro dessa estrutura, os governos de países, estados e municípios se deram conta da importância da atividade turística para a obtenção de renda e fizeram da atividade uma “questão de Estado”, aliando, dessa maneira, o turismo a outras atividades setoriais, como a infraestrutura física do espaço, com a construção de estradas, o melhoramento da rede de esgoto, da iluminação e da comunicação. Mesmo que essas receitas não sejam aplicáveis em um mesmo grau de qualidade para todos os lugares do mundo, pelo menos, em tese, essa é uma ideia veiculada pelos administradores. O intuito de tudo isso é reservar ao turismo também a possibilidade de gerar desenvolvimento para a sociedade (SERRA, 2007).

No centro da discussão que envolve a relação trabalho e “não trabalho” e sendo contribuinte para que o turismo exista, a paisagem foi sendo moldada segundo a beleza específica de cada lugar, sendo também ela uma representação do espaço de destino

dos turistas, daí a maciça propagação dos cartões-postais. A paisagem, assim, tornou-se uma poderosa aliada na propaganda do turismo pelo mundo afora, visto que o arranjo das formas espaciais seria o que de fato chamaria a atenção das pessoas. Nesse sentido, pode-se dizer que a paisagem torna-se o motivo de deslocamentos populacionais com fins de lazer, produzindo uma psicosfera (SANTOS, 2004) ligada à não -produtividade industrial.

Por outro lado, a paisagem dos diversos lugares não teria uma maior propagação se não fosse o advento da modernidade. Nesse contexto, o reordenamento dos espaços, formadores de novos territórios, fez com que houvesse uma maior dinâmica tanto no conhecimento desses espaços quanto em seus usos. O homem não só passou a conhecer novos lugares e a contemplar paisagens, mas, acima de tudo, teve a oportunidade de experimentar pluriespaços, sejam eles próximos, sejam distantes. Isso permitiu à sociedade moderna ampliar aquilo que Carlos (2002) chama de consumo dos espaços, tornando-os bem mais fragmentados e bem menos aprofundados em sua essência. Exemplo disso são as viagens programadas pelas agências especializadas do setor. É comum pessoas viajem a cidades como Paris (um dos principais lugares de visitação turística do planeta) e afirmarem que conheceram a França, como se este país fosse reduzido sua capital, mais ainda, às monumentais construções arquitetônicas da cidade.¹ Sendo uma atividade remodeladora dos espaços, o turismo reordenou novos territórios à medida que os agentes ligados direta e indiretamente ao setor acrescentaram-lhe novos condicionantes para que as pessoas pudessem se “fixar” temporariamente nos lugares. Cada vez mais, com o advento da modernidade, as paisagens se tornaram mais ricas e mais complexas pelo seu grande número e, contraditoriamente, tornaram-se superficializadas no que se refere aos seus usos, garantindo, sobremaneira, novos espaços.

As atividades turísticas conectadas às dinâmicas humanas estabeleceram, conseqüentemente, uma redefinição nas escalas. A produção econômica ligada às novas formas de acúmulo do capital e, sobretudo, a compressão tempo-espaço, da qual fala Harvey (1989), fizeram com que os limites espaciais fossem revistos. Torna-se difícil, na atualidade, separar rigidamente os espaços a partir dos limites clássicos. Os espaços de fronteiras, assim, são redimensionados conforme a prática humana se dá. Sendo assim, alguns questionamentos são pertinentes: afinal, qual é o limite espacial do turismo? Como podemos entender a reprodução espacial da atividade turística frente ao contexto da modernidade?

O trabalho ora apresentado é fruto de constantes debates travados no âmbito da produção da dissertação de mestrado dos autores, quando de suas participações no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, entre os anos de 2005 e 2007, especificamente na disciplina Turismo, Organização do Espaço e Desenvolvimento Local da Amazônia, onde, entre várias questões tratadas, a relação entre a produção do espaço e o turismo foi uma das grandes demandas. Nesse sentido, é dentro da lógica de produção dos espaços caracterizados pela modernidade que este artigo tem o objetivo de analisar a relação entre o turismo e o espaço, entendendo que esses pares não são estabelecidos por limites rígidos, tampouco fechados, dos tipos convencionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT) advoga. Os limites espaciais, nesse sentido, só podem ser definidos pelas práticas sociais, ou seja, os espaços turísticos estão circunscritos na própria dinâmica social, antes de tudo. Não se pretende, obviamente, esgotar a

discussão sobre o assunto. De outra maneira, o interesse aqui é o de confrontar os saberes e, acima disso, apresentar novas ideias a partir de um olhar geográfico.

Como forma de proceder à estrutura deste artigo, preferiu-se um caminho um tanto quanto convencional, porém não ultrapassado, de começar pela história da atividade turística mostrando brevemente como a ideia de turismo se formou, considerando que esta já nasce moderna. Em seguida, para que se justifique a abordagem crítica do espaço, discute-se o turismo nas bases da produção do espaço segundo a organização dos objetos e das ações humanas (SANTOS, 2004). Por último, torna-se crucial discutir a importância de se reconhecer as escalas para delimitar a atividade turística, ao mesmo tempo relacionando-as às dimensões sociais. Assim, aspira-se afirmar que as escalas geográficas, que são produzidas pelas práticas sociais, além de serem mais dinâmicas que as escalas cartográficas, são as que constroem os limites da atividade turística. Assim, se (re) fazem levando em consideração as diferenças culturais entre os turistas e os não turistas

Um Histórico do Turismo é Necessário: o Contexto da Modernidade

O turismo consolidou-se como um fenômeno moderno, criado pela necessidade da sociedade urbana (BENI, 2003), sendo construído ao longo da história, considerando os relatos dos viajantes na literatura clássica, como a *Odisseia*. Está presente no imaginário do ser humano o desejo de realizar novas aventuras, de conhecer culturas, lugares, um mundo novo, diferente. No medievalismo, as viagens eram realizadas pela aristocracia em busca de conhecimento intelectual e enriquecimento cultural ao percorrer e apreciar países e povos da Europa, suas paisagens, seus hábitos e seus costumes.

Mas, com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, na Era Moderna, os deslocamentos para fins de lazer e viagens deixam de ser localizados apenas no “velho continente” e se expandem para outros lugares, haja vista a invenção de novos meios de comunicação e dos transportes mais rápidos que encurtaram a distância entre vários lugares e países do mundo. A sociedade (ocidental) enfrenta uma transformação dos hábitos diários de uma cidade com traços rurais, cuja dinâmica dependia do poder da aristocracia e do clero, ou seja, do absolutismo monárquico. As viagens e passeios deixam de ser feitas por “aristocratas” e passam a ser predominante nos costumes e hábitos de uma nova sociedade, a sociedade urbana (CRUZ, 2000, 2001; RODRIGUES, 2006; SONEIRO, 2004).

Mas, essa mudança não quer dizer que os valores “aristocratas” deixam de existir. Eles são apropriados e adaptados segundo a visão de mundo de uma nova classe dominante, a burguesia, que no século XIX reunia maiores condições materiais para o lazer e para viajar para diversos lugares, ao contrário dos operários industriais, que trabalhavam mais de quatorze horas diárias sem direito a férias e a outros benefícios. Deu-se início à formação de parcelas da burguesia comercial e industrial que dispunham de tempo e dinheiro para viajar e aproveitar o conforto que a revolução tecnológica proporcionou aos meios de transportes, como foi o caso de trens e navios com grande sofisticação e luxo para viagens intercontinentais.

No século XIX, predominam as mudanças, os deslocamentos, os períodos de viagens e de retorno, porque a vida urbana, sobretudo na Europa (França e Inglaterra, por

exemplo), significava o ritmo frenético para o trabalho, o aumento da poluição, o aumento das periferias, da violência, etc. A vida urbana exigia o descanso, a reposição das forças para as atividades industriais, uma solução contra as neuroses urbanas. O lazer constitui-se em uma das alternativas a um ambiente desumano das cidades industriais, com insalubridades, segregação social, apresentando poucas áreas verdes em moradias operárias (CAMARGO, 2003).

Ao mesmo tempo, a ciência contribuía para a organização do turismo com avanços na infraestrutura de comunicação e de transportes, o que possibilitou a construção de veículos mais econômicos e lucrativos, oferecendo aos usuários conforto, segurança e tempo mínimo de viagem. As comunicações auxiliaram no controle do tempo de viagem, das informações de hospedagens e reservas, dos avisos de calamidades e perigos nas estradas (idem, ibidem).

Pode-se dizer que o turismo foi organizado e direcionado para um estrato social privilegiado em meados dos séculos XIX, mas com a prática social o turismo passa a integrar um tempo livre destinado ao lazer, como também de infraestrutura e serviços, para expandir-se como fenômeno social consolidado no século XX, capaz de materializar as relações sociais e suas contradições e conflitos nos espaço geográfico (RODRIGUES, 1999; 2006).

Outra transformação da sociedade que incentivou vários deslocamentos com motivação para viagens e turismo refere-se à representação da natureza, cujos aspectos como paisagem, mar, praia, campos verdejantes tiveram novos significados para a cultura ocidental, o que significa que, em muitos casos, a natureza simboliza o equilíbrio espiritual, o retorno a si mesmo ou, ainda, ao Jardim do Éden. Ela cumpre um novo papel social para a sociedade moderna no que tange às fugas da vida urbana, marcada por trabalho intensivo (em ambientes de poluição e perigo), tráfego caótico, problemas de habitação e saneamento, proliferação de doenças, etc., como se a natureza (endeusada) fosse um equilíbrio para os problemas sociais (CORBIN, 1989; GOMES, 1996).

Em meados dos séculos XVII e XVIII, na França e na Inglaterra, algumas literaturas de estilo barroco apontam uma transição da representação de horror, medo, purgatório por uma concepção de natureza divina, uma obra cujo espetáculo o homem como criatura deve edificar, conservar como dádiva e “paraíso verde”. Corbin (1989, p.35), por exemplo, nos mostra essa situação:

Essa breve vocação permite captar uma das motivações profundas da viagem turística: doravante as elites sociais buscam aí a ocasião de experimentar essa relação nova com a natureza, encontram aí o prazer até então desconhecido de usufruir um ambiente convertido em espetáculo.

A imagem de uma natureza-espetáculo é reforçada no século XIX por meio do romantismo europeu, o qual se estendeu a outros continentes. Tal estética tinha na natureza o retorno ao mundo perdido, ou ao mundo ideal e utópico, próprio do pensamento emergente daquele período. Nesse sentido, Gomes (1996, p.107) afirma:

O culto da natureza, enquanto elemento da atmosfera romântica, também impregnou certas obras literárias da época. Os grandes roteiros naturais,

mostrando a variedade, o exotismo e a beleza da natureza, faziam contraposição ao mundo vazio e frívolo de uma sociedade perdida nos espaços alienados da cidade.

As representações sobre a natureza mudam conforme avanços científicos, culturais, políticos e econômicos da sociedade, posto que são permeadas de contradições e são inerentes à história da humanidade. Portanto, é possível dizer que contar a história da natureza é também relatar a dos sujeitos (CARVALHO, 1994). É nesse transcurso histórico que a natureza passa a ser um recurso primordial do turismo, no qual a ideia de desenvolvimento a concebe com uma vantagem e a possibilidade de um produto diferencial capaz de atrair uma demanda específica, garantindo – em conjunto com outras medidas – uma competitividade espacial, que poderá ocasionar um suposto desenvolvimento.

Essa transformação do significado da natureza para o turismo é fundamental no que concerne às estratégias de planejamento e do papel do marketing de várias cidades que a concebem como um recurso, um diferencial mercadológico e, portanto, um espetáculo para turistas verem. Aliados a isso, a democratização dos meios de transportes, o crescimento dos níveis de vida, de renda e a maior capacidade de gastar da população (dos países desenvolvidos), a redução da jornada de trabalho e a conjuntura após a Segunda Guerra geraram uma das maiores mobilidades espaciais com fins de lazer e, por conseguinte, de turismo (SONEIRO, 2004).

Em muitos países o turismo estimulou setores industriais em crise, aumentou o dinamismo do setor de serviços, gerou emprego e renda, tornando-se a principal atividade econômica que equilibrava a balança de pagamentos. Empresários nacionais e internacionais se interessaram por um novo segmento próspero do mercado de consumo que no século XX se tornara um dos maiores setores econômicos do mundo, no qual fazer turismo é sinônimo de *status*, uma aspiração de indivíduos da sociedade urbana.

A OMT, representatividade institucional maior que trata o planejamento e a gestão do turismo mundial, propõe, em 1975, que se adote o turismo na estrutura administrativa pública como forma de os países, mormente os em desenvolvimento, controlarem e planejarem a atividade turística. Nos anos de 1980, em plena crise do fordismo,² a OMT recomenda a flexibilização do desenvolvimento do turismo nacional, o que permite a presença decisória da iniciativa privada em conduzir e executar atividades relativas à atividade (BENI, 2003).

O papel do Estado nesse contexto resume-se a providenciar as condições da implementação do turismo por meio da coordenação e da regulamentação institucional com elaboração de programas e estratégias de ação visando ao seu desenvolvimento de maneira integrada. Na década de 1990, a OMT mudou de orientação quanto à política de turismo, pois o Estado cumpre agora a função elementar de articulador entre as políticas públicas para o setor e a iniciativa privada (*idem, ibidem*).

A crise da economia mundial provocou a elaboração de estudos relativos a um modelo de desenvolvimento que fugisse à rigidez fordista, haja vista o desemprego, os níveis de exportação em queda e os baixos índices de desenvolvimento registrados em vários países. A globalização exige um novo paradigma, que tenha em seu escopo a flexibilização econômica como uma saída para a crise. No que se refere ao turismo, além do paradigma do desenvolvimento local, surge, segundo Fayos-sola (*apud* FONSECA,

2005) e em alguns documentos da OMT, um novo momento do turismo, que prima pela competitividade, a fim de atingir o desenvolvimento em espaços turísticos. Autores como Possas (1996) e Porter (1989) acreditam que a competitividade, aliada a uma ambiência entre os agentes econômicos, estimula a criatividade e a inovação, o que pode ocasionar o desenvolvimento no setor produtivo nacional. Exemplos como esses destacados indicam a importância da materialidade criada pelos diversos sujeitos que produzem o espaço do turismo.

Geografia e Turismo: o Espaço como Condição da Prática

As mais recentes discussões sobre turismo têm afirmado insistentemente que, antes de ser uma prática econômica, o turismo é uma prática social. Alguns exemplos podem ser encontrados em Cruz (2000; 2001), Rodrigues (1999) Machado (2007) e Serra (2007). Tal afirmação conduz a outra: a de que as práticas sociais turísticas deixam marcas expressivas no espaço mediante seu uso. Isso significa, por esses modos, que o homem, ao produzir uma ação no espaço turístico, faz com que seus registros sejam novos condicionantes para práticas futuras. Nessa condição, com o avanço do tempo, a prática turística leva inevitavelmente, à (re)produção de espaços (LEFÉBVRE, 1976). As marcas deixadas pelos anteriores, além de serem condições para outras, terminam por ser base das construções de novos objetos espaciais que os turistas criam ao se reproduzirem espacialmente. Por assim dizer, as paisagens, que são, *a priori*, o reflexo direto da observação do homem em um dado momento, passam por reestruturações, fazendo com que seus arranjos sejam outros, não sendo necessariamente os de outrora.

Os objetos espaciais turísticos são também pertencentes às paisagens do lugar, chegando até mesmo a ser a representação turística de vários desses lugares. Exemplos mais comuns são a torre Eiffel, em Paris, o Taj Mahal, na Índia, o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, ou Mercado do Ver-o-Peso, em Belém-PA. Devido a sua magnitude, tais objetos ganharam outras funções a partir do momento em que se percebeu que eles não eram meras próteses espaciais, mas que são integrantes das representações simbólicas das paisagens de um referido espaço. Logicamente, as paisagens se tornam turísticas pelo fato de representarem uma singularidade, pertinente à história do lugar, o que lhes é conferido por um conjunto de valores socialmente construídos e legitimados na prática social dos sujeitos.

As práticas culturais realizadas pelos sujeitos estimulam cada vez mais a importância dos objetos espaciais dispostos no espaço. Ainda assim, não se pode deixar de entender que as atividades turísticas procuram contemplar exatamente o que há de “cultural” em lugares diferentes. É nesse sentido que o turismo reflete, necessariamente, o que os espaços culturais produzem de novo ou de “diferente”. Daí o encanto do turista com as novas paisagens, diferentes daquelas produzidas em seu cotidiano. Dessa forma, pela atividade turística, há uma apropriação das culturas manifestadas no lugar. É nesse momento, em que a atividade turística empreende uma dada funcionalidade aos objetos culturais criados pela sociedade, que se abrem as portas para uma densidade de fluxo de pessoas com o interesse de visitar os chamados “pontos turísticos”.

A análise de Santos (2004) sobre a indissociabilidade entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, no que confere ao espaço, representa uma importante contribuição a uma análise de quais objetos culturais impressos pelos homens são reflexo de uma intencionalidade. Sendo assim, as atividades turísticas revelam manifestações diversas, sendo elas fruto de finalidades por parte dos envolvidos no processo de construção do turismo. Porém, como as coisas não se constroem fora do tempo, o contexto em que as produções espaciais turísticas se dão se tornam importantes para se entender como funciona a atividade turística de uma específica temporalidade. Isso significa, sobretudo, que o espaço acaba sendo, inevitavelmente, a condição para a existência da prática turística, ou seja, os espaços turísticos são, ao mesmo tempo, catalisadores de um dado tempo social e condição para a existência de novas relações socioculturais, podendo ser representados pelos pontos turísticos inseridos neles. Daí os pontos turísticos reunirem a essência das marcas culturais expressas pelas práticas sociais, contendo temporalidades específicas.

Para Rodrigues (2006), o turismo deve ser considerado como uma prática que está marcada pelo contexto da modernidade, sobretudo a partir do fordismo, em que a relação espaço-tempo ganha contornos que estão além da esfera da produção industrial em massa, atingindo a dimensão cotidiana no que se refere ao lazer das pessoas e à necessidade de ampliar o conhecimento sobre diversos espaços. A referida autora mostra que o turismo é entendido no atual contexto por um forte dinamismo espacial e, por conta disso, não pode ser compreendido fora da relação de espaços emissores de turistas e espaços receptores. Isso significa que o turismo, em sua essência, não modifica apenas a memória de quem viaja, mas também a de quem recebe o viajante. O campo espacial da atividade turística, portanto, se amplia tanto no imaginário de quem se desloca quanto no daquele sujeito que é "fixo". Percebe-se, dessa maneira, que os limites espaciais não são delimitados por separações rígidas como as divisões político-administrativas (muito comum na divisão cartográfica), mas a atividade turística se completa nos espaços das diferenças de modos de vida, ou ainda nas formas de se relacionar com o espaço.

Contudo, para que se possa compreender o significado do turismo enquanto uma ação que não está marcada por limites, é preciso levar em consideração a prática social como forma de construção e reconstrução dos espaços. Em Lefebvre (1976) existe a intenção de considerar que o importante não é o espaço que se mostra como condição das atividades humanas. Antes disso, trata-se de espacializar o que o homem produz ou reproduz. Assim, a espacialização das atividades humanas é que garante, por assim dizer, a marca (expressão) espacial. Isso demonstra que todo e qualquer resultado – aqui entendido como produto espacial – deve ser atribuído às características específicas do homem. Os resultados das práticas sociais estão, nesse sentido, diretamente ligados ao modo de vida dos sujeitos. Tal situação é para o turismo também.

A ideia contida em Lefebvre (ibidem) esclarece uma questão que interessa ao turismo de um modo geral: a de que não existem bloqueios ou condições preexistentes (no que se refere principalmente às normas burocráticas) para definir onde começa e onde termina a atividade turística, pois somente a troca de experiências revela, de fato, como o turismo se dá. É certo que as análises de Lefebvre (ibidem) são expressas nas observações da cidade e do urbano, mas as práticas sociais desse contexto espacial demonstram nítida relação com as atividades humanas de uma forma ampla, daí o turismo – sendo

uma prática social – ser uma dessas atividades. O autor em questão,³ a partir do que ele chama de direito à cidade, revela a dinâmica da sociedade em relação ao espaço. Para ele:

A reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais, etc.), bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. [...] As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. [...] Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. (idem, 2004, p.103-4)

Associando-se à atividade turística, pode-se dizer que as pessoas, ao praticarem turismo, ampliam seus “espaços”, portanto, redefinem as práticas sociais exatamente na diferença entre os sujeitos, o que acaba por reconstruir os espaços de diversas formas e em variadas escalas.

O choque entre os sujeitos revela também o choque de interesses. O interesse de quem viaja é o de conhecer novos lugares, novas culturas. Assim, novas relações são previstas. Porém, nem sempre o interesse de quem se desloca coincide com o de quem mora no lugar a ser visitado. Não raro os interesses incidem em conflitos espaciais.⁴ O espaço, além de ser a condição para que a atividade turística se dê, é também o produto, bem como o meio onde se dão as práticas sociais (CARLOS, 1994). Nesse sentido, os conflitos de interesses relacionados à prática turística que se manifestam sobre o espaço não devem ser encarados do ponto de vista negativo – ainda que na realidade social de fato se apresentem como tal. Porém, mais que isso, os conflitos espaciais revelam significados sociais. Tais significados estão prenhes de cultura, história e hábitos que, notadamente, não estão rigidamente impostos segundo os limites políticos e administrativos, mostrando que o espaço turístico é mais dinâmico do que as normas criadas por órgãos como a OMT ou pelos governos nacionais quando criam seus planos de desenvolvimento do turismo.

Outra forma de entender o espaço turístico se dá a partir de uma matriz voltada para o planejamento. Nesse caso, o espaço turístico está mais intimamente ligado a funcionalidades antes planejadas por técnicos do que pelo livre arbítrio dos interesses dos turistas. Atua-se no espaço, dessa maneira, mais no campo das ideias do que da prática – ainda que parte da prática possa ser feita a partir de ideias preconcebidas. A análise feita por Boullón (2002) é demonstrativa desse processo. Esse autor considera que o espaço turístico está ligado ao sistema turístico que envolve, necessariamente, os equipamentos turísticos, que, nesse sentido, são identificados pela demanda/ oferta, bem como pelo produto turístico (o que, de fato, é atrativo ao turismo). Nesse sentido, para o autor, há que se considerar que todo espaço turístico é passível de planejamento por parte daqueles que organizam a atividade. Estes seriam o Estado e a iniciativa privada. Na visão de Boullón (ibidem, p.79), o espaço turístico é

[...] consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

O que se pode depreender dessa ideia é que, para Boullón (ibidem) a concepção de ideias, estimuladas pelo conjunto de elementos técnicos, sobretudo racionais, seria a forma de definir e retroalimentar o espaço turístico. Assim, esse último, em todos os seus aspectos (vale dizer: econômico, político e sociocultural), só assume a condição de tal se forem criadas condições para o planejamento. Essa é uma ideia muito comum entre os planejadores, que, de certo, entendem o espaço a partir de uma organização prévia, preche de valores ligados a uma visão técnica, não considerando, em primeira instância, o vaivém contínuo dos homens. Exemplo muito divulgado e fruto dessa concepção de espaço turístico é Cancun, no México, ou Las Vegas, nos Estados Unidos, espaços estes que sequer existiram antes, pois foram literalmente criados para fins de mercado, utilizando a bandeira do lazer a partir do turismo. Não menos distantes dessa realidade encontram-se os *resorts*, que reúnem um sistema de engenharia completo dentro de seus limites físico-territoriais que estão em função do turismo de mercado, sobretudo, padronizado.

A ideia apresentada anteriormente talvez seja um indício para se considerar a validade dos limites espaciais para a prática turística, pois leva em consideração uma diferença de realidades sociais que é marcada pela prática social. Isso quer dizer que em espaços como Cancun, Las Vegas ou os *resorts*, o que se pratica dentro de seus limites raramente ou, em muitas situações, nada tem a ver com o entorno onde estão instalados. Dessa forma, obviamente os limites estão claramente definidos, não só pelas práticas inseridas neles, mas também pelo acesso a esses espaços, pois são altamente seletivos.

Levando-se em consideração o que Santos (2004) apresenta sobre espaço, as práticas sociais, independente de sua natureza, revelam a inseparabilidade entre homem e meio. Para ele o espaço é um conjunto de objetos e de ações que se dá de forma organizada e contraditória e que se refaz na história de cada grupo social. Os objetos são o que ele chama de fixos espaciais (SANTOS, 1988), ou seja, artifícios criados pelos homens e que facilitam suas intervenções junto à natureza. As ações são as práticas sociais, marcadas, sobretudo, pelas funções que dão vida aos objetos. Nesse sentido, para o turismo, antes do planejamento arquitetado pelos técnicos, o espaço turístico é feito primeiramente pelos homens, que, no uso de suas vontades de conhecer pluriespaços, imprimem a vontade do lazer, pois o turismo, dentro dessas ideias aqui expostas, só pode ser entendido quando houver uma necessidade espontânea de praticar o lazer em lugares que sejam diferentes daqueles onde o indivíduo vive, ou seja, seu entorno. Dessa forma, partindo-se das considerações anteriormente colocadas, pode-se vislumbrar a situação de que o turismo, sendo uma prática social, não se circunscreve às escalas cartográficas. Estas são importantes para fins de organização espacial, mais ainda quando se reporta ao planejamento da atividade, porém não são a condição para se aplicar o limite espacial do turismo, pois, como afirma Castro (2003, p.138), a partir de uma perspectiva conceitual, a escala

[...] introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre os fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas; além disso, como os fatos sociais são necessariamente relacionais, a questão acima é pertinente.

Para o turismo, portanto, as relações sociais é que marcam a delimitação dos espaços, caracterizando-o como sendo uma prática socioespacial (MACHADO, 2007) não restrita a uma determinada escala, mas de natureza multiescalar, ou seja, com dinâmica e interferências na vivência do lugar, da região e do mundo.

A Escala e a Concepção de Turismo: em Defesa de um Turismo Local

A formatação de um entendimento conceitual do turismo que leve em conta sua real amplitude enquanto fenômeno social e sua impossibilidade de restrição a um único campo científico ou escala é dificultada pelo imperativo de abordagens de forte conteúdo pragmático, cujos efeitos econômicos nos núcleos receptores (e não o interesse teórico e metodológico na apreensão do fenômeno) constituem seu fim. Segundo Knafou (1999, p.69), o domínio da pesquisa no campo do turismo por interesses econômicos concorre para

[...] ver neste fenômeno somente sua face mercante e governada pela empresa turística (viajeiras, operadores de turismo, transportadora, hoteleiros, donos de restaurantes etc.). Isto se traduz, em muitas pesquisas sobre o turismo, no acento colocado sobre os fluxos econômicos (as pousadas, as saídas, as recaídas econômicas, diretas e indiretas etc.) e sobre a hospedagem. Certamente, todas essas coisas são interessantes, mesmo indispensáveis, mas não resumem uma reflexão sobre o fenômeno e a natureza ainda mal conhecida do que seja o turismo. Certos estudos chegam mesmo a ignorar completamente os turistas e suas práticas.

É nesse sentido que a OMT entende o turismo como um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e sua permanência em lugares distintos de seu entorno habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, negócio e outros (OMT, 1998). Essa viagem não pode, da mesma forma, ter uma duração inferior a 24 horas, pois o elemento pernoite, assim estabelecido, possui uma importância primordial do ponto de vista econômico, já que a sua existência justifica a instalação de equipamentos como hotéis, pensões e pousadas.

Desse modo, evidencia-se o comprometimento dos postulados da OMT e dos autores ligados a essa forma de abordar o turismo com o estabelecimento de parâmetros e estatísticas relacionadas à questões de demanda, de mercado, enfim, atreladas à promoção econômica do turismo. Sendo assim, a utilização desses conceitos demonstra-se inadequada quando os objetivos da pesquisa voltam-se à compreensão científica do

fenômeno em suas diversas dimensões, incluindo, por exemplo, questões referentes à subjetividade dos indivíduos, como as interações entre culturas diversas, as trocas de experiências entre os diferentes, a realização de sonhos e a busca de emoções fortes. Visando abarcar toda essa amplitude exposta pelo fenômeno turístico, De La Torre (1994, [s. i.]) constrói a seguinte conceituação:

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Esse amplo conceito tem o mérito de abranger grande parte das inter-relações criadas pelo turismo (faltando, todavia, a importância devida à dimensão espacial) de não ter como preocupação central a mensuração e a quantificação, não estabelecendo, portanto, limites rígidos de tempo e deslocamento; e de considerar o turismo como um fenômeno de caráter humano, pois, como ressalta Moesch (2000), são os homens que se deslocam, e não as mercadorias.

Urry (1996), em sua abordagem do turismo, enfatiza a variação do olhar do turista, tanto numa perspectiva histórica quanto sociológica, o que impõe dificuldades a uma definição única. No entanto, segundo o autor, “[...] existem algumas características mínimas das práticas sociais que, por uma questão de conveniência, são descritas como ‘turismo’ [...]” (idem, *ibidem*, p.17-8), cuja relevância estaria na fundamentação de análises posteriores mais sensíveis. Essas características seriam: a conformação do turismo enquanto uma atividade de lazer em oposição a um trabalho regulamentado; o deslocamento das pessoas através do espaço (viagem) e um período de permanência em outro lugar (fora dos lugares de residência e trabalho); as motivações não diretamente ligadas ao trabalho remunerado; as expectativas, por meio de devaneios e fantasias, em relação a prazeres intensos; o olhar direcionado a aspectos da paisagem do campo ou da cidade que os separem da experiência cotidiana; o olhar construído por meio de signos.

Figueiredo (1999) considera dispensável a fixação de uma distância mínima entre a residência e a destinação, assim como um tempo mínimo de permanência do turista, com vistas à caracterização da prática, uma vez que esta se diferenciaria de deslocamentos como a migração, por ser dotada de uma intenção de retorno, por envolver um grande número de agentes e, principalmente, pela autossignificação do turista. A ocorrência do fenômeno turístico pressuporia, assim, quatro constantes:

Primeiramente, o deslocamento espacial – sem deslocamento não há viagem e, por conseguinte, não há turismo; depois, a intencionalidade de retorno, pois se a intenção for fixar residência, não caracteriza o turismo; temos ainda o desencadeamento de relações e operações econômicas e sociais, ou seja, a organização da viagem e seus efeitos (diferenciando-o de um simples deslocamento diário ao trabalho, por exemplo); e, por fim, as diferentes motivações para esse comportamento, mas que têm o lazer como essência. (idem, *ibidem*, p.96)

Dessa forma, considera-se que elementos como o deslocamento no espaço (a viagem) resultando na saída do espaço cotidiano, do lugar, a intenção de retorno e a prática do lazer como finalidade são elementos essenciais numa conceituação de turismo. O estabelecimento desses parâmetros gerais se coloca como requisito à compreensão da natureza do fenômeno turístico. No entanto, ao se proceder uma delimitação quantitativa do tempo de estadia e do deslocamento no espaço, da forma como é defendida pela OMT e por abordagens afins, passa-se a considerar como não turísticos fluxos que possuem todas as características citadas, como o excursionismo, não considerado por muitos uma prática turística por ser realizado em menos de 24 horas.

No mesmo sentido, a definição de uma determinada distância a ser percorrida como condição à configuração da prática turística se apresenta bastante problemática, assim como a constatação de que um sujeito não pode fazer turismo no seu próprio município, pois a prática turística se caracteriza pela saída do espaço cotidiano, do lugar, que, de acordo com Tuan (1980), se conforma como um espaço dotado de valor, um mundo de significados. No mesmo sentido Souza (1997, p.29) considera que “[...] um *lugar* não se distingue de outros apenas por suas particularidades objetivas, que podem até não ser significativas, mas por ser vivenciado [...] por um grupo específico”. Essa saída desse espaço de vivência, do lugar (que não possui uma delimitação precisa e passível de mensuração), pode ser considerada uma condição à ocorrência da prática turística, já que esta tem como uma de suas principais características a fuga da realidade vivida diariamente e a busca pelo diferente.

Dessa forma, se refuta a compreensão do turismo enquanto relacionado apenas a fluxos de escala nacional e internacional, já que os deslocamentos locais apresentam todas as características determinantes da prática turística, ocasionando, em determinados casos, especialmente nos contextos metropolitanos, um número muito mais elevado de interações e implicações socioespaciais, como afirmam as análises a respeito do turismo excursionista e do turismo de segunda residência.

Considerações Finais

Em certa medida, iniciado como prática cultural, artística e científica das elites e ilustres pesquisadores viajantes dos séculos XVI a XVIII em países como o Brasil (período colonial), França, Inglaterra, o turismo tornou-se prática social mundializada, acompanhando o crescimento da urbanidade, isto é, das necessidades, dos estilos, do consumo, dos avanços tecnológicos e das conquistas sociais do século XX. Do trabalho ao lazer, da atividade econômica à prática social, da simples viagem ao vetor de desenvolvimento, das horizontalidades às verticalidades, da limitação espacial a diferentes escalas, o turismo de hoje difere de outros períodos, haja vista que se institucionalizou nos aparelhos do Estado e principalmente nos meandros da sociedade mundial.

Seguindo essa lógica, podemos afirmar que, no constante à relação entre o turismo e o espaço, a indissociabilidade entre o fenômeno e a materialidade espacial é assegurada mediante as relações sociais do turismo. Estas últimas só podem ser entendidas a partir do lazer enquanto condição para o desenvolvimento da atividade, podendo ser estabelecida em diversos níveis, graus de intensidade ou de fixação nos lugares (permanência

Serra, H. R. H., Souza, J. A. A. e Ribeiro, W. O.

dos sujeitos turistas no lugar). Isso garante, à altura, o espaço como condição para a existência do turismo, além de ser o próprio reflexo da atividade. Assim, ao se fazer turismo, se produz espaço, ou, de outra forma, o espaço do turismo.

A produção desse espaço turístico, assim como a sua circunscrição, oferece uma série de desafios à interpretação científica, já que o turismo sintetiza características das mais diversas dimensões da sociedade, assim como é capaz de articular ações inerentes à escala local e à escala mundial num mesmo movimento turístico. Ou ainda pode apresentar na sua dinâmica elementos basicamente ligados ao local. Diante disso, reafirma-se a necessidade de uma concepção de turismo de maior amplitude, que vise de fato à interpretação do turismo enquanto uma prática social e que não exclua movimentos tipicamente turísticos apenas por não apresentarem os rendimentos financeiros desejados.

Referências Bibliográficas

BENI, M. A política de turismo In: TRIGO, L. G. (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.133-50.

BOULLÓN, R. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: Edusc, 2002.

CARLOS, A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS CRUZ, R. (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p.25-37.

CAMARGO, H. L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, L. G. (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.33-86.

CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 6.ed. Rio de Janeiro: [S. N.], 2003, p.117-40.

CARVALHO, M. *O que é natureza?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, R. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2000.

DE LA TORRE, O. *El turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FAYOS-SOLA, E. *La nueva política turística. Arquitectura y turismo: planes y proyectos*. [S. l.], [s. n.], 1996.

FIGUEIREDO, S. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: _____ (org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: NAEA – UFPA, 1999.

FONSECA, M. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN, 2005.

GOMES, P. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial In: VAILADARES, L; PRETECEILLE (co-ords.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990, p.17-43.

LEFÈBVRE, H. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. *O direito à cidade*. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MACHADO, M. Turismo – um conceito socioespacial. IN: SEABRA, G. (org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007, p.65-80.

MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Anuário de estatísticas do turismo*. OMT, 1998.

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Camus, 1989.

POSSAS, M. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial. Implicações para o Brasil. In: _____ (org.). *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Fórum Universitário, 1996, p.71-117.

RODRIGUES, A. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Serra, H. R. H., Souza, J. A. A. e Ribeiro, W. O.

_____. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo; Buenos Aires: Clacso; Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2006, p.297-316.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SONEIRO, J.C. *A aproximacion a la geografia del turismo*. Espanha: Editorial Sentesis, 2004.

SERRA, H. A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento do turismo do Pará. Belém, 2007. *Dissertação* (mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará; Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SOUZA, M. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista território*, ano II, n3, jul./dez. 1997.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; Sesc, 1996.

Recebido em 19/04/2011 Aceito em 24/04/2012

¹ Obviamente que aqui não se faz uso da crítica para afirmar que os turistas não deixam de conhecer os lugares quando vivenciam os chamados “pontos turísticos”. Mas o que chama a atenção é o poder de redução que esses pontos causam nas impressões pessoais. Nesse sentido, os acúmulos visuais dos lugares são reduzidos aos locais a serem visitados, e estes, quando propagados pelo mundo afora, principalmente por meio dos cartões-postais, incorrem na pseudoimpressão de que somente os pontos turísticos é que são de fato a cidade. Essas situações podem, por outro lado, causar a má impressão dos lugares. Caso específico é o Rio de Janeiro, que ainda hoje possui resquícios de imagem divulgada de ser uma cidade do estilo “sol, praia e sexo”, fruto das propagandas massivas da Embratur da década de 1970.

² Gestão que prioriza a produção, a distribuição e o consumo, exigindo formas estáveis de relação de trabalho e de salários, criação e controle de créditos e moedas e a inserção do Estado na regulação econômica (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990). Representa também produção em série e mínima diversificação de bens e serviços.

³ É importante deixar claro que Lefèbvre não era estudioso de assuntos ligados ao turismo. Mas o conjunto de sua obra permite uma leitura teórica densa que atinge variadas manifestações da sociedade.

⁴ Ao retratar assuntos que expressam conflitos socioespaciais no turismo, outro enfoque teórico-metodológico é necessário, aquele que está apoiado no estudo sobre os territórios turísticos. Porém, ainda que importante, não é o propósito deste trabalho a análise dos territórios no turismo, visto que estes se dão conforme as relações de poder se apresentam, não sendo, portanto, o interesse no momento.

Ensaio sobre Meio Ambiente, Ordenamento Territorial e Escala de Ação das Grandes Corporações. A Vale na Estratégia de Conservação da Natureza e Desenvolvimento em Carajás

Essay on the Environment, Territorial Planning and Scale of Action of Large Corporations: Vale's Strategy for Nature Conservation and Development in Carajás

Jodival Maurício da Costaⁱ
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Resumo: As considerações que seguem constituem um esforço de análise das ações da Vale em Carajás, Amazônia Oriental, em cenário de valorização da crise ambiental. Objetiva oferecer alguns elementos de análise sobre a relação entre a ação de grandes empresas, o discurso da sustentabilidade e o ordenamento territorial. Nesse período atual, em que o meio ambiente é visto como questão, ou seja, como problema, várias práticas são apresentadas como solução da crise. Entender o alcance que essas ações podem ter no território é de grande relevância.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Ordenamento Territorial, Vale, Sustentabilidade.

Abstract: This article involves an attempt to analyze the actions of Vale do Rio Doce in Carajás, located in the eastern Amazon in a scenario of environmental crisis. The analysis focuses on the relationship between the action of large corporations and their discourse of sustainability and territorial management. In today's world in which the environment is considered to be a fundamental issue, or a problem, several practices are presented as solutions to the crisis. The main objective is to understand how far these actions reach out into the territory of the eastern Amazon.

Keywords: Environment, Territorial Management, Vale, Sustainability.

A Vale no Cenário do Ordenamento Territorial, da Conservação e do Desenvolvimento Sustentável em Carajás: Introdução

A chamada sub-região de Carajás (Figura 1), nome advindo do projeto Minério de Ferro de Carajás e do Programa Grande Carajás, foi estruturada para atender ao complexo mineral e siderúrgico comandado pela Vale. A empresa, na época pública, foi a principal articuladora da economia (mineração e siderurgia), da rede de transporte (Estrada de Ferro Carajás – EFC), do complexo portuário (Ponta da Madeira, em São Luís) (Figura 1).

ⁱ Doutorando em Ciência Ambiental – USP. jodival.costa@usp.br

A partir do final dos anos 1980, várias pesquisas, principalmente teses de doutorado, foram realizadas com o objetivo de compreender a dinâmica política, econômica e social de Carajás e sua relação com a empresa.

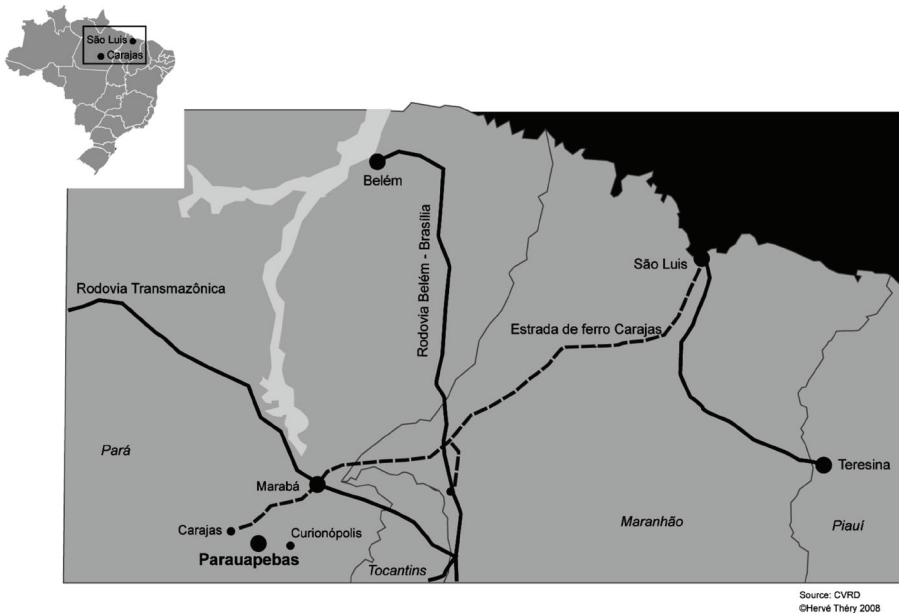


Figura 1 – Área do entorno da Estrada de Ferro Carajás sob influência da Vale.

Fonte: Mello Théry e Théry, 2009.

Coelho (1991), cuja pesquisa teve início no final da década de 1980 e foi concluída em 1991, estudou a dinâmica territorial dos municípios maranhenses do entorno da EFC. Seu objetivo foi investigar as repercussões sociais e ambientais da implantação das políticas públicas territoriais na região. Mas seus estudos sobre Carajás começam antes da sua tese de doutoramento. Um dos primeiros trabalhos da autora foi sobre os impactos do Programa Grande Carajás na estrutura fundiária da região (idem, 1984). Outros trabalhos de relevância foram elaborados pela autora em parceria com o pesquisador Stephen Bunker (COELHO E BUNKER, 2006) e Monteiro. Esse último, inclusive, tem uma vasta bibliografia dedicada ao estudo da relação entre mineração e desenvolvimento em Carajás (MONTEIRO, 2005).

Os trabalhos dos três pesquisadores ressaltam o desequilíbrio entre a exploração do minério, os investimentos na região e os impactos ambientais e sociais. Metodologicamente, analisam o espaço sob a ótica do método dialético e também da teoria dos sistemas. No tratamento das questões sociais da sub-região, o ambiental já era contemplado nas análises. Na maioria das vezes, é verdade, chamando a atenção para a importância da incorporação da dimensão social e ambiental no planejamento espacial. Por conta disso, a Vale é tratada como ator estratégico pelos autores.

Sobre política territorial e política ambiental na Amazônia, Mello (2002) prestou uma importante contribuição. Analisando as políticas de frentes pioneiras entre 1970 e 2000, a autora analisa e avalia dois períodos distintos das políticas territoriais na Amazônia. O período do Estado autoritário, década de 1970 até o final dos anos 1980, marcado pelo planejamento territorial unidirecional e pela estratégia de desenvolvimento na qual a variável ambiental não era incorporada; e o período transitório, de preparação do Estado brasileiro para a grande Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro.

A autora discute importantes políticas ambientais da década de 1990, sua repercussão territorial-ambiental e ambiental-territorial, incorporando a ação dos principais atores, avanços e obstáculos na relação entre desenvolvimento e conservação ambiental. Em duas décadas, os estudos que buscam uma compreensão do espaço amazônico, numa dimensão territorial e ambiental, passaram da reivindicação de uma política ambiental para a análise de como essa incorporação vem ocorrendo (KOHLHEPP, 2005; MELLO et al., 2005). E como a crise ambiental passa a ter forte influência sobre a prática dos Estados, empresas, instituições, indivíduos, etc., é necessário pensá-la sob a ótica do processo da ordenação das relações socioespaciais. E, nesse sentido, do ordenamento territorial.

Nas últimas duas décadas o capitalismo incorporou a crise ambiental como discurso, principalmente pelo binômio conservação/preservação e pelo uso da ideia de sustentabilidade. Na prática das grandes empresas, o tratamento da crise ambiental tem se dado principalmente na relação entre Ciência e Tecnologia utilizada para a intervenção no meio ambiente com práticas “menos danosas”, assim como pela adoção de indicadores sociais e ambientais na política ambiental. As grandes corporações, por atuarem em escala global, seguem uma cultura de indicadores selecionados por grandes institutos de certificação ambiental.

A prática ambiental/social dessas corporações deve ser tomada sob o prisma do processo de globalização. A ação local empresarial é ordenada pelo processo global da economia e da política nesse cenário de valorização da crise ambiental. Wagner Costa Ribeiro escreve sobre uma ordem política ambiental, ou uma geopolítica ambiental, que começa a ganhar corpo a partir da articulação entre países, organismos internacionais governamentais e não -governamentais representados, principalmente, nas grandes conferências internacionais (RIBEIRO, 2008).

Carlos Walter Porto-Gonçalves adota a escala global para discutir a crise ambiental. O autor mostra como o processo político-econômico da globalização incorporou e transformou a discussão levantada nos movimentos de contracultura da década de 1960. Quer dizer, a discussão da crise, que surge como alternativa ao modelo em vigência, é incorporada pelo próprio modelo e transformada em estratégia para permanência na acumulação de capital. E como estratégia incorporada pelo capitalismo mundial já integrado, que se implanta nos espaços já apropriados para acumulação por meio da exploração dos recursos, a questão ambiental toma uma dimensão territorial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Enrique Leff nos propõe uma discussão de escalas de percepção e apropriação da natureza. Discute a escala da economia na apropriação da natureza como recurso, transformada em valor para a extração da renda e acumulação (LEFF, 2006). No momento em que a crise ambiental começava a ganhar corpo nesse cenário político-econômico,

Ignacy Sachs propunha uma apropriação econômica diferente dessa que acabou se estruturando em escala global. Sua proposta de ecodesenvolvimento pensava a sociedade e a natureza como dimensão dominante no desenvolvimento. Este teria uma ética renovada a partir de outros valores sociais e ambientais (SACHS, 2008).

Mas, ao contrário, o que se afirma como proposta é de um desenvolvimento sustentável em que a mesma concepção de desenvolvimento passa a guiar os novos rumos de ordenação dos recursos. Não há mudança na apropriação política e econômica da natureza, somente nas técnicas de intervenção nos recursos, que passam a ser feitas com forte apelo tecnológico. Deixamos de buscar valores pautados numa apropriação social da natureza para uma solução unicamente técnica – como se a técnica fosse imune aos valores político-econômicos que a produzem.

Mas os novos indicadores da alardeada sustentabilidade não tomam apenas a dimensão do econômico. Como discurso, eles invadem o imaginário social, forjam-se como valor cultural e se tornam elementos da ordenação do espaço. Afinal, hoje, sustentabilidade exerce um efeito quase automático sobre as pessoas. Em termos gerais, é sempre aceita sem questionamento sobre qual sustentabilidade está sendo construída, assim como o que objetiva sustentar. Nesse ponto, as políticas territoriais, tanto dos Estados quanto das empresas, encontram na variável ambiental um elemento legitimador de suas ações. A natureza, mais que nunca, torna-se mercadoria simbólica para a reprodução do lucro, do valor das ações das grandes corporações.

É a partir dessa concepção de entendimento do cenário atual de crise ambiental que propomos pensar o ordenamento territorial na Amazônia Oriental, e a Vale como ator estratégico nas políticas de desenvolvimento e conservação ambiental local. Para isso utilizamos como ferramenta metodológica a metodologia de escala, para analisar a atuação da empresa nas diversas escalas, assim como os fatores que exercem influência sobre as suas ações.

É preciso, então, pensar a questão ambiental a partir das escalas da política, da percepção e representação do fenômeno crise ambiental na escala do capitalismo mundial integrado e em outras escalas de ação, principalmente na local, em que a força da globalização se materializa. Essa proposta metodológica para pensar a questão ambiental já foi introduzida por Agnew (2001).

Política de gestão ambiental da Vale: da superação do passado à construção do futuro?

De acordo com o setor responsável pelas questões ambientais da empresa em Carajás, a Vale é uma corporação que busca permanentemente assegurar os princípios de sustentabilidade nas ações de todas as suas associadas e *stakeholders*. Há uma política de gestão ambiental pensada globalmente implantada em todos os lugares em que a empresa atua. Tal política é definida a partir da sua missão principal: “extrair minério com desenvolvimento sustentável. E isso não vale apenas para o Brasil, para o Pará, para Minas Gerais, mas para o mundo, porque hoje ela é global”.¹

Em Carajás a Vale foi o principal instrumento de ação territorial do Estado brasileiro na estruturação da região. No início foi um planejamento territorial que não levou em

consideração a variável ambiental (FREITAS, 1986), nem mesmo como discurso, uma vez que na sua fase de implantação, entre a década de 1960 e início dos anos de 1980, o Brasil não adotou postura favorável ao discurso que já se iniciava na Europa. Nem mesmo os países europeus haviam estruturado uma ideia de desenvolvimento sustentável, o que começou a se fortalecer a partir da segunda metade dos anos 1980. Mas a valorização da questão ambiental a partir do final da referida década fez com que isso repercutisse negativamente na imagem das empresas. E com a questão ambiental cresce também o discurso sobre a responsabilidade social das empresas, o que, em se tratando de Carajás, também esteve ausente das políticas públicas territoriais. É o peso do passado sobre o presente... e sobre o futuro.

Um dos objetivos da Vale no início da formulação de sua imagem de empresa “ambientalmente correta” foi desvinculá-la da época em que era uma empresa pública.

No passado a Vale, enquanto empresa pública, simplesmente entrava no território. Ela foi de uma época em que era o governo que entrava. Esse modelo existiu até a privatização, pois a partir daí ela deixa de ser uma empresa que era para garantir essa ocupação do território para uma empresa que desse lucro. E o próprio mundo mudou, o entendimento da questão socioambiental mudou e ela teve que realmente se adequar, querendo ser uma empresa mundial, tinha que mudar essa forma de ocupação do território. Então, ela passou a mudar o jeito de ser, de se colocar. Só que isso não acontece de forma automática, pelo pressionamento de um botão, e agora não é mais a Vale pública é a Vale privada.² (E2, 2010)

A expressão “simplesmente entrava no território” utilizada pelo entrevistado expressa que o planejamento territorial executado pelo Estado brasileiro em Carajás, do qual a Vale foi peça fundamental, foi pensado apenas como estratégia de extração dos recursos. Não levou em consideração, no uso desses recursos, a relação com a sociedade local e com o meio ambiente. Há também a construção de um discurso da eficiência por se tratar, agora, de uma empresa privada, e a empresa, enquanto pública, representaria o descaso com as questões sociais e ambientais.

Isso está além da falha do Estado em pensar políticas que realmente pudessem considerar o desenvolvimento social local e atentas às questões de meio ambiente; é a própria falta, na época, de uma estratégia de incorporação da variável ambiental e social como valor no trato dos recursos naturais existentes, incluindo todo o uso do solo para projetos agropecuários e florestais. Dito de outra forma, o Estado não incluía a ação sobre a responsabilidade social e sobre o meio ambiente como elemento estratégico na ordenação do território, porque o próprio processo de ordenação territorial em escala ampla não estava pautado nesses valores como forma de apropriação de territórios, nem como estratégias de acumulação de riquezas no modelo urbano-industrial. Claro que, mesmo o início das atividades de exploração de Carajás já tendo ocorrido em 1985, momento em que o debate da crise ambiental já estava efervescente, ainda não havia uma política de Estado que considerasse isso como estratégico na política pública brasileira, nem empresarial.

A mudança estratégica da Vale na forma de agir no território, no que tange à população e ao meio ambiente, não diz respeito apenas à mudança de regime público para

privado. Como salientou o próprio entrevistado, trata-se de novos arranjos na forma de conceber o social e o ambiental nas políticas de utilização dos recursos. Mas a ação sobre a população como forma de incorporá-la nos processos de produção não é uma novidade. Foucault (2008) escreve que boa parte do sucesso que a modernidade alcançou deve-se ao fato de saber atuar sobre a população, usá-la como elemento estratégico nas relações de produção e, assim, para além das forças produtivas. O que pode caracterizar a novidade é a incorporação da variável população como forma de extração de renda via valorização da imagem das empresas. A outra é o uso da variável ambiental no processo produtivo, que produz efeito positivo nas relações de mercado que a empresa mantém. A não incorporação tem gerado o efeito contrário. Apenas a responsabilidade ambiental é tratada neste trabalho.

A discussão de uma ordem ambiental internacional no âmbito dos países e dos organismos internacionais trazida por Ribeiro (2008) chama a atenção para o peso da questão ambiental na escala global. Como já mencionamos, Agnew (2001) entende que essa questão ambiental atua articulada aos processos econômicos e políticos na expansão do processo de globalização da economia. Mello (2002) ressalta que as mudanças ocorridas no Brasil a partir do final dos anos 1980 foram estratégicas como preparação para a conferência de 1992 no Rio de Janeiro. Há, portanto, um cenário que corrobora o que o entrevistado expressa. A empresa orgulha-se da forma como tem direcionado suas ações ambientais, sucesso que é atribuído à política ambiental adotada.

A partir do que considera ser a sua missão, a Vale elaborou sua política de sustentabilidade ancorada em três princípios norteadores – legado social, ambiental e econômico –, tendo como base de atuação três práticas gerais: operador sustentável, catalisador do desenvolvimento local e agente global de sustentabilidade. Esses princípios expressam uma política multiescalar, de ação global. Isso expressa, também, o conceito que a Vale adota de desenvolvimento sustentável e de ação ambiental global:

Sustentabilidade como legado: a Vale tem por princípio atuar com o objetivo de deixar um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera. A Vale estimula a inclusão social pela educação para o trabalho e desenvolvimento humano, o crescimento e a diversificação econômica segundo vocações locais, o fortalecimento institucional local –, apoiando as instituições públicas responsáveis no planejamento de uma infraestrutura adequada –, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e da herança cultural da região. O legado de sustentabilidade das nossas atividades depende do desenvolvimento – ao longo do ciclo mineral – de novas vocações econômicas que possam garantir a perpetuidade do bem estar social, em equilíbrio com o meio ambiente.

Catalisador do desenvolvimento local: o apoio ao desenvolvimento local deve se dar na nossa área de influência direta. Como catalisador do desenvolvimento local, queremos ir além da gestão dos impactos de nossas operações e projetos, contribuindo voluntariamente e através de parcerias com governo e sociedade para a construção de um legado regional de sustentabilidade. Por LOCAL a empresa entende: Licença social, Ordenação para o desenvolvimento, Comunicação e engajamento, Alianças estratégicas e Legado regional.

Agente Global de sustentabilidade: a atuação GLOBAL parte do reconhecimento de que determinados temas globais de sustentabilidade podem afetar nossos negócios, e de que a Vale – como uma das empresas líderes globais no setor de mineração – pode contribuir para a promoção internacional de boas práticas de sustentabilidade. GLOBAL: **G**arantia de transparência, **L**iderança, **O**bservação de tendências, **B**oas práticas, **A**tuação local e visão global e **L**egado para gerações futuras³.

Em relação à atuação social e ambiental nos municípios, a empresa atua principalmente por meio da Fundação Vale. Seu principal objetivo é estudar “cada comunidade em profundidade, para identificar as necessidades específicas, as demandas presentes e futuras e aquelas potenciais a serem estimuladas” (VALE, 2010). É mediante esses estudos que a Vale elabora seu Plano de Gestão Integrada em Socioeconomia, por meio de parcerias com governanças públicas locais, sociedade civil organizada e a iniciativa privada. De acordo com a empresa, isso é feito em quatro passos:

1. Conhecimento sobre o Território – Realização do diagnóstico em socioeconomia.
2. Elaboração do Plano em Gestão Integrada em socioeconomia – formação do Grupo Gestor.
3. Execução do Plano: Fortalecimento da política social do Território.
4. Monitoramento do Plano – Construção da linha base e indicadores. (idem, ibidem)

A Vale tem uma política própria de planejamento das regiões onde atua. Em Carajás, para conhecer a situação social e ambiental da região e traçar estratégias, em 2006 a empresa contratou a consultoria Diagonal Urbana para fazer o diagnóstico socioeconômico e ambiental da região. O relatório, concluído no mesmo ano, tem informações detalhadas dos municípios onde a empresa atua e nos quais tem influência ao longo da EFC. A partir daí, a Vale tem atuado junto às prefeituras na elaboração de projetos para os municípios. Parte das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para os municípios mais importantes de Carajás, como Marabá e Parauapebas, foi indicada a partir do planejamento elaborado pela empresa⁴ (idem, ibidem).

Uma das ferramentas utilizada pela Vale para a atuação direta nas comunidades é a implantação do projeto Estação Conhecimento, que está voltado principalmente para a educação profissionalizante, a promoção de atividades esportivas e de saúde, cursos de música, teatro e dança. Esse projeto atua também como fomentador do desenvolvimento econômico das comunidades, incentivando a produção local e o desenvolvimento das capacidades de empreendimentos e formação de cooperativas. Uma das mais importantes foi implantada na área de preservação ambiental do Igarapé Gelado, em Parauapebas.

Entendemos que a Vale segue as diretrizes dos novos dispositivos de ordenação das ações empresariais do período atual. Dito de outra forma, trata-se de responder positivamente aos indicadores de sustentabilidade elaborados por instituições e organizações que, cada vez mais, propõem formas de como as empresas devem agir em relação ao meio ambiente e na relação com seus *stakeholders*. A Vale segue, principalmente, o Global Reporting Initiative (GRI).⁵

É, a nosso ver, um instrumento que, mesmo não tendo o caráter de obrigatoriedade jurídica, produz uma regulação das relações econômicas que interfere diretamente

nos territórios onde as empresas atuam. Isso é resultado do período atual, desse evento chamado “crise da natureza”, em que a questão ambiental, apropriada como problema, perpassa todas as relações de produção.

Assim, propomos pensar a análise e a avaliação de ações de ordenamento do território não apenas por meio das regulações que se fazem por intermédio das leis de Estado. Mas também, e talvez principalmente, por essas novas formas de ordenação – como as normas ambientais que as empresas passam a seguir a fim de alcançar os indicadores de sustentabilidade que lhes possibilitem competir nesse cenário. Há, portanto, um resultado que recai sobre a imagem da empresa, mas que, entendemos, não deve ser atribuído exclusivamente à estratégia daquela para essa finalidade de atuação sobre a imagem – uma vez que esse processo de regulação das relações econômicas-políticas-sociais é pautado por uma agenda ambiental na escala político-econômica global.

Uma questão nos parece importante nesse período de valorização da crise ambiental. Cenários em que institutos e fundações passam a produzir indicadores de atuação nos territórios – justificados no uso que se faz do meio ambiente, das sociedades e dos recursos – não devem ser tomados como forma de ordenação das próprias relações espaciais? O mais importante nem é se isso é estratégico nessa direção ou não, mas o resultado que isso produz nos espaços. Como escreve Sánchez (1991), o espaço existe pela/para as relações que as sociedades produzem. Isso implica, inevitavelmente, na produção de valores – nos sentidos que essas relações atribuem, desenvolvem para as formas espaciais, para os recursos, para a ética, para os códigos que permitem à sociedade se relacionar.

É importante considerar que, numa análise das relações espaciais e, em consequência, das formas pelas quais os territórios são produzidos, existe uma base material de produção e reprodução da riqueza e, nessa mesma relação, de reprodução da vida. E parte dessa base material reside justamente nos recursos naturais que o modelo econômico precisa para manter funcionando o mecanismo de mercado, para conservar as condições necessárias à manutenção do modelo. Mas é, também, nos mesmos recursos que está a base de reprodução material da própria vida.

Consideramos que a formulação de uma política global da Vale possui duas questões principais. Uma de ordenação, pois, pelo alcance da crise ambiental em escala global, a corporação precisa organizar sua atuação de acordo com os indicadores que ordenam um padrão para as empresas. A segunda de produção, uma vez que a Vale está presente nos cinco continentes como ator produtivo, que precisa agir diretamente nesses territórios. Ser global, nesse sentido da produção, faz também com que ela seja de vários locais. Embora exista uma política de ação global, a materialização de suas ações em cada local passa a entrar em contato com demandas que são do lugar. Em outras palavras, todo processo de globalização de um ator é também um processo de localização.

A Vale também produz: Conflitos na Estratégia de Conservação da Natureza em Carajás

O processo de ordenação das relações de produção em escala global nesse cenário de crise ambiental tem que lidar com essa condição de localidade da produção. A empresa que incorpora uma política de ordenação na escala global, com base nos valores

dessa sustentabilidade das relações de produção, mantém o mecanismo de obtenção ampliada do lucro agindo localmente, o que ocorre por meio da implantação de empreendimentos para o uso de recursos que pertencem a um dado espaço.

Na discussão sobre uso dos recursos naturais e meio ambiente, a mineração sempre figurou como atividade de alta degradação. Martinez Alier e Jusmet (2001) escrevem que boa parte dos conflitos ambientais existentes no mundo está ligada à atividade de extração mineral. Por conta disso, o discurso do desenvolvimento sustentável incorporado pelas grandes empresas vem fortemente arraigado no de modernização tecnológica, com foco na intervenção no meio ambiente.

A nosso ver, há dois agravantes para o caso da Vale em Carajás. O primeiro é que a atividade da empresa encontra-se em áreas de florestas, cuja conservação é um dos maiores desafios existentes na região. O segundo se deve justamente ao fato de essa atividade dentro das florestas estar localizada na Amazônia. Essa região há muito deixou de ser um ente de valor unicamente pelo seu potencial em recursos naturais. Atualmente ela empresta uma carga simbólica à produção, positiva ou negativa. Tem, portanto, um peso simbólico que não deve ser desconsiderado.

Assim, para lidar com essa situação, a Vale se tornou uma das principais parcerias do governo brasileiro na gestão de Unidades de Conservação, oferecendo suporte tecnológico para monitoramento das áreas e investimentos em pesquisas científicas. São mais de 10.321km² de áreas naturais entre áreas de propriedade da empresa, áreas arrendadas e Unidades de Conservação protegidas em parceria com o Estado e governos locais. A maior parte da área protegida pela Vale fica na Amazônia (Quadro 1).

Quadro 1 – Unidades de Conservação sob influência da Vale na Amazônia.

Área protegida	Bioma	Propriedade	Área (km ²)
Parque Botânico de São Luís	Floresta Amazônica	Própria	1,1
Cinturão Verde de Ponta da Madeira	Floresta Amazônica	Própria	1,2
Área de Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado	Floresta Amazônica	Parceria/ICMBio	206,4
Áreas em Proteção pelo Projeto Vale Florestar	Floresta Amazônica	Arrendada (terceiros)	323,0
Floresta Nacional do Itacaiúnas	Floresta Amazônica	Parceria/ICMBio	824,5
Reserva Biológica do Tapirapé	Floresta Amazônica	Parceria/ICMBio	997,0
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	Floresta Amazônica	Parceria/ICMBio	1.925,5
Floresta Nacional de Carajás	Floresta Amazônica	Parceria/ICMBio	4.119,5
Total			8.397,8

Fonte: Adaptado de www.vale.com. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

Uma das principais áreas em que a empresa exerce controle é o Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás (em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), que abriga a principal concentração de minérios na Amazônia. Dentre as áreas de proteção desse mosaico, a principal para os negócios de minérios da empresa é a Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás) (Figura 2).

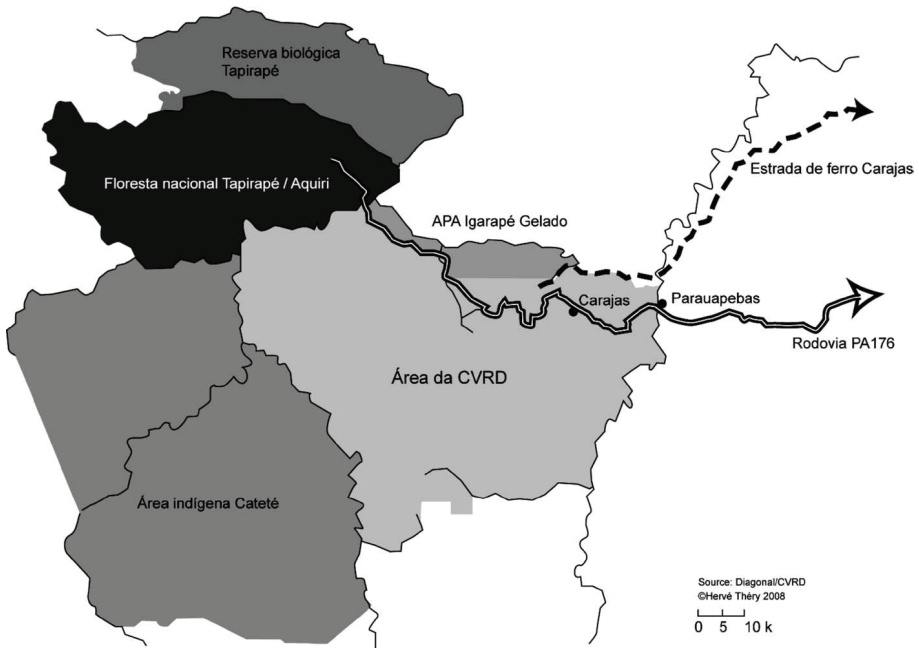


Figura 2 – Proteção da Serra de Carajás.

Fonte: Mello Théry e Théry, 2009.

Criada pelo Decreto Lei nº 2.486, de 2 de fevereiro de 1998, a Flona tem uma área de 411.948,87 ha. O plano de manejo foi elaborado de acordo com o Decreto Lei nº 1.298, de 27 de outubro de 1994, que aprova o regulamento das Florestas Nacionais (Flonas) (Brasil, 1994). No entanto, um parágrafo único foi acrescentado no decreto de criação da Flona Carajás concedendo a exploração e pesquisa de lavras, uma vez que o decreto de 1994 não fazia alusão a esse tipo de atividade. “Consideradas as peculiaridades geológicas da área da Floresta Nacional de Carajás, incluem-se dentre seus objetivos de manejo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, o transporte e a comercialização de recursos minerais” (idem, 2003, p.2). Dessa forma, garante-se a legalidade da exploração mineral em consonância com o manejo ambiental em áreas de conservação.

A participação da Vale foi garantida por meio do convênio com o Ibama (hoje com o ICMBio) no ato de criação do decreto. A Vale também participou da elaboração do Plano de Manejo da Flona Carajás, por ser a empresa que detinha a concessão para exploração econômica e as informações técnicas. A Flona Carajás foi criada numa área que já era de direito real de uso da empresa, concedida pelo Governo Federal em 1986.⁶ Uma das razões descritas no próprio plano de manejo para a criação da Flona Carajás é que, por ser a gestão da mesma de responsabilidade da Vale, após sua privatização seria necessário que o Estado tivesse alguma forma de participação e controle sobre a área. Vendo por esse lado, pode-se inferir que o Estado mantém seu objetivo de controle territorial na relação com o privado, e a unidade de conservação se torna, então, uma ferramenta para chegar a esse objetivo.

Mas a questão vai além da declarada opção do Estado de criar uma unidade de conservação (UC) para limitar a ação da mineradora privatizada. Das várias formas possíveis de conduzir essa análise, defendemos que dois motivos são fundamentais para entender e explicar a criação da Flona Carajás. A primeira diz respeito à própria geopolítica de criação do que hoje conhecemos como Região de Carajás, pois todo o complexo de infraestrutura técnica (ferrovia, hidrelétrica, portos, etc.), institucional (desmembramento de municípios como Marabá e criação de Parauapebas) e de política populacional (no sentido de induzir o processo migratório) foi pensado a partir da mina de Carajás. Esse projeto contou com ampla participação de organismos financeiros importantes, como Bird, FMI, G7, que na época, juntamente com o Japão, tinham grande interesse na extração mineral da região. O segundo ponto é o alcance que a crise ambiental conseguiu no Brasil a partir da década de 1990. A incorporação da variável ambiental pelo Estado e pelas empresas, o que ambientalistas e estudiosos já questionavam pelo menos desde a década de 1970, começa a acontecer nos anos 1990.

A proliferação de UCs pelo território brasileiro, principalmente na Amazônia, é o resultado de um conjunto de fatores que está no seio do processo de ordenação espacial em escala global. E a incorporação do discurso da sustentabilidade no tratamento dos recursos naturais, embora vista como importante no contexto atual, não deve ser tratada como ação de altruísmo ambiental dos governos e empresas, pois é nessa estratégia que são erigidas as novas bases de reprodução do capital.

Mas ela é também, e talvez principalmente na Amazônia, a principal forma de fazer ordenamento territorial. A questão é que a criação de uma unidade de conservação, não importa as contradições que ela carrega, na escala mais ampla de concepção e representação dos fenômenos, é vista como uma ação de preservação da natureza, da biodiversidade, etc. Isso carrega um peso tão forte que é capaz de legitimar até mesmo ações não necessariamente ecológicas. Precisamos, então, falar dos recursos naturais e dos seus usos.

Raffestin (1980; 1993) discorre que um recurso natural é sempre uma invenção. Claro que as palavras do autor em momento algum tomam o sentido de que o recurso natural é uma falácia. O sentido da invenção expressa que ele pode existir numa dada relação social, de acordo com a propriedade e função que esse elemento passa a ter na concepção e representação. Nesse sentido, todo recurso é também um discurso. Dito de outra maneira, é pelo discurso que o recurso é socializado e, dessa forma, naturalizado.

A primeira forma de conflito existente na própria ideia de UC de uso múltiplo, como a Flona Carajás, é que ela aparece como solução para a preservação do próprio modelo que gerou o problema. A criação de áreas de proteção ambiental e, assim, dos recursos que ela abriga, é uma preocupação econômica e pode ter ganhos ambientais, mas não é de natureza ecológica. Quer dizer, não é o mecanismo da natureza que realmente está em questão, de sua preservação, mas de como se pode interferir nesse mecanismo para que ele possa permanecer produzindo as condições para o uso do recurso com a finalidade do lucro ampliado, com tecnologias que manejem melhor esse recurso e seu ambiente.

Se pensados sob o ponto de vista da preservação do atual modelo urbano-industrial, os argumentos relacionados ao uso sustentável dos recursos – que significa utilizar com a finalidade de prolongar a existência destes – encontram ampla aceitação como prática

ambientalista na criação das UCs. Afinal, nesse sentido de valoração, o que passa a ser importante não é a finalidade de uso dessa forma de racionalidade, mas o fato de que essa é uma prática menos degradante do que a conduta anteriormente utilizada. Portanto, trata-se da intervenção pontual no meio ambiente dependendo dos recursos já em exploração ou em potencial. Essa é uma questão que pode ser tomada como de natureza territorial e de ordenamento, pois se trata de definir as formas de apropriação. Para que, para qual sentido, para quem e por quem conservar os recursos?

Assim, essa primeira forma de conflito tem uma base discursiva bastante acentuada. Ao estabelecer uma área, recursos e espécies a serem protegidas, uma relação de valoração é então estabelecida, assim como determinados atores são favorecidos. O fato de tratar-se de áreas importantes para a situação ambiental local ou global, como a Amazônia, não torna a ação política imparcial. Não há, portanto, como separar a política de criação de UCs do jogo de poder político-econômico dos atores territoriais em campo.

Outro conflito, mas esse especificamente em relação à Flona Carajás, é o existente entre a exploração mineral e a conservação dessa própria biodiversidade que a criação da Flona objetiva proteger. É assim, por exemplo, no caso da área da floresta onde predomina a vegetação de canga. De acordo com o ICMBio, a canga e todo o complexo biológico que a envolve são ainda pouco conhecidos. No entanto, essa é também a parte de maior concentração de minério que interessa para a exploração, pela quantidade e teor de concentração, que empresta maior qualidade ao recurso. O contraste entre a exploração mineral e a conservação desse ecossistema é considerado pelo ICMBio como o maior conflito ocorrido dentro da Flona.

O maior conflito é que a Floresta Nacional de Carajás possui um ecossistema único, talvez no mundo – Savana Metalófila, que está encravado no meio da floresta. Um ecossistema naturalmente semelhante à Caatinga, com uma vegetação parecendo um campo rupestre, também semelhante ao cerrado. Esse é um ecossistema extremamente raro, com alto grau de endemismo, ou seja, algumas espécies só ocorrem aqui e em nenhum outro lugar, e ele só existe por causa do afloramento do minério. Então, onde o minério aflorou com muita intensidade o solo ficou muito pobre em nutrientes e não deu a oportunidade de formação florestal e deu origem a grandes áreas de captação de água de chuva e não tem infiltração. Então forma uma lagoa imensa resultado da captação de água da chuva, não tem um abastecimento de lençol freático pra formar isso aqui – aqui tem uma singularidade fabulosa, fantástica pra conservação, e é justamente onde está o minério aflorado. Em toda essa área de savana dentro da Flona Carajás ocorre minério de ferro, é de fácil exploração e de interesse da exploração. Então se toda ela for explorada nós vamos extinguir um ecossistema dentro de uma unidade de conservação. (ICMBio, entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2010)

Portanto, a área considerada de maior interesse para conservação pelo ICMBio é também de grande interesse para a mineração. Apesar do plano de manejo reconhecer a importância do ecossistema e indicar para conservação, o mesmo encontra-se na zona de mineração. Isso, em si, já é uma contradição.

Além da mineração, também ocorre dentro da Flona a atividade de extrativismo vegetal, através da coleta do Jaborandi por uma população de assentados que vive no entorno; e da castanha, feita pelos indígenas que vivem dentro da Flona. Sobre o Jaborandi, a coleta era feita de forma clandestina desde o início das atividades de exploração mineral, até ser legalizada recentemente.

Também é importante a relação entre a Vale e as populações do entorno da Flona, principalmente as residentes no município de Parauapebas. Desde a implantação do empreendimento mineiro, a empresa sempre manteve acesso restrito à área, com forte controle e vigilância. Como consta no próprio plano de manejo, a exploração mineral convive com a pressão constante de áreas de assentamentos e da comunidade indígena Xicrim do Catete. Esta última nunca reconheceu a legitimidade da ação da Vale na floresta, pois alega que a terra e tudo que nela existe é herança dos seus ancestrais e, portanto, pertence ao seu povo.

A população de Parauapebas não sente que a floresta pertença a eles, nem eles à floresta, e é comum usarem a expressão “área da Vale” para expressar esse estranhamento. Até 2007, somente a empresa poderia autorizar a visita da população à área de visitação da Flona (núcleo urbano e museu). Isso mudou a partir de 2008, quando a prefeitura conseguiu, depois de alguma tensão, negociar um posto de autorização municipal. A situação expressa a fragmentação territorial, o estranhamento das territorialidades.

Considerações Finais

No cenário político, econômico e social atual, sustentabilidade é uma palavra de grande repercussão. Ao ser usada em políticas públicas mais amplas, em políticas de empresas, em projetos menores ou mesmo em um produto, é como se tivesse valor em si mesma. É como se o uso do termo, seguindo diretrizes a maioria das vezes de ordem técnica, dispensasse o próprio processo – a sustentação, no sentido da construção pautada em novos valores de apropriação da natureza – do qual a sustentabilidade deveria ser o resultado. Isso se explica, a nosso ver, porque o que a política e a economia expressam como sustentabilidade são práticas de intervenção no processo produtivo. Como se fosse preciso partir da produção do produto, e não da construção de novos valores para a própria produção.

Práticas ambientais como as desenvolvidas pela Vale em Carajás são resultado de um projeto mais amplo, em escala global, de ordenação das relações de produção pensadas nesse discurso de sustentabilidade. Na relação entre a empresa, o meio ambiente e o ordenamento do território, a maior repercussão é a gestão participativa em áreas de proteção ambiental, principalmente em parceria com o Estado. A Floresta Nacional de Carajás, assim como as demais áreas do entorno da Flona, tem o objetivo principal de proteger o território da mineração. A definição sobre o que fazer, como fazer, por que fazer e por quem fazer, fundamental quando se trata de ordenamento, vê na criação de áreas protegidas uma saída. Isso porque a justificativa utilizando o discurso da preservação/conservação, mesmo em áreas utilizadas para mineração, encontra legitimidade, além de ser ordenada legalmente. Portanto, ordenar tem o sentido de ordenar recursos estratégicos para manter o mesmo modelo de desenvolvimento.

O dilema da vegetação de canga fortalece esse argumento. Por estar na principal zona de incidência de minério de ferro, sua conservação não é uma prioridade. Possivelmente, a única forma de esse ecossistema sobreviver seria se possuísse um valor de mercado superior ao minério de ferro. Isso porque os valores que ordenam as relações são os da ampliação do lucro. Mas as novas tecnologias utilizadas para a extração do minério, nessa mesma área onde ecossistemas são devastados, permite menos danos ao meio ambiente. Por isso, consideramos que é preciso estabelecer uma diferença entre o que é ambientalmente viável, considerando meio ambiente unicamente como a área onde o ator exerce sua ação, e, para esses casos, o que são ações ecológicas e de novos valores de natureza. Para as duas últimas, precisamos de uma reapropriação social, e não de um novo discurso para manter a mesma base de desenvolvimento com novos métodos de intervenção nesse meio ambiente.

O processo de ordenação das relações socioespaciais em escala global se faz sob forte apelo dessa alardeada sustentabilidade das empresas. A ação da Vale na estratégia de conservação da natureza em Carajás é pensada a partir de um conjunto de indicadores elaborados por institutos globais, especializados nessa função de dizer às empresas o que fazer para se garantirem no mercado. Assim, quando a empresa atua, em parceria com o Estado, na questão ambiental, ordena ações a partir desses indicadores. Isso acontece inclusive na parceria com comunidades locais e prefeituras, para a elaboração de projetos conjuntos.⁷

Referências Bibliográficas

AGNEW, J. The New Global Economy: Time-Space Compression, Geopolitics, and Global Uneven Development. *Journal World-Systems Research*, v.7(2), p.133-56, 2001. Disponível em: <<http://jwsr.ucr.edu/archive/vol7/number2/pdf/jwsr-v7n2-agnew.pdf>>.

BECKER, B. K. A crise do estado e a região – a estratégia da descentralização em questão. In: BECKER, Bertha K. (org). Ordenação do território: uma questão política? Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

BRASIL. Decreto 1.298, de 17 de outubro de 1994.

_____. Plano de manejo para uso múltiplo da Floresta Nacional de Carajás. Janeiro de 2003.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. Avaliação das propostas de Carajás para o campo. In: 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos – Geografia, Sociedade e Estado. *Anais...* São Paulo: AGB, 1984, p.380-391.

_____; BUNKER, S. G. M.; MONTEIRO, M. Impactos ambientais da Estrada de Ferro Carajás no sudeste do Pará. In: Museu Emílio Goeldi. Carajás: Geologia e Ocupação Humana, 2006, p.405-70.

Ensaio sobre Meio Ambiente, Ordenamento Territorial e Escala de Ação das Grandes Corporações
_____. Socioeconomic Impacts of the Carajás Railroad in Maranhão, Brazil. Syracuse, 1991, Tese (doutoramento). Syracuse University.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, L. D. Algumas considerações sobre a Região-Programa. In: ALMEIDA, J. M. G. (org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1986, p.22-29.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRI. *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – 2000 a 2006*. São Paulo, dezembro de 2006.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? Dúvidas na consolidação do Programa Piloto, as recentes estratégias e a realidade amazônica. In: ____; COY, M. (orgs.). *Amazônia sustentável – Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.75-96.

MARTINEZ ALIER, J.; JUSMET, J. R. *Economía ecológica y política ambiental*. México: FCE, 2001.

MELLO-THÉRY, N. A. Política territorial na Amazônia – Conflitos entre desenvolvimento e conservação ambiental na Amazônia. São Paulo, 2002. Tese (doutoramento). Universidade de São Paulo.

____; PASQUIS, R.; THÉRY, H. A Amazônia “sustentável” de Marina e Lula. In: KOHLHEPP, G.; COY, M. (orgs.). *Amazônia sustentável – Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.45-62.

____. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Anablume, 2006.

____; THÉRY, H. Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.73-8, jul.-dez. 2009.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração na Amazônia. In: *Revista de Estudos Avançados*, v.19(53), p.187-207, jan.-abr. 2005.

PALHETA DA SILVA, J. M. Poder, governo e território em Carajás. Presidente Prudente, 2004. Tese (doutoramento). Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Presidente Prudente.

Costa, J. M.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Librairies Techniques (Litec), 1980.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2008.

SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÁNCHEZ, J. E. *Geografía política*. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

VALE. *Relatório de Sustentabilidade*. 2010.

Recebido em: 31/01/2011 Aceito em: 24/04/2012

1 Trabalho de campo. Entrevista concedida ao autor em maio de 2010.

2 Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2010.

3 Elaborado pela equipe responsável pela política ambiental da empresa do Rio de Janeiro. Material adquirido em trabalho de campo realizado na sede da Vale em Parauapebas – PA em fevereiro de 2010. Também disponível em www.vale.com.

4 Pesquisa de campo realizada em maio de 2010.

5 Disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5282/G3_POPO_RG_Final_with_cover.pdf. Acesso em 2 de abril de 2011. Fundada em 1997, a GRI é um padrão internacional de elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade. Avalia o desempenho ambiental, social e econômico das organizações. Trabalha com o mesmo padrão e rigor das demonstrações financeiras (GRI, 2006).

6 Plano de Uso Múltiplo da Floresta Nacional de Carajás. Brasil, 2003.

7 Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2010.

A Geografia e o Resgate da Geopolíticaⁱ

Bertha Koiffmann Beckerⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Embora o projeto político da Geografia remonte à sua origem, associado à sua prática estratégica, não foi ele desenvolvido no plano teórico. Nem a Geografia Política nem a Geopolítica conseguiram satisfatoriamente explicitar a dimensão política do espaço, o que certamente imobilizou a reflexão da própria Geografia.

Hoje, a questão das relações entre a Geografia e a Geopolítica se insere no contexto de velocidade espantosa de transformação do planeta no segundo pós-guerra e da crise de ciência social, que não consegue dar conta do movimento da sociedade e das novas estruturas de poder nem propor soluções para o futuro. Novas problemáticas têm que ser incorporadas à explicação da crescente globalização e complexidade do mundo na era tecnológica.

A busca de novos paradigmas da ciência e o rompimento das barreiras entre as disciplinas – a transdisciplinaridade – parecem hoje tornar-se uma exigência, e o rompimento de barreira entre a Geografia e a Geopolítica numa perspectiva crítica, integrado à natureza holística e estratégica do espaço, pode representar um passo importante nesse caminho, pois que o poder e o espaço e suas relações são, sem dúvida, problemáticas contemporâneas significativas.

Cada vez mais o controle do espaço é utilizado como forma de alternativa de controle social. O modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder. No caso específico do Brasil, reconverteu-se o espaço brasileiro nas duas últimas décadas sem que a sociedade tenha se apropriado do conhecimento desse processo, dados a sua rapidez e o fechamento da informação pelo governo autoritário. Pensamos hoje uma organização do espaço que não existe mais, e a perda desse saber estratégico constitui perda de poder e empecilho à gestão democrática do território.

Para avançar na recuperação da dimensão política do espaço, contudo, é necessário superar as concepções naturalizadas que têm imobilizado a contribuição maior a essa análise: os determinismos geográfico e econômico.

A Geografia Política, de Ratzel (1897), representou, sem dúvida, um avanço na teorização geográfica do Estado. Ratzel foi dos poucos geógrafos a assumir explicitamente o

ⁱ Artigo anteriormente publicado na Revista Brasileira de Geografia, vol. 50, nº2, número especial, 1988, p.99-125. Agradecemos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - por ter concedido a permissão para republicação do artigo.

ⁱⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

valor estratégico do espaço e da Geografia. Sua obra pode ser considerada como o primeiro momento epistemológico da Geografia (RAFFESTIN, 1980), ainda que, sob influência do contexto histórico marcado pela consolidação e expansão dos Estados-Nação europeus, só, tenha proposto uma concepção unidimensional e naturalizada do político, encarado exclusivamente pelo Estado como um fato dado e fortemente condicionado pelo solo de seu território.

Mas a herança de Ratzel, embora por alguns exacerbada, foi, em geral, negada pelos geógrafos, que, ao recusarem sua concepção determinista, negaram também toda a sua riqueza teórica. Sua herança foi por outro apropriada. A legitimidade científica para a prática estratégica estatal, que crescente e sistematicamente instrumentalizada o espaço (e o tempo) visando objetivos econômicos e de controle social, passou a ser dada por uma nova disciplina, a Geopolítica, criada em 1917 a partir da apropriação justamente do organicismo contido na obra de Ratzel e também das informações descritivas e “apolíticas” produzidas pelos geógrafos. As deformações da Geopolítica nazista afastaram, ainda mais, os geógrafos dessa reflexão teórica, embora muitos, em sua prática, não deixassem de colaborar com o aparelho do Estado no planejamento da guerra e/ou do território.

Permaneceu, assim, a Geografia à margem de todo um conjunto de técnicas e de um saber que instrumentalizam e pesam o espaço a partir da ótica do Estado (e também da grande empresa) – embora com ele colaborando direta ou indiretamente –, o que certamente a esvaziou de seu conteúdo.

Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior, ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria Geografia, que foi, assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e trazer esse conhecimento para debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupações, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica.

Embora essa conscientização se faça sentir na retomada dos estudos de Geografia Política e Geopolítica na década de 1970, inclusive pela criação de um grupo de trabalho sobre “O Mapa Político do Mundo” na União Geográfica Internacional, em 1984, a questão teórica está longe de ser resolvida.

Dentre esses estudos, desenvolvidos com as mais variadas abordagens, e temáticas, destacam-se duas contribuições. A de Lacoste, que privilegia a Geopolítica e o potencial político do espaço; sua proposta, contudo, é mais metodológica do que teórica. A de geógrafos neomarxistas, que, por sua vez, privilegiam a teorização da Geografia Política à luz do materialismo histórico, mas reduzem o Estado e o espaço a meras derivações do econômico; é o determinismo econômico e, mais uma vez, uma concepção naturalizada e unidimensional do poder.

A naturalização do Estado e do espaço pelo determinismo geográfico e a reação extrema a essa postura criam, assim, um impasse para a análise das relações entre o espaço e o político e a sociedade em geral. Ora se considera o espaço como determinante da ação humana e o Estado como única fonte de poder, ora se nega essa determinação substituindo-a pela econômica, mas sem precisar o papel do espaço e do Estado nessas relações (BECKER, 1983). E mais: tal impasse é simplificador do real, na medida em que não abre espaço para a identificação de novas fontes de poder e para a imprevisibilidade dos processos sociais.

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder.

A tentativa desse resgate é aqui apresentada em questões que constituem a nossa prática atual de pesquisa, sem a menor pretensão de esgotá-las. Pelo contrário, sabemos que é amplo o escopo de nossa discussão e que nesse procedimento são inevitáveis os desníveis no aprofundamento dos temas tratados; mantivemos, contudo, essa opção com o intuito de explorar interconexões de processos geopolíticos globais e específicos no Brasil. Na primeira parte do trabalho discutimos questões que constituem nossas hipóteses gerais: a impossibilidade de pensar a Geopolítica hoje sem considerar a imbricação da Ciência e Tecnologia com as estruturas sociais do poder e sem considerar as práticas e movimentos sociais atuantes em diferentes escalas. Essas questões são a base para a interpretação do projeto geopolítico do Brasil sob a questão do Estado autoritário, tratado na segunda parte. Finalmente, na terceira parte retomamos as questões iniciais e colocamos novos horizontes, referentes à tendência à gestão privada do espaço.

Questões para a Reconstrução da Geopolítica no Final do Século XX ¹

Resgatar não significa negar, e sim reler criticamente, aceitando o que se considera uma contribuição e descartando o que se considera inaceitável. A postura metodológica aqui adotada para tal releitura é a que privilegia a construção do objeto de estudo, e não a do objeto em si. A Geopolítica não está dada – ela é construída hoje, no atual período histórico, pelo trabalho humano tanto material quanto intelectual e, assim produzida, tem movimento e abertura para o indeterminado, que é essencialmente político. Trata-se, portanto, de reconstruir o processo de sua produção material e intelectual no final do século XX, detectando as forças que nele atuam.

A herança ideológica da Geopolítica corresponde a hipóteses geoestratégicas sobre o poder mundial que seguem dois princípios básicos: são concentradas no Estado-Nação e atribuem o poder à Geografia concreta dos lugares.

Centrar as hipóteses no Estado-Nação é tratá-lo como a unidade exclusiva de poder mundial. O mundo é visto segundo a perspectiva de um Estado – na verdade, as potências que disputam o poder no cenário internacional – que constitui o ponto de referência para a ordenação dos demais; tais modelos são expressões de sentimentos nacionais, mas também um instrumento que visa informar a opinião pública a influir na política externa dos países. Atribuir o poder à configuração das terras e mares e ao contexto dos territórios, por sua vez, é seguir o princípio do determinismo geográfico e omitir a responsabilidade humana na tomada de decisão política, inclusive a dos Estados, que, na verdade, moldam a geografia de seus territórios.

Certamente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E, certamente, o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares, e sim por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais.

No entanto, o poder está longe de ser explicado pela ciência; é ainda um enigma. Relação social difusa, teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes, e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada. O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição para a reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sócias; ele é produtor e reproduzidor das relações de produção e da dominação. Daí o controle crescente do espaço como forma de controle social.

É, portanto, no contexto da instrumentalização do espaço – e do tempo –, bem como do reconhecimento de sua potencialidade, que se pode resgatar a dimensão política da Geografia contida no projeto original e posteriormente renegada.

O que se desvenda sob a cortina de fumaça do discurso do “destino geográfico manifesto” da Geopolítica é que: a) na essência da relação do poder hegemônico com o espaço jazem imperativos estratégicos; b) estes estão intimamente associados ao Estado, forma histórica de organização da sociedade; c) por sua vez, traduzem a relação histórica do Estado não só com o poder econômico, mas com a guerra – externa e interna, de controle social – e com o poder político-ideológico. É bem verdade que a religião é também, historicamente, um poder, embora não possa aqui ser tratada devido a limitações de nosso próprio conhecimento.

Se tais revelações, com toda sua crueza, são realidades incontestáveis que devem ser desvendadas e trazidas para o debate na sociedade, torna-se necessário referenciá-las a pelo menos duas questões, fontes de poder, que neste final do século XX tendem a reverter a economia, a guerra, o Estado e o próprio espaço: a questão tecnológica e a questão territorial.

A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno. Como se imbrica ele com as estruturas globais do poder? Como afeta a natureza e o destino do Estado? E como as estratégias espaciais são instrumento e condição das novas relações de poder? Por um lado, o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais põe em cheque o poder do Estado; por outro lado, ela revive a questão nacional relacionada à guerra, na medida em que há evidência da emergência de uma ordem mundial militarizada vinculada à decisão de gastos governamentais, dos Estados-Nação, com considerações estratégicas próprias não como atores isolados e, sim, como partes de um sistema interdependente de Estados-Nação. Em outras palavras, o padrão global de produção não é moldado apenas pelas focas de acumulação, mas é codeterminado por uma máquina de guerra mundial que movimenta a tecnologia. Enquanto a produção capitalista dá origem a um imperativo de acumulação, o sistema de Estados-Nação dá origem a um imperativo de sobrevivência nacional. Paradoxalmente, um espaço de fluxos, de vetores, calcado na comunicação e na velocidade acelerada, tende a superar o espaço dos lugares, as fronteiras e os Estados. As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por elas ignorada e não controlada, em unidades que por seu tamanho e transnacionalidade permanecem acima das pressões sociais e controles políticos, e cujas comunicações e

decisões se pautam em informações e instruções recebidas segundo a posição de cada local na rede de trocas, e não segundo valores sociais e culturais das localidades.

Uma nova dialética se estabelece entre o espaço de fluxos gerenciais, do poder, e o espaço do significado histórico, da experiência, que tende à dissolução.

No entanto, a sociedade e o espaço não são apenas expressão de processos econômicos e tecnológicos, que, na verdade, são resultado de decisões políticas e estratégias organizacionais. As tendências de reestruturação técnico-econômicas do espaço de fluxos devem ser confrontadas com projetos alternativos vindos da sociedade, do espaço territorial.

A questão territorial, por esta razão, é hoje, igualmente, chave, porque abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em que todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias aos processos dominantes na escala nacional e mundial, mas neles atuam. Simultaneamente à transnacionalização, os Estados, com suas especificidades, continuam a ser atores políticos e econômicos, e o Estado-Nação, uma unidade válida de análise, atestando uma dimensão territorial de contradições na dinâmica mundial; por sua vez, vias regionais de formação de crise se intensificam e se estendem à frente de conflitos dos movimentos reivindicatórios organizados em base local. As práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos. Resta saber: terão esses contextos localizados condição de concretizar a multidimensionalidade do poder? Em que medida o controle do território pode favorecer essa concretização?

É no âmbito dessas questões que se coloca a reconstrução da Geopolítica Contemporânea.

Tecnologia e Estratégias de Controle do Espaço-Tempo na Escala Global

A Tecnologia Espacial do Poder do Estado

O Estado sempre se vinculou ao espaço por uma relação complexa que, no curso de sua gênese, mudou e atravessou pontos críticos. Momentos cruciais nessa relação foram: a produção de um espaço físico, o território nacional, que tem a cidade como centro; produção de um espaço social, político, conjunto de instituições hierárquicas, leis e convenções sustentadas por “valores”, onde há um mínimo de consenso, que é próprio do Estado.

O primeiro momento nessa relação foi magistralmente analisado por Ratzel. Particularmente em sua Geografia Política, de 1897, subtitulada a “Geografia dos Estados, no Comércio e da Guerra”, Ratzel propõe o significado da Geografia Política e dá ao Estado sua significação espacial. Torna-o visível geograficamente, teorizando justamente a relação do Estado com o seu território, preocupado que estava em responder ao empenho do aparelho de Estado alemão na sua consolidação e expansão.

Duas atribuições maiores merecem ser regatadas em sua obra:

1 – A Geografia Política como base de uma tecnologia espacial do poder do Estado. A Geografia Política deveria ser um instrumento para os dirigentes que, em contrapartida, aprenderiam a instrumentalizá-la. Ela explica que, para compreender a natureza de um império, é necessário passar pela escola do espaço, isto é, de como tomar o terreno (KORINMAN, 1987). Daí a importância atribuída à Geoestratégia e à concepção da situação geográfica como um dispositivo militar para o geógrafo que analisa o comércio e as relações em geral, a economia, sempre configurada espacialmente, é a guerra; dos fatos do espaço são sempre singulares, cada qual situado na interseção de processos diversos, onde precisamente devem atuar as estratégias.

2 – A busca de leis gerais sobre a relação Estado-espaço. A busca de leis gerais reside na ligação estreita do Estado com o solo, considerado a única base material da unidade do Estado, uma vez que sua população, via de regra, apresenta-se diversificada. Assim, politicamente, a importância absoluta ou relativa do Estado é estabelecida segundo o valor dos espaços povoados.

Como uma forma de vida ligada a uma fração determinada da superfície da Terra, o Estado tem como propriedades mais importantes o tamanho do seu espaço (raum), a sua situação de posição (lage) em relação ao exterior – conceitos-chaves da Geografia – e as fronteiras.

Se o desenvolvimento do Estado é um fato do espaço, Ratzel admite que seu laço com o solo não é o mesmo em todos os estágios da evolução histórica; em sete leis do crescimento do Estado, estabelece que o crescimento deste depende de condições econômicas e da incorporação de novos espaços, e é tarefa do Estado assegurar a proteção de seu espaço através da política territorial.

A concepção organicista de Ratzel não se restringe a comparar o Estado a um ser vivo. Ela reside na naturalização do Estado, entendido como única realidade representativa do político, única fonte de poder. Todas as categorias de análise procedem de um só conceito; Estado e nação se confundem em um só ator, o Estado indiviso, como algo natural, preestabelecido, não se concebendo conflitos a não ser entre Estados (BECKER, 1983).

Isso não elimina sua contribuição básica sobre a tecnologia espacial do poder e sobre a relação Estado-espaço naquele período histórico. Um segundo momento crucial na relação Estado-espaço se configura no segundo pós-guerra, não previsto por Ratzel.

A instrumentalização do espaço como meio de controle social está também associada à consolidação dos Estados-Nação no século XIX como o capitalismo industrial, quando o Estado muda de feição, passando a um Estado de governo. Crescimento populacional, Economia Política e dispositivos de segurança são o tripé em que se apoia a nova forma de poder, a governamentalidade. Associada a essa mudança, desenvolve-se a disciplina necessária à ação com o coletivo. E disciplina é, sobretudo, uma análise do espaço de como dispor as coisas de modo conveniente de forma a controlá-las para alcançar os objetivos desejados (FOUCAULT, 1979). Esse processo culmina no segundo pós-guerra.

A partir de então uma profunda mudança de rumo se processa no desenvolvimento histórico do capitalismo, que passa a se reproduzir não mais apenas nas relações econômicas, mas, sim, também nas relações sociais de produção, vale dizer na sociedade inteira e no espaço inteiro. O valor estratégico do espaço não se resume mais aos recursos e posições geográficas. Ele se torna condição da reprodução generalizada e, como tal, o espaço do poder. A partir de então, o Estado se torna necessário para assegurar as condições de reprodução das relações de dominação, para tanto instrumentalizando o espaço e produzindo seu próprio espaço, o espaço estatal (LEFEBVRE, 1978).

Dois elementos essenciais para a relação Estado-espaço se revelam nesse novo momento:

O Estado como relação social. A partir da produção do território nacional, o Estado transforma suas próprias condições históricas anteriores engendrando relações sociais no espaço e produzindo seu próprio espaço, complexo, regulador e ordenador do território nacional. Trata-se da organização da hegemonia ou do poder, no sentido gramsciano de Estado *lato sensu*, e não do aparelho de Estado apenas.

A nova tecnologia espacial do poder estatal. O espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional. É um espaço social, no sentido de que é o conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos. É também um espaço político, com características próprias e metas específicas. Ao caos das relações entre indivíduos, grupos, facções de classes, o Estado tende a impor uma racionalidade, a sua. São os recursos, as técnicas e a capacidade conceitual que permitem ao Estado tratar o espaço em grande escala. Ele tende a controlar os fluxos e estoques econômicos e produz uma malha de duplo controle, técnico e político, que impõe uma ordem espacial vinculada a uma prática e a uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, contraditória à prática e concepção de espaço local de interesses privados e objetivos particulares dos agentes da produção do espaço. Cria, assim, um espaço global/fragmentado, global porque homogeneizado, facilitando a interagilidade dos lugares e dos momentos; fragmentado porque apropriado em parcelas.

Alta Tecnologia, Estratégias Planetárias das Corporações e Nova Forma do Estado

Certamente um novo momento crucial do Estado hoje se configura, não previsto na discussão anterior.

Para muitos autores, estaríamos vivenciando, com as crises de 1966-67 e 1973-75, a fase de estagnação econômica do quarto ciclo de Kondratieff.² Ao que parece, contudo, essas crises foram rapidamente superadas, e vivemos um quinto período de expansão do capitalismo, “global”, caracterizado por um capital de alta mobilidade, livre de fronteiras políticas num mundo financeiramente interdependente, que altera a forma do Estado.

Dois processos inter-relacionados impulsionaram essas transformações: a revolução tecnológica espacialmente na microeletrônica e na comunicação e a crise/reestruturação do capitalismo e da economia mundial.

A revolução tecnológica é um processo de mudança tecnológica caracterizado por uma nova forma de produção baseada na informação e no conhecimento como as maiores

fontes de produtividade. Esse processo específico de produção, baseado na inovação permanente, é identificado como Alta Tecnologia (CASTELLS, 1985) e não constitui apenas uma nova técnica de produção, mas sim uma nova forma de produção e, portanto, de organização social que ocorre no contexto da reestruturação do sistema econômico.

Vive-se, portanto, uma fase atual não mais apenas de crise generalizada, mas também de implementação da política econômica para a reorganização das bases do modelo de acumulação, um novo modelo econômico forjado nos EUA e na Europa, e imposto aos países periféricos pelas exigências do Fundo Monetário Internacional – FMI para refinanciamento do pagamento das suas dívidas.

A essência do novo modelo pode ser identificada por algumas tendências associadas ao vetor científico-tecnológico moderno que correspondem a uma nova estrutura de poder e novas estratégias espaciais, ainda que elas se manifestem como feições variadas como parte de um processo desigual e combinado:

1 – A crescente internacionalização da economia capitalista e a tendência mais global, conduzida pelas corporações multinacionais. Não se trata mais apenas de sua extensão planetária e de um mercado unificado, mas, sim, de total interdependência das economias nacionais ao nível do capital, do trabalho e do processo produtivo, e da emergência de uma nova divisão internacional do trabalho em que nações e países deixam de ser as unidades econômicas de nova realidade histórica.

2 – As estratégias planetárias. Tal internacionalização é assegurada por um crescimento interativo entre elementos dissociados de conjuntos de escala planetária controláveis por meio da comunicação. A escala planetária de atuação é possível pela redefinição da relação capital-trabalho decorrente do aumento da produtividade com grande redução dos custos do trabalho pela automação pela segmentação da produção. O desenvolvimento tecnológico da produção e do transporte e a estandarização de processos produtivos tornam a corporação independente do seu ambiente imediato, permitindo-lhe tirar partido da diversidade do espaço e combinar recursos em escala planetária. Fica, assim, facilitada a divisão espacial do trabalho, dissociando-se espacialmente as operações e a produção de algo nível, que exigem trabalho altamente qualificado e se localizam em áreas limitadas – as “cidades mundiais” – das operações de rotina, que utilizando trabalho não qualificado podem se estabelecer em variada gama de localidades, em construções gigantescas, cuja justaposição à vida local implica profundas clivagens ambientais e sociais.

3 – A nova forma do Estado. O fortalecimento do poder das corporações representa a perda de poder pelo Estado, na medida em que os países deixam de ser unidades econômicas de realidade histórica e o Estado perde o controle sobre o conjunto do processo produtivo, fato agravado nos Estados subdesenvolvidos pela dívida externa. Sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se sobremaneira a fragmentação do espaço nacional pela apropriação e gestão privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas (BECKER, 1983, 1984, 1987).

Por outro lado, se os Estados deixam de ser as unidades econômicas da nova realidade histórica, eles se mantêm como unidades políticas, condicionando as reestruturação

econômica, que tende a ser modelada pela acentuação da tendência histórica-política da preparação para a guerra.

Devido à implicação política de se reposicionar numa economia mundial crescentemente internacionalizada e estruturada pela alta tecnologia, os governos nacionais não podem se limitar ao seu papel tradicional. Os estados entram na arena de reestruturação econômica como uma preocupação de competição, procurando recuperar a iniciativa que perderam para o setor privado, usando seus recursos e sua influência como atores políticos nacionais e atores econômicos internacionais, inclusive através da formação de blocos econômicos.

O intervencionismo econômico do Estado se acentua, mas ele muda de forma e contexto: se no período de crescimento econômico provia investimentos de capital e de bem-estar social, favorecendo a acumulação, mas também a redistribuição, hoje, em face da inflação, das dívidas e da crise fiscal, atua no sentido da acumulação seletiva e do reforço militar, base da nova política industrial nacional.

A expansão da Alta Tecnologia é, pois, uma consequência direta da militarização da economia, embora esta, na verdade, não seja resultado da Alta Tecnologia: a reestruturação do Estado precede e determina a reestruturação da economia.

Cronopolítica: Velocidade, Máquina de Guerra Mundial e o Estado de Segurança Nacional

O desenvolvimento científico-tecnológico retoma e acentua de forma impiedosa a relação histórica do Estado com a guerra e com o espaço.

A guerra é um fenômeno básico da organização social e do espaço desde que o Estado se constituiu na antiguidade. Ele desenvolveu, então, a guerra como uma organização, uma economia territorial. Na guerra antiga, a defesa consistia em retardar. Daí a importância da Geopolítica, isso é, de dispor o espaço geográfico convenientemente, de organizar a população de um território, de criar cidades fortificadas. A origem da sedentariedade urbana pode estar associada não ao mercantilismo, mas à guerra ou à sua preparação, à defesa, enquanto organização de um espaço. Foram a muralha, o baluarte, a fortaleza que instituíram a cidade permanente, o comércio surgindo somente após a chegada da guerra ao lugar. Daí a validade da contribuição de Lacoste ao desvendar que a Geografia “serve antes de tudo para fazer a guerra” (1976).

Após a Segunda Guerra mundial, não é mais a batalha, mas sim a logística, i.e., a preparação contínua dos meios para a guerra permanente, que tende a reorganizar o planeta, a dissolver o espaço, o político e o pensamento social (VIRILIO, 1984).

A partir daí a questão se deslocou: não é mais uma questão de Geopolítica, e sim de Cronopolítica, do poder da velocidade acelerada e do controle do espaço-tempo; Com a aceleração da velocidade, não se trata mais da Geografia como mensuração do espaço. Desde o segundo pós-guerra entramos numa outra análise do espaço, a do espaço-tempo: a Geografia do tempo, do dia, da velocidade, e não mais do dia meteorológico.

O poder da velocidade acelerada alterou a guerra, correspondendo ao triunfo da logística, uma nova fase de inteligência militar em que se distinguem três fases. A primeira é a tática, que remonta as sociedades de caça; a tática é a arte de caça. A segunda

é a da estratégia, que aparece junto com a política – política no sentido de polis – a cidade grega –, com o estrategista que governa a cidade, a organização de um teatro de operações com muralhas e todo o sistema político-militar da cidade tradicional. A tática continua, mas a estratégia tem supremacia, o que explica também o desenvolvimento das elites militares, particularmente dos cavaleiros. Nos anos 70 do século passado surge a economia de guerra que culmina com a bomba nuclear da Segunda Guerra, a surpresa científica para o próprio Estado, reveladora de uma poderosa preparação de meios por um grupo do Estado. A partir daí, é o triunfo da logística sobre a estratégia, logística entendida como procedimento pelo qual o potencial de uma nação é transferido para suas forças armadas, tanto em tempo de paz como de guerra, e que se pode expressar num fluxograma de um sistema de vetores de produção, transporte e execução.

Desenvolve-se, assim, um fenômeno de guerra ligado à possibilidade de usar a arma final e à sua preparação logística, que tende a reconverter o planeta na medida em que:

1 – O triunfo da logística é o triunfo da “classe militar” e da velocidade da expedição. Classe militar não no sentido de uma casta, mas de uma lógica militar difusa; a essência da guerra domina a tecnologia, a ciência, a sociedade, o político e inclusive os próprios militares, que também estão desaparecendo na tecnologia e na automação da máquina de guerra, espécie de inteligência desenfreada, sem limites.

A questão da guerra se resume à questão da velocidade, de sua organização e produção; é o domínio da lógica da corrida. A máquina de guerra não são apenas explosivos, e nela não é o poder destrutivo da arma o que mais conta, e sim os vetores, os veículos de velocidade e de destruição absoluta e imediata. O que mais conta é a velocidade, que, continuamente desenvolvida, conduz à automação e à instantaneidade da destruição. Este é o lado negativo da tecnologia: ditar sua própria lei, superando os homens.

2 – O triunfo da logística sobre a estratégia é o triunfo da Cronopolítica sobre a Geopolítica. A tecnologia é uma fábrica de concentração do tempo e do espaço, permitindo hoje pensar não só na instantaneidade como na ubiquidade.

A contração da distância tornou-se uma realidade estratégica de consequências econômicas e políticas incalculáveis, pois que corresponde à negação do espaço. O valor estratégico do não lugar da velocidade supera o valor estratégico do lugar, e a questão da posse do tempo renova a questão da apropriação do território. Entendida a estratégia como a escolha de pontos para a aplicação de força, esses pontos hoje não são mais apenas de apoio geoestratégico: a localização geográfica perde o valor estratégico em favor da deslocalização do vetor em movimento perene.

É a ditadura do movimento e a contestação do lugar. E o efeito negativo da velocidade e da guerra permanente não se restringe à destruição do espaço-tempo das sociedades, da territorialidade, e esta é uma questão final deste século.

3 – O triunfo da logística e da contração do tempo e do espaço marca o fim do político, da guerra clássica e do Estado-Nação, relacionado ao desaparecimento da territorialidade. Tende-se a um Estado militar, universal. Se a guerra é permanente, a política perde sua função clássica de negociação de conflitos, exercida quando tinha o tempo e o espaço a

seu lado. É o fim de uma concepção política fundamentada no tempo para reflexão e na inserção de leis na formação de uma região, uma nação, uma cidade.

Simultaneamente, configura-se a sociedade de segurança nacional. O advento da logística acarreta o não desenvolvimento da sociedade no sentido do consumo civil em todos os países, e não só nos subdesenvolvidos. O não crescimento da sociedade caminha com o crescimento do Estado militar a-nacional. Sob a estratégia de dissuasão, as instituições militares não lutam mais entre si, tendem a lutar com as suas sociedades civis; de um lado, para exigir fundos necessários ao desenvolvimento infinito de seus armamentos, e de outro, para controlar a sociedade.

A ascensão dos militares na América do Sul e na África não seria, portanto, um arcaísmo, e sim a prefiguração do que está destinado às sociedades ocidentais. Ali se constituem os laboratórios da sociedade futura. Além disso, a ascensão dos militares ao poder ocorre em nome de ideologias indiferentemente reacionárias ou socialistas. O que domina no sistema mundial não é mais a ideologia, mas a ordem militar, não importa se socialista ou capitalista, pois que não se trata mais ordem política (VIRILIO, 1984).

Poder Multidimensional e Prática Espacial: Uma Proposta sobre o Significado Estratégico do Território

A hipercentralização do poder nas multinacionais e na classe militar, associada ao domínio do vetor científico-tecnológico moderno e a uma nova escala e um novo ritmo de instrumentalização do espaço e do tempo, tende a retirar das sociedades a capacidade de autorregulação.

No entanto, outros movimentos se configuram, relacionados à organização e resistência sociais em todas as escalas de análise, não contemplados nas questões que focalizam a macrofísica do poder, dominante na escala global.

Em contrapartida, a tamanha reconversão do espaço e os movimentos reivindicatórios para uso do espaço tornam-se um fenômeno mundial; não se resumem às reivindicações por trabalho, mas sim também pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana. No cerne desses movimentos está um conflito agudo pelo espaço e, no espaço, a oposição entre o espaço que se tornou valor de troca e o espaço que permanece valor de uso, de usos múltiplos do espaço vivido pela população. E, nesse contexto, a questão territorial começa a se colocar para cada um e para todos; coletividades, vilas, regiões, nações (LEFEBVRE, 1978).

A Geopolítica do Estado-Nação da corporação econômica e/ou militar esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem privilegiando o concebido em relação ao vivido. No entanto, o Estado e o capital não são entidades, e sim relações sociais multidimensionais de poder em todos os níveis, que se impõem para superar o determinismo da concepção unidimensional do poder e a dicotomia concebido/vivido (RAFFESTIN, 1980; BECKER, 1983). E no momento em que se privilegiam as relações multidimensionais do poder, privilegia-se a prática espacial e o território, não mais apenas do Estado-Nação, mas do diferentes atores sociais.

Regatando as questões acima, levando em consideração a multidimensionalidade do poder e com base em nossa própria prática de pesquisa, é possível propor hipóteses

sobre o significado estratégico do território e de seu controle, bem como sobre as escalas em que este atua.

Territorialidade e Gestão do Território

Considerando necessário reconhecer modos e intensidades diversos da prática estratégica espacial, distinguimos territorialidade e gestão do território, duas faces, conflitivas de um só processo de reorganização política do espaço contemporâneo (BECKER, 1988a).

1. Significado da Territorialidade.

- a. O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizando como meio para sua prática (RAFFESTIN, 1980);
- b. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, i.e., o território (SACK, 1986). É a face vivida do poder;
- c. A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, i.e., numa identidade de base territorial (BRODEUIL e OSTRO-WESKY, 1979); e
- d. A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

2. Significado da Gestão do Território.

- a. Gestão é um conceito associado à modernidade: é a prática estratégica científico-tecnológica que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade;
- b. A gestão é eminentemente estratégica: segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas – e um princípio de realidade, das relações de poder, i.e., de absorção de conflitos, necessários à consecução de suas finalidades; envolve não só a formulação das grandes manobras – o cálculo das forças presentes e a concentração de esforços em pontos selecionados – como dos instrumentos – tática e técnicas – para execução;
- c. A gestão é científico-tecnológica: para articular coerentemente múltiplas decisões e ações necessárias para alcançar as finalidades específicas e dispor as coisas de modo conveniente, instrumentalizou o saber de direção política, de governo, desenvolvendo-se, hoje, como uma ciência;

- d. Como estratégia cientificamente formulada e tecnicamente praticada, a gestão é um conceito que integra elementos de administração de empresas e elementos governamentais (Foucault, 1979);
- e. A gestão tende a se identificar com a logística, no sentido da poderosa preparação de meios e da velocidade de sua atuação, referente esta não só à rapidez como à projeção para o futuro; e
- f. A gestão do território é a prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo.

As Escalas de Análise – Uma Proposta

A macrofísica do poder – o Estado, a corporação multinacional, a ordem militar – dominou os processos da escala global, planetária, e não atua apenas nela, mas em todas. Por seu turno, não pode ser isolada de processos ocorrentes nas demais escalas. A escala geográfica como princípio de organização é um princípio integrador, focalizando os vários processos em curso de forma integrada, bem como a forma como se manifestam em diferentes ordens de grandeza.

Lacoste, partindo do princípio de que cada fenômeno tem a sua escala adequada de análise, e com o intuito de evitar a subjetividade e a arbitrariedade na demarcação de partes de espaço por vezes fetichizadas, como foi o caso da região e do Estado por muito tempo vistos como únicas escalas de análise, propõe que as escalas sejam estabelecidas segundo ordens de grandeza medidas em quilômetros.

Considerando, contudo, que é necessária uma base teórica para definir e articular as escalas, e segundo a discussão anteriormente efetuada, propomos que as ordens de grandeza sejam definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, áreas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentânea, e cuja articulação com os demais níveis se faz através de conflitos e de sua superação, i.e., através das relações de poder. Segundo essa proposição, aberta às imprevisibilidades do corpo social, é possível, hoje, distinguir as seguintes escalas:

1. O espaço cósmico. Corresponde à produção de uma escala extraplanetária pela máquina de guerra mundial, as corporações multinacionais e alguns Estados, no caso do escudo celeste, somente os EUA e a URSS. Trata-se de uma nova fronteira do ecúmeno, científico-tecnológica, povoada por satélites e naves espaciais. Laboratório avançado movido pela logística, é também um posto avançado de gestão do planeta Terra que tende a se constituir como um território no espaço cósmico.
2. O espaço global. Corresponde ao espaço planetário unificado contemporaneamente pelas estratégias conjuntas, embora não isentas de conflitos, da economia mundial, da máquina de guerra e do sistema interdependente de Estados-Nação. Movimentos sociais de origem local e regional têm crescentemente atuado nessa escala, como é o caso dos movimentos ecológico e pacifista e do renascimento do regionalismo europeu, respectivamente.
3. O Estado-Nação. Os Estados-Nação não são meros instrumentos manipulados pela acumulação do capital e a guerra; são também seus produtores e gestores e expressam

- processos em cursos nas escalas intraEstado, o que lhes confere um grau de autonomia relativa manifesto em projetos e políticas nacionais distintos e lhes atribui validade como escala de análise. A ideologia não se resume a uma visão distorcida imposta por interesses de um só grupo social; é um sistema particular de representações sobre o mundo capaz de dirigir o comportamento dos homens numa situação, sistema de representações que, forjado em condições históricas e culturais diversas, é componente fundamental na atitude política diferenciada dos Estados-Nação.
4. A região. A região é fruto da prática dos detentores do poder e da prática social coletiva. Corresponde a um nível de agregação das comunidades locais no interior do Estado-Nação que têm em comum diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade da população com seus territórios. Esta manifesta numa finalidade social e política própria que determina contradições e modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico.
 5. O lugar. Corresponde à escala local, do espaço vivido das atividades da vida cotidiana, do uso do espaço – da família, da casa, do trabalho, do consumo, do lazer. A escala local é submetida às determinações de todas as demais e nela são mais visíveis as práticas estratégicas dos diferentes atores e mais materiais dos conflitos. Aí também os movimentos de resistência popular têm origem.

Como princípio organizador de análise geopolítica, as escalas geográficas, entendidas como arenas políticas dinâmicas e articuladas, permitem quebrar compartimentações fossilizadas do espaço. E não se trata apenas do Estado e da região. Trata-se também, por exemplo, da visão obsoleta do Terceiro Mundo. Projetos nacionais distintos alteraram a divisão internacional do trabalho, tais como os da URSS e da China, através da via socialista, e do Japão, que tende hoje a uma economia dominante no cenário internacional. Os países “semiperiféricos” ou “de industrialização recente”, como Brasil, México, Coreia, Cingapura, não são mais meros exportadores de produtos primários e importadores de bens manufaturados dos países centrais, representando uma alteração na divisão internacional do trabalho e o fim de um “Terceiro Mundo” calcado na pretensa homogeneidade de países periféricos. É claro que a pobreza não foi eliminada nesses países, mas há que se reconhecer que a dissolução do “Terceiro Mundo” é em grande parte decorrente de metas nacionais que têm o Estado como ator, e a manutenção desse conceito, hoje, serve a interesses ideológicos perversos.

O Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil. A Gestão do Estado Centralizador

A Geopolítica do Brasil deve ser compreendida, historicamente, a partir da constituição do Estado nacional após a Independência e do seu papel essencial e crescente na formação de um país-continente cuja organização econômica, social e política foi forjada sob o domínio colonial.

A insuficiência da iniciativa privada nacional, de uma classe burguesa *stricto sensu* – devido à fraca disponibilidade de capital e de potência empresarial ou à falta de interesse –, a ideologia nacionalista, que coloca, a independência política no cerne da identidade

nacional, e a motivações políticas e estratégicas quanto à unificação do território e da estrutura do poder em face dos interesses agrários regionais são alguns dos elementos que explicam a presença marcante do Estado brasileiro, que não pode ser reduzido a mero instrumento ou reflexo do capital privado (BECKER, 1986).

É a esse papel crescente do Estado na conformação da sociedade e do espaço nacional que se vincula a Geopolítica brasileira, e não ao “destino manifesto” de grande potência determinado por sua geografia, tal como fazem supor obras e gerais que justificam a forma autoritária de atuação estatal. Isto não significa que os militares não tenham um papel importante na constituição do próprio Estado e da sua Geopolítica, inicialmente na construção do espaço físico do Estado, o Território Nacional, e, recentemente, construindo o espaço político.

A constituição das Forças Armadas – FA foi parte ativa e integrante da história recente do país, particularmente na Proclamação da República. Atuando na conquista, defesa e ratificação das fronteiras e na sustentação da unidade territorial interna, em resposta aos diferentes interesses e pressões regionais, as Forças Armadas imperiais articularam-se profissionalmente. Parte da oficialidade média do Exército integra-se à nascente classe média urbana na luta pela valorização do trabalho não manual e pela conquista de um espaço no aparelho de Estado, rompendo com os critérios de recrutamento calcados em relações de favor.

Foi essa classe média que promoveu e dirigiu a transformação do Estado brasileiro, e os militares tiveram papel central nesse movimento, que não mudou a natureza de classe do Estado, mas sim sua forma, na medida em que se abre a membros de outras classes sociais (SAES, 1985). A modernização conservadora parece constituir-se, então, como um traço característico da transformação do Estado e da sociedade brasileiros.

Nesse processo, desenvolveu-se na corporação militar uma autopercepção de fundador da Nação, do Estado moderno e da ordem nacional que justifica e autolegitima a sua intervenção política relativamente autônoma em relação a qualquer governo ou circunstância institucional.

Na medida em que se configuram problemas não só de relações exteriores, mas de desenvolvimento na escala nacional, acentua-se o papel do Estado e dos militares. O nacionalismo torna-se um importante fator de expansão do Estado, e o nível de intervenção estatal é uma condição fundamental no processo de constituição do Estado. Processo que decorre do cruzamento da ideologia – condiciona a atitude e a doutrina nacionalista do governo – e da economia, isto é, da pressão da realidade, e que resulta no paradoxo de uma ideologia liberal, expressa ao nível de discurso, e uma prática de intervencionismo estatal. Processo em que a constituição do Estado precede a constituição da Nação (Becker, 1986).

Não é, portanto, de admirar que a Geopolítica brasileira remonte às décadas iniciais do século XX, precedendo o estabelecimento da Geografia como disciplina acadêmica, com os estudos pioneiros de Everardo Backheuser (1926), fortemente influenciado por Ratzel e as teorias orgânicas do Estado de Kjellen, e de Delgado de Carvalho (1929), pelo contrário, influenciado pela escola francesa de Vidal de la Blache.

O nacionalismo com intervenção estatal e a modernização se firmam com a nova crise mundial de 1929 e o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o Estado se apropria de meios de produção essenciais ao desenvolvimento nacional – energia, minas,

transporte, parte da siderurgia e do crédito – e implanta a indústria de base – a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, com apoio do capital estrangeiro.

Paralelamente, multiplicam-se os estudos de Geopolítica nas décadas de 1930 e 1940, desenvolvidos principalmente por professores de colégios militares, destacando-se, dentre eles, Mário Travassos, com a sua “Projeção Continental do Brasil”. O tema central desses trabalhos era uma nova interpretação geopolítica da história brasileira, focalizando a marcha para o oeste do Estado, desde sua origem na costa atlântica, e enfatizando a necessidade de o Brasil continuar sua projeção para o oeste, especialmente ao longo de dois eixos, um em direção à Bolívia e o outro à Amazônia. A expansão política para o ocidente do século XIX (Acre) deveria ser seguida de ocupação efetiva e integração espacial, revitalizando as “fronteiras mortas” e tornando-as “vivas”. Esse desenvolvimento interno era associado à ascensão de grandeza continental para o país, o que era visto pelos Estados vizinhos como ameaça e expansionismo.

Mesmo após a institucionalização dos cursos de Geografia nas universidades e da fundação do IBGE na década de 1930, foi muito reduzida a interação entre as tradições geográfica e geopolítica no Brasil. Os geógrafos, embora atuando fortemente no planejamento nacional, na década de 1940 e início de 1950, reagiam contra a “pseudociência” Geopolítica. Os geopolíticos, embora repudiando o determinismo da tradição geopolítica alemã – para tanto adotando enfaticamente os pontos de vista possibilistas de Vidal de la Blache –, na verdade, não deixaram de ter uma visão orgânica do Estado e suas fronteiras (HEPPLE, 1986).

A partir da Segunda Guerra Mundial, período marcado pela imbricação da Ciência e Tecnologia, com as estruturas sociais do poder, e pelo planejamento, constitui-se no Brasil um novo padrão de inserção na ordem política planetária. Se o papel político e a relativa autonomia da burocracia estatal, particularmente dos militares, foram uma constante na história recente do país, eles se alteram qualitativamente, manifestando-se num projeto geopolítico para a modernidade do Brasil.

Modernidade que não diz respeito apenas à modernização, mas ao domínio da racionalidade em todos os setores e no pensamento social. Projeto que não se refere apenas à Geopolítica, nem a uma única coordenada sistematização, mas a vários projetos que emanam de diferentes segmentos sociais, ressaltando, no caso do projeto geopolítico, o projetos distintos entre as FA, mas que terminam por convergir num projeto governamental gerido por militares.

Nesse contexto, o Estado assume um papel cada vez mais abrangente, pois que se entende que só ele poderá, através de um planejamento racional, acelerar o ritmo de desenvolvimento, permitindo ao país ingressar na nova era. E a partir de então a atuação do Estado não se reduzirá à conquista e defesa do território, e nem a uma atuação setorial e pontual; ela passa à produção do seu espaço político, sendo assim sistemática e com vistas a todos os setores de atividade e a todo o espaço nacional.

Vários estudos analisam o significado do pensamento militar no regime autoritário, com posições discordantes. Para Stepan (1973), o pensamento militar se desloca do “velho profissionalismo”, preocupado com a defesa do território e, grosso modo, politicamente neutro, para um “novo profissionalismo”, preocupado com a segurança e o desenvolvimento interno e mais diretamente político. Na verdade, a questão vai além dessa discussão – as Forças Armadas deixam de ser uma “burocracia em armas” para

passarem a ser os planejadores e gestores armados de um projeto científico-tecnológico nacional (BECKER e BARTHOLO Jr., 1987).

Expressando o novo projeto em gestação e nele visando influir na Escola Superior de Guerra, estabelecida em 1949 com o apoio dos EUA, segundo moldes da Escola Nacional de Guerra americana e do Instituto Francês de Altos Estudos da Defesa Nacional (daí apelidarem-na de “Sorbonne”), o pensamento militar se concretiza na formulação e na aplicação prática da Doutrina de Segurança Nacional – DSN, planejamento estratégico previsto com técnica a ser utilizada inicialmente no campo da Política de Segurança Nacional, mas cujo aprendizado deveria ser estendido aos demais setores da atividade no país.

É na obra do General Golbery do Couto e Silva (1955, 1967 e 1981) que se encontraram mais explícitas as bases doutrinárias do projeto geopolítico da modernidade no Brasil, desenvolvidas pelo General Carlos de Meira Mattos na década de 1970 (1975, 1977, 1980). Iniciado antes do golpe militar de 1964 que pôs em prática sistematicamente, o projeto assume novas feições a partir dos anos 1970, quando, em face da tensões internas e da prioridade de produção de tecnologia, o governo é transferido para os civis através de transição política, e os militares passam a participar diretamente na implantação de um complexo científico-tecnológico-industrial, em que o setor bélico é parte expressiva.

Como base da estratégia e da prática do novo papel dirigente do Estado, a Geopolítica brasileira se altera consideravelmente. Sem abandonar as preocupações tradicionais de integração do Território Nacional, e sem abandonar os princípios gerais da Geopolítica, o General Couto e Silva amplia o seu escopo em vários pontos e gera um pensamento geopolítico nacional: uma visão global, e não mais apenas continental, é agora o quadro de referência para o Brasil; uma visão ampliada da Geopolítica em termos de preocupação com teorias realista sobre a natureza do Estado e o papel da política e do poder, em torno do tema central do conceito de Segurança Nacional; este, relacionado ao desenvolvimento, é entendido não mais apenas no sentido restrito militar ou econômico, mas num sentido político muito mais amplo e num sentido técnico, de planificação e racionalidade: uma preocupação não mais apenas com relações externas do Estado, mas com a segurança interna; enfim, uma preocupação com a especificidade do papel do Estado nos países subdesenvolvidos e, no Brasil, país entendido como um dos bastiões-chave dos valores ocidentais.

Trata-se indiscutivelmente de um pensamento nacional para o crescimento de um Estado subdesenvolvido, o Brasil, segundo o modelo econômico vigente nos países capitalista. É de se notar a antecedência com que foram captadas feições da Geopolítica contemporânea: a questão do tempo acelerado para superar o subdesenvolvimento, as questões tecnológicas da gestão, da logística – guerra permanente, contida nos conceitos de Poder Nacional, e no novo significado da Estratégia –, dos conflitos internos. São de se notar, também, as ambiguidades contidas nesse pensamento – a necessidade de um planejamento democrático e, ao mesmo tempo, a necessidade de restrições à cidadania e ao bem-estar social e a total exclusão da participação social no projeto.

Esse pensamento e sua prática são sumariados a seguir.

Fundamentos Doutrinários do Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil

Uma Visão Global e Planificada – O Mundo sob Guerra Ideológica e Tecnológica

A essência modernizante do projeto repousa na visão de uma nova fase histórica que se caracteriza por uma perspectiva de universalização decorrente da interação acelerada e da extensão do fenômeno, antes bem limitado, da guerra – guerra fria e guerra interna –, real ou potencial, global e permanente, altamente mecanizada e técnica, que impõe um estado de alarmante gravidade ao planeta.

A chave para interpretar a projeção do mundo que nasce, segundo o General Golbery, é o conflito ideológico, que se manifesta na definição das atribuições e responsabilidades do Estado. Sob duas concepções antagônicas, de um lado, o liberalismo otimista, a negação do planejamento estatal e, no extremo oposto, a ditadura, a tirania do planejamento do Estado, reside uma idêntica compreensão de que nesse mundo complexo, para se alcançar quaisquer objetivos de monta é preciso atuar em larga frente, em ações coordenadas nos vários campos abertos à nossa possibilidade de interferência. O único pensamento compatível com a sociedade moderna é, portanto, para ele, o pensamento planificado, exercendo-se numa posição estratégica em meio a uma estrutura multidimensional de fatos. E, para escapar ao dilema ideológico, é necessário formular em termos precisos um planejamento democrático, síntese dessa oposição dialética, que abre uma nova era para a história da humanidade.

Uma visão Pragmática: os Estados como as Unidade de Poder. Poder Nacional e Guerra

Os Estados foram e continuam a ser realidades indiscutíveis, cada um deles agindo como unidade de poder no cenário internacional, ainda que outras forças atuem – organizações financeiras, econômicas, instituições religiosas. Portanto, será na avaliação realista do Poder Nacional que se fundamentará a Estratégia nesta era de guerra total.

O Poder é a lei única conhecida ou respeitada pelas Nações. E, por sua própria essência, o poder é indefinidamente expansivo, só se detendo em face de um poder mais forte.

Mas o poder é atual e deve ser distinguido do potencial, que é poder futuro. O poder, em última instância, é o poder de fazer a guerra, porque é a guerra, ou sua ameaça, que decide afinal as questões realmente vitais entre Estados conflitantes, e porque é na Guerra que a Nação realiza o esforço máximo de que é capaz. “O Poder Nacional resulta, assim, da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta.”

O fortalecimento do potencial nacional para transformá-lo em poder efetivo é, portanto, meta básica para a segurança dos Estados.

A Segurança Nacional, o Imperativo do Planejamento Estratégico Governamental e as Restrições aos Direitos de Cidadania

Se o fortalecimento do potencial nacional nesse mundo controlado é essencial à Política de Segurança Nacional, “aquela que visa salvaguardar a consecução de objetivos vitais permanentes (objetivos políticos) na Nação contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos, de modo a evitar a guerra se possível for e compreendê-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito”; e se o planejamento é fundamental em todos os setores, nesse campo prioritário para a nação que é a Segurança Nacional, cabe ao governo a responsabilidade total e, pois, o direito incontestável de agir, orientando, mobilizando, coordenando para esse fim todas as atividades nacionais.

A ampliação da esfera das atribuições do Poder Executivo e as restrições aos direitos de cidadania na forma prevista nos textos constitucionais são corolários necessários de toda situação de gravidade para a Segurança Nacional, tal como o estado de emergência atual.

O planejamento da Segurança Nacional é, pois, um imperativo da hora que passa e justifica quaisquer sacrifícios. Num mundo adverso, em que se universaliza o fator segurança, amplia-se a área de Estratégia a ponto de quase absorver em si mesma todas as atividades nacionais, confundindo-se a Estratégia de uma nação com a Política de Segurança Nacional.

O Papel do Estado nos Países Subdesenvolvidos – O Tempo como Fator Crucial e os Sacrifícios Necessários para o Desenvolvimento

O progresso da técnica e da industrialização acelerada rompe a compartimentação espacial e torna os países fortes mais fortes e os fracos mais fracos. Para países subdesenvolvidos ou em etapa ainda nitidamente retardada de desenvolvimento, como o Brasil, não seria possível, segundo o General Golbery, desencadear tão almejado processo auto-acelerador do desenvolvimento sem recorrer a um planejamento racional sob a égide do Estado que coordene, dentro de rigorosa prioridade na aplicação de recursos escassos, tanto as atividades de caráter econômico como político, social e de defesa do país.

Nesses países, a maior vulnerabilidade reside na fraca acumulação de poder efetivo de que podem dispor, limitadas suas potencialidades estratégicas, principalmente pelos fatores estruturais ou conjunturais, tanto endógenos como exógenos, que lhes têm tolhido o ritmo ascensional indispensável para que atinjam a maturidade do pleno desenvolvimento. O planejamento de Segurança Nacional e sua execução nesses países terão, portanto, de se concentrar na aceleração desse ritmo de crescimento econômico.

O planejamento orientado somente para o bem-estar e a justiça social poderia destinar para esses setores maiores investimentos, sem atribuir recursos para inversões de caráter estratégico-militar. Mas as necessidades de Segurança Nacional se identificam com as do bem-estar, exigindo, num país como o nosso, sobretudo a ampliação de infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente envolvida e a atenuação dos grandes desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos.

A luta para sobreviver exige a maximização do crescimento econômico, e essa exigência de rápido crescimento impõe sacrifícios ao povo.

No entanto, o exercício do planejamento, num campo em que a intervenção estatal se justifica plenamente, demonstrará que o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas. A política de Segurança Nacional será “uma verdadeira escola da técnica a aplicar mais tarde quando entrarmos confiantes e resolutos na era da planificação geral, racionalizando por fim as atividades do Estado e coordenando sabiamente, sem quebra dos princípios democráticos, as iniciativas públicas e privadas”... “Mais uma vez a guerra, por si mesma ou pela perspectiva de sua ocorrência, determinará a apuração decisiva de uma técnica nova, para progresso da humanidade”.

A Geopolítica do Brasil: a Barganha Leal e a Integração Nacional

A Geopolítica estabelece proposições de política espacial. Ela não pretende substituir a Estratégia; apenas lhe oferece sugestões e alertas para serem avaliadas com combinação com outras advindas de pontos de vista distintos. Mas a Geopolítica só é válida se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes. Tal a pedra de toque da verdadeira Geopolítica que, se admite princípios gerais, é antes de tudo uma *Geopolítica Nacional*.

Geopolítica nacional, mas elaborada a partir da inserção do Brasil no mundo da guerra fria, que impõe a aliança com o centro de poder dominante do mundo ocidental em nome de um eventual conflito com o bloco soviético e de conter a expansão comunista.

É nesta ambiguidade que se move a Geopolítica do General Golbery, expressa na barganha leal. Em troca da lealdade ao mundo ocidental e ao seu comando, o Brasil teria o apoio deste para se constituir como centro regional de poder no Atlântico Sul. No momento em que os Estados Unidos rompem seu tradicional isolacionismo e se projetam na Europa e na Ásia, e em que sua doutrina de domínio e intervenção no continente americano é substituída por uma segurança coletiva, o Brasil, por sua posição geopolítica no Atlântico Sul e seu imenso território – cujos trunfos são a posição estratégica do promontório nordestino e da embocadura amazônica e os recursos minerais –, pode negociar uma aliança bilateral que lhe assegure, por um lado, os recursos para concorrer na segurança do Atlântico Sul e, por outro, o reconhecimento da sua real estatura nesta parte do Oceano Atlântico, onde, além dele, só contam a União Sul Africana (com graves problemas) e a Argentina.

No que tange à Geopolítica interna, propõe ele a aceleração da integração do território. O grande Planalto Central tem poderosa ação unificadora, e só a Hileia escapa ao seu papel vinculador. O problema que o país apresenta é a concentração do ecúmeno de faixa costeira, em apenas um terço do território, exigindo a incorporação da vastidão inexplorada através de um planejamento cuidadoso de longo prazo e de recursos vultosos para eliminar o perigoso vácuo de poder.

O núcleo central do Brasil, seu verdadeiro coração demográfico e econômico, situa-se em torno do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, de Santos ao sul do Vale do Rio

Doce, balizado pelos vales do Paranapanema, do Paraná e do Paranaíba até as cabeceiras do Jequitinhonha. Desse núcleo partem três grandes penínsulas que se projetam para o nordeste, para o sul e para o noroeste, apenas ligadas por precários istmos de circulação e, mais distantes, inteiramente isoladas, a ilha amazônica.

A grande manobra geopolítica para integração e segurança do território implica concentrar esforços no tempo e no espaço: 1) equipar e reforçar a base ecumênica, articulando-a solidamente de norte a sul; 2) impulsionar o avanço da onda colonizadora para o noroeste a partir do núcleo central, que é a plataforma para penetração e conquista do interior, integrando e equipando o centro-oeste para ser a base avançada da incorporação da Hileia amazônica ou de ações contra um eventual avanço de imperialismo platino; 3) incorporar a Amazônia partindo do centro-oeste em ação coordenada com expansão leste-oeste, seguindo o eixo do rio.

A Estratégia e a Prática do Estado para a Implementação do Projeto

As premissas do projeto geopolítico da modernidade brasileira não são determinadas pela Geografia no país nem se resumem à apropriação física do território. Elas são a justificativa para a consolidação política e o papel dirigente do Estado em todos os setores da atividade e do território, ou seja, para a produção do espaço estatal. Para tanto, o domínio da tecnologia e a instrumentalização do espaço constituem-se condições fundamentais.

Cumprir lembrar que o projeto da modernidade não é exclusivamente geopolítico, nem de um ator apenas, sendo esses recortes que aqui desejamos ressaltar.

Se o projeto geopolítico da modernidade é posto em prática sobretudo a partir do golpe militar de 1964, sob condições autoritárias, ele é gestado e iniciado em pleno regime liberal do pós-guerra, bem demonstrando ser expressão do movimento da sociedade brasileira e não apenas fruto do pensamento geopolítico militar autoritário. O que não significa que os militares não tiveram papel fundamental e crescente na sua formulação bem como na sua implementação e gestão.

Não se trata aqui, portanto, de apontar múltiplas dimensões da ação estatal, já objeto de análise de numerosos e importantes estudos que focalizam, entre outras questões, a modernização do aparato governamental mediante as reformas administrativa e institucional, que geram renda para o governo e multiplicam as agências governamentais; as políticas econômicas que configuram o modelo do tripé – associação do capital estatal, transacional e privado – e estimulam a indústria e o complexo agroindustrial; as políticas territoriais, gerais, regionais e urbanas. Tampouco se deseja focalizar o papel do Estado como financiador e empresário da modernização.

O que se deseja aqui ressaltar é o caráter técnico tanto da gestão estatal como do espaço produzido, i.e., desvendar a importância que assumiu o domínio do vetor científico-tecnológico moderno no projeto geopolítico nacional.

Três momentos podem ser identificados no projeto geopolítico. É ainda no final da década de 1940 que se inicia tanto a sua prática quanto a sua formulação doutrinária. No entanto, tratavam-se de iniciativas não articuladas; até o início da década de 1960, a filosofia de substituição de importações era o motor da industrialização, que agregou

mais mão de obra e energia do que engenharia e concepções, continuando o país a importar tecnologia.

Os marcos principais da priorização da ciência e tecnologia como fatores de aceleração do desenvolvimento e da segurança nacionais sob a direção do Estado situam-se na segunda metade da década de 1960, com o governo autoritário. O domínio do vetor científico-tecnológico moderno torna-se, então, condição de continuidade acelerada do crescimento econômico, como da modernização da direção governamental, que, cada vez mais abrangente, complexa e técnica, assume verdadeiramente o caráter de gestão. Configura-se a ação do governo para P&D (pesquisa e desenvolvimento experimental) em termos de planejamento e incentivos.³

A intencionalidade do projeto geopolítico transparece, então, numa lógica que não segue necessariamente a econômica. A autonomia tecnológica de um país subdesenvolvido passa a ser buscada através de uma ideologia nacionalista, base da articulação entre Estado, empresa e o sistema científico-tecnológico, que permite ao mesmo tempo: a) estabelecer uma ação conjunta de longo prazo, eventualmente contrariando pressões imediatas de mercado; b) respeitar a propriedade dos meios de produção e c) legitimar a atuação do Estado frente ao resto da sociedade (ERBER, s.d.)

Finalmente, na década de 1970, amplia-se a ação direta do governo para a P&D, em termo não só de planejamento e incentivo à empresa estatal e privada, mas de execução, esboçando-se a tendência à política de substituição das importações de tecnologia.

A estratégia espacial para implantação do projeto da modernidade concentra esforços em três espaços-tempo, com práticas específicas: 1 – a implantação da fronteira tecnológica, no núcleo central do país, referente à criação e articulação direta da pesquisa científico-tecnológica aos interesses governamentais.

A fronteira tecnológica é a base territorial do projeto da modernidade implantando no coração do país, particularmente no eixo Rio-São Paulo, ainda em fins da década de 1940. Marco essencial dessa implantação, revelador do papel dos militares como gestores do projeto geopolítico da modernidade, é o Centro Técnico da Aeronáutica – CTA, em São José dos Campos, criado em face da conscientização da aeronáutica como força estratégica – inclusive para a integração territorial –, como base de desenvolvimento tecnológico e fonte de divisa. Como o objetivo de capitação de recursos humanos a longo prazo, com o financiamento a fundo perdido, para responder diretamente aos interesses governamentais antes mesmo da existência de uma indústria aeronáutica no país, ele bem evidencia um projeto geopolítico do Ministério da Aeronáutica (criado em 1941). Para tanto se previu a articulação ensino-pesquisa-indústria. As obras do ITA foram iniciadas em 1947, e seu funcionamento, em 1950; os institutos e departamentos de pesquisa foram sucessivamente implantados; em 1964 se institucionaliza o grupo de estudos de projetos espaciais, e em 1969 é criada a empresa de economia mista EMBRAER, gestada no Departamento de Aeronaves. Em 1971 altera-se sua denominação para Centro Técnico Aeroespacial, contando, para essa mudança de escopo, com o apoio do INPE.

Se o CTA corresponde a um modelo de execução integrada do ensino, P&D e indústria, outros marcos expressivos, na época, são criados no Rio de Janeiro: a Escola Superior de Guerra (1949), base da formulação estratégica do projeto; o CNPq (1951), visando à formação de recursos humanos e presidido por um almirante; o BNDE (1952), garantindo o financiamento para o desenvolvimento tecnológico.

A partir de 1964, e particularmente na década de 1970, torna-se mais evidente a prática do Estado para o desenvolvimento científico-tecnológico que, grosso modo, corresponde a medidas para a articulação da Ciência e Tecnologia aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, articulação que transparece na criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1972; criação de fundos especiais para a pesquisa, tanto universitária como de empresas públicas e privadas; incentivo à articulação entre centros de pesquisa e empresa privada; execução integrada direta da produção de tecnologia por empresa estatais e/ou FA, incluindo P&D e, eventualmente, o próprio ensino.

Os Institutos de Pesquisas Governamentais e a P&D das empresa estatais e das FA nos setores de exploração mineral, energia, siderurgia, telecomunicações, aeroespacial, e mais recentemente na produção de armamentos, tornam-se um elemento-chave no projeto da modernidade. A eles se associam centros universitários como Campinas, São Carlos, USP, UFRJ, para configurar um novo coração tecnológico, no núcleo central do país, balizado pela produção bélica, eletrônica, mecânica de precisão, química fina e pelos centros de Ciência e Tecnologia a ela associados. O novo coração não se resume a uma plataforma para a conquista física do interior e, sim, para a produção do espaço racional do poder estatal, um novo espaço de fluxos, acionados pelo vetor científico-tecnológico moderno.

Cabe ressaltar o Vale do Paraíba paulista como embrião territorial do projeto, a partir da implementação do CTA, em São José dos Campos. Sua implantação no local deveu-se não apenas à disponibilidade de terras amplas e baratas, mas a uma posição vantajosa – a facilidade de comunicação MP espaço de fluxos, a proximidade da indústria paulista, dos centros de comando militar no Rio de Janeiro e, sobretudo, de focos de mão de obra especializada, formada na CSN, em Volta Redonda, nas indústrias de São Paulo e do Vale, nas fábricas e escolas militares e nas universidades regionais e locais. Em contrapartida, o CTA teve um papel fundamental na expansão da fronteira tecnológica nacional, criando um novo espaço de fluxos que tem rebatimento territorial no coração do país e no próprio Vale do Paraíba. O modelo integrado, ensino-pesquisa-indústria, teve pleno sucesso no sentido de se constituir como centro de produção de tecnologia nacional de formação de mão de obra especializada, de criar um verdadeiro complexo aeroespacial à sua volta e de atrair a implantação de novas empresa e estimular a reconversão de outra. Sua articulação com a indústria não se fez, portanto, apenas com a EMBRAER, mas com outras empresas. Segundo Dagnino (1983), muitas delas são de propriedade de/ou geridas por ex-alunos do ITA. Essas empresas, desenvolvendo também P&D, passam a integrar o sistema científico-tecnológico moderno.

É forçoso reconhecer que, na década de 1970, parte do desenvolvimento científico-tecnológico passou a se associar à produção bélica, setor em que o Brasil, em dez anos (fins de 1960 a fins de 1970), passa de importador a quinto exportador mundial (DAGNINO, 1983). É assim que, no Vale, localizam-se novas empresas, como a AVIBRÁS e a ÓRBITA, quase que totalmente voltadas para a produção bélica; é assim que a IMBEL se reativa para a produção de armamentos e explosivos, que novas empresa se implantam a esta articuladas e outras reconvertem parte de sua produção civil para a industrial-militar, das quais o exemplo mais flagrante é a ENGESA.

Não se trata, contudo, de um complexo industrial-militar em termo de estreita articulação interna; trata-se, sim, de um complexo aeroespacial e de uma revitalização do Vale e suas proximidades, em que a indústria de armamentos, associada ao vetor científico-tecnológico moderno, tem papel significativo.

A Rápida Integração Física, Econômica e Política do Conjunto do Território Nacional

A integração do Território Nacional, a partir da fronteira tecnológica, corresponde a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente, completar a apropriação física do território – incorporando o centro-oeste e a ilha amazônica –, unificar, modernizar e expandir a economia nacional e estender o controle do Estado por todas as atividades e todos os lugares, ainda que sob um processo de transnacionalização crescente.

Uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolve. Trata-se da imposição no espaço nacional de uma poderosa malha de duplo controle, técnico e político – correspondente aos programas e projetos governamentais e de empresas públicas e privadas –, a que chamamos de “malha programada” ou “projetada”. Ela se concretiza principalmente: a) na extensão de todos os tipos de redes – viária, urbana, de comunicação, de informação, institucional, bancária, etc.; e b) na criação de novos territórios superpostos à divisão político-administrativa vigente, geridos por instituições estatais ou diretamente pelo governo central e desprovidos dos instrumentos político-institucionais que garantem a representatividade da população. A autonomia da gestão estatal e das empresas é tanto maior quanto menor for o grau de organização alcançado pela população local. Em alguns casos, os territórios das empresas tornam-se enclaves autônomos, verdadeiros Estados dentro dos Estados.

Tal instrumentalização do espaço pelo Estado visou à remoção de obstáculos materiais à expansão capitalista moderna, bem como à remoção de obstáculos ideológicos à centralização do poder. Sob o discurso nacionalista, acelerou a circulação geral e criou condições para eliminar as “penínsulas” demográficas, econômicas e políticas. Incorporando tendências já existentes e impondo novas, o planejamento estratégico envolveu o conjunto do Território Nacional e atuou em várias escalas. Criando novas unidades políticas, induziu a uma nova regionalização, rompendo o espaço anterior à produção de um novo.

O Plano de Metas é a primeira expressão da malha programa. Elaborado em meados da década de 1950, é o primeiro plano racional e global para o território, constituindo um marco para a modernização da economia e a centralização do poder, com grande participação do capital estrangeiro. A temática geopolítica da “marcha Oeste”, dominante nas décadas anteriores, é substituída por outras, sugestivas no novo momento: “energia e transporte”, “cinquenta anos em cinco”. A extensão de redes básicas de integração territorial quebra as barreiras geográficas de mercados regionais isolados, permitindo a unificação do mercado nacional e a afirmação do Estado. A criação da SUDENE, em 1959, e de Brasília, em 1960 – estrategicamente situada no Planalto Central –, revela a nova escala e o novo significado da gestão do Estado.

A partir do golpe militar de 1964 acelera-se e se amplia a intervenção centralizadora do Estado. Institucionalizam-se as superintendências regionais, ato político que visa neutralizar as

oligarquias regionais através de novos pactos e organizar as bases para a nova apropriação do espaço. No início dos anos 1970, a implementação do planejamento é feita por várias instituições, órgãos e empresas estatais. O Programa de Integração Nacional (1970) constitui uma das mais evidentes manifestações e também um instrumento da geopolítica governamental, visando à integração da ilha amazônica a partir não só do centro-oeste como do nordeste, como previsto. Paralelamente a filosofia indutora do crescimento substitui a assistencial, dominante em períodos anteriores, e o MINTER passa a uma nova estratégia, atuando numa nova escala, não mais macrorregional, e sim sub-regional, concentrando esforços em pontos selecionados para a atuação do Estado e da empresa por suas vantagens comparativas em relação a prioridades nacionais – é a política de Polos de Desenvolvimento (Becker 1988b).

A malha do MITNER é apenas uma parte da malha imposta pelo Estado. A malha urbana, programada igualmente ao nível nacional, e os polos industriais também foram componentes-chaves na estratégia espacial do governo, rompendo a organização econômica, social e espacial preexistente.

É sobretudo na Amazônia que o conjunto de intervenções estatais e os componentes da malha técnico-política se tornam mais patentes. Espaço não plenamente estruturado e por isso dotado de elevado potencial político, a Amazônia é uma fronteira, tanto em termos territoriais como econômicos e políticos, e sua integração, para eliminar o vácuo de poder, se constitui em uma questão de segurança nacional – externa e interna –, cumprindo promover sua rápida ocupação e crescimento econômico sob forte esquema de segurança. O processo de integração regional, ainda que já espontaneamente existente, passa a ser totalmente dirigido pelo Estado, sendo aí possível observar *pari passu* a estratégia espacial por ele adotada, a SUDAM, as redes de integração regional, os subsídios à apropriação da terra e os polos seletivos de desenvolvimento.

Nos anos 1980, a política espacial para a Amazônia expressa a nova geopolítica das corporações transnacionais e configura uma nova fronteira para o século XXI. A estratégia espacial do Estado caracteriza-se por uma seletividade numa nova escala e numa apropriação do espaço efetuada em conjunto pelo governo central e pela empresa, pública ou privada. A marca mais veemente da nova estratégia, simbolizada pelo Programa Grande Carajás – PGC, é a implantação de grandes projetos de exploração mineral, inclusive por empresa estatais, que são extensões locais do espaço transnacional.

O papel do estado se amplia, para ser compatível com a nova escala de mobilização de recursos prevista: a) institucionaliza uma nova esfera de poder em 1980 (o Conselho Interministerial do PGC, junto à SEPLAN), diretamente vinculada ao novo governo central; b) cria um novo território (90 milhões de ha) superposto a parte dos territórios do Pará, Goiás e Maranhão; c) implanta a infraestrutura básica para a produção do espaço transnacional: o sistema viário logístico global e um novo tipo de rede, a hidrelétrica, que produz o insumo básico para a produção da alumina e do alumínio.

A Conquista de um Espaço Internacional. Em Conjunto, Eles Correspondem à Produção do Espaço Político do Estado de Segurança Nacional

A conquista de espaço internacional corresponde à expansão da área de influência do Brasil no exterior. Como decorrência da implantação da fronteira tecnológica, da

expansão econômica e política, o Brasil não apenas se afirma como potência regional do Atlântico Sul; ele se torna o oitavo PNB do mundo e produz seu espaço transnacional.

Na produção de um espaço extranacional, ressaltam três atores.

- a. o aparelho de Estado, através das negociações bilaterais ou multilaterais, que, por sua vez, abrem caminho para a atuação de empresas públicas e privadas. A intensificação das relações com a América Latina, com os países de língua portuguesa e com a Nigéria, na África, e a composição de cunho político com um “Terceiro Mundo” parecem comprovar a política de barganha leal;
- b. as empresas estatais que, em seu processo de expansão tecnológica e econômica, se transnacionalizam, como é o caso da PETROBRAS e da EMBRAER, e a tendência da CVRD e da ELETROBRAS nesse sentido; e
- c. a corporação militar associada à empresa privada (e pública), que alarga a atuação do Brasil pela venda de armas, particularmente para o mundo árabe.

Contradições do Projeto

O projeto geopolítico da modernidade não é, portanto, de forma alguma uma ficção, e seus efeitos na homogeneização tecnológica da sociedade e do espaço nacionais não podem ser menosprezados. Essa homogeneização, contudo, tampouco é de forma alguma absoluta ou total. Não apenas porque foi desigualmente imposta, mas porque a realidade não se desenvolve conforme o plano.

Programas e projetos governamentais induzem e aceleram a modernização econômica, espacial e do próprio aparelho do Estado. Novos atores sociais entram em cena, alterando o conteúdo da sociedade nacional – forma-se a tecnoburocracia e a classe média nas cidades, subsidia-se a formação de empresários rurais e, em menor escala, de produtores capitalizados médios e pequenos; um verdadeiro *substratum* de população móvel é formado a através de políticas explícitas e implícitas, para atender à imposição de uma nova ordem espacial, que estimula a formação de polos de investimento na escala nacional, unificando-se o mercado de trabalho nacional à custa da desterritorialização de pequenos produtores rurais, de seu fracionamento social e forte impacto na cultura regional. Expande-se a fronteira e intensifica-se sobremaneira o processo de urbanização e metropolização. Todo o crescimento, contudo, se fez sem distribuição da renda e deixando pelo menos um terço da população brasileira à margem dos benefícios por ele trazidos.

Mas a malha programada não se impõe no vazio, e sim sobre uma malha sociopolítica viva, em contínua transformação, correspondente às sociedades locais diferenciadas. O aparelho do Estado atua incorporando e tentando assumir a direção de tendências de transformação já existentes, contendo-as ou as induzindo mediante formas diferenciadas de articulação (como cooptação ou substituição de elites regionais, mobilização ideológica, intervenção direta etc.). Há um reconhecimento da realidade e, através do planejamento, se fortalecem seletivamente atores e espaços.

Em que pese a força da instrumentalização do espaço pelo aparelho governamental, a reconversão do espaço e da sociedade resultou na interação, e dos conflitos entre as

duas malhas, a “programada” e a “sociopolítica”. Os efeitos perversos dessas formas combinadas e por vezes contraditórias de apropriação do espaço se convertem em crises regionais e/ou locais, cujos sintomas são movimentos sociais de caráter e intensidades variados (BECKER, 1988b), tanto mais violentos quanto maior a intervenção governamental e da empresa.

Esse é, pois, um dos efeitos não previstos e que põe em choque o projeto geopolítico da modernidade, mas não o único. Outras contradições são inerentes à forma autoritária com que foi implementado. Forma em que cresce o Estado, mas não a Nação. Forma que inclui a repressão à centralização da decisão e da informação, à exclusão de grande parcela da população da modernidade imposta, às formas violentas de reapropriação do espaço e que resultam na crise do projeto e do próprio Estado. É possível sistematizar algumas delas, mais relacionadas à questão espacial:

1. A resistência social e a questão da territorialidade. Na base dos movimentos sociais está a mobilidade intensa da força de trabalho, induzida a se deslocar para atender aos novos polos de investimento. Tal mobilidade significa a dissolução da territorialidade. No campo, a expropriação gera um conflito pela perda do território e se manifesta na luta pelo acesso à terra; na cidade, o conflito se refere à necessidade de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por acesso a trabalho e moradia (BECKER, 1983). Em ambos os casos, estratégias territoriais se desenvolvem, revelando um certo nível de conscientização do poder territorial. Cria-se uma nova linguagem, do espaço social vivido.
2. A crise política e regional. Se os movimentos sociais são manifestações de aprendizado político da população, eles derivam, também, da própria centralização do poder, que, destruindo ou cooptando as hegemonias regionais, transfere o conflito para o nível local. Porque é nesse nível que a desigualdade econômica e social se acentua, e porque a supressão dos partidos políticos e das hegemonias regionais suprimiu um escalão de negociações. Os grupos dominados, que só têm acesso à escala local, perdem um fórum para estabelecer compromisso e canais de expressão, manifestando-se fora dos quadros políticos, institucionais, diretamente de sua base territorial vivida contra o Estado.
3. A crise econômica relacionada ao modelo nacionalista/transnacionalizado. O projeto nacional da modernidade foi viabilizado como forte recurso do capital transnacional, seja através de investimento direto, seja de financiamento. O fortalecimento das corporações transnacionais e dos órgãos internacionais de financiamento, contudo, representa um poder contraditório ao Estado, implicando a perda de sua soberania econômica e de seu poder de decisão política. A dívida externa acumulada é um instrumento de pressão não só econômica como política; em face da estratégia global das corporações, o Estado perde poder quanto à decisão locacional das empresas e à coordenação das atividades econômicas, na medida em que os projetos empresariais são parte, apenas, de conjuntos planetários, cuja gestão é crescentemente autônoma.
4. A crise da irracionalidade do próprio Estado, decorrente da sua multiplicação em instituições, agências e empresas, que, crescentemente autônomas e sem coordenação, conflitam entre si e com o Estado. O empenho pela autonomia tecnológica é

limitado por mecanismos que não conseguem superar a política de industrialização rápida com capital estrangeiro, pela ausência de uma política efetiva de aquisição pelo governo, que efetua encomendas reduzidas ao setor privado e pela dificuldade de articulação entre a universidade e a empresa. Um dos maiores conflitos nesse campo é o da empresa estatal com o Estado – alcançada certa dimensão graças à autonomia de gestão e ao poder financeiro que acumulam, as estatais representam ao mesmo tempo vetor de desenvolvimento e modernização e vetor de fragmentação do Estado.

Novos Horizontes: Produção de Espaço Transnacional pelo Estado e Tendência à Gestão Privada do Espaço Nacional

A reflexão efetuada permite retomar as questões inicialmente colocadas e revela uma nova: a gestão privada do espaço, que inclui o próprio Estado como ator.

Sobre a Geopolítica: O Controle do Espaço-Tempo

A correspondência entre as questões gerais da Geopolítica e o projeto Geopolítico do Brasil demonstra que a Geopolítica é uma expressão e um instrumento das relações de poder atuantes na produção do complexo espaço global contemporâneo e que seu resgate é um instrumento que amplia a leitura e a compreensão desse processo.

Revela-se a relação histórica de poder – econômico, da guerra, político, ideológico – com o espaço, segundo um imperativo estratégico, como um princípio geral. Mas essa relação varia no espaço e no tempo. No espaço, em decorrência das especificidades da organização social em várias escalas; no caso dos Estados, desenvolvem eles geopolíticas nacionais que correspondem a vias específicas para a modernidade, como o Brasil que seguiu uma via autoritária em que cresceu o Estado, mas não a Nação, em que o país assumiu feições de país central, mas sem perder as de país periférico, como a URSS, que hoje caminha para a *Perestroika* etc.

A relação espaço-poder varia também no tempo, no sentido de alterações qualitativas nas fontes e relações de poder, que podem reverter a estrutura geral do poder, que atribuem novos significados ao espaço e geram novas estratégias para seu controle.

Contemporaneamente, o poder tecnológico moderno, calcado na velocidade acelerada, se firma associado a uma estratégia de controle não só do espaço, mas também do tempo, i.e., do espaço-tempo, que produz um espaço de fluxos. A logística parece estar na base do poder e da Geopolítica hegemônicas contemporâneas: a descoberta e a inovação permanentes, apoiadas na concepção e gestão, acionam a economia, antes do que a produção em si, e a guerra permanente, antes do que a batalha em si.

Por outro lado, esse movimento coexiste e se associa a uma afirmação do poder territorial, que não se reduz à do Estado-Nação, mas se refere a todas as escalas, arenas políticas que constituem a face vivida das contradições geradas e impõem limites ao poder hegemônico.

Sobre o Processo de “Privatização/Estatização” e a Natureza do Estado: Corporativização do Estado?

O Estado se mantém como forma histórica de organização da sociedade, mas assume nova forma e contexto, associados a novas estratégias espaço-temporais. Sabe-se pouco, contudo, sobre as imbricações do Estado com a grande empresa.

Em trabalhos anteriores, com base no Brasil, apontamos a crise do Estado e a tendência à sua fragmentação política e espacial, decorrente da autonomia de gestão das corporações multinacionais e dos movimentos sociais localizados, e colocamos a questão social daí derivada, na medida em que o Estado, nos países subdesenvolvidos, seria a única força organizada capaz de atender aos problemas sociais na escala nacional (Becker, 1983, 1984, 1987), ainda que a Igreja seja um ator fundamental nesse sentido.

Hoje, essa visão, a partir do Brasil, se amplia: sua fragmentação esta associada a um movimento de “privatização/estatização” que parece muito amplo e complexo, na medida em que inclui o próprio Estado como ator participante. É certo que as grandes empresas privadas com autonomia crescente assumem funções governamentais, tal como exposto em nosso conceito de gestão, configurando-se como verdadeiros Estados dentro do Estado. Mas, num sentido inverso, embora o Estado-Nação deixe de ser a unidade econômica da realidade histórica, o Estado recompõe sua intervenção como ator econômico internacional, competindo com o setor privado, segundo uma estratégia que concentra esforços no setor industrial, particularmente o bélico.

Algo de novo surge, então, numa complexa configuração: é o próprio Estado que se “privatiza”. As decisões e a execução das novas iniciativas derivam não do aparelho de Estado e da sociedade civil, mas de verdadeiras corporações formadas no seio do Estado, como é o caso da FA e das empresas estatais que assumem autonomia e lógica empresarial crescentes. Parece que uma nova racionalidade emerge da crise da irracionalidade do Estado, decorrente da multiplicação de suas empresas, instituições e órgãos: a escala e o ritmo de expansão de alguns desses segmentos atribuem-lhes tal grau de autonomia que, conflitantes com a Nação e com o Estado ao nível dos interesses gerais, se tornam expressão significativa, embora não exclusiva, do Estado contemporâneo e de sua atuação. E essa autonomia repousa em grande parte do domínio do P&D, elemento-chave na Geopolítica contemporânea.

Em outras palavras, a fragmentação do Estado torna-se a forma de sua reconstrução e de sua permanência. Ela não decorre mais apenas do poder das corporações transnacionais estrangeiras, mas sim das corporações nacionais, que atuam dentro e fora do país e que tendem a definir a atual forma do Estado, o Estado corporado. Novas estratégias espaciais são instrumento e condição de nova forma e contexto do Estado e da gestão “privada” dos espaços nacionais.

No caso do Brasil, exemplos da formação de corporações estatais que produzem espaços transnacionais são fundamentalmente as empresas estatais, tais como PETROBRAS, EMBRAER, CVRD, ELETROBRAS, pois que as FA apenas disputam um território nesse espaço transnacional. No plano nacional, a UDR é um dos mais expressivos exemplos de formação corporada no Brasil, pela primeira vez conclamando explicitamente a união

Becker, B. K.

dos diversos segmentos do mundo “rural”. Em contrapartida, as contradições, inclusive ao nível espacial, assumem novo patamar.

Tensões entre novos atores econômicos e sociais com lógicas próprias, ao lado das práticas políticas convencionais, uma tendência atomizante com enclaves de articulação, configuram o complexo Estado contemporâneo.

A “Privatização” Correspondendo à Afirmação do Poder Territorial em Todas as Escalas

Provocando o acirramento da disputa pelo controle do espaço/tempo, a “privatização” acirra o jogo político entre os atores e, conseqüentemente, as estratégias para a conquista e/ou defesa de porções do espaço/tempo, i.e., de territórios.

Tal disputa ocorre em todas as escalas. No caso dos atores que dominam as escalas extraplanetárias, planetária e nacional, ela se manifesta em conflitos e alianças, para apropriação e gestão de novos territórios – inclusive o planeta Terra e o escudo celeste – pelas corporações transnacionais privadas e estatais apoiadas e pelo aparelho de Estado; a formação de territórios supranacionais, tais como os blocos econômicos Europa 1992; bloco norte-americano, constituído por EUA, Canadá e México; bloco COMECON; bloco do Sudeste Asiático, em formação sob a liderança do Japão, é um novo horizonte que se delinea. Nas escalas regional e local, os movimentos são de outra ordem; são movimentos de resistência, contrapoderes que reivindicam contraespaços/tempo. Uns são de base cultural, como é o caso do movimento pela “europeização da Europa”, que propõe a restauração de uma comunidade continental a partir de horizontes culturais comuns, i.e., dos símbolos, da consciência e da memória coletivos que constituem a história centro-europeia e que não se vinculam a uma base territorial nacional (STEGER, 1986). Outros reivindicam a defesa de seus territórios, seja para preservar o seu valor de uso, como no caso dos movimentos comunitários, seja para impedir a expropriação territorial e/ou conquistar a territorialidade, estes dois últimos mais conscientes.

O Exemplo da Amazônia

O caso de Carajás é revelador de novas tendências geopolíticas. Aí se distinguem a questão do território pela CVRD e a territorialidade dos garimpeiros na Serra Pelada (Becker, 1986 e 1988b).

A gestão da CVRD é um exemplo de tendência à “privatização” do Estado pela autonomia crescente de corporações estatais, empresas que têm duas faces, uma pública e outra privada, bem como pela ação de movimentos sociais. A autonomia da CVRD decorre, em grande parte, do domínio do vetor científico-tecnológico moderno, e seu caráter militarizado é patente. A criação do programa Grande Carajás – PGC, em 1980, como visto, expressou uma coincidência de interesses entre o Estado e a empresa estatal; a ambigüidade das relações empresa-estado se faz sentir, contudo, nas limitações impostas ao poder da CVRD e na criação de *joint-ventures* para exploração mineral, ao mesmo tempo em que lhe era destinada autonomia de gestão sobre todo o projeto Ferro Carajás (mina, ferrovia e porto), numa área de mais de dois milhões de hectares, base

de construção de seu espaço transnacional. A prática de apropriação do espaço e do controle do território de Carajás, analisada ao nível local (Becker, 1988b), é reveladora da autonomia da gestão exercida pela corporação estatal, bem como de seu caráter logística: a CVRD, com o apoio do governo autoritário, se apropriou rapidamente do espaço antes mesmo de uma legislação oficial e, no local, é o próprio Estado; o caráter técnico-científico da gestão se manifesta na racionalidade do planejamento articulado de diferentes setores, na rápida mobilização e articulação de meios em escala gigantesca, expressa em poderosa tecnologia espacial, que inclui os dispositivos de segurança e as técnicas de controle do acesso e vigilância do território de Carajás, transformando em verdadeira cidadela, com um cinturão de segurança ao seu redor.

O impacto da implantação do vetor científico-tecnológico moderno na fronteira, expresso no novo ritmo e escala de controle do espaço-tempo, exacerbou a territorialidade de todos os atores. Por um lado, os fazendeiros apropriam-se de grandes espaços, expulsam os posseiros de suas terras e definem territórios defendidos pela cerca de arame farpado e pelos pistoleiros. Por outro lado, os movimentos de resistência também buscam conquistar um território através de invasões sistemáticas e organizadas, ou defender o que já conquistaram, como é o caso da Serra pelada, onde uma cooperativa de garimpeiros – aliada aos comerciantes de ouro e mesmo à Polícia Federal – criou uma outra cidadela, enfrentando uma guerra social e tecnológica contra a CVRD: o direito da lavra manual pelos garimpeiros contra o direito da lavra mecanizada, pretendido pela corporação.

Entre os dois grupos de interesse, o Governo Federal oscila e vem cedendo aos garimpeiros, embora estes sofram frequentemente violentos massacres decorrentes de vários tipos de conflitos, inclusive os que ocorrem entre as diversas esferas de poder estatal.

A análise da gestão do território pela CVRD confirma o conceito de gestão proposto na Seção I, como prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo. Por sua vez, os garimpeiros confirmam o conceito de territorialidade como estratégia para influenciar ações através do controle do espaço-tempo – controle do acesso ao território, bloqueio da estrada de ferro, queima de instalações da CVRD, por exemplo – e revelam que essas estratégias e práticas têm também uma feição militar, embora sem os meios técnicos da corporação.

Se a territorialidade, mediante poderosa gestão, é essencial à reprodução ampliada da CVRD, que com o controle de Carajás se transnacionaliza, ela é também importante condição de poder para os garimpeiros, que, bloqueando o espaço e interrompendo a velocidade, são capazes de afetar a logística da CVRD e de pressionar o Estado.

O que se verifica em Carajás é Geopolítica pura, de base territorial. Geopolítica contemporânea em que se delinea a fragmentação do Estado e a gestão “privada” do espaço nacional por ações de poderosa corporação estatal e da territorialidade de grupos sociais, faces antagônicas de um só e mesmo processo.

Questões Finais

Tenderá o espaço de fluxos, calcado na velocidade acelerada e gerido pelas corporações e pelo Estado, a dissolver o espaço-tempo humano, o político e a territorialidade?

Becker, B. K.

Como impedir esse processo? Como exercer o controle social e territorial das grandes corporações, sejam elas multinacionais estrangeiras ou nacionais?

Terá a territorialidade, como contrapoder e contraespaço, capacidade de resistência e de atuação a ponto de alterar a estrutura de poder no sentido de uma gestão democrática do Território Nacional, mundial e extraplanetário? Como estreitar os laços de solidariedade dos movimentos sociais locais de modo que tenham continuidade no tempo e possam atuar em eficácia em outras escalas?

A nova Geopolítica, na verdade, resultará da interação entre os dois processos, a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais. No entanto, ela ensina que esses movimentos e os atores políticos só poderão reverter as tendências atuais se forem capazes de se situar no novo domínio histórico resultante da revolução tecnológica e da reorganização do capitalismo.

Referências Bibliográficas

BACKHEUSER, E. *A estrutura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1926.

BECKER, B. K. O uso político do Território – Questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: *Abordagens políticas da espacialidade*. Deptº de Geografia, UFRJ, 1983.

_____. A crise do Estado e a Religião: a estratégia da descentralização em questão. In: *Ordenação do território: uma questão política?* Deptº de Geografia, UFRJ, IBGE, RBG, ano 48, nº 1, p.43-62, jan./mar. 1986.

_____. A produção de espaço transnacional, uma nova estratégia do Estado na Amazônia. *Revista de Geografia*. Universidade Zaragossa. 1986.

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões – Um poder territorial? In: *Fronreira amazônica – Questões sobre a gestão do território*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986 (no prelo).

_____. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: AC.V.R.D. e os garimpeiros na província mineral de Carajás. In: *Seminário Grands et Petits Espaces, Stratégies de Contrôle*. Université de Paris IV. Sorbonne. 1987.

_____. *Elementos para construção de um conceito sobre gestão do território*. Textos nº 01 – LAGET (Laboratório de Gestão do Território). Convênio UFRJ/IBGE. 1988a.

_____. Questões sobre tecnologia e gestão do território. In: *Tecnologia e gestão do território*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1988b.

BARTHOLO Jr., R. S. *O embrião territorial do Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil*. Projeto mimeo. 1987.

BRODENIL, J.; OSTROWESKY, S. Pour une réévaluation de La puissance sociale dès dispositifs Spatiaux. *Espaces et sociétés*. Paris, 1979.

CARVALHO, C. D. *Introdução à Geografia Política*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1929.

CASTELLS, M. *Technological change, economic restructuring and the Spatial division of labour*. In: Seminar on International Division of Labour and Regional Problems. IGU/Unido/II R. Viena, 1985.

COUTO e SILVA, G. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

_____. *A Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1967.

_____. *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1981.

DAGNINO, R. *O papel do Estado no desenvolvimento tecnológico e a competitividade das exportações do setor de armamentos brasileiros*. CPCT e CPO, CNPq. Brasília, 1983.

ERBER, F. S. *Política Científica e Tecnológica*. FINEP, mimeo, [s.d.], citado por Dagnino.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. [S.l.]: Ed. Graal, 1979.

HEPPLE, L. W. *Geopolitics, generals and the State in Brasil*. In: Colston Symposium on Geography and Politics. University of Bristol, 1986

KORINMAN, M. Avant-Prospos. In: *Ratzel, La Géographie Politique*. [S.l.]: Ed. Fayard, 1987.

LACOSTE, Y. *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*. [S.l.]: [s.n], [s.d.].

LEFEBVRE, H. *De L'État*. [S.l.]: Union Générale, 1976.

MATTOS, C. M. *Brasil: Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1975.

_____. *A Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1977.

_____. *Uma Geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1980.

RAFFESTIN, C. *Pour une Géographie du pouvoir*. Paris: Ed. Litec, 1980.

RATZEL, F. *La Géographie politique*. Les concepts foudamentaux. Paris: Ed. Fayard, 1987.

Becker, B. K.

SACK, R. D. *Human Territoriality: its Theory and History*. Cambridge: University Press, 1986.

SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. [S.l.]: Ed. Paz e Terra, 1985.

STEGER, H. A. *Frotneras y horizontes*. Colf Internacional sobre la Problemática de Europa Central. Ratisbona, 1986.

STEPAN, A. The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion. In: *Authoritarian Brazil*. Yale University Press. New Haven: Ed. Stepan, 1973.

TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. In: *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*. E.M. do Exército. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1933.

VIRILIO, P. *Guerra pura*. [S.l.]: Ed. Brasiliense, 1984.

¹ Este trabalho é parte de um livro a ser publicado oportunamente.

² Os ciclos ou onda de Kondratieff, economista russo, referem-se a períodos de cinquenta anos que se sucedem na expansão do capitalismo a partir de 1780/90. Cada ciclo tem duas fases: a de crescimento (A) e a de crise (B), resultante esta de contradições inerentes ao sistema, mas já contendo os germes da inovação que marcará a nova fase de ascensão.

³ As fontes utilizadas para o levantamento desse processo são inúmeras, dentre as quais os estudos contidos em: *Administração em Ciência e Tecnologia*, coord. J. Marcovitch, FINEP, *Ciência e Tecnologia: Um desafio permanente*, coord. C. J. Lacerda, 1984, ADESG, FINEP; e *Programa Nacional de Estudos sobre Ciência e Tecnologia*, coord. A. R. Silveira, 1985, ADESG, FINEP.

ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES:

Bertha Koiffmann Becker em 20/03/2012

Jorge Xavier da Silva em 25/03/2012

1) Qual o momento da Ciência Geográfica brasileira em que se insere a criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia?

Prof^a. Bertha: Era o momento da Geografia Estatística, da Geografia Quantitativa. No meu caso, eu segui os preceitos do prof. David Harvey, que era sinônimo de toda base conceitual da Geografia e que procurava debater a Geografia na Ciência. Li profundamente David Harvey, *Explanation on Geography*, que mostrava grande mudança do momento, a nova base conceitual e de paradigmas, a explicação da Geografia em termos de ciência. Pessoalmente, foi muito importante para preparar e organizar cursos, como Teorias de Desenvolvimento Regional e sugerir outras disciplinas.

Prof. Xavier: Durante a forte influência americana e mundial favorecedora da abordagem quantitativa.

2) Como surgiu a ideia da criação do Programa?

Prof^a. Bertha: Era um movimento geral da universidade brasileira, e até mesmo mundial, e seguia a tendência de avanços dos estudos estimulados pelo Governo Federal através da política de grandes institutos de pesquisa como a CAPES e o CNPq. Pelos trinta anos na universidade, sou testemunha da Ciência. O CNPq e a CAPES são instituições que alavancaram a pesquisa e o aprofundamento da Ciência no Brasil. Esse momento, a mim, particularmente, estimulou a vontade de fazer o doutorado e, assim, ser professora da pós-graduação e me preparar para poder orientar os alunos. Formei-me em 1952 e já era casada, e não tive oportunidade de fazer o doutorado até então. Fiquei sabendo de concurso de livre docência para a Geologia, onde os professores também se preparavam para a pós-graduação e lutei para a abertura de concurso de livre docência para a Geografia. A busca de qualificação e reconhecimento profissional para atuar na pós-graduação era geral. Na Geografia, Lysia Bernardes obteve o título de doutor honoris causa; Therezinha Segadas Vianna buscou obter reconhecimento; e apenas a Maria do Carmo Corrêa Galvão tinha título de doutora obtido na Alemanha, em data anterior a 1970. Com a livre docência obtive o título de doutor e de titular. O concurso foi puxadíssimo, e tive três meses para fazer uma tese. O concurso constou de defesa de tese pública no salão da Escola de Engenharia no Largo do São Francisco, prova escrita com ponto sorteado e prova de aula com ponto sorteado 24 horas antes. A banca foi composta por cinco examinadores, entre eles Otto Henri Leonardos, Fábio Macedo Soares Guimarães, Nilo Bernarde e Pedro Pinchas Geiger. Para a realização da tese, recebi toda força de Lysia Bernardes, sugerindo que eu me concentrasse na temática que eu já desenvolvia sobre a expansão da pecuária no Brasil. Dessa forma, iniciei os estudos sobre a expansão

da pecuária no estado do Espírito Santo. Com a crise e erradicação do café, haveria expansão de gado, semelhante ao que já ocorria em outros estados em detrimento à crise do plantio do café no final da década de 1960. Com a caminhonete do Centro de Pesquisa Geográfica do Brasil (CPGB) e dois alunos, fui fazer o trabalho de campo na área em que estava ocorrendo a erradicação do café. Chegando a Linhares (ES), fiz contato com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e fui desaconselhada a seguir para a área que pretendia por estar em verdadeiro estado de “guerra”, haja vista os muitos conflitos entre governo e produtores. Seguindo a fundamental orientação e o apoio do IBC em Linhares, optei por investigar o município de Pancas, o qual passava por brutal êxodo demográfico. Anos depois, ainda cheguei a encontrar migrantes oriundos de Pancas no município de Vilhena (RO) durante a pesquisa de campo que fazia na Amazônia.

Prof. Xavier: Talvez Maria do Carmo ou Bertha possam lembrar-se do momento de origem. A Universidade do Brasil tinha se transformado, de uma penada, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O sistema de créditos tinha sido instalado da mesma forma autoritária (1968). A nossa pós-graduação foi um prosseguimento esperado em direção ao padrão americano de educação superior, com o mestrado e o doutorado seguindo-se ao bacharelado (*em passant*, até hoje a nossa legislação profissional – Sistema Confea/Creas – tem disposições relativamente indefinidas quanto às prerrogativas do pós-graduado em Geografia). Porém a ideia de nossa pós-graduação foi abraçada por todos da comissão, inclusive por Lisia Bernardes, com sua forte personalidade e experiência como geógrafa profissional. Maria do Carmo, que se graduou doutora no sistema alemão, ponderava com muita qualidade, como sempre, assim como Bertha Becker e Therezinha Segadas Soares. Além dos debates, minha participação envolveu explicar e discutir o sistema de pós-graduação americano (mestrado e doutorado) a partir de minha experiência, então recente, no doutorado da Louisiana State University (onde Hilgard Sternberg também se doutorou) aos outros membros da comissão, que não tinham tido a mesma vivência.

3) Houve uma influência (direta e/ou indireta) de pesquisadores estrangeiros? Se sim, quais foram esses pesquisadores?

Prof^a. Bertha: Sim. Organizei cursos, conferências e mesas-redondas, sugerindo e convidando inúmeros pesquisadores, tais como:

- Prof. Walter B. Stöhr (Áustria) – Desenvolvimento Regional.
- Prof. Akin L. Mabogunje (Nigéria) – Geografia Urbana
- Prof. Hilgard O’Reilly Sternberg (Estados Unidos) – Geomorfologia.

Após a reunião da União Geográfica Internacional de 1982, organizei um curso de Altos Estudos Geográficos, intensivo de uma semana, com a presença de:

- Prof. Miguel Morales (Costa Rica) – Desenvolvimento Regional.
- Prof. Edward William Soja (Estados Unidos) – Planejamento Urbano e Regional.
- Prof. Michael Dear (Estados Unidos) – Geografia Urbana.

- Prof. Arie Shachar (Israel) – Geografia Urbana.
- Prof. Bernard Marchand (França) – Geografia Urbana e Transportes.
- Prof. John Friedman (Estados Unidos) – Teoria do Desenvolvimento Regional.

Além dos professores estrangeiros, convidei professores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR) de Belo Horizonte, instituição muito reconhecida. A participação de professores convidados trazia uma visão mais aberta e contribuía com novos cursos. Nesse período, com grande luta, consegui trazer para o Programa de Pós-Graduação, importantes doutores em Geografia, como foi o caso do Milton Santos e do Maurício Abreu. Maurício trabalhava no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e estava indo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foi convencido a vir para o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e fazer parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Um pouco mais tarde, a prof^a. Maria Regina Mousinho de Meis passou a integrar o Programa no ramo da Geografia Física. Em um projeto de pesquisa do Laboratório de Gestão do Território (LAGET) firmamos uma parceria do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o Departamento de Geografia do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e conseguimos, ainda, a transferência de Roberto Lobato Corrêa em uma política para enriquecer o Departamento.

Prof. Xavier: Lembro-me de:

- Peter Gould (Reino Unido).
- Richard Chorley (Reino Unido).
- David Harvey (Reino Unido – em sua fase quantitativa).

Mas certamente houve outras influências anteriores, como Carl Sauer, Richard Russel, Fred Kniffen e muitos franceses, como Francis Ruellan, Pierre Monbeig, Jean Tricart, entre outros, e alemães, como Karl Troll.

4) Como era a relação entre a Geografia e as ciências afins?

Prof^a. Bertha: O relacionamento com o Departamento de Geologia foi muito intenso nesse período, pois enquanto estive no cargo de Diretora Adjunta de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, sendo diretor do Instituto o prof. Sílio Vaz, elaborei estratégias para o fortalecimento do Instituto através de projetos institucionais. O Programa de Pós-graduação em Geologia passava por sérios problemas, com risco de ser fechado, o que afetaria o Instituto de Geociências e a Pós-Graduação da Geografia. Se a Geologia fosse deixada de lado, a Geografia iria junto. Recorri ao Comitê da Pós-Graduação de Geologia em Brasília, obtendo o apoio do prof. Humberto Cordani. Com a ajuda dos professores do Departamento de Geologia Ignácio Brito, Josué Alves Barroso, Joel Gomes Valença, Rudolph A. J. Trouw e Marcus Aguiar Gorini, pressionei a Reitoria e fizemos projetos institucionais para obter recursos junto à CAPES e ao CNPq. Conseguimos, assim, contratar professores e pesquisadores para fortalecer e impulsionar a Geologia, como foi o caso de professores alemães. Depois dos projetos institucionais na Geologia,

o caminho estava aberto para a Geografia. Aprendemos como fazer projetos institucionais também na Geografia.

Prof. Xavier: Os geólogos respeitavam e ajudaram bastante a Geografia. Lembro que, como geógrafo, fui o primeiro diretor de graduação do IGEO, em 1968/69, e perdi a conta de quantas vezes expliquei aos alunos, funcionários e também aos colegas professores o significado do termo “crédito”. Entre os geólogos, lembro-me de Ronaldo Azambuja, que nos ajudou na implantação de pesquisas sob patrocínio da FINEP. Lembro, principalmente por sua atenção prestigiosa para com a Geografia e forte atuação no ambiente federal de administração da pesquisa científica brasileira, de John Milne Albuquerque Forman. Recomendo que o entrevistem sobre a criação do Instituto de Geociências, formado em 1968 pelo amálgama da Geologia, Geografia, Astronomia e Meteorologia (esta então em criação na UFRJ).

5) Quais foram as primeiras linhas de pesquisa implementadas no Programa?

Prof^a. Bertha: As linhas de pesquisa estavam ligadas a projetos institucionais com a FINEP, como o fortalecimento da linha sobre Amazônia. Como professora do Instituto Rio Branco do Itamarati, fui apresentada e fiquei encantada e apaixonada pela Amazônia. No Instituto Rio Branco, levantei a bandeira de que como era necessário levar os alunos para conhecer primeiro o Brasil antes de mandá-los para o exterior. O Itamarati organizou uma viagem pela Amazônia com quarenta alunos e alguns professores, integrando o grande Projeto Cisne. Voamos em avião da FAB e tivemos apoio do Exército. Juntamo-nos com o Projeto Rondon, mas este tinha outra metodologia. Visitamos, em 1968 (data aproximada), Corumbá, Cáceres Guajará-Mirim brasileira e boliviana, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, e cruzamos fronteiras, tais como entre Brasil e Bolívia. Apliquei questionários com base na teoria de centro-periferia. Cáceres já tinha forte migração e já era uma cidade inchada, inclusive a própria periferia. Visitamos lugares que nem sequer a “Voz do Brasil” alcançava, mas chegava a Voz da América e a Voz de Cuba. Incrível! Nunca mais larguei a Amazônia. Dois anos depois, em 1970, tive a oportunidade de cruzar a região pela rodovia Belém-Brasília, por meio de um convite que recebi dos professores da Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, viagem que consolidou minha paixão por pesquisar a Amazônia sem parar. Tive com essas duas viagens uma visão de conjunto, conhecendo vários lugares. Pessoalmente foi um marco fundamental. Após essa segunda viagem pela Rodovia Belém-Brasília, no curso de especialização de Geografia Urbana com o prof. Mabogunje, fiz, como aluna, o primeiro trabalho sobre cidades na Amazônia e sobre o povoamento na rodovia Belém-Brasília. Pela mesma época, cheguei a conhecer Roraima, que era simplesmente “um espetáculo”, e assim fui, a cada oportunidade, conhecendo um pedaço dessa região do Brasil. Além do interesse pela Amazônia, o fato de ter sido professora do Instituto Rio Branco influenciou minhas pesquisas na linha da Geopolítica junto à Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Com a morte de Arthur Waiss, em 1966, professor de Geografia do Instituto Rio Branco, por intermédio de Hilgard Sternberg, foi solicitada a indicação de um professor para aquela disciplina. Maria do Carmo Galvão não se interessou, e, assim, assumi a disciplina naquele Instituto. Renovei o programa após intensa pesquisa

bibliográfica sobre Geoestratégia e Geopolítica, incluindo leituras do General Golbery. Meu interesse pela Geopolítica cresceu e foi associado a outras temáticas e linhas de pesquisa na Pós-Graduação em Geografia.

Prof. Xavier: Lembro-me do incremento da Geomorfologia Costeira, que tinha introduzido anos antes, dos Estudos do Quaternário, sob influência de João José Bigarella, e, na parte de preparação profissional, o esforço que fizeram os nossos colegas ainda sem pós-graduação, que tiveram que estudar Matemática e Estatística ensinada por profissionais específicos. Lembro-me dos profs. Lucinara Braga de Queiroz, da Matemática, e de Carlos Ernesto da Silva Lindgren, de Estatística, da COPPE/UFRJ.

6) Em relação às fontes de financiamento das pesquisas, quais eram as fontes de recursos para o desenvolvimento das pesquisas nos primeiros anos do Programa?

Prof^a. Bertha: Eram os projetos institucionais financiados, sobretudo, pela FINEP, como foi o caso já referido do Projeto Amazônia. Mas havia financiamento também da CAPES e do CNPq, que estimulavam a elaboração de projetos de pesquisas de professores.

Prof. Xavier: Os recursos diretos da universidade dirigidos ao programa eram escassos. As fontes principais eram o CNPq, a CAPES e a FINEP.

7) Quais foram os primeiros profissionais que buscaram o Programa?

Prof^a. Bertha: Os próprios professores que já integravam o Departamento de Geografia e que necessitavam de qualificação para atuar no Programa de Pós-Graduação, como Maria Helena Castro Lacorte e Mariana Helena Miranda. Depois outros que vieram a se tornar professores do Departamento de Geografia, como Claudio Antônio Egler, Lia Osório Machado, Ana Maria Bicalho, Leila Christina Dias de Carvalho, Júlia Adão Bernardes e pesquisadores vindos, sobretudo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Prof. Xavier: Como primeiro grupo interessado, foram nossos colegas, que tiraram o mestrado conosco. Foi uma trabalhadeira considerável que tive para acompanhar Dieter Mühle, Mauro Argento, Jorge Marques, Maria Célia Nunes Coelho, Antonio José Teixeira Guerra, entre outros, no mestrado, inicialmente, e alguns também no doutorado, posteriormente. Durante e após essa fase, muitos colegas geógrafos de outras universidades do país vieram se graduar no PPGG, expandindo a influência da UFRJ para todo o país. Com o programa do doutorado, essa influência e o conseqüente prestígio expandiram-se enormemente, haja vista a diversificada origem de nossos pós-graduandos e a nota máxima da CAPES que desfruta o programa. Esse foi um produto de gerações de profissionais que trabalharam em conjunto orientando uma enorme massa de mestres e doutores.

8) Como os senhores veem o crescimento do Programa ao longo desses quarenta anos?

Prof^a. Bertha: O PPGG é um Programa muito bom, que tem bons pesquisadores e que mostra qualidade, o que pode ser visto pelo próprio conceito atual da CAPES (Nota = 7,0).

Becker, B. K., Da Silva, J. X.

No entanto, considero que falta a integração de temas, e mesmo entre as pessoas e os pesquisadores, para dar continuidade a tudo que foi construído. Grupos de pesquisadores cresceram, mas faltam projetos institucionais articulados.

Prof. Xavier: Viemos, vimos e vencemos.

9) Os senhores poderiam fazer um balanço da contribuição do PPGG/UFRJ para a Geografia brasileira?

Prof^a. Bertha: A partir de minha atuação específica, destaco a contribuição aos estudos sobre a Amazônia, Desenvolvimento Regional e Geopolítica, que se tornaram linhas de pesquisa e de interesse para outros professores-pesquisadores do PPGG/UFRJ. Também se pode destacar a contribuição das pesquisas sobre Gestão do Território, constituindo uma das áreas de concentração do PPGG/UFRJ.

Prof. Xavier: Por manter, em minhas pesquisas e aulas, a perseguição ao conhecimento de ponta, em particular quanto ao Geoprocessamento, mas também quanto a novos conceitos, métodos e técnicas eminentemente geográficos, deixo essa tarefa a outros mais bem qualificados para essa análise, por julgar que me falta isenção.

10) E quanto às perspectivas futuras. Como os senhores veem o caminho que o Programa deve trilhar para seu fortalecimento?

Prof^a. Bertha: O mundo tem uma velocidade acelerada, tem problemas sérios, que são derivados de uma sociedade que enfatiza o consumo. Deve-se mudar essa perspectiva, pois há um crescimento demográfico enorme (sem acesso a alimentos, água e energia) e um sistema econômico que gera pobreza, miséria, uma desigualdade social terrível e destruição de recursos. Para os ambientalistas, a destruição do ambiente está diretamente atrelada ao “aquecimento global”. Mas será mesmo? A meu ver, o que é necessário é procurar mudar as formas de produção. Ninguém diz que tem que mudar o rumo do sistema de produção e consumo, o que é muito mais difícil. É necessária muita reflexão! A Ciência está sendo chamada para mostrar caminhos, mas não está conseguindo achar soluções. Isso ocorre porque, sem se mexer no modo de produção e consumo, não há como resolver tais questões. E, na verdade, o Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), que envolve todas as ciências, inclusive sociais, financia estudos que acabam continuando a manutenção do sistema.

Nesse contexto, acredito que os rumos para o PPGG e para a Ciência no Brasil devam seguir grandes temas relacionados ao melhor conhecimento do país e de sua posição no mundo para colaborar na concepção de um padrão de desenvolvimento justo e sustentável para a nação. Ressalto que os trabalhos de campo nunca deverão ser abandonados, pois o empírico é fundamental para checar a teoria.

Prof. Xavier: Cuidar para o maior entrosamento entre grupos de pesquisa, tendo particular atenção aos problemas de ética profissional e abertura para discussões teóricas

que incorporem o efeito extraordinário das Geotecnologias na pesquisa geográfica e ambiental contemporânea, o que sugere até mesmo a criação de um termo identificador da presença de sérias modificações programáticas: Hipergeografia.

Bertha Koiffmann Becker, professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduada em Geografia e História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1952; doutorado por Livre Docência em Geografia/UFRJ em 1970; pós-doutorado no Department of Urban Studies and Planning/Massachusetts Institute of Technology, 1986; doutora honoris causa pela Université Jean Moulin – Lyon III – 2005; coordenadora do Laboratório de Gestão do Território – LAGET/UFRJ; pesquisadora bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A CNPq; membro da Academia Brasileira de Ciências.

Jorge Xavier da Silva, B.Sc. e Lic. UFRJ, 1959; M.Sc. em Geografia, 1963, e Ph.D. em Geografia, 1973, na Louisiana State University (LSU); pós-doutorado em Geografia Física, 1977, na University of Califórnia at Los Angeles (UCLA); livre docente UFRJ, 1989; professor Titular de Geografia, 1989/2006; ex-pesquisador cientista do Nosso Estado pela FAPERJ; ex-pesquisador 1-A do Comitê de Geologia e Geografia Física do CNPq, no qual foi coordenador eleito por três mandatos sucessivos; professor Emérito da UFRJ desde 2006.

**Dissertações de Mestrado defendidas no Programa
de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ)
no período de 1975 a 2011.**

Aluno	Título	Orientador	Área
1975			
Marlene Pereira de Vasconcellos Teixeira	Padrões de ligações e sistema urbano – uma análise aplicada aos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Análise ambiental no sistema costeiro sul oriental do estado do Rio de Janeiro.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Elmo da Silva Amador	Estratigrafia e sedimentação na bacia de Resende (RJ).	João José Bigarella	Planejamento e Gestão Ambiental
Marina Del Negro Coque Sant'Anna	Elaboração de um modelo de estrutura espacial para o sistema administrativo no novo estado do Rio de Janeiro.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
1976			
Iná Elias de Castro	Desequilíbrio e padrões espaciais de desenvolvimento brasileiro.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
Maria Helena Castro Lacorte	Estrutura da rede rodoviária do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição metodológica.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Willian Gonçalves Soares	Regionalização agrícola do estado do Rio de Janeiro – Aplicação de análise fatorial.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
Jorge Soares Marques	Comparações quantitativas entre as baixadas costeiras de Jacarepaguá e Sepetiba.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
1977			
Mariana Helena Souza Palhares de Miranda	Expansão periférica da metrópole carioca: análise dos padrões residenciais na Barra da Tijuca e Jacarepaguá.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
Sônia Auxiliadora Bogado Vieira	Expansão de uma atividade nova em área agrícola tradicional – A pecuária leiteira na baixada campista.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Maristella Azevedo Brito	Fluxos de produtos industriais do estado de São Paulo: aplicação de análise de regressão.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
José Alberto Rueda Quesada	El valor del suelo urbano: el caso de San José, Costa Rica.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
1978			
Rachel Sílvia Jardim Mocellin	Percepção do meio urbano: o caso do Grande Rio.	Lysia Maria C. Bernardes	Organização e Gestão do Território
Olindina Vianna Mesquita	O modelo de Von Thunen: uma discussão.	Maria do Carmo Correia Galvão	Organização e Gestão do Território
Solange Tietzmann Silva	O problema da escala na tipologia agrária: uma aplicação ao Estado de São Paulo.	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território
Albenides Ramos de Souza	Estudo locacional para a implantação de escolas profissionalizantes de 2º grau no município de Nova Iguaçu – RJ.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Maria de Lourdes Rodrigues	Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém- Brasília.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Maria Luiza Gomes Castello Branco	Urbanização e industrialização em São Paulo.	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território
Mario Luiz Chaverri Chacon	Padrão de nível de vida e urbanização na Costa Rica.	Olga Maria B. de L. Fredrich	Organização e Gestão do Território
Sandra Baptista da Cunha	Ambiente e características hidrológicas da bacia do Alto Rio Grande (Nova Friburgo – Rio de Janeiro)	João José Bigarella	Planejamento e Gestão Ambiental
Celeste Rodrigues Maio	Evolução geomorfológica do maciço da Pedra Branca.	João José Bigarella	Planejamento e Gestão Ambiental
Marilourdes Lopes Ferreira	Problemas conceituais e metodológicos na geografia: o conceito regional e métodos de delimitação	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território

1979			
Miriam Lucia Nobre Sobral	Um estudo da organização do espaço agrário do estado do Rio Grande do Norte.	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território
Maria Célia Nunes Coelho	Estudo quantitativo de ambientes: o oeste do estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Luiza Coelho Netto	O processo erosivo nas encostas do maciço da Tijuca, RJ: condicionantes e diretrizes.	Maria Regina Mousinho de Meis	Planejamento e Gestão Ambiental
Mauro Sérgio Fernandes Argento	A planície deltaica do Paraíba do Sul: um sistema ambiental.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Milton Digiacomo	Ecologia fatorial da aglomeração de Florianópolis.	Olga Maria B. de L. Fredrich	Organização e Gestão do Território
Lia Osório Machado	Urbanização e política da integração do norte de Goiás.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Joselita Maria dos Santos Araújo	Contribuição ao estado da pobreza urbana: o caso do Rio de Janeiro.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Maria Hilde de Barros Góes	Ambientes costeiros do estado de Alagoas.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Elizabeth Aiub Hijjar	Conjuntos habitacionais e deslocamentos para o trabalho e compras.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira	Primazia acessibilidade: um estudo do caso.	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território
Josilda Rodrigues da Silva de Moura	O Quaternário superior na região do médio baixo Paraíba do Sul.	Maria Regina Mousinho de Meis	Planejamento e Gestão Ambiental
1980			
Leila Christina Dias Carvalho	Uma interpretação geográfica do acesso a recursos sociais: a saúde em Copacabana.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Rui Erthal	Organização espacial das atividades terciárias em Niterói.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Ana Maria de Souza Mello Bicalho	A pecuária e as transformações do Agreste – O exemplo de Guarabira.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Maria Dolores Buss	Classificação ambiental do sul catarinense para fins turísticos.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
1981			
Tereza Coni Aguiar	Urbanização em Mato Grosso. Um exemplo: Rondonópolis.	Maria Therezinha de Segadas Soares	Organização e Gestão do Território
Angélica Alves Magnago	Tamanho do estabelecimento rural, rendimento e produtividade – O caso do vale do Paraíba Paulista.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Nilo David Coelho Mello	Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro – Um estudo de estratificação sócio-espacial.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Carlos José Caldas Lins	Crescimento dos centros urbanos do Nordeste do Brasil no período de 1960-1970.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
1982			
Luiz Renato Vallejo	Influência do <i>litter</i> na distribuição das águas pluviais.	Maria Regina Mousinho de Meis	Planejamento e Gestão Ambiental
Miguel Ângelo Campos Ribeiro	Padrões de localização industrial e fluxos materiais na área metropolitana de Salvador.	Olga Maria B. de L. Fredrich	Organização e Gestão do Território

Neide Oliveira de Almeida	Delimitação de unidades de manejo ambiental com base em unidades geomorfológicas.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Iracilde Maria de Moura Fé Lima	Caracterização geomorfológica da bacia hidrográfica do Poti.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Dora Rodrigues Hees	Transformações no espaço agrário numa área de fronteira agrícola: a microrregião Médio Tocantins-Araguaia.	Rivaldo P. De Gusmão	Organização e Gestão do Território
Lana Lima Moreira	Complexos Industriais.	Speridião Faissol	Organização e Gestão do Território
Sulamita Machado Hammerli	A racionalização da produção canieira na região açucareira de Campos e seus reflexos sobre a organização do espaço agrário.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Roberto Schmidt de Almeida	Atuação recente da incorporação imobiliária no município do Rio de Janeiro: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Silvete Barbosa	Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca – Alagoas.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
1983			
Antonio José Teixeira Guerra	Delimitação de unidades ambientais na bacia do Mazomba – Itaguaí, RJ.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Júlia Adão Bernardes	Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Wilson Guilherme Acácio	A absorção de mão de obra nos bairros periféricos de Juiz de Fora.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill	Segregação residencial: um estudo de caso.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Irlane Gonçalves de Abreu	O crescimento da Zona Leste de Teresina – Um caso de segregação.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Sandra Corrêa Moura	Aspectos da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscemeira.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
1984			
Ruy Moreira	Contradições fabris, espaço e ordenação de classes (a questão cidade – campo no Brasil).	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Nina Maria de Carvalho Elias Rabha	Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Susana Mara Miranda Pacheco	Produção e reprodução de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Maria Socorro Brito	Mudança na organização do espaço: o novo o velho no Cariri canavieiro cearense.	Rivaldo P. De Gusmão	Organização e Gestão do Território
1985			
Maria Cristina Siqueira dos Santos	Permanência e mudança no uso do solo: o bairro do Jardim Botânico – RJ.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Eliane Alves da Silva	Aplicações do sensoriamento remoto. O estudo da microrregião açucareira de Campos.	Placidino M. Fagundes	Planejamento e Gestão Ambiental
Luiz Antônio Guimarães Pereira	O papel da terra no capitalismo contemporâneo, uma abordagem introdutória.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Leoni Massochini Frizzo	A indústria de material de transporte em Caxias do Sul – RS.	Gervásio Rodrigo Neves	Organização e Gestão do Território
Neuza Maria Costa Mafra	Análise das limitações do uso do solo por suscetibilidade à erosão no município Engenheiro Paulo de Frontin RJ: uma abordagem sob o ponto de vista pedológico.	Franklin dos Santos Antunes	Planejamento e Gestão Ambiental

Onorina Fátima Ferrari	Organização espacial do agreste do sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Carlos Walter Porto Gonçalves	Os limites do “limite do crescimento”: uma contribuição à reflexão sobre a natureza e história	Milton A. dos Santos	Organização e Gestão do Território
Agenor Cunha da Silva	Sedimentação e morfologia do fundo da plataforma continental interna nas proximidades da Ilha do Cabo Frio – RJ	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
1986			
Elizabeth Dezouart Cardoso	O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Marcus Pereira de Mello	Escalas e levantamentos de recursos naturais no estado de Minas Gerais.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Nadja Maria Castilho da Costa	Geomorfologia estrutural dos maciços e litorâneos do Rio de Janeiro.	Hélio Monteiro Penha	Planejamento e Gestão Ambiental
Angela Maria Moreira Martins	O parcelamento da terra no município de Maricá, estado do Rio de Janeiro.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Rogério Haesbaert da Costa	A campanha gaúcha e o resgate da identidade regional.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Luiz Cavalcanti da Cunha Bahiana	Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: escalas em geografia urbana.	Olga Maria B. de L. Fredrich	Organização e Gestão do Território
1987			
Antonio Rodrigues da Silva	Folias de Reis na Baixada Fluminense: reprodução das relações socioculturais do campo no tecido urbano.	Carlos Minc Baumfeld	Organização e Gestão do Território
Regina Coeli Carneiro Marques	Geomorfologia e evolução da região costeira do complexo estuarino lagunar Mundaú-Manguaba – AL.	Gilberto T. Macedo Dias	Planejamento e Gestão Ambiental
Ney Pinto Tavares	O relacionamento morfopedogênico em uma seção transversal ao vale do Caxambu Pequeno no município de Petrópolis – Estado do Rio de Janeiro.	Franklin dos Santos Antunes	Planejamento e Gestão Ambiental
Edna Maia Machado Guimarães	Impacto da urbanização sobre a atividade pesqueira no município de Maricá, RJ.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes	Mudança de uso da terra e erosão: uma avaliação por fotointerpretação e geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Cristina Lemos Ramos	Monitoramento do uso da terra e condições de drenagem em área do Distrito Federal.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Rogério Ribeiro de Oliveira	Estudo sobre a deposição e decomposição da serrapilheira no Parque Nacional da Tijuca – RJ.	Luiz Drude de Lacerda	Planejamento e Gestão Ambiental
Antonia Fernanda Chaves Costa Oliveira	Complexo industrial de Sines: impactos e avaliações.	Luiz Manoel C. Gazanneo	Organização e Gestão do Território
Célia Diogo Alves da Costa	Contribuição ao estudo da mobilidade do trabalho em Miguel Pereira: o caso dos trabalhadores de múltiplas ocupações.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Maria Zélia da Costa Pessoa	Subsídios à bioestratigrafia do quartenário superior no planalto sudeste do Brasil – Região de Bananal – SP – Estudo preliminar.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
1988			
Elba Moraes Rego Toth	Sítios arqueológicos e cacimbas na formação salitre e pinturas rupestres na formação Morro Chapéu – Chapada Diamantina, Brasil – Um estudo interdisciplinar à luz do seu contexto arqueológico, geológico e paleontológico.	Rodi Avila Medeiros	Planejamento e Gestão Ambiental
Paulo Cesar da Costa Gomes	As razões da região.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território

José Antônio Souza de Deus	Os impactos socioambientais da mineração e a resistência cultural e territorial das nações indígenas	Carlos Minc Baumfeld	Organização e Gestão do Território
Marcelo José Lopes de Souza	O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
1989			
Tânia Marques Strohaefer	O bairro de São César: de arrabalde aristocrático à periferia do centro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Miyuki Okuda	Pequena produção agrícola nos municípios de Guaraçá e Andradina – SP.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Ésar Coelho de Segadas Vianna	Recessão e participação feminina no mercado de trabalho no Estado de São Paulo.	Nelson do Valle Silva	Organização e Gestão do Território
Sônia Maria Nunes Ignarra	Arenitos de praia de Itaipuaçu e Jaconé – RJ: origem, idade, distribuição e influência no fluxo de sedimentos.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Hélio de Araújo Evangelista	Uma abordagem geográfica à reivindicação por equipamento sanitário.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
1990			
Alexandre Antonio de Mello Santos	Evolução pedogeomorfológica de áreas colúviais neoguaternárias: Bananal – SP.	Franklin dos Santos Antunes	Planejamento e Gestão Ambiental
Márcio Botelho Junqueira	A legislação urbanística de interesse social: o espaço dos loteamentos.	Carlos Nelson Ferreira dos Santos	Organização e Gestão do Território
Guilherme Camargo Lessa	Hidráulica e sedimentação do canal de Itajuru- Laguna de Araruama (RJ).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Eduardo Peralta Ballester	Previsão do impacto geomorfológico da barragem de Itaocara. Uma avaliação por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Gerônimo Emílio Almeida Leitão	O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970-1988 – Um estudo das relações existentes entre o Estado e o capital imobiliário no processo de produção do espaço urbano.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Carlos Henrique Tavares Corrêa	Contribuição ao estudo evolutivo da restinga da Massambaba – RJ	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Célia Villac	O fitoplâncton como um instrumento de diagnose e o monitoramento ambiental: estudo de caso da baía de Guanabara (RJ, Brasil).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Cristina Weyland Vieira	Fitogeografia, florestas e conservação em Monte Belo, Minas Gerais – Estudo de caso: Fazenda Lagoa.	Jorge Pedro Pereira Carauta	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcos Antonio Pedlowski	Entradas atmosféricas de nutrientes e poluentes no ecossistema da baía de Sepetiba.	Luiz Drude de Lacerda	Planejamento e Gestão Ambiental
Jorge Luiz Barbosa	Modernização urbana e movimento operário.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Maria Lucia Pires Menezes	Parque indígena do Xingu: a construção de um território.	Antônio Carlos de Souza Lima	Organização e Gestão do Território
1991			
Vânia Maria Salomon G. de Carvalho	Morfologia e sedimentação da plataforma continental interna entre Saquarema e Cabo-Frio-RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
César Augusto Lotufo	A ocupação humana do litoral Centro-Sul Fluminense e suas implicações ambientais: uma abordagem interdisciplinar.	Elmo da Silva Amador	Planejamento e Gestão Ambiental
Júlio César de Lima Ramires	As grandes corporações e a dinâmica sócio-espacial – Ação da Petrobrás em Macaé.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território

Silvia Maria Alvarenga	Processamento digital de imagens na percepção do meio ambiente: uma contribuição geomorfológica no sul do Espírito Santo – Brasil.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Reiner Olíbano Rosas	Formação de solos em ambientes montanhoso florestal: maciço da Tijuca, RJ.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Telma Mendes da Silva	Evolução geomorfológica e sedimentação de canais erosivos holocênicos no médio vale do rio Paraíba do Sul.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Gilmar Mascarenhas de Jesus	O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro - 1964-1989).	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Ademir Araújo da Costa	Tecnologia x desemprego: o caso da região salinera de Macau-RN.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Orane Falcão de Souza Alves	Associações de molusco e equinodermas da plataforma continental interna entre Cabo Frio e Saquarema (RJ) e suas características ambientais.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
João Baptista Ferreira de Mello	O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira (1928-1991) - Uma introdução à Geografia Humanística.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Evaristo de Castro Júnior	O papel da fauna endopédica na estruturação física do solo e implicação na hidrologia de superfície.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Cristina do Socorro Fernandes de Senna	Condições paleoambientais relacionadas à ocupação da baía de Guanabara, planície costeira do rio São João e litoral de Cabo Frio por sociedades pré-históricas - Coletores e pescadores do litoral.	Elmo da Silva Amador	Planejamento e Gestão Ambiental
Carlos Edgar de Deus	O papel da escavação do gênero ATTA no controle da hidrologia e erosão do solo em ambiente de pastagem – Bananal (SP).	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Eduardo Luiz Pereira Rodrigues	Ideologia e meio ambiente – A construção de uma imagem pela imprensa carioca.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Annabella Blyth	Cristalização espacial e identidade cultural: uma abordagem da herança urbana (o Saara, na área central da cidade do Rio de Janeiro).	Ana Clara Torres Ribeiro	Organização e Gestão do Território
Aureanice de Mello Correa	Condomínio Novo Leblon, Barra da Tijuca, RJ: uma maternidade do capital.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Márcio Piñon de Oliveira	Bangu: de fábrica-fazenda a cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Benedita Aglai Oliveira da Silva	Variação nas margens da lagoa de Maricá e a colonização vegetal dos cordões arenosos.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Vera Schrader Serpa	O subcentro comercial do Méier: contribuição ao estudo da estrutura varejista intra-urbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
1992			
Eli Alves Penha	A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
João Carlos de Miranda	Intercepção das chuvas pela vegetação florestal e serrapilheira nas encostas do maciço da Tijuca: Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Rui Nuno Lopes T.R. Costa	Pensar o mar para poder pescar: o espaço da pesca de litoral na baía de Sepetiba, RJ.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Mônica Sampaio Machado	A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Rodolfo Valentin Bertonecello	O processo de modernização e espaço local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ).	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território

Ana Cristina Teixeira Bonecker	Relações espaciais e temporais entre parâmetros bióticos e abióticos na baía do Espírito Santo (ES).	Jorge da Silva Xavier	Planejamento e Gestão Ambiental
José Augusto Guedes Falcão	Turismo internacional no Rio de Janeiro: mecanismos de circulação e transferência de renda.	Leila Christina Duarte Dias	Organização e Gestão do Território
Carlos Santos	A paisagem sanitária de Porto Velho – Rondônia.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Isabel Cristina Eiras de Oliveira	Desejo e desenho na Amazônia urbana.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Inês Aguiar de Freitas	Em nome do pai: a geografia dos jesuítas no Brasil nos séculos XVI, XVII, XVIII.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Maria Goretti da Costa Tavares	O município do Pará, a dinâmica territorial – municipal de São João do Araguaia.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Antônio Paulo de Faria	A erosão em microbacias e suas consequências sobre os canais fluviais efêmeros, intermitentes e perenes.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Sonia Maria Soares Moura	A cidade na escola: um confronto de visões.	Nilda Guimarães Vargas Netto	Organização e Gestão do Território
Werther Holzer	Geografia Humanista – sua trajetória de 1950 a 1990.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Mônica Martins Coimbra	A contribuição para os estudos da evolução de esporões lagunares – Lagoa de Araruama – RJ.	Mauro Sérgio Fernandes Argentio	Planejamento e Gestão Ambiental
Khalil Antônio Dib	O transporte de sedimentos em suspensão e a concentração de metais pesados em sedimentos de fundo nos rios da baixada de Sepetiba.	Mauro Sérgio Fernandes Argentio	Planejamento e Gestão Ambiental
Raimundo Lopes de Mello	Acre – Um espaço em transformação.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Eliomar Pereira da Silva Filho	Movimentos de massa na vertente sul florestada do maciço da Tijuca: casos de fevereiro/1988 nas estradas Dona Castorina e Vista Chinesa.	Franklin dos Santos Antunes	Planejamento e Gestão Ambiental
João Eduardo de Alves Pereira	Itujubã e Santa Rita do Sapucaí: a construção de um polo científico – tecnológico no sul de Minas Gerais.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
1993			
Sergio Fernandes Alonso	A espacialidade do partido dos trabalhadores.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Sérgio Augusto de Miranda Chaves	A palinologia como suporte a estudos de impactos ambientais em Bananal – SP/RJ.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Jacqueline Albino	Morfodinâmica e processo de sedimentação das praias da Barra de São José do Barreto, Macaé – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Manoel Augusto de Andrade Magina	Espaço agrário e modernização produtiva. Uma abordagem espacial dos investimentos públicos o Vale de São João (RJ).	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Maria Luiza Portes Rizzo Assunção	A espacialidade das relações entre circuitos superior e inferior da economia urbana: a reciclagem de papel no Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Rejane Cristina de Araújo Rodrigues	O imaginário oligárquico no programa de irrigação do Nordeste.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Anice Esteves Afonso	Indicadores morfométricos da evolução de sistemas de drenagem na região do Rio Paraíba do Sul (SP/RJ).	Josilda Rodrigues da Silva Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Josefa Varela Guerra	Minerais pesados como indicadores de paleodrenagem e direção de transporte de sedimentos na plataforma continental entre Saquarema e Arraial do Cabo – (RJ).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental

Glauco Bienenstein	Acumulação de capital e espaço urbano: o exemplo do shopping center.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Ana Cristina Lima Barreiros da Silva	A produção do espaço em Porto Velho – Rondônia. O papel de um agente múltiplo: um estudo de caso.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Estocagem de sedimentos em cabeceiras de drenagem em anfiteatro – médio vale do rio Paraíba do Sul (SP/RJ).	Josilda Rodrigues da Silva Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Cristina Lontra Nacif	Rede urbana do Sudeste: uma análise através dos fluxos telefônicos.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Carlos Alberto Franco da Silva	Gestão do território e questão regional: complexo industrial portuário de Suape.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Ivaldo Gonçalves de Lima	Fragmentação política e territorial em Carajás	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Christina Thereza Bassani Teixeira Bastos	Distribuição espacial e temporal do fitoplâncton e suas relações com os fatores ambientais na baía de Espírito Santo (ES, Brasil).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Andres Choquehuanca Huanca	A bacia hidrográfica do rio Ayaviri – Peru.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Eunice Isaías da Silva	Agroindústria da cana em Goiás: transformações espaço-sociais e o trabalho da mulher canavieira.	Rosa Esther Rossini	Organização e Gestão do Território
Carla de Brito Reis	A localização da população de alto status em Santo Ângelo – RS.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Ângela Nunes Damasceno	Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro no século XIX.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Alberto Costa Lopes	A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda – 1940-1993.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Luciana de Lima Martins	Friedrich Ratzel através de um prisma.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Claudio Barbosa da Costa	O negócio da terra: a expansão urbana de Araruama.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Rosalina Maria da Costa	Em busca do espaço perdido – A reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Patrícia Aparecida Bezerra de Oliveira Lima	A atividade pesqueira em Arraial do Cabo: uma avaliação de sua importância para a gestão do território.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
1994			
Regina Coeli Zuma Moreira Barbosa	Padrão espacial e segregação residencial em Harare – Zimbábue: herança do passado colonial e permanência após a independência.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
André Scarombone Zaú	Variações da cobertura vegetal, escoamento e erosão superficiais no morro Sumaré, Parque Nacional da Tijuca-RJ.	Ana Luiza Coelho Neto	Planejamento e Gestão Ambiental
Luiz Saavedra Baptista Filho	Dinâmica sedimentar da plataforma continental interna a ilha do Cabo Frio e Cabo de Búzios – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Paulo César Peiter	O desenvolvimento das redes elétricas de transmissão de energia elétrica no Brasil: dos sistemas locais aos sistemas interligados regionais.	Leila Christina Duarte Dias	Organização e Gestão do Território
Carlos Eduardo Santos Maia	Segregação residencial urbana (análise teórica e síntese comparativa entre as perspectivas positivista e marxista).	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
1995			
Luiz Mendes de Carvalho Filho	Preprocessamento: conexão entre aquisição e processamento dos dados.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental

Maria da Conceição Caetano Melo Resende	Processos sedimentares naturais e antrópicos na laguna de Piratininga - Niterói, RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe Maria Augusta M. da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Alexander Josef Sá Tobias da Costa	Modificações no comportamento hidrológico de bacias hidrográficas no município do Rio de Janeiro (RJ) em função da urbanização.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Marta Foeppel Ribeiro	O sensoriamento remoto em base orbital aplicado à geomorfologia: uma contribuição analítica.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Francisco Evandro Oliveira Aguiar	As alterações climáticas em Manaus no século XX.	Ana Maria de Paiva Macedo Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcelo Eduardo Dantas	Controles naturais e antropogênicos da estocagem diferencial de sedimentos fluviais: bacia do rio Bananal, médio vale do rio Paraíba do Sul.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Cristina de Oliveira Dias	Degradação ambiental do ecossistema marinho da baía do Espírito Santo vista através do estudo da espécie <i>Arria Lilljborgi</i> (<i>Copepoda Crustacea</i>).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Christine Coelho Santos	Relações entre atores físicos e a comunidade zooplancônica na baía do Almirantado e regiões costeiras da Ilha Elefante (Antártica).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Dionê Maria Marinho Castro	Gestão ambiental de bacias hidrográficas. Vertentes técnico-científica e político-institucional – O caso região dos Lagos.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Marcelo Vinícius de La Rocha Domingues	Superporto do Rio Grande: plano e realidade. Elementos para uma discussão	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Carmem Beatriz Silveira	O uso residencial na área central do Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Rosane Coreixas Biasotto	Os pescadores de Itaipu: a construção de uma territorialidade.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Sonia Bastos de Souza	Organizações não governamentais e redes: uma visão geográfica.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Laís Almeida de Menezes	Em busca de um novo padrão de desenvolvimento: o ambientalismo e as formulações de políticas públicas na Amazônia.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Eloisa Carvalho de Araujo Silva	Produção do espaço-paisagem na periferia rural-urbana de Niterói: o caso da área em torno da estrada velha de Maricá.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Adriana Dorfman	A escala regional e as estratégias nacionais: a triticultura gaúcha e o MERCOSUL.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
1996			
Nelson da Nóbrega Fernandes	O “raptio ideológico” da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945).	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Valéria Grace Costa	A mobilidade residencial: um estudo de caso na favela Pau da Fome, município do Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Regina Célia de Mattos	O papel das pequenas e médias empresas no contexto das recentes mudanças de ordem internacional: análise e algumas tendências.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Vinícius de Albuquerque Maranhão	Pantanais Matogrossenses: da caça e pesca ao ecoturismo.	Leila Christina Duarte Dias	Organização e Gestão do Território
Celso Vicente Mussa Tavares	Padrões de localização de bancos privados no Brasil.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Augusto César Pinheiro da Silva	Gestão e território: as práticas corporativas de uma empresa na gestão do seu território – O caso da Fleischmann & Royal no Nordeste Fluminense.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território

Marco Antonio de Carvalho Oliveira	Utilização de documentos cartográficos na avaliação de processos de sedimentação em ambientes estuarinos: um estudo de caso na baía da Guanabara (RJ- Brasil).	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Leila Aparecida da Silva Kraus	A utilização do geoprocessamento na estimativa de áreas com potencial para desova de peixes e com diferentes qualidades de água na baía da Guanabara.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Waldir de Carvalho Júnior	Modelos de planejamento agrícola conservacionista com suporte de geoprocessamento – Estudo de caso nos municípios de Paty de Alferes e Miguel Pereira – RJ	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Jorge Hamilton Souza dos Santos	Análise por geoprocessamento da ocupação na franja costeira ao norte da cidade de São Luís – MA.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Francisco Leite Santiago	Modelagem digital de parte da baixada de Sepetiba e dos maciços circunvizinhos e algumas análises de risco e potencial, através do SAGA/UFRJ.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Márcia Aguiar de Barros Assumpção	Contribuição à reconstrução paleoambiental da transição Pleistoceno/Holoceno no médio vale do rio Paraíba do Sul.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcos Figueiredo	Erosão dos solos da gleba Falcão – Cáceres – MT.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Carla Maciel Salgado	Erodibilidade de coberturas sedimentares/pedológicas e variabilidade espacial de propriedades pedológicas físicas em cabeceiras de drenagem em anfitheatro - Bananal (SP/RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Rosângela Garrido Machado Botelho	Identificação de unidades ambientais na bacia do rio Cuiabá (Petrópolis-RJ) visando o planejamento de uso do solo.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Murilo Cardoso de Castro	Natureza do Sistema Geográfico de Informação.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
1997			
Raúl Sánchez Vicens	O transporte de sedimentos em suspensão como parte da análise ambiental da bacia hidrográfica do rio Mazomba	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Vicente Paulo dos Santos Pinto	A implantação da reserva de desenvolvimento sustentável Maimirauá: um caso no processo de reorganização territorial da Amazônia brasileira no final do Século XX.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Marlene Maria Moreira Guimarães	O nível técnico, organização do trabalho e reorganização do espaço: o caso da indústria do esmagamento da soja em Rondonópolis – MT.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Vitor Ribeiro Filho	Mobilidade residencial em Manaus: uma análise introdutória.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Rudolf de Noronha	Emancipação municipal: implicações espaciais da divisão político-administrativa do território fluminense.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Regina Cohen Barros	Agricultura e propriedades do solo em área de relevo acidentado: Paty do Alferes – RJ.	Ana Maria de Sousa Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Ana Valéria Freire Allemão	Recarga e drenagem em solos florestados: o papel dos sistemas radiculares.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Carla Semiramis Silveira	Hidrogeoquímica em sistema de drenagem montanhoso – florestal: subsídio à compreensão do processo de intemperismo, Parque Nacional da Tijuca – RJ.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Kouakou N'Dri Rémi	Complexos agroindustriais: dinâmica de povoamento e impactos ambientais. Uma avaliação por geoprocessamento da subprefeitura de Dabou (Côte D'voire).	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
José Danilo Lopes de Oliveira	Recursos naturais e desenvolvimento sustentável - Um estudo de caso da indústria de rochas ornamentais no Estado do Ceará.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território

Otavio Miguez da Rocha Leão	Potencialidade e limitações da revegetação no controle da hidrologia e erosão de solos.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Antônio Soares da Silva	Comportamento físico e erosão dos solos em uma toposequência em Correias (Petrópolis-RJ).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Nilson Rendeiro Pereira	Avaliação ambiental com utilização de técnicas de sensoriamento remoto e Sistema de Informações Geográficas para fins de planejamento agrícola –Estudo aplicado ao município Engenheiro Paulo de Frontin – RJ.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
1998			
Ana Lúcia Roque Rangel	A bacia do rio Estrela: subsídios ao monitoramento ambiental da baía de Guanabara.	Mario Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Luis Fernando Hansen Gonçalves	Avaliação e diagnóstico da distribuição espacial e temporal dos movimentos de massa com a expansão da área urbana em Petrópolis – RJ.	Antonio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Guilherme Borges Fernandez	Caracterização morfodinâmica do prisma praial sob influência de sedimentos fluviais, no embaiamento Rio das Ostras – Cabo Búzios, RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Manoel do Couto Fernandes	Geoecologia do maciço da Tijuca – RJ: uma abordagem geohidrológica.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcus Felipe Emerick Soares Cambra	Movimentos de água na porção superior de solos sob pastagem: o papel dos sistemas radiculares.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Andreia Maria Lopes Bentes	Estudo da variabilidade morfodinâmica de quatro praias situadas no setor centro-norte do Estado do Rio de Janeiro.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Mario Sérgio Ximenez de Souza Rodrigues	Meio - fauna e dinâmica praial: um estudo em microescala em ambiente de alta energia.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Zoroastro Ferreira Lima Netto	Impactos ambientais decorrente do uso do solo na área litorânea entre Niterói - Manilha – RJ.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Célia Alves de Souza	Bacia hidrográfica do córrego Piraputanga (MT): avaliação da dinâmica atual.	Sandra Baptista Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcello Motta de Freitas	Comportamento hidrológico e erosivo de bacia montanhosa sob uso agrícola: estação experimental do rio Boa Vista – Nova Friburgo – RJ.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Sônia Vidal Gomes da Gama	Mapeamento digital de (in)compatibilidade do uso dos solos na XIX Ra. de Santa Cruz - município do Rio de Janeiro.	Josilda da Silva Rodrigues de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Andrelino de Oliveira Campos	Do Quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Paulo Frederico Hald Madsen	Utilização do geoprocessamento como suporte à gestão do território nos municípios: uma contribuição metodológica para tratamento dos dados espaciais.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Luzineide Dourado Carvalho	A pequena produção capitalizada da região agrícola da Irecê: permanência e estratégias.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Adriana de Sá Barcelos Cavaco	Limitações e perspectivas da viabilização da reforma urbana dos “Novos Planos Diretores”: reflexões com base nos casos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Renata Ribeiro de Oliveira	Inovações produtivas e seus atores no espaço rural do Rio de Janeiro: a truticultura e caprinocultura Leiteira no município de Nova Friburgo.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Antonio Alves da Silva	O complexo agroindustrial da soja no cerrado Mato-grossense: um modelo de construção de um novo espaço capitalizado no sudeste do Estado de Mato Grosso.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território

Ana Paula Correia de Araujo	Alternativas tecnológicas na agricultura de Nova Friburgo: um caminho para o desenvolvimento sustentável.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Teresa Mônica Mavingenier de Andrade Ramos	Interações espaciais no estado de São Paulo: uma análise comparativa entre dois tipos de rede.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
1999			
Paula Iervolino	Mapeamento do potencial de ocorrência de feições erosivas com base em geoprocessamento - Barra Mansa (RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Adoréa Rebelo da Cunha Albuquerque	Impactos ambientais na bacia do Igarapé do Leão – Manaus (AM).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Elsa Esteves de Carvalho	Análise espaço-temporal das regiões administrativas de Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba – município do Rio de Janeiro – RJ – Uma perspectiva metodológica para o uso da terra por geoprocessamento.	Mauro Sérgio Fernandes Argentio	Planejamento e Gestão Ambiental
Décio Rodrigues Goulart	Diagnóstico da suscetibilidade à erosão dos solos da bacia hidrográfica de Bonfim – Correas Petrópolis/RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Lauro Luiz Francisco Filho	O uso do geoprocessamento como apoio na gestão do município.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Denize Amaral dos Santos	Avaliação da suscetibilidade à erosão superficial hídrica dos solos no município de Paty de Alferes- RJ.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Paula Terzinha Tudesco Macedo de Oliveira	Relações entre o crescimento urbano e as características da drenagem fluvial no município de Teresópolis - RJ.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Patrícia Azucena Sacipa Rodriguez	Ordenamento territorial: do controle à democratização.	Paulo César Gomes da Costa	Organização e Gestão do Território
Léa Caban	A fronteira do Guaporé: o processo de apropriação de terras e a organização do espaço agrário.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Elias da Silva	O papel da cidade de Rondonópolis no complexo agroindustrial no Sudeste de Mato Grosso.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Bernardo Cardoso de Castro	Adensamento urbano no Centro-Sul de Rondônia.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Maria Edícia Sampaio Macambira	Limites e perspectivas do polo petroquímico do Estado do Rio de Janeiro.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Ana Lúcia Vieira de Azevedo	Informação Geográfica e imprensa: o caso do desenvolvimento sustentável.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Pierre Alves Costa	A geografia da indústria de química fina na região metropolitana do Rio de Janeiro - Um estudo de caso: o polo de química fina de Jacarepaguá (RJ).	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Jurandyr Carvalho Ferrari Leite	Projeto geopolítico e terras indígenas – dimensões territoriais da política indigenista.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Ivete Oliveira Rodrigues	O espaço agrário na sociedade urbano industrial: o exemplo da produção de hortaliças no município de Teresópolis.	Maria do Carmo Correia Galvão	Organização e Gestão do Território
2000			
Roberta de Souza Ramalho	Análise ambiental do potencial turístico da vertente sul do maciço Gericinó-Mendanha – Zona Oeste do município do Rio de Janeiro	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Plínio Enrique Perez Laurie	A gestão ambiental na indústria da celulose, uma análise comparativa: Aracruz celulose, Espírito Santo – Brasil e Grupo Santa Fé, Região do Rio – Chile.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Alexandre Younes Ribeiro	Balanço sedimentar num sistema de dunas frontais sob o regime de ventos dominantes da terra para o mar – Praia de Massamba, Arraial do Cabo – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental

Analia Margarita Romanello	Aplicação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) na avaliação da qualidade de vida.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Maria Helena Palmer Lima	O processo de emancipação municipal no Estado do Espírito Santo.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Dulce Santoro Mendes	Geoestratégia e técnica nas representações do Rio Colonial.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Maria Elia dos Santos Vieira	Turismo, produção do espaço e desenvolvimento local no litoral oeste cearense: o caso de Cumbuco (município de Caucaia).	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Cristiane Moreira Rodrigues	Monumentalidade e poder na construção das cidades: um estudo sobre projetos urbanos não realizados no Rio de Janeiro da segunda metade do séc. XIX.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Mauro Gil Ferreira e Silva	O papel dos médicos na valorização das áreas litorâneas das áreas da cidade do Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Tatiana Silva Pereira	Imaginário espacial e discurso: o caso das favelas cariocas e o noticiário dos jornais.	Paulo César Gomes da Costa	Organização e Gestão do Território
Aluizio Marcelo Costa Lima	Estudo do comportamento morfodinâmico de quatro praias da Ilha Grande – Angra dos Reis, RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Mario Bastos Fernando Caíta	Angola: Estado-Nação, movimentos sociais e disputas territoriais – O caso da Província de Ngangela.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Bruno Henrique Coutinho	Domínios geohidroecológicos e padrões de fragmentação da Mata Atlântica, bacia do rio Macacu – RJ.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Eduardo Soares Álvares da Cruz	Reativação erosiva e revegetação em cicatrizes de movimento de massa: estação experimental da cicatriz do Pico do Papagaio/Maciço da Tijuca – RJ.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Jan Carlos da Silva	Os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1841-1925.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos	O Campus da UFRJ na Ilha do Fundão: análise de sua localização e organização espacial.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
2001			
Marcelo Paiva da Motta	O centro da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: reflexões sobre a noção de “área central” na cidade do passado.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Lucia Helena da Silva Cezar	Horticultura do tomate e organização do território em São José de Ubã – Noroeste Fluminense.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Ricardo Cárdenas Jansen	Distribuição dos sistemas radiculares em encostas florestais e sua influência sobre a infiltração.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Rogério Botelho de Matos	A rede de lugares centrais no estado de Minas Gerais.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Lilia Márcia de Almeida Silva	Periferia rural-urbana: um estudo de Ipiíba – São Gonçalo – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Leticia Parente Ribeiro	As cidades-gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: interações espaciais na fronteira Brasil – Paraguai.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Bianca Carvalho Vieira	Caracterização <i>in situ</i> da condutividade hidráulica saturada dos solos e sua influência nos escorregamentos da bacia do rio Papagaio, maciço da Tijuca (RJ).	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Rafael Winter Ribeiro	A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização ao combate à seca (1877-1909).	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Adriana Filgueira Leite	Estudo hidro-geoquímico em uma pequena bacia de drenagem montanhosa- rural: Alto vale do rio Fortaleza, Bananal – SP.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental

Leonardo Esteves de Freitas	Transformações geoecológicas, hidrológicas e erosivas em ecossistemas florestais de encosta: o papel da recorrência de incêndio.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Lucia Lorini	O geoprocessamento como apoio às análises de habitat e à biologia da conservação: o mico-leão-da-cara-preta, <i>Leontopithecus caissara</i> , um estudo de caso.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Vanessa Guerra Person	A interação do geoprocessamento às análises de viabilidade de populações: o mico-leão-da-cara-preta, <i>Leontopithecus caissara</i> : um estudo de caso.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Mario Luiz Diamante Aglio	Propostas de procedimentos para simbolização e controle da qualidade em mapas pedológicos.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Fabiano Soares Magdalen	O território nas constituições republicanas brasileiras: interpretando a estrutura federativa do Brasil.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
José Eduardo Bezerra da Silva	Dinâmica do uso do solo e diagnóstico ambiental das sub-bacias do rio Tindiba e córrego do Catonho, Jacarepaguá, Rio de Janeiro.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Isabelle Macedo Gomes	A chegada de novas infraestruturas no Rio de Janeiro: o caso do sistema de esgotos sanitários.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Ivone Lopes Batista	Dinâmica metropolitana e emprego industrial.	Ébora Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Marília Leite Cafezeiro	Santa Tereza, espaço estruturando e espaço praticado.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Ronaldo Goulart Duarte	A contribuição dos transportes públicos para a contínua redefinição da centralidade de Madureira.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Luis Carlos Tosta dos Reis	O processo de descentralização das atividades varejistas em Vitória – ES: um estudo de caso.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Maria de Fátima Pereira Abrantes	Da alfabetização cartográfica à formação de leitores críticos de mapas: um desafio para os professores.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Alice Alkmin Andrade	Transformação em curso no perfil econômico e sócio-espacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no Noroeste Fluminense.	Maria do Carmo Galvão	Organização e Gestão do Território
Fabio Ferreira de Campos	A comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicos e a inserção do agricultor no Estado do Rio de Janeiro.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Ileana Saraiva de Alencar Mota	Avaliação da erosão marginal e transportes de sedimentos na sub-bacia de Riacho Fundo – DF.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
2002			
Ébora Rodrigues Barbosa	O conforto ambiental na interface saúde – meio ambiente na área central da região administrativa de Bangu – município do Rio de Janeiro	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Andréa Carmo Sampaio	Considerações sobre a evolução geológica-geomorfológica recente da baía de Sepetiba – litoral sudoeste do Estado do Rio de Janeiro	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Edson Soares Fialho	Análise temporoespacial do campo térmico na Ilha do Governador/RJ em episódios de verão e inverno.	Ana Maria de Paiva Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental
Fabio Bonatto	Transformações na paisagem natural de Boa Vista, Roraima: um diagnóstico ambiental por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Paulo Roberto Russo	A distribuição das concentrações de partículas em suspensão na atmosfera da porção centro-oriental do município do Rio de Janeiro: considerações preliminares sobre a correlação saúde pública e poluição atmosférica.	Ana Maria de Paiva Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental

Rafael Silva de Barros	Estimativa de parâmetros físico-químicos da água com suporte de sensoriamento remoto: estudo de caso – Baía de Guanabara.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Cristina Ferrante Vieira	Controles morfológicos para a iniciação de canais em encostas naturais por fluxos superficiais: evidências de campo e modelagem.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Vivian Castilho da Costa	Análise do potencial turístico das RA's de Campo Grande e Guaratiba (RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Roberto Arnaldo Trancoso Gomes	Condicionantes geomorfológicos e o efeito de escala cartográfica na previsão de áreas críticas a deslizamentos.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Mario Roberto Trowpowsky Livramento Gonçalves Ribeiro	Bairro de Guadalupe: o processo de consolidação de um bairro a partir de uma experiência governamental no campo da habitação popular.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Carlos Augusto Portela Senna	Vulnerabilidade de paisagens como suporte ao zoneamento ambiental do maciço de Mendanha – Rio de Janeiro.	Mauro Sérgio Fernandes Argentio	Planejamento e Gestão Ambiental
Rebeca Steiman	A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Leonardo Carneiro de Oliveira	A rede de empreendimentos turísticos e sistema de informações: contexto e desafio em Paraty (RJ).	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
2003			
Rodrigo Ramos Hospodar Felipe	A Metáfora da Guerra.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Andréa Paula de Souza	Monitoramento da erosão de solos durante eventos pluviométricos: subsídio à compreensão dos processos erosivos em ambiente agrícola serrano.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Viviane Torres Vieira	Efeitos do crescimento urbano sobre os canais: drenagem do rio Paqueta, Teresópolis-RJ.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcel Rocha Soares Lopes	Caracterização e gênese de solos desenvolvidos a partir de sedimentos da formação de barreiras no município de Campos – RJ.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
David Canabarro Savi	Efeito da construção de um quebra-mar sobre os processos morfodinâmicos e sedimentares na enseada dos Anjos, Arraial do Cabo, RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Rosuita Helena Roso	Avaliação da aplicabilidade dos conceitos de morfodinâmica de praia no planejamento de desembarques anfíbios.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Antonio Lisboa	A questão ambiental no espaço agrário: possibilidades para um diálogo.	Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Planejamento e Gestão Ambiental
Braz Calderano Filho	Visão sistêmica como subsídios ao planejamento agro- ambiental da microbacia do córrego Fonseca de Nova Friburgo – RJ.	Mauro Sérgio Fernandes Argentio	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcio da Rocha Francelino	Caracterização da cobertura sedimentar e do transporte de antepiraia e plataforma continental interna no embaçamento entre os rios Itabapoana e Paraíba do Sul – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Luciano Marin Lucas	Rede drenagem urbana em área tropical: mudança da morfologia do canal e níveis das águas – Rio dos Macacos – RJ.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Carolina Lima Vilela	Comportamento erosivo de solos sob revegetação em cicatriz de movimento de massa.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Achiles D'Ávila Chirol	Relações solo-fauna durante sucessão florestal em cicatrizes de movimentos de massa.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Alexandre José Almeida Teixeira	Classificação de bacias de drenagem com o suporte do sensoriamento remoto e do geoprocessamento: o caso da Baía de Guanabara.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental

Tâmara dos Santos Bezerra	Enchentes na Grande Tijuca: percepção por alunos de 5ª. série do ensino fundamental.	Ana Maria de Paiva Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental
Nilton Abranches Júnior	O ambiente visto pela Geografia Agrária brasileira: de 1939 a 1995.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Margarida Maria Carneiro Leão Mattos	Federalismo a gestão do território no Brasil: o caso das regiões integradas de desenvolvimento.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Luziane Mesquita da Luz	Suscetibilidade da paisagem na zona costeira do município de Macaé e indicadores de qualidade ambiental da orla marítima – litoral Norte Fluminense.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Helena Custódio do Carmo	Mudanças na dinâmica do canal Santa Amélia em função da urbanização: Belford Roxo – RJ/ verão 2001-2002.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
2004			
Pedro Nogueira Gonçalves Diogo	Ação econômica local e royalties do petróleo na área de influência da bacia de Campos.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Leonardo dos Passos Miranda Name	Rio de cinema - “made in Brazil, made in everywhere”. O olho norte-americano construindo e singularizando a capital carioca.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Rafael Sathler	Influência da orientação, declividade e morfologia de encostas nos conteúdos em matéria orgânica de solos da bacia do rio Bonito – Petrópolis/RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Caroline Bezerra Natal	O mundo rural na vitrine: o turismo e as transformações sócio-espaciais em São Pedro da Serra	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Romay Conde Garcia	Cadastro técnico municipal: estruturação de um sistema de informações para a gestão do espaço urbano	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Osni de Luna Freire	Hierarquia urbana e modernização da agricultura na BR-163, MT.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Cleber Marques de Castro	Vulnerabilidade dos sistemas hídricos e riscos ambientais em Volta Redonda (RJ).	Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Planejamento e Gestão Ambiental
Elen Araújo de Barcellos	A redivisão do território brasileiro: o caso do estado do Amazonas.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Samir de Menezes da Costa	Contribuição metodológica ao estudo da capacidade de carga turística em áreas preservadas: o caso da unidade de conservação do Gericinó – Mendanha (RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Rodrigo Otavio Néri de Campos Basile	Estrutura da floresta Atlântica de encosta e arquitetura de raízes arbóreas - Maciço da Tijuca - RJ.	Ana Luíza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Hugo Portocarrero	Monitoramento hidrológico em voçoroca submetida a práticas de RAD: Morro do Radar- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão- Antonio Carlos Jobim.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
João Luiz de Figueiredo Silva	Sistema produtivo, políticas públicas e território: a geografia econômica fluminense frente aos novos paradigmas produtivos.	Frédéric Monié	Organização e Gestão do Território
Carla Bilheiro Santi	Processo de uso e ocupação do solo e modelagem de previsão de zonas saturadas no relevo: subsídio para o estudo de enchentes (Maciço Madureira/ Nova Iguaçu/RJ).	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Monika Richter	Geotecnologias no suporte ao planejamento e gestão de unidades de conservação. Estudo de caso: Parque Nacional de Itatiaia.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Aixa Terezinha M. De Oliveira	Turismo nas políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia: o caso de Presidente Figueiredo – AM.	Ana Maria Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Paulo Jorge Vaitsman Leal	Relação entre fluxos subterrâneos de vales vizinhos e a expansão da rede de drenagem via voçorocamentos na bacia do rio Piracema, Bananal, SP.	Ana Luíza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental

Roberta Carvalho Arruzo	Relações entre técnica, trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Rafael Albuquerque Xavier	A influência das estruturas geológicas e da posição topográfica no desenvolvimento de regolitos: bacia do alto rio Fortaleza, Bananal (SP).	Ana Luíza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Ricardo Santos Corrêa	Efeitos dos incêndios florestais na zona de enraizamento em encostas íngremes: vertente norte, maciço da Tijuca, RJ.	Ana Luíza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Simone Cardoso Ribeiro	Susceptibilidade aos processos erosivos superficiais com base na dinâmica geomorfológica na microbacia do rio Grangeiro, Crato-CE.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Laura Delgado Mendes	Tectônica, rede de drenagem e sedimentação no planalto serrano do estado do Rio de Janeiro: o caso da bacia do rio Bonito (Petrópolis-RJ).	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
2005			
Marcela do Nascimento	A importância da posição geográfica na evolução urbana de Paraty/RJ.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Andrea de Souza Ribeiro	Atuais dinâmicas socioespaciais: a habitação em Juiz de Fora – MG.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Maria Amélia Vilanova Neta	Geografia e literatura: decifrando a paisagem dos mocambos de Recife.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Luís Angelo dos Santos Aracri	Informatização agrícola no cultivo da soja em Mato Grosso: técnica trabalho e reorganização do território.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
João Vicente Marques Lagüéns	Territorialização e constituição de sujeitos políticos no orçamento participativo.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
André Reyes Novaes	A iconografia das drogas ilícitas na imprensa (1975-2002)	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Glauco Bruce Rodrigues	Geografias insurgentes: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento <i>hip hop</i> .	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Maria Alcina Quintela	O lugar das festividades religiosas no espaço urbano do Rio de Janeiro (1830-1910).	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Patrícia Feitosa Souza	Valorização das minas de bauxita e as (re)estruturas espaciais no médio Amazonas Paraense.	Maria Célia Nunes Coelho	Organização e Gestão do Território
Isabela Castro de Paula	Sonho realizado ou princípio das desilusões? Organização espacial e qualidade de vida no assentamento rural Zumbi dos Palmares – RJ.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Claudio Stenner	Organização e participação social na Amazônia: uma contribuição ao tema.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Flávia Moraes Lins de Barros	Risco e vulnerabilidade à erosão costeira no município de Maricá, Rio de Janeiro.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Juliere Gomes da Silva	Análise tridimensional da distribuição da matéria orgânica em horizonte superficial de encosta na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira	Uso de indicadores funcionais globais no diagnóstico geobiofísico de casos de fragmentação de Floresta Atlântica na bacia do rio Macacu (RJ).	Evaristo de Castro Júnior	Planejamento e Gestão Ambiental
Simone Ferreira Garcia	Erosão dos solos e alteração da microestrutura de um latossolo vermelho/ amarelo submetido a diferentes tratamentos em uma estação experimental (Petrópolis-RJ).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Claudia Blanco de Dios	Aplicabilidade da legislação ambiental na gestão de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental

Claudia Romaneli Nogueira	Distribuição espacial da população na bacia hidrográfica da baía de Guanabara: uma contribuição metodológica através do uso de sensoriamento remoto.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Sandra Cristina Pinheiro da Silva	Uso e conservação do solo e da água na bacia do rio Itamarati, Petrópolis (RJ).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
2006			
André Batista de Negreiros	Resposta geohidroecológicas em clareira de deslizamento numa encosta florestada: alto do rio dos Macacos, Maciço da Tijuca (RJ).	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Cristiane de Sousa Mota Adiala	Efeitos de políticas públicas em cidades de fronteira: Uruguiana e Sant'ana do Livramento (RS).	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Eduardo Vieira de Mello	Alterações tecnogênicas em sistemas fluviais no município de Volta Redonda, médio vale do rio Paraíba do Sul.	Maria Naíse de Oliveira Peixoto e Telma Mendes da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Fábio de Oliveira Neves	Geografia dos resíduos sólidos do Rio de Janeiro: entre os direitos e deveres do cidadão	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Felipe de Noronha Andrade	Avaliação da heterogeneidade das formas de húmus em distintas escalas numa paisagem fragmentada de Floresta Atlântica de Tabuleiros – Sooretam, ES.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
Frederico Roza Barcellos	Espaço e Lugar: O olhar geográfico machadiano sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX.	Roberto Lobato Azevedo Córrea	Organização e Gestão do Território
Eduardo Manuel Rosa Bulhões	Condições morfodinâmicas associadas a risco aos banhistas – Contribuição à segurança nas praias oceânicas da cidade do Rio de Janeiro – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Juliana Nunes Rodrigues	As transferências intergovernamentais de recursos do FPM e ICMS como estratégias de equilíbrio espacial.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Pedro Fernandes Neto	A demarcação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol (Roraima) conflitos entre territorialidades.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Roberto Ribeiro de Sousa	É uma casa portuguesa com certeza! A casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os imigrantes portugueses: um estudo a partir da casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Rio de Janeiro – RJ.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Rogério Elias Soares Uagoda	Reconhecimento geomorfológico de relevo cárstico sob rochas quartzíticas: bacia hidrográfica do Ribeirão Santana, médio vale do rio Paraíba do Sul.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Thiago Rocha Ferreira da Silva	Cenários urbanos: o papel da paisagem na construção do discurso político em março de 1964.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Vinicius Pinto Moura	Gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul: experiências e desafios pelo uso da água.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Maria José Zaroni	Estimativas da produção de sedimentos em bacias hidrográficas a partir do modelo preditivo de erosão - USLE e do índice de transferência de sedimentos – SDR.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
2007			
Ricardo Augusto de Almeida Voivodic	Gestão ambiental e gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise do projeto orla em Cabo Frio – RJ.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Planejamento e Gestão Ambiental
Nadja Furtado Bessa dos Santos	Análise da cobertura vegetal do setor sudeste do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Barreirinha – MA, por geoprocessamento”	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Giseli Modolo Vieira Machado	Análise morfo-sedimentar da praia, antepraia e plataforma continental interna da linha de costa do Parque Nacional de Jurubatiba – RJ.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Alice Nataraja Garcia Santos	Espaço público, imagem da cidade. Uma análise geográfica do filme de Erick Rohmer (O Signo de Leão França, 1959).	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território

Luciene Abrantes da Silva	Uma análise espacial sobre a dengue no município do Rio de Janeiro: busca de correlações entre clima e saúde.	Ana Maria de Paiva Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental
André Lima de Alvarenga	Grand Theft Auto: Representação, espacialidade e discurso espacial em um vídeo game.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Roselaine Oliveira dos Santos	Discutindo as periferias metropolitanas: um enfoque na heterogeneização sócio-espacial do município de Nova Iguaçu.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Heitor Soares de Faria	O ritmo semanal do clima no bairro do Maracanã – RJ.	Ana Maria de Paiva Brandão	Planejamento e Gestão Ambiental
Francisco Jacomé Gurgel Junior	Diagnóstico de área degradada por voçoroca e proposta de reabilitação ambiental do morro Santa Clara, Volta Redonda, RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Elizabeth Maria Feitosa da Rocha	Avaliação da altimetria obtida por MDE gerado a partir de imagens RADARSAT 1 em áreas de relevo misto no entorno da baía de Guanabara.	Carla Bernardete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Alba Valéria de Souza Sales	Saneamento no Estado do Rio de Janeiro: os reflexos da participação privada nos serviços de água e esgoto.	Gisele Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Rosane Cristina Feu	Serviços de água e esgoto e qualidade de vida em Volta Redonda: discutindo o uso de indicadores para a formulação de políticas públicas.	Gisele Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Mariana de Faria Benchimol	Gestão de unidades de conservação marinhas: um estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da baía de Paraty – RJ.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
2008			
Davi Viuge Iff de Mattos	O quadro da logística incompleta da soja em Mato Grosso: uma análise das rotas alternativas através da fachada sul-americana do oceano Pacífico e da bacia Amazônica.	Frédéric Monié	Organização e Gestão do Território
Luz Stella Rodrigues Caceres	Territorialidades negras no Brasil e na Colômbia entre a legalidade territorial e a realidade espacial.	Scott William Hoefle	Organização e Gestão do Território
Eduardo Sol Oliveira da Silva	Análise sócio-espacial da produção familiar de tomate no município de São José de Ubá	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Leonardo da Silva Mazzel	Modernização da agricultura e reorganização do espaço: uma leitura da cotonicultura em Mato Grosso.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Sérgio Henrique de Souza Guerra	A natureza e a dimensão espacial da mobilidade residencial: um estudo de caso.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Karina Viana Cardoso	Cadeia carne-grãos na BR-163 mato-grossense: os circuitos espaciais da produção do segmento avícola da Sadia.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Rafael Balbi Reis	Mapeamento das áreas de preservação permanentes (APP) como subsídios a elaboração de estratégias de conservação e recuperação: estudo de caso na APA do Rio São João/ Mico- Leão- Dourado.	Carla Bernardete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Luiz Jardim Moraes Wanderley	Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração da Amazônia Brasileira.	Maria Célia Nunes	Organização e Gestão do Território
Anderson Malulo Sato	Resposta geo-hidroecológica à substituição de pastagens por plantações de eucalipto no médio vale do rio Paraíba do Sul: a interface biota-solo-água.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Luiz Dias da Mota Lima	Suscetibilidade à erosão dos solos nas sub-bacias do médio e alto cursos da bacia do rio Macaé/RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
João Paulo Lima de Miranda	Propriedades físico-químicas de um solo submetido a cultivo perene e a pousio em ambiente agrícola serrano – Bom Jardim.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Faber Paganoto Araujo	Mobilidade e trabalho em Macaé/ RJ, a “capital do petróleo”.	Olga Maria Schild Becker	Organização e Gestão do Território

Fabício de Oliveira Moté	Definição e classificação de unidades de paisagem na bacia do rio Macaé (RJ) como proposta metodológica ao planejamento ambiental.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Lígia Maria Zaroni	Contribuição para o estudo da arqueologia da paisagem: Sítio Vicentinho, Três Rios, RJ.	Telma Mendes da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcos Rodrigues Ornelas de Lima	A promessa e a dívida: “lições do planejamento participativo” em Angra dos Reis.	Marcelo Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Alexandre da Silva Chaves	Vicissitudes das áreas paludosas no Rio de Janeiro oitocentista: mangue herói ou vilão?	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Camilo Pereira Carneiro Filho	Interações cidades-gêmeas na fronteira do Brasil- Argentina: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Isabela Fortes de Azevedo	Emprego de modelagem computacional na simulação de processos morfo-sedimentares: o caso do embaçamento de Rio das Ostras – Cabo Búzios.	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Izaura Cristina Nunes Pereira	O projeto Radam e o levantamento radargramétrico do território nacional.	Manoel do Couto Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Francisco Nataniel Batista de Albuquerque	Mineração, degradação ambiental e desertificação da bacia do rio Itacoatiara, Noroeste do Estado do Ceará.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Leonardo Rodrigues de Oliveira	Dinâmica espacial de manufaturas no Rio de Janeiro oitocentista	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Rafael Luiz Lessa Chaves Leite	O processo de imposição da toponímia no Recôncavo da Guanabara no período colonial.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Danilo Fiani Braga	Pentecostalismo e política: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Lélio Polesa Maçaira	Problemas e avanços na gestão de unidades de conservação: os casos da APA Petrópolis e do parque estadual da Ilha Grande (RJ).	Maria Célia Nunes Coelho	Organização e Gestão do Território
Carlos Fernando Furtado Saldanha	Meios de transporte coletivos de tração animal na cidade do Rio de Janeiro (1838-1892).	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
2009			
Lício Caetano do Rego Monteiro	Políticas territoriais do estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Alice Belfort Moren	A vida dos muros cariocas: o grafite e as apropriações do espaço público de 2007 a 2009.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Heitor Levy Ferreira Praça	Criação de unidades de conservação e modernização no meio rural: o caso do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - MG.	Scott Willian Hoefle	Organização e Gestão do Território
Daniel de Castro Fernandes Coelho	Heitor Villa-Lobos: a espacialidade na “alma brasileira”.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Eduardo Tomazine Teixeira	O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro).	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Fábio Giusti Azevedo de Britto	Desmatamento no Norte Araguaia Mato-Grossense: relações entre expansão das atividades agropecuárias e mecanismos de controle florestal.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
João Grand Júnior	Novos cenários para a competitividade portuária em tempos de reestruturação da economia mundial: uma análise sobre a dimensão produtiva da relação cidade-porto através da experiência de Itajaí, SC.	Frédéric Monié	Organização e Gestão do Território

Daléa Soares Antunes	Projetos de inserção competitiva na globalização e evolução das relações cidade-porto no Rio de Janeiro	Frédéric Monié	Organização e Gestão do Território
Gustavo Mota de Sousa	Mapeamento geoecológico da potencialidade à ocorrência de incêndios no maciço da Pedra Branca/RJ.	Manoel do Couto Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
André Polly Assumpção	Retificação de canais fluviais no baixo curso da bacia do rio Macaé (RJ). Uma abordagem geomorfológica.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Samira Tavares Pinto	Feições erosivas canalizadas e conectividade da paisagem em bacias hidrográficas: médio vale do rio Paraíba do Sul.	Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Planejamento e Gestão Ambiental
Frank Gundim Silva	Análise espacial da vulnerabilidade à perda de solos na bacia do rio Macaé	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Fábio Mayo Belligotti	Avaliação metodológica da profundidade de convergência (profundidade de fechamento) de perfis de três praias de energia moderada a alta no litoral do Rio de Janeiro	Dieter Carl Ernst Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcio Viveiros Vieira	O Programa de despoluição da baía de Guanabara: entraves institucionais e impactos territoriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Robson Santos	O arranjo produtivo do setor de petróleo e gás natural em Macaé: uma análise do ambiente institucional.	Iáudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
2010			
Alice Ferreira Rodrigues Dias	A toponímia, lugar e paisagem: disputas entre permanência e mudança em Guaratiba.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira	Revitalização étnica e dinâmica territorial em Mirambida: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Bernardo Gomes Ribeiro	Do arranjo espacial da casa ao arranjo espacial da cidade.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Gustavo Soares Iorio	A Revista Interior (1974-1989): 'Síntese da vida nacional' e representação do interior no Brasil.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Matheus da Silveira Grandi	Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Hélio Beiroz Imbrósio da Silva	O Parque Nacional da Amazônia: desenvolvimento sustentável e conflito fundiário.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Sâmea Silva de Melo Barcelos	A Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995).	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Stella Peres Mendes	Identificação e avaliação da paisagem da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (RJ).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Simone Lisboa dos Santos da Silva	Extração da areia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: distribuição espacial e parâmetros de análise na indicação de áreas produtoras.	Telma Mendes da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Rafael Nunes de Souza Lima	Conectividade dos ambientais fluviais: implicações para avaliação da sensibilidade do sistema de drenagem na bacia do rio Macaé (RJ).	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Lia Lutz Kroeff	Contribuição metodológica ao planejamento de trilhas ecoturísticas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO – RJ).	Telma Mendes da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Sarah Lawall	Modificações na dinâmica hidrologia dos solos em resposta as alterações de uso e cobertura na bacia hidrográfica do Bonfim, região serrana do Rio de Janeiro.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Leonardo Bastos Brum	O uso da água pela agricultura irrigada na região serrana do Rio de Janeiro: bacia do Córrego Sujo – Teresópolis.	André de Souza Avelar	Planejamento e Gestão Ambiental

Helena Ribeiro Drummond	Novas institucionalidades na gestão do território: a questão da água na região das baixadas litorâneas.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Marcelo Bueno Abreu	Análise espaço-temporal da cobertura e uso da terra no estado do Rio de Janeiro de 1994 até 2007.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Paula Maria Moura de Almeida	Análise espaço-temporal da área ocupada por florestas de mangue em Guaratiba (Rio de Janeiro – RJ) de 1985 até 2006 e sua relação com as variações climáticas.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Fábio da Silva Lima	Análise da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Boa Esperança- Nova Friburgo – RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Christina Kelly Albuquerque	Avaliação qualitativa de fragmentos florestais com dados de sensoriamento remoto como subsídio à formação de corredores ecológicos na APA São João.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
2011			
Marcos Paulo Ferreira Góis	Cenários noturnos: sobre a espacialidade e os significados da iluminação na área central da cidade do Rio de Janeiro.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Leandro da Silva Gregório	Risco ambiental à saúde humana: um estudo aplicado aos efeitos da poluição atmosférica no estado do Rio de Janeiro.	Ana Maria de Paiva Macedo Brandão	Organização e Gestão do Território
Vitor de Araújo Alves	A Geografia do comércio atacadista carioca (1855-1900).	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Geórgia Moutella Jordão	Espaço em cena: um diálogo entre a Geografia e o cinema Hitchcock.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Ana Gabriela de Jesus Araújo	A pecuária no Pantanal: Novas tendências no processo de produção de Aquidauana, Mato Grosso do Sul.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Ana Teixeira Amorim	Gestão ambiental brasileira de bacia hidrográfica transfronteiriça: O caso da bacia do rio do Prata.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Guilherme Hissa Villas Boas	Sensitividade de ambientes fluviais: estudo de caso da sub-bacia Alto-Médio Macaé (RJ).	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Suzana dos Santos Barbosa	Silvicultura e recuperação de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro: conflitos em torno da lei nº 5067/2007	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Jhonatan Stiven Gutierrez Bobadilha	Transformações dos espaços rurais do Piemonte Amazônico Colombiano: o caso do vale do Rio San Pedro no município de Florência-Caquetá, no período de 1990-2010.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Carla Maria Stella Ramôa da Silva Chaves	Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Rafael da Costa Gonçalves de Almeida	A “microfísica” do poder instituinte e sua espacialidade: “campos”, territórios e redes de movimento do sem-teto no Rio de Janeiro.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Maria Accioly Dias	Influência da topografia na dinâmica de bordas floresta-gramínea em relevo montanhoso – Maciço da Tijuca, RJ.	Ana Luiza Coelho Neto	Planejamento e Gestão Ambiental
Bruna Santos Miceli	Avaliação de métricas da paisagem baseadas em observações em superfície real para a análise de fragmentação florestal.	Manoel do Couto Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Ingrid Fernandez del Pozo Sánchez	Análise espacial das relações entre feições deposicionais quaternárias, feições erosivas e movimentos gravitacionais de massa e cobertura da terra como subsídio à identificação da conectividade da paisagem em bacias hidrográficas.	Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Planejamento e Gestão Ambiental
Carla Maria Stella Ramôa da Silva Chaves	Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental

João Paulo Rabello de Castro Centelhas	O metabolismo sócio-ecológico como ordem espacial: um estudo da dialética entre o espaço-temporalidade ecossistêmica e a espaço-temporalidade social-capitalista.	Evaristo de Castro Júnior	Planejamento e Gestão Ambiental
Mariana de Araújo Abdalad	Respostas hidroecológicas ao plantio de eucalipto na bacia do rio Sesmária, Médio vale do rio Paraíba do Sul.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Clara Matos Carneiro Barbosa Pinto	Distribuição de totais populacionais através da representação de superfícies contínuas com apoio da classificação de imagem ALOS/AVNIR2.	Rafael da Silva Barros	Planejamento e Gestão Ambiental
Luana Balbino dos Santos	Influência da estrutura da floresta nas características físico-químicas do solo e no estoque de serrapilheira em remanescentes florestais da área de proteção ambiental de Macaé de Cima.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Marianna Fernandes Moreira	“Um palacete assombrado”: da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de “lar” em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Brian William Ackerman	A Geografia do quarto preceito: espaços de organizações de representação estudantil nos campi da Universidade da Flórida Central e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território

**Teses de Doutorado defendidas no Programa
de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ)
no período de 1997 a 2011.**

Aluno	Título	Orientador	Área
1997			
Sarita Albagli	Dimensão geopolítica da biodiversidade.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Carlos Hiroo Saito	Contribuição metodológica para planejamento urbano de município de pequeno e médio porte através de SGI e Banco de Dados Relacional.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Carlos Alberto Franco da Silva	Dinâmica espacial do capital bancário, difusão, integração e crise: um estudo de caso do Banco Nacional S/A.	Roberto Lobato Azevedo Correa	Organização e Gestão do Território
Margareth Simões Penello Meirelles	Análise integrativa do ambiente através de geoprocessamento – uma proposta metodológica para elaboração de zoneamentos.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Antônio Paulo de Faria	Dinâmica e fragilidade das bacias fluviais de primeira ordem.	Jorge Soraes marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Elmo da Silva Amador	Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Flávio Gomes de Almeida	A estrutura fundiária como uma variável da erosão dos solos – Sorriso, MT.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
1998			
Carlos Walter Porto Gonçalves	Nos varadouros do mundo da territorialidade seringueira.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Jose Luiz Viana do Couto	Uma análise comparativa de indicadores de qualidade de água na Baía de Sepetiba – RJ: índice de integridade biótica e indicado baseado em geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Hélio de Araújo Evangelista	A fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro segundo uma perspectiva de análise geográfica.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Gláucio José Marafon	A dimensão espacial do complexo agroindustrial Sojano, Rio Grande do Sul.	Leila Christina Duarte Dias	Organização e Gestão do Território
Eli Alves Penha	Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Miguel Angelo Campos Ribeiro	Complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Adma Haman de Figueiredo	A divisão da floresta: uma (re)interpretação do mapa político da Amazônia brasileira.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Letícia Maria Mayer	Avaliação ambiental da bacia de Guanabara com o suporte do geoprocessamento.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Luciana de Lima Martins	Paisagens brasileiras, olhos britânicos, Rio de Janeiro dos viajantes 1800/1850.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
1999			
Rogério Ribeiro de Oliveira	O rastro do homem na floresta: sustentabilidade e funcionalidade da Mata Atlântica sob manejo caiçara.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Luis Fernando Barbosa de Almeida	A metodológica da disseminação da informação geográfica e os metadados.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Francisca de Jesus Lirio Ramalho	Evolução dos processos erosivos em solos arenosos entre municípios de Natal e Parnamirim – RN.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Goretti da Costa Tavares	Dinâmica Espacial da rede de distribuição de energia elétrica no estado do Pará (1960 -1996).	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território

Carlos Santos	A Territorialidade na colonização em Rondônia.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Roberto Lobato Corrêa	Trajetórias Geográficas: Cinco Temas.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Heleniza Ávila Campos	Permanências e Mudanças no quadro de requalificação socioambiental da área Central de Recife (PE) em dois setores "Revitalizados".	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Murilo Cardoso de Castro	SIG – Sistema de Informação Geográfica ou Sij sintetizador de ilusões geográficas desconstruindo uma formação discursiva.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
2000			
Cecília Maria Rizzini	Diversidade funcional do estrato arbóreo como indicador do status da biodiversidade em Floresta Atlântica dos Tabuleiros – Linhares – ES.	Irene Esther Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
João Baptista Ferreiro Mello	Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade: o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
José Lacerda Alves Felipe	Memória e imaginário político na (Re) invenção do Lugar.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Anelino Francisco da Silva	Zoneamento Ecológico Econômico como instrumento de gestão do território: o caso do estuário do Curimatú/Cunha – RN.	rea io Antônio Gonçalves Eglér	Organização e Gestão do Território
Ângela Maria Mesquita Fontes	Território e estratégia de desenvolvimento: As políticas municipais de geração de emprego, trabalho e renda.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Lúcio Flávio Marini Adorno	Gestão Competitiva, Estratégia Regional e o Tocantins.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Paulo Pereira de Gusmão	Gestão de riscos ambientais na região do Médio Paraíba (RJ).	rea io Antônio Gonçalves Eglér	Organização e Gestão do Território
Rui Erthal	A dispersão dos imigrantes Suíços e Alemães da era colonial de Nova Friburgo – Uma abordagem geográfica.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Ademir Araújo da Costa	A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal – RN.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Silvana Quintella Cavalcani Calheiros	Turismo versus agricultura no litoral meridional Alagoano.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Christina Tereza Bassani Teixeira	Diatomáceas como bioindicadores ecológicos e paleoecológicas nas Lagunas do Padre e Araruama, RJ – Brasil.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Carla Bernadete Madureira Cruz	As bases operacionais para a modelagem e implementação de um Banco de dados geográficos – um exemplo aplicado à Baía de Campos.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Mônica dos Santos Marçal	Suscetibilidade à erosão dos solos no alto curso da Baía do Rio Açailândia.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Marco Antônio Jardim Guerra	A influência do emissário submarino na zona costeira da cidade do Rio de Janeiro: O caso das praias de Ipanema, Arpoador e Leblon.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental

Liane Maria A. Dornelles	Monitoramento de metais pesados na baía de Sepetiba – RJ- Brasil, com base em geoprocessamento.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Reiner Olíbano Rosas	Zoneamento ambiental em base geohidrológica: relação entre escala e meios operacionais.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Paulo Márcio Leal de Menezes	A Interface cartográfica – Geoecológica nos estudos diagnósticos e prognósticos da paisagem: Um modelo de avaliação analítico – interativos.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Kouakou N’Dri Remi	Análise territorial por geoprocessamento da côte D’Ivoire.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Roberto Schmidt de Almeida	A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
2001			
Andréia Kindel	A fragmentação real: heterogeneidade de remanescentes florestais e valor indicador das formas de húmus.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
João Wagner de Alencar Castro	Geomorfologia do sistema sedimentar eólico de Paracuru- Ceará.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
César Ajara	Brasil, espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Marcelo Vinícius de la Rocha Domingues	Logística e transporte marítimo internacional: Impactos sobre o sistema portuário brasileiro	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Planejamento e Gestão Ambiental
Nelson da Nóbrega Fernandes	Festas, cultura popular e identidade nacional: as escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949).	Iná Elías de Castro	Organização e Gestão do Território
2002			
Nadja Maria Castilho da Costa	Análise do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ) por geoprocessamento: uma contribuição ao seu plano de manejo.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Luciana da Silva Andrade	Espaço público e favelas: análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Sônia Vidal Gomes da Gama	Contribuição metodológica a gestão ambiental integrada de unidades de conservação: O caso do maciço Gericinó-Mendanha na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Orane Falcão de Souza Alves	Geoecologia das Comunidades bentônicas infralitorais da Baía de Todos os Santos (BA, Brasil): diversidade biótica e sedimentológica.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Teresa Cristina Veiga	Um estudo de planejamento em Macaé-RJ: contribuição de geoprocessamento como ferramenta de suporte à decisão, na definição de áreas potencialmente viáveis ao desenvolvimento de atividades turísticas.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Fernanda Vieira Agarez	Contribuições para a gestão de fragmentos florestais com vista à conservação da biodiversidade em Floresta Atlântica.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
José Américo Roberto Chiarella Quinhões	Integração regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Americana.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Sérgio Fernandes Alonso	Mutações nas relações de trabalho/espaço na região do ABC Paulista.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território

Joseli Maria Silva	A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Maria Lígia Cassol Pinto	Processos geomorfológicos atuais e a sustentabilidade da paisagem agrícola no Noroeste Gaúcho: proposta de análise em bacia hidrográfica.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Célia Alves Borges	Evolução espacial e alterações ambientais provocadas pelos garimpos de ouro em Peixoto Azevedo/Matupá (MT).	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Naíse de Oliveira Peixoto	Evolução do relevo, coberturas sedimentares e formação de solos em superfícies geomorfológicas – médio vale do rio Paraíba do Sul (SP/RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Lúcia Pires Menezes	Atalaias da nação: cidades e ação missionária na borda da Amazônia.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Cátia Antônia da Silva	Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Jesus Fernando Mansilla Baca	Dinâmica da paisagem: métodos analíticos, modelos de classificação e simulação prognóstica, sob a ótica geoecológica.	Ana Luiza Coeho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Telma Mendes da Silva	Estruturação geomorfológica do Planalto Atlântico no Estado do Rio de Janeiro.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Evaristo de Castro Júnior	Valor indicador da fauna de macroartrópodes edáficos em fragmentos primários e secundários do ecossistema de floresta atlântico de Tabuleiros – ES.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
José Waldemar Tabacow	Análise da fragmentação da paisagem na Ilha de Santa Catarina – SC: uma aproximação por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Vanice Santiago Fragoso Selva	Mudanças na pequena produção e a reconstrução do espaço em Tacaratu – PE.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Carlos Eduardo Santos Maia	Enlaces geográficos de um mundo festivo – Pirenópolis: a tradução cavalheiresca e a sua rede organizacional.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Sílvia Maria Alvarenga	Modificações e tendências atuais de formação de sistema de leque do rio Paraguai: trecho flúvio-lacustre do Pantanal Norte Matogrossense.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Luiz Felipe Ferreira	O lugar do Carnaval: espaço e poder na Festa Carnavalesca do Rio de Janeiro, Paris e Nice (1850-1930).	Scott William Hoefle	Organização e Gestão do Território
Luís Henrique Ramos de Camargo	A Geografia da complexidade: o encontro transdisciplinar da relação sociedade e natureza.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Roseli Pellens	Fragmentação florestal na Mata Atlântica de Tabuleiros: os efeitos da heterogeneidade da paisagem sobre a diversidade de artrópodos edáficos.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
Rosemere Santos Maia	Shopping Center – o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos tempos de consumo das cidades contemporâneas.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território

David Man Wai Zee	Diagnóstico do aporte de efluentes domésticos do canal da Joatinga na Praia da Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro – RJ.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Clara Mourão Moura	Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e a gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
2003			
Cezar Henrique Barra Rocha	Geoprocessamento aplicado a análise se redes com uso de estruturas raster: estudo de caso na Zona da Mata-MG	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Marcelo Motta de Freitas	Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do parque Municipal de Grumari-Macijo da Pedra Branca-RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Guilherme Borges Fernandez	Morfologia e dinâmica do sistema praia, duna frontal e antepraia em ambiente de alta energia: Praia de Massambaba, litoral do Rio de Janeiro, Brasil.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Pedro Paulo de Lima e Silva Filho	Sistema holístico de avaliação de impactos ambientais de projetos industriais.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Marly Nogueira	Sete lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Aldemir Dantas Barboza	A questão ambiental na agricultura através de um estudo integrado dos ecossistemas e dos agrossistemas no agreste do Paraíba.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Maria Luisa Gomes Castello Branco	Espaços urbanos: uma proposta para o Brasil.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
José Antônio Souza de Deus	Territorialidade e cultura dos povos indígenas (Áreas norte-amazônica e Juruá-Purus).	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Vera Lúcia Mayrink de Oliveira Melo	A paisagem do rio Capiberibe: um recorte de significado e representações.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Renato Leone Miranda Leda	Políticas públicas e territorialização do desenvolvimento turístico da Bahia: o caso da Chapada Diamantina.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Maria Laís Pereira da Silva	Percursos, significados e permanência das favelas cariocas (1930-1964).	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
José Américo de Mello Filho	Qualidade de vida na região da Tijuca, RJ, por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Raúl Sanches Vicens	Abordagem geoecológica aplicada às bacias fluviais de tabuleiros costeiros no norte do Espírito Santo; uma contribuição para avaliação.	Jorge Soares Marques	Planejamento e Gestão Ambiental
Josias de Castro Galvão	Água, a redenção para o Nordeste: discurso das elites hídras redentoras e as práticas voltadas ao setor hídrico.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Rodrigo Jesus de Medeiros	A proteção da natureza das estratégias internacionais e nacionais as demandas locais	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Hernani Loebler Campos	Processos históricos de gestão na bacia hidrográfica do rio Beberibe (PE): uma retrospectiva.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental

Orlando dos Santos Watrin	Dinâmica da paisagem em projetos de assentamentos rurais no Sudeste Paranaense utilizando geotecnologias.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Antônio Ângelo Martins da Fonseca	Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para capacitação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista – 1997/2003.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Marcos Figueiredo	Análise dos processos erosivos associados ao escoamento superficial concentrado na bacia do córrego Jaberão, área de construção do gasoduto Bolívia/Brasil – Município de Cáceres/MT.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Edna Lindaura Luiz	Influência da dinâmica hidrológica e das características das formações superficiais nos mecanismos de ruptura de encostas com rochas ranitóides de áreas subtropicais – São Pedro de Alcântara/SC.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
2004			
Lauro Luiz Francisco Filho	Distribuição espacial da violência em Campinas: análises por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
David Pereira de Moraes	A Geografia do risco: a percepção do risco sob a perspectiva de segurança na cidade do Rio de Janeiro.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Simone Rodrigues de Freitas	Modelagem de dados espectrais na análise de padrões de fragmentação florestal na Bacia do Rio Guapiaçu (RJ).	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Valeria Allemão Bertolino	Influência de solos agrícolas em ambiente serrano: Paty dos Aféres – RJ.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Carla Maciel Salgado	A Influência da erosão linear na dinâmica evolutiva das bacias de drenagem – Paty do Aféres (RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Manoel de Couto Fernandes	Desenvolvimento de rotina de obtenção de observação em superfícies real: uma aplicação em análises geoecológicas.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill	As bases territoriais institucionais: novas configurações no espaço nordestino.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Giovannini Luigi da Silva	Os consórcios intermunicipais para a conservação de remanescentes florestais da mata Atlântica na região das Baixadas litorâneas/ RJ: a aplicação de técnicas de geoprocessamento como ferramenta de análise e interpretação.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Célia Alves de Souza	Dinâmica do corredor fluvial do Rio Paraguai entre a cidade de Cáceres e a estação Ecológica da Ilha de Taimã-MT	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Lísia Vancôr Barrosos	Uma experiência de interação com a comunidade da região lagunar do Leste Fluminense apoiada em geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Aureanice de Mello Corrêa	Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: da cultura alternativa à inserção global.	Scott Wiliam Hoefle	Organização e Gestão do Território
Regina Cohen Barros	Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da Bacia do Rio Grande – Nova Friburgo, RJ.	Ana Maria Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território

José Enílcio Rocha Colares	Política ambiental e sustentabilidade na escala local.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Jorge Luiz Gomes Monteiro	Mudanças espaciais induzidas pelo progresso técnico: a realidade da agricultura. Matogrossense.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Vitor Ribeiro Filho	A configuração da área central de Manaus e sua dinâmica recente	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Alícia Huamantínco Araújo	A inserção periférica do Peru na economia-mundo e seu rebatimento sócio-espacial na região Andina e no nível local: os exemplos dos vales Colca e Catahuasi nos Andes do Sul.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Vicente de Paulo da Silva	Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte – MG: inserção regional e reconstrução da vida cotidiana.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Maria Aparecida Pontes da Fonseca	Políticas públicas, espaço e turismo: uma análise sobre a incidência espacial do programa de desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Vicente Paulo dos Santos Pinto	Alternativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: a gestão cabocla nas várzeas de Silves – AM.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Gerônimo Emílio Almeida Leitão	Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Isabel Cristina Eiras de Oliveira	Jogando com a complexa sustentabilidade na Amazônia.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Cecília Bueno Moacyr de Lima e Silva	Bases conceituais de corredores ecológicos e proposta metodológica: evoluções na conservação da biodiversidade.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Lilian Levin Medeiros Ferreira da Gama	Avaliação de instrumentos para valorização da qualidade visual da paisagem no planejamento territorial.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Caio Augusto Amorim Maciel	Metomínias geográficas: imaginação e retóricas da paisagem no semiárido pernambucano.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
2005			
Luiz Francisco Pires Guimarães Maia	Cenarização espaço-temporal dos impactos na qualidade do ar na bacia Aérea III da Região Metropolitana do Rio de Janeiro pelo aumento de demanda operacional do Aeroporto internacional do Rio de Janeiro/ Galeão – Antônio Carlos Jobim.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Lília dos Santos Seabra	Monitoramento participativo do turismo desejável: proposta metodológica para os estudos de capacidade de suporte turístico – Sana/ Macaé- RJ.	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Rita de Cássia Martins Montezuma	Produção e reabilitação funcional do piso florestal em clareira de deslizamento: Parque Nacional de Tijuca, Rio de Janeiro.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Otávio Miguez da Rocha Leão	Evolução regressiva da rede de canais por fluxos de água subterrânea em cabeceiras de drenagem: bases geohidroecológicas para recuperação de áreas degradadas com controle de erosão.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental

Alice Maria Barreto Vieira	Sistema de classificação de cobertura e uso da terra: uma abordagem em múltiplos níveis	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria Clara da Cruz	Dinâmica territorial e tendência de desenvolvimento na Amazônia: o caso da Ilha Bananal e do seu entorno no Estado do Tocantins.	Bertha Koiffmann Becker	Organização e Gestão do Território
Carlos Alberto dos Santos	Integração de dados socioambientais por indicadores associados a limites políticos municipais	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Lunalva Moura Schwenk	A retração da cobertura vegetal mediante o avanço do cultivo da soja, em áreas de influência dos eixos de integração e desenvolvimento no Estado de Mato Grosso: uma análise espacial.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Adriano Severo Figueiró	Mudanças ambientais na interface floresta cidade e propagação de efeito de borda no Maciço da Tijuca, Rio de Janeiro.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Augusto César Pinheiro da Silva	Em busca do rural moderno do estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no Norte e Noroeste Fluminense.	Maria do Carmo Corrêa Galvão	Organização e Gestão do Território
Marlene Maria Moreira Guimarães	Técnica e reestruturação do trabalho e do espaço nas áreas de expansão da agricultura moderna na BR – 163, MT.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Valdenildo Pedro da Silva	Novas tecnologias no ensino de Geografia: possibilidades e limites em questão.	Claudio Antônio Gonçalves Eglér	Organização e Gestão do Território
Rafael Winter Ribeiro	A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930).	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Paulo César Peiter	A Geografia da Saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
2006			
Adriany de Ávila Melo	Atlas Geográfico escolar: aplicação analógica e digital no ensino fundamental.	Paulo Márcio Leal Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Ana Paula Correia de Araújo	Pantanal, um espaço em transformação.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Andrelino de Oliveira Campos	O planejamento urbano e a “inviabilidade” dos afrodescendentes discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro.	Marcelo José Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Antônio Carlos Freire Sampaio	A cartografia no ensino de licenciatura em geografia: análise da estrutura curricular vigente no país : proposta na formação, perspectivas e desafios para o futuro professor.	Paulo Márcio Leal Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Antônio Rosetolato Filho	Análise geomorfológica aplicada ao saneamento básico, no perímetro urbano de Cárceres- Mato Grosso.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Denizart da Silva Fortuna	Circulação e territorialidade econômica: a (re)ordenação do território no eixo médio matogrossense da Rodovia Federal 163 (Cuiabá- Santarém).	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Dimas Moraes Peixinho	A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no cerrado e a formação de centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO).	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território

Ivone Lopes Batista	Redes produtivas e novas territorialidades no Sul Fluminense.	láudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Lilian Alves de Araújo	Degradação ambiental nos rios do Estado do Rio de Janeiro	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Nina Maria de Carvalho Elias Rabha	O Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Odete Cardoso de Oliveira Santos	Análise do uso do solo e dos recursos hídricos na microbacia do Igarapé Apéu- Nordeste do Estado do Pará.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Patrícia Helena Miranda Avelino	Análise geoambiental multitemporal para fins de planejamento ambiental: um exemplo aplicado à bacia hidrográfica do Rio Cabaçal, Mato Grosso – Brasil.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Rafael Silva de Barros	Avaliação da altimetria de modelos digitais de elevação obtidos a partir de sensores orbitais	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Ricardo Tavares Zaidan	Risco de escorregamento numa bacia de drenagem urbana no município de Juiz de Fora – MG.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Rita de Cássia Alcântara Domingues da Silva	Aspectos institucionais da gestão dos recursos hídricos: O caso do submédio São Francisco.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Roberto Arnaldo Trancoso Gomes	Modelagem de previsão de movimentos de massa a partir da combinação de modelos de escorregamento e corridas de massa.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Sandra Mara Alves da Silva Neves	Modelagem de um banco de dados geográficos do Pantanal de Cáceres – MT: estudo aplicado ao turismo.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Vânia Maria Salomon Guaycuru de Carvalho	Sensoriamento Remoto no ensino básico da geografia: definindo novas estratégias.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Vivian Castilho da Costa	Proposta de manejo e planejamento ambiental de trilhas ecoturísticas: um ES tudo no Maciço da Pedra Branca – Município do Rio de Janeiro (RJ).	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Adriana Filgueira Leite	Variações hidrogeoquímicas nos compartimentos montanhoso e colinoso da bacia do rio do Bananal (SP): subsídios à compreensão dos processos de intemperismo.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
2007			
Rosália Casarin	Caracterização dos principais vetores de degradação ambiental da bacia hidrográfica.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Ricardo Henrique Paes Barreto Peixoto	Efeitos da implantação do reservatório de Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães sobre a qualidade da água do Rio Tocantins (TO, Brasil).	Antônio Paulo de Faria	Planejamento e Gestão Ambiental
Cláudio Henrique Reis	Caracterização espacial da terra em áreas de manguezais utilizando diferentes sistemas orbitais: Um caso aplicado aos Manguezais da Apaguapemirim.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Daniella Tancredo de Matos Alves e Costa	Abordagem sistêmica em bacias hidrográficas: uma análise em nível morfológico aplicada a bacia de Sepetiba –RJ.	Mauro Sérgio Fernandes Argento	Planejamento e Gestão Ambiental
Áurea Rebello da Cunha Albuquerque	Aplicação de técnicas geoambientais para reabilitar áreas degradadas na base Geólogo Pedro de Mora: Bacia do Rio Uruçu (Coari – AM).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental

João Donizete Lima	Mudanças ambientais na bacia hidrográfica do Rio Piedade – Triângulo Mineiro (MG).	Sandra Baptista da Cunha	Planejamento e Gestão Ambiental
Sílvio Barge Bhering	Influência do manejo do solo e da dinâmica da água no sistema de produção do tomate de mesa: subsídios à sustentabilidade agrícola do noroeste fluminense.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Danielle Sequeira Garcez	Caracterização da pesca artesanal autônoma em distintos compartimentos fisiográficos e suas áreas de influência, no estado do Rio de Janeiro – RJ.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Helder Lages Jardim	Estudo da perda de solo em parcelas de erosão, sob diferentes culturas e técnicas de manejo e análise de estratégias de conservação.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Nadja Furtado Bessa dos Santos	Análise da cobertura vegetal do setor sudeste do parque nacional dos Lençóis Maranhenses, Barreirinhas – MA: por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Giseli Modolo Vieira Machado	Análise morfosedimentar da praia, antepaia e plataforma continental interna da linha da costa do Parque Nacional de Jurubatiba- RJ.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Oswaldo Girão da Silva	Análise dos processos erosivos em encostas na zona sudoeste da Cidade do Recife – PE.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Raphael David dos Santos Filho	Antropogeomorfologia da ocupação de áreas de risco em Petrópolis (RJ): análise ambiental urbana.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Luis Cavalcanti da Cunha Bahiana	O uso do geoprocessamento na definição de indicadores georreferenciados a agregados territoriais significativos na região de Jacarepaguá (RJ).	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Ruy Batista Pordeus	Diagnóstico ambiental por geoprocessamento do Parque Nacional do Catimbau dirigido à proteção de seus sítios arqueológicos e espeleológicos.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Gustavo Souto Perdigão	Explorando a cartografia no universo escolar: uma discussão à luz da perspectiva geográfico-cultural.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Maria Helena Palmer Lima	Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Maria Lúcia Lorini	Abordagem hierárquica e multiescalar para análises de distribuição geográfica da biodiversidade: sistemas Quaternários costeiros da Mata Atlântica, um estudo de caso.	Irene Garay	Planejamento e Gestão Ambiental
Bianca Carvalho Vieira	Previsão de escorregamentos translacionais rasos na Serra do mar (SP), a partir de modelos matemáticos em bases fiscais.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Denise Cunha Tavares Terra	Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em campos do Goytacazes.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Sávio Renato Bittencourt Soares da Silva	O direito e o espaço urbano produzido informalmente: possibilidades de aplicação dos instrumentos jurídicos e de reestruturação do espaço.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa	Convergências e divergências da urbanização em áreas de cerrado: a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG).	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Maria Paula Gonçalves Lyandro de Albernaz	Ambivalência no patrimônio natural urbano: os casos do Jardim Botânico e o Parque natural Municipal da Serra do Mendanha na cidade do Rio de Janeiro, RJ.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território

Cristina Lontra Nacif	Legislação urbana, políticas, conflitos e implicações espaciais no Rio de Janeiro (1193-2004).	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Rafael Straforini	Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Adoreá Rebello da Cunha Albuquerque	Aplicação de técnicas geoambientais para reabilitar áreas degradadas na base geólogo Pedro de Mora: bacia do rio Uruçu (Coari – AM).	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Ricardo Augusto de Almeida Voivodic	Gestão Ambiental e gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio – RJ.	Iáudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Luis Carlos Tosta do Reis	Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: um estudo comparativo entre campo Grande e Praia do Canto-Grande Vitória (ES).	Roberto Lobato Azevedo Côrrea	Organização e Gestão do Território
Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde	A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Rejane Cristina de Araújo Rodrigues	Modernização portuária e rede logística: o Porto de Sepetiba/ Itaguaí como vetor de desenvolvimento do território fluminense.	Iná Elias deCastro	Organização e Gestão do Território
2008			
José Rogério Arruda da Silva	Proposição de paisagens de bacia do Beberibe – PE: planejamento ambiental.	Mônica dos Santos Marçal	Planejamento e Gestão Ambiental
Iáudio João Barreto dos Santos	Geonímia do Brasil: padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Robério Dias	O patrimônio paisagístico do sítio Roberto Burle Marx: uma visão geográfica.	José Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Joseano Carvalho Dourado	Análise ambiental da Bacia do Ribeirão São João – Tocantins.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Jorge Hamilton Souza dos Santos	Lençóis Maranhenses atuais e pretéritos: um tratamento espacial.	José Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Ronaldo José Neves	Modelagem e implementação de atlas geográficos municipais: estudo de caso no município de Cárceres.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Leonardo dos Passos Miranda Name	Por uma Geografia Pop: personagens geográficos e a contraposição de espaços de cinema.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Fabiano Soares Magdaleno	A territorialidade da representação política no Estado do Rio de Janeiro: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
José Francisco Lumbreras	Relações solo-paisagem no noroeste do Estado do Rio de Janeiro: Subsídios ao planejamento de uso sustentável em áreas de relevo acidentado do bioma da Mata Atlântica.	Nelson Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Célia Regina Fernandes Viana	A visualização da informação geoespacial e a legislação ambiental: atlas para o monitoramento da legislação ambiental como subsídio a elaboração de diagnósticos ambientais.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental

Amauri Ribeiro Destri	Geoprocessamento em apoio de inclusão geográfica; uma aplicação para o Município de Angra dos Reis.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Eberval Machioto	A utilização do modelo SWAT para previsão da produção sedimento e vazão na Bacia do Rio Santa Maria, Noroeste Fluminense.	Nelsons Ferreira Fernandes	Planejamento e Gestão Ambiental
Linda Soraya Isamael	Cartografia cognitiva: um instrumento de espacialização de informações cartográficas.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Linovaldo Miranda Lemos	O papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios novos ricos fluminenses.	Iná Elias de Castro	Organização e Gestão do Território
Douglas Corbari Corrêa	Cartografia histórica do Rio de Janeiro: reconstituição espaço-temporal do centro da cidade.	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental
Miriam Aparecida Marques	Qualidade de Vida no Município de Macaé- RJ: análise por geoprocessamento.	Jorge Xavier da Silva	Planejamento e Gestão Ambiental
Maria da Glória Rocha Ferreira	A dinâmica da expansão da Soja e as novas formas de organização do espaço na Região de Balsas – MA.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Marcelo Werner da Silva	Formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892.	Maurício de Almeida Abreu	Organização e Gestão do Território
Caroline Bezerra Natal	As fazendas de café do vale do Paraíba: uma análise sobre a “resignificação” dos espaços rurais no Estado do Rio de Janeiro.	Ana Maria Lima Daou	Organização e Gestão do Território
Rebeca Steiman	Áreas protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
Nilton Abranches Junior	Geografia Agrária e ambiente do Nordeste do Brasil.	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	Organização e Gestão do Território
Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima	Ações de resistência de famílias extrativistas no Maranhão face ao uso industrial de carvão de coco babaçu por usinas de ferro gusa	Maria Célia Nunes Coelho	Organização e Gestão do Território
2009			
Andréa Carmo Sampaio	O controle dos lineamentos morfoestruturais na evolução recente da Baía de Sepetiba.	Josilda Rodrigues da Silva Moura	Planejamento e Gestão Ambiental
Gabriela da Costa Silva	Zoneamento socioambiental: uma proposta metodológica para unidades de paisagem. Estudo de caso: a bacia hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Yara Valverde Pagani	Áreas de proteção ambiental (APAs): a conservação em sistemas de paisagens protegidas: análise da APA Petrópolis-RJ.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental
Achilles D'Avilla Chiról	Reabilitação funcional de clareiras associadas a deslizamentos em encostas íngremes sob a Floresta Atlântica: uma abordagem geohidroecológica.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Paulo Jorge Vaitsman Leal	Crescimento de redes de canais e pirataria de água subterrânea em vales de cabeceiras de drenagem.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Monika Richter	Geotecnologias no suporte ao planejamento e gestão de unidades de conservação: estudo de caso: Parque Nacional de Itatiaia.	Carla Bernadete Madureira Cruz	Planejamento e Gestão Ambiental
Índiara Cavalcante da Rocha Marques	Território federal e mineração de manganês: gênese do estado do Amapá.	Maria Célia Nunes Coelho	Organização e Gestão do Território

Fernando Lannes Fernandes	Violência, medo e estigma: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro.	Marcelo Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Leonardo Civalle	Pensamento geográfico e saber médico: história, ciência e imigração no Brasil da segunda metade do século XIX (1850 a 1903).	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Margarida Maria Carneiro Leão Mattos	As cidades mundiais do sul: Mumbai, São Paulo e Johannesburgo.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
João Luiz de Figueiredo	Gravando no Rio: a indústria do cinema e a metrópole do Rio de Janeiro.	Frédéric Monié	Organização e Gestão do Território
Roberta Carvalho Arruzzo	Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paraenses e os não-índios na segunda metade do século XX.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
2010			
Flávia Moraes Lins de Barros	Contribuição metodológica para análise local da vulnerabilidade costeira e riscos associados: estudos de caso da Região do Lagos, Rio de Janeiro.	Dieter Carl Heino Muehe	Planejamento e Gestão Ambiental
Luís Ângelo dos Santos Aracri	Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional do espaço agrário em Mato Grosso.	Júlia Adão Bernardes	Organização e Gestão do Território
Liz Abad Maximiano	Conexões locais e globais da formação acadêmica dos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.	Bertha Koifmann Becker	Organização e Gestão do Território
Cleber Marques de Castro	Águas do Rio de Janeiro: da metrópole com riscos à metrópole dos riscos.	Gisela Aquino Pires do Rio	Organização e Gestão do Território
Mariana Araújo Lamego	Práticas e representações da Geografia Quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
André Reyes Novaes	Fronteiras mapeadas: Geografia imaginativa das fronteiras sul-americanas na cartografia da imprensa brasileira.	Lia Osório Machado	Organização e Gestão do Território
2011			
Ana Marcela Ardila Pinto	A construção dos espaços públicos em Bogotá e no Rio de Janeiro: uma análise comparada.	Paulo César da Costa Gomes	Organização e Gestão do Território
Marcelo Paiva da Motta	Geografia da Internet no Brasil: redes técnicas e espaço.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Rafael Albuquerque Xavier	Evolução geomorfológica Recente da bacia do rio Turvo. Médio vale do rio Paraíba do Sul (RJ).	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Glauco Bruce Rodrigues	Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).	Marcelo Lopes de Souza	Organização e Gestão do Território
Otávio José Lemos Costa	Canindé e Quixadá: Construção e representação de dois lugares sagrados no sertão Cearense.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
Antônio de Oliveira Júnior	Instituição, espaço e desenvolvimento no Polo Moveleiro de Ubá, MG.	Claudio Antônio Gonçalves Egler	Organização e Gestão do Território
Márcio José Omat	Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil.	Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Organização e Gestão do Território
José Fernando Rodrigues Bezerra	Geomorfologia e reabilitação de áreas degradadas por erosão com técnicas de bioenergia de solos na Bacia do Rio Bacanga, São Luís – MA.	Antônio José Teixeira Guerra	Planejamento e Gestão Ambiental

Rogério Elias Soares Uagoda	Evolução da paisagem de área cárstica não carbonática durante o Quaternário tardio: bacia Hidrográfica do Ribeirão Santana, MG.	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
André Batista de Negreiros	Resposta geohidroecológicas em clareira de deslizamento em uma encosta florestada: alto rios dos Macacos: Maciço da Tijuca (RJ).	Ana Luiza Coelho Netto	Planejamento e Gestão Ambiental
Bruno Henrique Coutinho	Vulnerabilidade geo-hidroecológica em diferentes escalas na paisagem: Subsídios à conservação e segurança ambiental	Paulo Márcio Leal de Menezes	Planejamento e Gestão Ambiental

